



Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Centro de Ciências Sociais
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Ana Carolina Galante Delmas

**“Do mais fiel e humilde vassalo”:
uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino**

Rio de Janeiro
2008

Ana Carolina Galante Delmas

**“Do mais fiel e humilde vassalo”:
uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves

Rio de Janeiro
2008

CATALOGAÇÃO NA FONTE
UERJ/REDE SIRIUS/ CCS/A

D359 Delmas, Ana Carolina Galante
“Do mais fiel e humilde vassalo”: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino / Ana Carolina Galante Delmas. - 2008. 295 f.

Orientadora: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.
Dissertação (mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.
Bibliografia.

1. Dedicatórias (Livros) – 1808-1821 - Teses. 2. Livros – História – 1808-1821 - Teses. 3. Brasil – História – D. João VI, 1808-1821 – Teses. I. Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

CDU 981:002”1808/1821”

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação.

Assinatura

Data

Ana Carolina Galante Delmas

**“Do mais fiel e humilde vassalo”:
uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de Concentração: História Política.

Aprovado em 01 de Agosto de 2008.

Banca Examinadora:

Prof. Dr.^a Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves (Orientadora)
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr.^a Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UERJ

Prof. Dr. Luiz Carlos Villalta
Faculdade de História da UFMG

Rio de Janeiro
2008

DEDICATÓRIA

Ainda que não houvesse a quem oferecer este trabalho, seria impossível, visto a temática abordada, não escrever uma dedicatória. Graças a Deus, minha vida está repleta de pessoas por quem sinto a obrigação de homenagear, com esta singela pesquisa. Àqueles que me honraram com a sorte de ter nascido em sua família; meu pai, Gilberto, que Deus levou cedo demais para que pudesse ler essas páginas, e minhas sobrinhas Maria Eduarda, Maria Clara, Maria Luiza e Beatriz (ainda “no prelo”). Minhas irmãs Fernanda e Paula. Minha mãe Leonor e minha avó Angélica.

Novamente tive a sorte de ver caírem nessa família de muitas mulheres: meu avô Ivo, meu padrasto Michael, meu irmão Felipe - e minha cunhada Carol-, meus cunhados Felipe e Marcos. E por último, porém nem de longe menos importante, Daniel; namorado paciente, que acompanha meus passos desde anos anteriores à graduação, em que essa dissertação começou. Pessoa muito amada, que há muitos anos é metade da minha história.

Foram vocês todos os responsáveis por quem sou hoje, e pela minha trajetória. Sem vocês nada disso seria possível, porque eu não seria a mesma, nem de longe tão feliz. Obrigada pelo apoio incondicional e por apostarem em mim de forma surpreendente.

A vocês, parte mais importante da minha vida, dedico essa dissertação.

AGRADECIMENTOS

O primeiro agradecimento, como não poderia deixar de ser, é para minha primeira e grande orientadora, Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. Obrigada pela chance concedida já nos primeiros períodos da faculdade, e por ter acreditado em mim. Por ter me ensinado o caminho da pesquisa a partir os passos mais básicos, pela confiança em me deixar auxiliar em projetos importantes, e por ter aceitado me acompanhar até aqui. Agradeço também por seu exemplo de sabedoria, sensibilidade e simplicidade, pela grandeza de dividir comigo seus conhecimentos. Espero que nossa trajetória tenha apenas começado.

Aos amigos que estão presentes em minha vida desde a graduação, obrigada pela paciência: Thiago -e Mariana, que também se tornou grande amiga-, Lorena, Bianca, Tavares, Renata Telha, Renata Lima, Juliana, Patrícia, e Lorraine. Por agüentarem essa amiga oferecer a casa e desmarcar por conta da presente dissertação, e por estarem sempre presentes, torcendo por mim. Enfim, por continuarem meus amigos. Também gostaria de lembrar dois amigos que tomei emprestados de meus irmãos, que sempre se interessaram por meus trabalhos, e que estão sempre presentes, Marcus e Márcia. E aos amigos que fazem parte da família, os primos postiços Gustavo e Suzana, Caio e Graziela.

Agradeço aos amigos que vieram com o mestrado, como a especial Françoise. Vera, Pâmella, Tatyana, Inoã, obrigada pela cumplicidade e solidariedade oferecidas nos momentos de angústia e insegurança, pelos bons momentos que passamos (e ainda passaremos...) juntos e pela amizade que conseguimos construir em meio às turbulências acadêmicas.

Aos professores que gentilmente integraram minha banca de qualificação, e que se dispuseram também a fazer parte de minha banca de defesa, Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira e Luiz Carlos Villalta. Gostaria de agradecer pelo interesse e pelas contribuições especiais.

À Universidade pública sem a qual eu não teria tido acesso a uma educação de qualidade desde minha graduação. Que ela resista às vicissitudes políticas e econômicas do nosso país, deixando de ser um privilégio de poucos para tornar-se uma realidade presente na vida da maioria dos jovens brasileiros.

A todos vocês, obrigada por tudo.

As the dial hand tells o'er
The same hours it had before,
Still beginning in the ending,
Circular account still lending,
So, most mighty Queen we pray,
Like the dial day by day
You may lead the sessions on,
That the babe which now is young
And hath yet no use of tongue
Many a Shrovetide here may bow
To that empress I do now,
That the children of these lords,
Sitting at your council boards,
May be grave and aged seen
Of her that was their fathers' queen
Once I wish this wish again,
Heaven subscribe it with
Amen

To the queen

William Shakespeare, 1599.

Escrito para servir de epílogo a uma de suas peças, que se acredita ter sido recitado pelo próprio à rainha Elizabeth I.

RESUMO

DELMAS, Ana Carolina Galante. *“Do mais fiel e humilde vassalo”*: uma análise das dedicatórias impressas no Brasil joanino. Brasil, 2008. 295f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

O presente trabalho busca analisar a prática do oferecimento de dedicatórias impressas em um Brasil que acabava de se tornar impressor. As dedicatórias, representativas das práticas de homenagem e das relações de mecenato, são símbolo das relações políticas apoiadas na hierarquia vigente, e das trocas efetuadas na busca por poder e influência. Em uma época onde viver da própria pena constituía um desafio, era necessário utilizar-se das convenções para adquirir patrocínio e proteção, e o oferecimento público de lealdade e submissão através das páginas dos livros abria possibilidades de inclusão na sociedade de corte e de aquisição das benesses reais. A abertura da Imprensa Régia contribuiu como nenhuma outra medida para o despertar da vida cultural da nova corte, atuando na circulação de escritos, de idéias, e de relações de sociabilidade. Nesse ambiente, a necessidade de conquistar as boas graças do soberano para obter prestígio fez com que as primeiras publicações do início do oitocentos já contassem com páginas destinadas às dedicatórias, cujo tom laudatório visava a convencer sobre o merecimento de mercês e favores. Muitas das obras publicadas Imprensa Régia no período foram explicitamente dedicadas a alguma figura social ou política importante, e um número expressivo dirigiu-se ao soberano D. João. Muitos letrados alcançaram uma trajetória bem sucedida, outros não conquistaram sucesso; mas a utilização dos elogios impressos ao longo da carreira literária de muitos permite observar que a prática atravessou o oceano com a Família Real, e perdurou ao longo do oitocentos no Brasil.

Palavras-chave: Dedicatórias. Sociabilidades. 1808. Mecenato. Família Real. História do Livro.

ABSTRACT

The present work seeks to analyze the offering of printed dedications in a Brazil that just begun to print. These dedications, representative of reverence and patronage, are symbols of politics relations based on the effective hierarchy, and of the exchanges seeking power and influence. In a time when live of its own quill was a challenge, it was necessary to make use of the conventions to acquire sponsorship and protection, and the public offer of loyalty and submission through the pages of the books was opening means of inclusion in the court society of and of acquisition of the royal emoluments. The opening of the Royal Impression contributed like no another measure to the awakening of the cultural life of the new court, acting in the circulation of written, of ideas, and of relations of sociability. In this environment, the necessity of conquering the good graces of the sovereign to obtain prestige implicated that the first publications of the beginning of the 19th century disposed already of pages been intended for the dedications, whose laudatory tone it was aiming to convince on the merit of indults and favors. A great deal of the works published by the Royal Impression in the period were explicitly dedicated to some important social or politics figures, and an expressive number went to a sovereign D. John. Many scholars achieved a quite succeeded trajectory, others did not conquer success; but the use of the praises printed along the literary trajectory of many people allows to notice that the practice crossed the ocean with the Real Family, and it lasted a long time along eight hundred in Brazil.

Keywords: Dedications. Sociabilities. 1808. Patronage. Portuguese Royal Family. History of Books

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	13
1	AS DEDICATÓRIAS E O ANTIGO REGIME	30
1.1	O nascimento das homenagens impressas	30
1.2	Editores, autores e dedicatórias	43
1.3	As dedicatórias e o <i>Antigo Regime nos trópicos</i>	55
2	A DINÂMICA POLÍTICA E OS ELOGIOS	62
2.1	A chegada das luzes impressas	62
2.2	Os primeiros anos de governo	84
2.3	Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves	116
2.4	A quem dedicar?	136
2.5	A tipografia na Bahia	143
3	A SUBMISSÃO DO HOMEM DE LETRAS	155
3.1	Privilégios e letrados	155
3.2	Antônio José de Lima Leitão e Bernardo Avelino Ferreira e Souza	160
3.3	D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho e Fr. Francisco de Sampaio	179
3.4	Januário da Cunha Barbosa e Romualdo Antônio de Seixas	194
3.5	Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e Manoel Joaquim da Silva Porto ..	207
3.6	José da Silva Lisboa	218
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	234
5	FONTES	241
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS	252
	ANEXO A - Lista de autores que dedicaram suas obras	262
	ANEXO B - Listagem de obras oferecidas em homenagem	265
	ANEXO C - Observações sobre o comércio franco no Brasil	294

ANEXO D - A Assunção	295
-----------------------------------	------------

Introdução

Trabalhar com período joanino é um desafio. Em primeiro lugar porque freqüentemente é preciso convencer aos demais, historiadores inclusive, da importância de se estudar o período; e, muitas vezes, se faz necessário justificar a escolha do tema ou do objeto inserido em um contexto relegado a segundo plano pela historiografia brasileira. O ano de 2008 trouxe um pouco de luz ao início do século XIX no Brasil, com as comemorações dos 200 anos da transferência da corte portuguesa, aumentando os interesses sobre a temática e possibilitando oportunidades para desmistificar esse nosso passado e começar a compreendê-lo melhor.

Acima de tudo, o que assola os historiadores que se debruçam sobre essa temática é a irregularidade da documentação. As viagens transoceânicas de D. João e seu gabinete e, mesmo, os problemas de posse e conservação dos documentos contribuíram para que muitos destes se perdessem. Fugindo ao campo da documentação oficial e política, observa-se que muitos folhetos são conhecidos apenas por serem citados em outros papéis. E um número maior do que o desejado de obras publicadas na Impressão Régia e na Tipografia de Antônio Manoel de Silva Serva não pode ser localizado para pesquisa.

O presente trabalho tem como objeto essas obras publicadas entre 1808 e 1821, período de governo de D. João, abrindo um pequeno espaço também para aquelas publicadas no ano de 1822. Esses livros e impressos não foram tratados como fonte de consulta ou bibliografia de referência, mas sim como objeto, como foco da pesquisa, por sua importância e representatividade. Os livros quase sempre estiveram envolvidos em uma atmosfera mística, exercendo seu fascínio mesmo sobre aqueles que não os podiam ler. Apesar de ocupar grande espaço no ofício do historiador, o livro como objeto

tornou-se uma análise, em geral, reservada aos bibliófilos. A história da leitura, mais recente, começou como campo dos historiadores da literatura e da filosofia, abrindo-se mais tarde para os historiadores da cultura.

Se a leitura não é prática neutra, sendo campo de disputa e espaço de poder¹, essa mesma dinâmica pode ser observada no universo dos livros. Esse universo oferece ao historiador uma gama de questões a serem estudadas, que variam desde a formação e simbologia das bibliotecas, seu papel no processo civilizador e na história dos últimos séculos, as relações entre leitura e leitores, o estudo de cada acessório e os papéis dos indivíduos ao seu redor. Essas inúmeras questões estão ligadas a distintos campos de pesquisa histórica, que se diferenciam e ao mesmo tempo se mesclam. Por isso, analisar as dedicatórias é também estudar o universo do livro, dos leitores, da leitura e das sociabilidades.

As dedicatórias impressas, homenagens representativas das práticas de mecenato, são acessórios do livro e fazem parte de sua história desde sua forma manuscrita. Trabalhar com as dedicatórias impressas é trabalhar com todos esses elementos e possibilidades que remetem à história do livro, penetrando nos significados de seus diferentes aspectos, relações e utilizações. Constitui um dos meios de análise do significado dos livros dentro de uma sociedade, das relações desse impresso com os demais e das próprias relações de sociabilidade. As dedicatórias são objeto de meu projeto de mestrado, objetivando dar prosseguimento e aprofundar as pesquisas realizadas para a monografia de final de curso da graduação em História.² As possibilidades de análise abarcam os comportamentos e jogos políticos, a forma como a

¹ Márcia Abreu. *Leitura, história e história da leitura*. 2ª reimpressão. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2002, p. 15.

² Ana Carolina Galante Delmas. *Dedicado ao Príncipe do Brasil: uma análise das dedicatórias impressas de Jose da Silva Lisboa e Domingos Alves Branco Muniz Barreto*. 2006. 72 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em História) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico. Orientador: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves.

política se apóia na hierarquia vigente, as representações culturais e símbolos formadores da identidade do indivíduo e do grupo ao qual ele pertence e o contexto no qual se inserem.

O marco inicial desse projeto é a vinda da família real para o Brasil e a conseqüente abertura da primeira tipografia oficial: a Impressão Régia. O corte cronológico privilegia a ligação das dedicatórias com as relações políticas e culturais do príncipe regente e rei D. João VI, terminando em 1821, com a volta do monarca para Portugal. Com a instituição da Impressão Régia e, posteriormente, de outras tipografias privadas, o Brasil se abriu também para o campo do desenvolvimento das relações sociais através das homenagens impressas, permitindo a observação dos primórdios dessa prática no lado de cá do Atlântico.

Se privilegiarmos uma história da cultura, esses objetos relacionam-se com um ambiente de novidades, de abertura das primeiras tipografias, do aumento da produção e valorização dos livros e impressos; além das mudanças subseqüentes nas relações sociais. Através das dedicatórias e de suas implicações pode-se estudar o comportamento político, os jogos envolvidos nas práticas que constituem a atmosfera política, aspectos da cultura de um grupo ou mesmo de um povo. O ato de dedicar uma obra constitui uma busca por um novo lugar na sociedade, por meio de mudanças na hierarquia política e na valorização cultural daquele que homenageia. É um ato aparentemente sutil, mas carregado de significados políticos e de identidade cultural, capaz de transformar o modo como a sociedade enxerga o letrado por modificar seu *status* político e cultural.

As homenagens presentes nas páginas dos livros estão ligadas às idéias, ao poder e à cultura. Em uma época em que viver da divulgação das próprias idéias era um desafio, era necessário utilizar-se das convenções para adquirir patrocínio e proteção.

Saber colocar-se na hierarquia do poder para ser capaz não apenas de sobreviver, mas de sobressair em uma sociedade cuja mentalidade estava ligada às práticas do Antigo Regime e a uma sofisticada rede de convenções sociais, exigia tanto habilidades políticas quanto sutileza dos letrados. Os livros são representantes das relações políticas e culturais e as relações da sociedade com tais impressos refletem sua mentalidade. Estudar os livros é também estudar o contexto no qual se inserem e as dedicatórias são correlação do papel do livro nas práticas e representações culturais e políticas do período em questão.

A historiografia brasileira sobre livros e impressos em geral aborda apenas alguns aspectos destes objetos. Há trabalhos voltados para a história de casas editoriais e comerciais, trabalhos sobre a bibliofilia, outros sobre o período colonial e aqueles que se dedicam a examinar as relações entre os leitores e o uso dos livros. Outros estudos abordam o livro no Brasil, mas não existem trabalhos que se debrucem sobre o papel das dedicatórias impressas e sua prática e representatividade, ou mesmo sua existência. Da mesma forma, não há um trabalho abrangente que analise o livro como símbolo de poder e instrumento político e cultural no Brasil. Por isso, além de bibliografia que disserta sobre o Antigo Regime Europeu e suas práticas, é necessário percorrer o material voltado para a história do livro, dos leitores e da leitura, uma bibliografia rica e de produção crescente. Esta foi uma tentativa de contornar o problema da falta de trabalhos específicos sobre o tema das dedicatórias no Brasil, buscando suprir essa lacuna, o que se constituiu no desafio dessa dissertação.

Destacam-se os trabalhos de autores como Daniel Roche e Robert Darnton, Isabelle Olivero, e Jean Hébrard também foram de fundamental importância, oferecendo a possibilidade de investigações que pudessem suprir a falta de bibliografia específica para a elaboração da pesquisa proposta. De igual relevância, a historiografia brasileira

se faz presente com publicações acerca de livros e impressos, representados na obra de autores como Ana Maria de Almeida Camargo, Rubens Borba de Moraes, Lúcia Bastos Pereira das Neves, Luiz Carlos Villalta, Marco Morel, Márcia Abreu, Carlos Rizzini, Laurence Hallewell, Tânia Maria da Cruz Ferreira Bessone, Ângela de Castro Gomes, Maria Beatriz Nizza da Silva e Nelson Schapochnick.³

A prática das dedicatórias impressas esteve presente desde o primeiro ano em que foi, oficialmente, permitida a impressão de obras. O ato de se homenagear alguém através das páginas iniciais de uma publicação foi uma prática tímida no Brasil de 1808, mas que ocorreu de forma bastante semelhante à que transcorria na Europa do Antigo Regime. Elemento de sociabilidades de uma sociedade de Corte e de representação do ambiente político, as dedicatórias relacionam-se tanto à história política quanto à história cultural, merecendo, mais do que ter apenas sua existência comprovada, uma investigação profunda de suas nuances, de seu papel no ambiente político e de tudo aquilo que pode nos dizer sobre a sociedade do Brasil no século XIX.

O estudo parte da história política, embora não se limite a tal campo, uma vez que busca suas relações com os aspectos econômicos, sociais e culturais da sociedade brasileira das primeiras décadas do oitocentos. A dedicatória impressa apresenta-se como símbolo das relações políticas, de suas práticas e reivindicações, das trocas efetuadas na busca por poder e influência; símbolo de uma política apoiada na hierarquia vigente. O livro e a dedicatória também são marcas de uma cultura que procura sofisticar suas relações e representações. Uma vez que a história cultural visa a identificar a essência e analisar a realidade social do período em questão, no caso, é interessante observar a utilização do livro e da dedicatória por uma elite letrada em meio a uma maioria de iletrados.

³ Para a relação dos livros desses autores, ver bibliografia, ao final da dissertação.

A análise das dedicatórias volta-se para o campo político, uma vez que estas são instrumentos do jogo político, de suas reivindicações e práticas simbólicas. Volta-se também para o cultural, uma vez que se faz necessário descobrir de que forma a prática das dedicatórias impressas está presente nas permanências culturais e ligada a elementos de uma história cultural. O presente trabalho visa, acima de tudo, a compreender como essa prática funcionava, no Brasil, quais as suas ligações com as relações de mecenato observadas no Antigo Regime, bem como em que se diferenciavam. Objetiva debruçar-se sobre elementos das sociabilidades do Brasil, nos primórdios do XIX, procurando entender a ligação da referida prática com o contexto político das primeiras décadas do oitocentos brasileiro. Voltando-se para tais aspectos é possível compreender, também, a dinâmica dos letrados do período, enriquecendo os estudos do Brasil do final do setecentos e do início do século XIX.

Os objetos privilegiados inserem-se no novo contexto da História Política, trabalhando sim, com fontes ligadas a uma história do Estado, mas que podem ajudar a analisar e compreender uma gama mais ampla de questões. Não se objetiva construir apenas um levantamento das obras dedicadas ou uma narrativa que trabalhe com essas publicações, mas uma análise do estabelecimento e concretização da prática do oferecimento do livro e do contexto em que esses processos tomam lugar. O trabalho pode contribuir por privilegiar objetos antes negligenciados, tornando-os parte de uma história do político; das culturas políticas do Brasil; do político visto como algo amplo e complexo e não somente o espaço da política do Estado, analisado como um campo com relativa autonomia, um campo com uma razão de ser.

É objetivo principal do projeto demonstrar que o Brasil, apesar de ser por vezes considerado um ambiente que, praticamente, desconhecia as luzes e determinadas práticas de sociabilidade, permitiu, com a abertura da Imprensa Régia, que ligações de

mecenato e de cordialidade se expressassem através das páginas de homenagem. Almeja-se, também, compreender a expressividade dessa prática e identificar sua ligação com o Antigo Regime e de que forma foi exercida no Brasil.

Nessa perspectiva, foi preciso identificar as repercussões das dedicatórias na trajetória daqueles que as ofereciam. Além disso, que outros fatores alinhados ao ato de dedicar uma obra ao soberano tornavam possível a um letrado cair nas boas graças de seu homenageado; e por que alguns letrados alcançavam franco sucesso utilizando a dedicatória, ao passo que outros não tinham seus elogios bem recebidos.

A Impressão Régia não foi a única tipografia do Brasil no período selecionado. A abertura da Tipografia de Silva Serva, na Bahia, dá oportunidade de agregar o estudo das obras que saíram de seu prelo a esta pesquisa. Enriquecem-se, assim, as análises acerca da utilização das dedicatórias e sua relação com a política e as sociabilidades vigentes, contribuindo para o objetivo de se compreender o período e verificar se a prática das homenagens impressas alinhava-se com os rumos do período joanino.

Para a realização das pesquisas propostas, foi necessário recorrer tanto a uma História do Livro, quanto a uma História da Leitura. Apesar de privilegiarem análises diferentes, percorrem um caminho semelhante e trouxeram elementos fundamentais para a concretização do presente estudo. À última as atenções da historiografia geral e do Brasil voltaram-se mais recentemente, o que contribuiu para uma expansão dos horizontes acerca dos estudos sobre o livro, inclusive sobre as dedicatórias impressas. O estudo do livro como objeto material expandiu-se para a análise sobre autores e leitores, sobre seus diferentes elementos e papéis em seu entorno, apresentando uma complexidade crescente ao passo que foram se tornando cada vez mais específicos. Levantou-se a importância pessoal da leitura; das práticas de leitura e escrita; dos leitores; do alcance e significado político das bibliotecas reais (feitas pelo Rei para o

público e, sobretudo, das bibliotecas pessoais dos monarcas); dos cargos políticos, carregando a importância do poder e do saber; e do significado simbólico das dedicatórias. Foram utilizados, entre outros, *Leitura, história e história da leitura*, organizado por Márcia Abreu; *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*, de Marc Baratin e Christian Jacob; *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas*, de Roger Chartier; *Boemia literária e revolução*, de Robert Darnton; o artigo de Maria Odila da Silva dias publicado na Revista do IHGB intitulado “Aspectos da ilustração no Brasil”; *O aparecimento do livro*, de Lucien Febvre e Henri-Jean Martin; *O livro no Brasil (Sua história)*, de Laurence Hallewell; e *A palavra escrita. História do livro, da imprensa e da biblioteca*, de Wilson Martins.

Ao trabalharem com novos objetos, os historiadores do livro e da leitura depararam-se com problemas inéditos, sendo necessária a utilização de fontes antes subestimadas, como inventários, listas de subscrição e acervos de bibliotecas públicas e, sobretudo, particulares. A análise dessas fontes, que ainda têm seu alcance discutido pelos pesquisadores, foi capaz de fornecer informações acerca do comércio e da circulação de livros no Brasil colonial. Dentre os novos estudos, privilegiou-se também o tema das bibliotecas. A forma de debruçar-se sobre este assunto pode ajudar a compreender determinadas sociedades e relações de sociabilidade. Pode-se observar de que forma um governo ou grupo exerce seu poder de censura: pela proibição através de censores e mesas censórias, ou mesmo através da destruição. Muitas informações foram encontradas ao se estudar os “Infernos” das grandes bibliotecas nacionais, notando-se, neste caso, o quanto os historiadores do livro devem a bibliófilos que não conseguiram destruir as obras proibidas. Ao mesmo tempo, são conhecidos muitos títulos apenas através de catálogos, uma vez que os exemplares não tiveram a mesma sorte e se

perderam. Analisam-se bibliotecas sobreviventes e também as destruídas, das quais também só há registros, e percebe-se a fragilidade de objetos tão mistificados.⁴

Impossível abordar as Histórias do Livro e da Leitura sem mencionar a História Cultural. Pautada em diversas possibilidades de abordagem, a presente pesquisa rende-se a Roger Chartier: forma nascida da historiografia francesa, que privilegia os conceitos de representação e apropriação.⁵ A linha proposta por Chartier é defendida como escape às “neuroses” da historiografia e à necessidade da História em se afirmar como ciência. Essa necessidade demanda uma revisão do conceito de cultura e daquilo que representa, de todas as práticas e, especialmente, de suas representações. A conjuntura histórica observa a valorização das representações e uma necessidade em abordá-las de forma global. A história cultural torna-se, então, o campo de estudo das formas de representação do mundo. Sobre a necessidade de se ver como ciência, muitas obras contribuem para compreensão desta e para o estabelecimento de uma identidade histórica que, como se observou, ainda busca seu lugar entre a ciência e a literatura. Admite-se então o caráter subjetivo da disciplina, suplantada pela construção de um conhecimento sólido independente de sua forma. A história cultural, que, no Brasil, exerceu uma influência tardia, expressando-se quando as mentalidades já se encontravam em declínio, abre espaço para discussões que diminuem as amarras de limites teóricos que restringiam abordagens e a escolha dos objetos.

⁴Alberto Manguel. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 15-114. e Edouard Rouveyre. *Dos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000, p. 15-53.

⁵Dentre as obras de Roger Chartier utilizadas na presente dissertação encontram-se: *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988; *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002; *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas*. Brasília UNB, 1994; *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004; “O Homem de Letras”. In: Michel Vovelle (dir.) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Presença, 1997; *Inscrever e Apagar: Cultura escrita e Literatura, Séculos XI a XVIII*. São Paulo: Editora UNESP, 2007; *Práticas da Leitura (dir.)*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001; e o trabalho com Daniel Roche, “O livro: uma mudança de perspectiva.” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.

A essas abordagens, somam-se as novas perspectivas proporcionadas pelo olhar da Nova História Política, renovada, rejeitando o tom laudatório, a essência de crônica do estado e das biografias dos grandes homens, para se dedicar ao estudo das culturas políticas em um esforço de renovação que a fez se abrir a um diálogo interdisciplinar – especialmente com a Antropologia Cultural e as demais Ciências Sociais. Abre-se então um campo de estudo para novos objetos, inseridos nessa ampliação do conceito de política e da noção de Cultura Política.⁶ Esta, capaz de se tornar instrumento de compreensão de algo além da política e mais específica que a cultura como um todo, da compreensão de valores, representações, atos políticos e outras manifestações. Cultural e político não mais disputam por hegemonia, mas trabalham em conjunto para preencher lacunas, direcionando-se também sobre as relações entre o individual e o coletivo. Torna-se possível um estudo das representações, analisando tanto a realidade quanto a sua percepção.

A valorização das variadas leituras, sem a preocupação com uma hierarquia das obras permitiu uma volta aos clássicos, agora tidos como elementos de um discurso político mais amplo e, necessários para apreensão do contexto, que permite a compreensão dos conteúdos. Abre-se espaço para novos diálogos e articulações, seguindo a narrativa iluminista de um complexo de narrativas; torna-se possível ao historiador a combinação de diferentes histórias, acrescentando aos modelos de escrita ao invés de torná-los obsoletos. Abre-se espaço para uma convergência entre política, cultura, erudição, resultando em diferentes e ilimitadas perspectivas de análise para as novas possibilidades de objetos.

Torna-se possível estudar objetos integrantes do mundo político, e seu lugar na dinâmica política, sem a necessidade de abrir mão de seus aspectos ligados ao cultural.

⁶ René Remond. *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996, p. 13-36.

Viável tangenciar ambos, observando o papel do objeto, no caso as dedicatórias impressas, na rede de sociabilidades, no mundo dos livros, e na hierarquia política vigente. Plausível sistematizar teorias, pressupostos e conceitos na busca pela metodologia que melhor atenda às fontes privilegiadas.

Aliadas às teorias, as pesquisas documentais começam a revelar as relações sociais refletidas no mundo dos livros. Os estudos avançam quanto às apropriações da leitura e que afirmações sobre estas podem ser feitas. Observa-se que, por ser a leitura recebida de forma individual e subjetiva, a liberdade dos leitores nunca foi totalmente suprimida. Nota-se que as ligações entre cultura erudita e cultura popular podiam ser mais estreitas do que se supunha anteriormente. Atenta-se para construções e apropriações, para continuidades e discontinuidades, para o que significam as escolhas de uma sociedade acerca do que manter e do reconstruir de maneira diferente. Ou seja, estudos de autores como Roger Chartier, que tomam como elementos as comunidades de leitores, a formação das bibliotecas, a dinâmica editorial e a distribuição dos livros e a representatividade do livro, são caminhos para uma melhor compreensão de dinâmicas culturais, sociais, e mesmo políticas.⁷

A teoria utilizada volta-se ainda para reconhecimento dos dados quantitativos para a história do livro, a incorporação de um vocabulário específico para lidar com a identificação de novos papéis e a utilização de novas fontes. O livro surge como centro de interesse, recuperando a relação entre bibliomania, bibliologia e bibliografia. Soma-se a isso a realização do livro e da própria História como elementos de percepção do mundo e agentes formadores de identidades.

Publicações que fornecem conhecimentos acerca das Luzes, da erudição, daquilo que se entende por civilização, da História do Livro e da Imprensa, do ambiente do

⁷ Roger Chartier. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.

Antigo Regime e do Brasil foram revistos, agora à luz dos interesses dos estudos para a dissertação. A trajetória de livreiros e livrarias no Brasil; o olhar sobre a cultura popular no ambiente do Antigo Regime francês; a dinâmica editorial e seus efeitos sobre o mundo dos leitores; os livros vistos do âmbito público e do privado; o papel das correspondências como fontes para o estudo das sociabilidades e da história de bibliotecas; o uso de novas fontes; tudo contribuiu para a nova dinâmica sobre os estudos, ligando o uso das dedicatórias às sociabilidades do período escolhido.

Entre as fontes utilizadas para o desenvolvimento do trabalho estão primordialmente as publicações da Imprensa Régia do Rio de Janeiro e da Tipografia de Silva Serva, na Bahia. Articulam-se com estas algumas obras contendo dedicatórias impressas encontradas no acervo referente à Imprensa Nacional de Lisboa e documentos de cunho biográfico (de origem diversa, que fornecem as informações para a identificação da trajetória pública daqueles que oferecem a homenagem), encontrados, principalmente, na Coleção Documentos Biográficos da Biblioteca Nacional e na Coleção do Desembargo do Paço, no Arquivo Nacional. Ao longo do caminho, foram sendo utilizadas outras fontes, como o periódico *A Gazeta do Rio de Janeiro*, que contém os anúncios das obras publicadas. Procurou-se da mesma forma utilizar o *Correio Braziliense ou Armazém Literário* e o periódico de curta existência denominado *O Patriota*: nessas publicações foi objetivo buscar resenhas literárias acerca das obras oferecidas e, infelizmente, o material encontrado não foi extenso. Mesmo com a escassez desse tipo de impresso ao longo do contexto delimitado, contando-se também com algumas informações acerca do periódico baiano *A Idade do Ouro*, foi possível observar que os olhares acerca das obras eram distintos, acompanhando o direcionamento político da publicação.

A maior parte das fontes utilizadas para realização da pesquisa proposta é composta por documentação oficial arquivada no acervo da Biblioteca Nacional (especialmente na Divisão de Obras Raras, mas também na Divisão de Manuscritos); no Arquivo Nacional; e em documentos, que compõem o acervo do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. A essas fontes somam-se obras de referência, como a *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*⁸, *A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819*⁹, *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora*¹⁰, e o *Diccionario Bibliografico Brasileiro*¹¹, entre outras.

Em primeiro lugar, foi necessário um levantamento e reconhecimento das obras dedicadas, somando-se a estas, livros que contenham homenagens, mesmo discretas, ao longo do texto. Tal foi realizado no acervo da Imprensa Nacional de Lisboa para reconhecimento da presença de dedicatórias em Portugal, no contexto que antecedeu a transferência da corte. O levantamento das obras saídas dos prelos da Impressão Régia, entre os anos de 1808 e 1821, fez com que fosse necessário abrir espaço para as obras publicadas em 1822, ainda que este ano não faça parte do período do governo de D. João no Brasil, por guardarem certa relação com as publicações do ano anterior. As publicações deste ano ainda mantinham continuidades com as do período joanino, uma vez que a posição política do Brasil se define somente ao longo deste ano, contribuindo para a análise da prática das dedicatórias impressas.

Uma vez realizado essa etapa inicial, observou-se a necessidade de levantar as obras oferecidas em homenagem publicadas pela Tipografia de Antônio Manoel de

⁸ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. 2 v.

⁹ Renato Berbet de Castro. *A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819*. Bahia: Secretaria da Educação e da Cultura, 1968.

¹⁰ *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora*. Vol. I (1768-1800). Lisboa: Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1975.

¹¹ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario Bibliografico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970).

Silva Serva, da cidade de Salvador, Bahia. Ao longo do período delimitado para o estudo, a Imprensa Régia não foi a única casa impressora em funcionamento; sendo assim, para uma análise que aspirava ser completa, acerca do uso das dedicatórias, os trabalhos de Silva Serva não poderiam ser deixados de lado. Com um tempo de funcionamento menor que o da Imprensa Régia, e um número inferior de publicações, as obras impressas na Bahia foram grata surpresa pelo que revelaram sobre as homenagens em questão.

Para a pesquisa foram analisados também requerimentos de publicação das obras, submetidos aos órgãos de censura, e requisições de títulos e benesses. No caso dos primeiros, não foi observada de maneira geral distinção pelo fato de haver dedicatória, o que leva a crer que esta era avaliada em conjunto com o restante da obra. Quanto ao segundo tipo de documentação, foram encontrados os pedidos e as concessões ou negativas, muitas vezes sem a indicação de data e local. Dessa forma, esses documentos figuram no arrolamento de fontes por terem corroborado com o levantamento dos dados biográficos e construção do conteúdo das trajetórias, porém, praticamente não foram citados ao longo do texto da dissertação.

Nem todas as fontes utilizadas para realização do trabalho são desconhecidas, mas é a primeira vez que se dispensa atenção especificamente para suas primeiras páginas, em que figuram as dedicatórias. Dessa forma, observando-se essas dedicatórias como fontes trabalhadas como objeto de forma inédita, considerou-se importante que fossem transcritas quase integralmente. Além de nunca terem sido trabalhadas no Brasil, o conteúdo dos textos é extremamente interessante, sendo suas transcrições, ainda que longas, oportunidade concedida ao leitor de se deliciar com os elogios.

Também foi realizado o levantamento das biografias dos letrados selecionados, a fim de se identificar suas trajetórias na vida pública e sua representatividade na vida

política e cultural do Brasil, através de documentos de cunho biográfico e de obras de referência. Ao cotejar os dados recolhidos com os nomes daqueles que ofereceram suas obras em homenagem, busco apreender as relações envolvidas no ato de dedicar uma obra e as implicações dessas relações tanto na vida do autor quanto na vida política do país, que podem ser observados na trajetória pública daquele que oferece a homenagem. Identificando o posicionamento político de cada letrado e observando, em que ponto de sua vida, a dedicatória foi oferecida – sua situação e colocação nas elites política / social, antes e depois da homenagem –, é possível observar os efeitos do mecanismo. Além disso, é preciso verificar quantas dedicatórias foram oferecidas e quais os efeitos de cada uma na biografia referente.

Para o processo de análise, é preciso um olhar crítico sobre as fontes, que apresentam, em sua identidade, o tom laudatório e o uso incondicional de uma retórica do elogio. O exame do conteúdo das obras e da trajetória de seus autores – utilizando-se também a documentação oficial relativa aos letrados para reconhecer a trajetória de seus autores na vida política, social e administrativa do Brasil – proporciona um caminho para a identificação e reconhecimento das práticas políticas e culturais do período e para um conhecimento mais profundo das elites intelectual e política das primeiras décadas do século XIX. Entre os autores que serão objetos de pesquisa neste projeto, encontram-se José da Silva Lisboa, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, Padre Manoel Ayres do Casal, Duarte Mendes de Sampaio, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, e muitos outros que dedicaram ao menos uma obra ao longo de suas vidas, constituindo-se por sua participação e representatividade na vida política e cultural do país em rica fonte para o estudo das relações sociais através das dedicatórias impressas.

Para atender aos objetivos propostos, os capítulos da presente dissertação serão estruturadas da seguinte forma:

Capítulo 1: As dedicatórias e o Antigo Regime – Esse primeiro capítulo apresenta como objetivo elaborar uma análise das dedicatórias no contexto do Antigo Regime, observando de que forma essa prática transcorria em seu lugar de origem: seu surgimento e características nesse ambiente de hierarquias e privilégios. Para isso foi utilizada uma vasta bibliografia de referência, que fornecesse as informações necessárias apesar da falta de material específico. Além disso, busca-se observar de que forma foram recebidas em um ambiente de Antigo Regime nos trópicos, e a maneira como encontram campo fértil para desenvolverem de forma semelhante a de seu contexto original.

Capítulo 2: A dinâmica política e os elogios - Atentando para a presença das dedicatórias em Portugal dos fins do século XVIII, a proposta desse capítulo é demonstrar a expressividade das homenagens impressas no Brasil em termos quantitativos e, também, no campo intelectual. Procede-se a uma análise das dedicatórias impressas no contexto da abertura da Imprensa Régia e dos anos subsequentes, atentando-se para a maior presença das obras direcionadas a D. João, observando também a publicação de obras voltadas a outras personalidades. Pretende-se uma análise, que leve, em consideração, os contextos políticos do Rio de Janeiro e de Salvador (sedes da Imprensa Régia e da Tipografia de Silva Serva), individualmente, e o contexto do Brasil das primeiras décadas do século XIX, atentando para o cenário político e suas modificações e procurando observar traços da cultura política da época. Foram utilizadas as obras publicadas pelas duas tipografias, além de bibliografia de referência que auxiliasse o processo de análise não apenas do contexto, mas do conteúdo dessas publicações. Pretende-se observar essa prática de maneira geral e sua longevidade, ainda sem analisar, especificamente, as dedicatórias aos soberanos e as hipóteses ligadas a esse direcionamento.

Capítulo 3: A submissão do homem de letras – Esse capítulo dedica-se às trajetórias dos letrados que ofereceram suas obras em homenagem, observando a aquisição de privilégios e os percalços, a sua ascensão e sua inserção nas elites intelectual / social / política do período em questão. Nesse último capítulo, além das obras oferecidas em homenagem, trabalhou-se com periódicos e uma documentação variada que fornecesse dados biográficos dos autores escolhidos. A seleção desses letrados baseou-se em vários pressupostos, partindo do número de obras que ofereceram - e do número de obras que puderam ser localizadas para pesquisa, preocupando-se em abordar indivíduos que representassem diferentes origens e representatividades sociais distintas, passando também pela disponibilidade de documentação que desse suporte ao tipo de análise pretendida. É proposta desse capítulo comprovar não só a existência da prática do oferecimento de elogios públicos em troca de boas graças, mas identificar algumas de suas especificidades e mecanismos.

O objetivo do trabalho vai além de comprovar a existência da prática das dedicatorias impressas no Brasil joanino, esforçando-se também pra compreendê-la no contexto das primeiras décadas do oitocentos. A análise proposta busca observar no universo dos livros e da leitura do Brasil, um mecanismo de sociabilidade que ocorre no mundo dos impressos. Começar a desvendar tal prática é da mesma forma compreender melhor a história do livro e da leitura no Brasil, bem como um aspecto tão importante da história política e cultural do país.

CAPÍTULO 1: As dedicatórias e o Antigo Regime

1.1. O nascimento das homenagens impressas

SENHOR,

Três são os motivos, que obrigam os Escritores a dedicar suas obras aos Grandes Príncipes: procurar que possam correr por todas as partes livres da censura, á que se expõem todas as obras públicas; esperar do conhecimento de tão altos Senhores uma pia correção; e finalmente ganhar por este meio suas Régias considerações: e como todas estas circunstâncias me assistem para com VOSSA MAJESTADE, não poderia, sem que fosse taxado de ingrato, dedicar este meu primeiro trabalho senão a VOSSA MAJESTADE, que me pondo a coberto de qualquer censura, ao mesmo tempo me assegura do acolhimento que devo esperar de todos, que a exemplo de VOSSA MAJESTADE, se dedicam ao conhecimento das Artes Ciências.¹²

A passagem acima é fragmento de uma dedicatória oferecida a D. João VI, no ano de 1817. Além de ser exemplo da existência da prática das homenagens impressas na América Portuguesa, deixa transparecer que essa importante expressão sócio-político-cultural seguia, no Brasil, princípios semelhantes àqueles de seu contexto original. Portanto, não só se faz necessário estudá-las em seu novo ambiente, como observá-las em seus primórdios, e na conjuntura em que atingiram seu ápice.

A prática das dedicatórias tomou forma no complexo contexto do Antigo Regime que, apesar de ter suas estruturas abaladas pela Revolução Francesa, deixou permanências no ambiente da Europa do século XIX e também do Brasil oitocentista. Atmosfera dividida entre aqueles que desejavam mais mudanças e aqueles que defendiam uma volta às antigas estruturas. Foi em uma conjuntura de tentativas de se exorcizar o passado, recorrendo à oposição entre o antigo e o novo, que surgiu, em diversos escritos, a definição do conceito que a historiografia hoje conhece como Antigo Regime. Especialistas do tema, como Tocqueville, Furet e Doyle, ainda que com olhares de épocas diferentes, afirmam que se deve aos revolucionários a criação do

¹² Elementos de desenho, e pintura. E regras geraes de perspectiva. Dedicadas ao Senhor Rey D. João VI. Por Roberto Ferreira da Silva. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817, p. 3.

termo, cujo “nascimento póstumo” constituiu sua principal originalidade.¹³ Nessa primeira fase, o sentido da palavra era bastante limitado, não havendo ainda uma preocupação de exprimir uma mudança mais global. No entanto, o conceito histórico foi se anunciando, ligado a um contexto específico, decorrente do próprio processo revolucionário, ao longo de 1789 e, em seguida, de 1791 a 1792. O que se estava tentando destruir com o movimento revolucionário francês viria a assumir a denominação de *antigo*, reconhecendo-se que algo novo começava a se instaurar.

A Revolução Francesa, porém, que trouxe à tona o conceito moderno de revolução, não significou uma ruptura total com o passado: estruturas foram abaladas, mas estas não sofreram modificações tão drásticas como aquelas pretendidas por muitos dos revolucionários. Diversos de seus ideólogos, pautados na herança do Iluminismo, mostravam-se mais favoráveis a uma racionalização da administração, a uma regeneração do Antigo Regime; afinal, na escrita dos filósofos, a idéia de revolução ligava-se, sobretudo, à questão política. Nesse sentido, se, na época, a revolução de 1789 significou ruptura profunda com a estrutura anterior, foi longo o caminho para o desmoronamento total do Antigo Regime, especialmente em outras formações sociais, como aquelas do mundo ibérico.¹⁴

Assim, se é fácil identificar o conceito de Antigo Regime com o longo período que se estende entre os séculos XVI e XVIII, ainda que marcado por conjunturas diferentes, há toda uma discussão e uma divergência quanto ao fim de tal sistema. Para William Doyle, por exemplo, se a Revolução Francesa pôs fim à organização de características

¹³ Alexis de Tocqueville. *O Antigo Regime e a Revolução*. [1856]. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1979; François Furet. “Antigo Regime”. In: François Furet & Mona Ozouf. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989; William Doyle. *O Antigo Regime*. São Paulo, Editora Ática, 1991.

¹⁴ Para tal perspectiva acerca do conceito de Revolução Francesa, ver F. Furet. *Pensar a Revolução francesa*. Lisboa, Edições 70, 1988. Para a questão do mundo ibérico, ver François-Xavier Guerra. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, Mapfre/Fondo de Cultura Económica, 1992.

sociais, econômicas e políticas que distinguiram o Antigo Regime, dinamizada por um contexto econômico e social francês conturbado e dividido entre algumas regiões de prosperidade e um interior miserável, ao mesmo tempo, em diversos aspectos, não se observou uma ruptura definitiva com a antiga ordem política e institucional.¹⁵ Mesmo perspectivas divergentes em relação à ruptura total e ao desmoronamento de determinados aspectos concordam que o referido sistema deixou suas permanências por várias décadas subseqüentes a 1789. Uma dessas permanências foi a prática das dedicatórias, indicação da continuação das relações de mecenato, e demonstração de que a hierarquia social não foi tão profundamente modificada.

Definir o Antigo Regime é igualmente tarefa árdua, uma vez que representa uma sociedade complexa, composta por seus poderes, tradições, usos, costumes, mentalidades e instituições. Uma das possibilidades propostas pela historiografia francesa é a de enumerar o inverso das novidades que lhe foram subseqüentes. Politicamente, ele continuou a ser o regime da diversidade jurídica, administrativa, da superposição de instituições e, sobretudo, do privilégio¹⁶. Socialmente, era formado por ordens que, embora não sendo classificações estanques, definiam-se em função do privilégio do nascimento. Mentalmente, era caracterizado por uma mescla entre o maravilhoso e o fervor cristão, um freqüente analfabetismo, uma vida local extremamente fechada, uma concepção fraca de Estado e uma adoração ao monarca.¹⁷

O peso da religião católica na vida dos indivíduos foi uma das marcas fundamentais dessa sociedade, uma vez que essa se transformava em catalisador das

¹⁵ William Doyle. *O Antigo Regime*. p. 69. Para A. Mayer, o Antigo Regime só teria seu fim com a 1ª Guerra Mundial. Cf. Idem. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.

¹⁶ Privilégio: palavra que se encontra em qualquer canto do Antigo Regime, e que dominava os modos de produção cultural no fim do Século XVIII. No mundo das letras, o talento por si não bastava, era preciso recorrer aos expedientes do privilégio e da proteção; e foi a próprio sistema de busca por essas prerrogativas um dos responsáveis pelos ímpetus revolucionários. Cf. Robert Darnton. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p.30-33.

¹⁷ William Doyle. *O Antigo Regime*, p. 48-55.

crenças e dos anseios dos homens. Minorias religiosas desempenharam papel fundamental no desenvolvimento econômico, mas o período foi marcado pelas relações entre o soberano e o clero, as disputas internas entre os membros da Igreja e movimentos de reformas religiosas. A educação continuou a ser controlada pela Igreja Católica, chegando com eficiência apenas às elites. Ao fim do setecentos, a crescente produção de material impresso, o incentivo à alfabetização e a difusão de uma cultura escrita abalaram a cultura popular como se conhecia. Aos poucos, foi se abrindo espaço para a valorização da figura do letrado.

As relações entre soberanos e letrados fazem parte de práticas ligadas ao Antigo Regime e a seu complexo sistema de mercês e concessões, presentes de forma latente nos costumes e hábitos da corte. Esta possuía um significado central e representativo para a maioria dos países da Europa ocidental do seiscentos e do setecentos: não era a cidade, mas a corte e a sociedade de corte que formavam o centro nervoso social e cultural.¹⁸ Constituíam o ponto essencial e determinante, concentrador da vida social, sendo o palácio do rei o epicentro dos poucos locais considerados distintos para o convívio social. Nessa sociedade, estavam presentes, nos mais diversos aspectos, os privilégios e as estruturas de manutenção do poder, por parte do rei e dos indivíduos; o valor era determinado pela importância social, adquirido pelo reconhecimento dos demais.¹⁹ Nessa estrutura social apoiada em interdependências, a importância de determinado acontecimento ou indivíduo não estava em sua essência, mas naquilo que significava para determinadas pessoas. A independência do soberano em relação aos demais é por sua vez algo apenas aparente; este também se apóia no sistema de trocas e

¹⁸ Norbert Elias. *A sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001, p. 62

¹⁹ Pierre Bourdieu. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 119

privilégios para manter sua valorização: torna todos seus dependentes para que continuem reunidos à sua volta.²⁰

O âmbito social era marcado por obrigações peculiares de todas as partes que o compunham; o destino de todos os homens, sua posição na escala social, tudo dependia, em certa medida, da vontade do rei. Os cortesãos viviam em uma ordem hierárquica cujo rigor podia variar, mas, em todos os casos, eram ligados por uma rígida etiqueta estabelecida para suas posições.²¹ Eram obrigados a seguir um sistema específico de normas e valores para permanecerem na convivência desse círculo social, procurando a todo tempo se auto-afirmar através de movimentos ostentosos. Seu consumo adequava-se à sua posição social e não a seus ganhos, sendo os gastos mais uma demonstração pública de poder. A posse de um título constituía-se em algo mais valioso do que uma riqueza acumulada. Igualmente, o pertencimento à corte do rei ou o privilégio de comparecer à sua presença eram posições extraordinariamente importantes na escala de valores sociais.

Nessa sociedade de poderes simbólicos, a economia dos privilégios encontrava-se de tal forma enraizada no ambiente de corte, que se tornou sua essência. O sentido da vida de um privilegiado residia no próprio fato de haver recebido uma benesse, e sua perda significava um esvaziamento de sua existência. Grupos de letrados da corte começaram a questionar o próprio sistema, mas não foram capazes de se desligarem dessas engrenagens. A necessidade do prestígio e a facilidade de perdê-lo – arruinando-se, dessa forma, a existência social e o próprio meio de vida – eram elementos impulsionadores da manutenção desse esquema de privilégios.

Esse privilégio, ou dádiva, é a expressão de uma relação em que muitas vezes eram simulados a gratuidade e o desinteresse, mas em que, verdadeiramente,

²⁰ Norbert Elias. *A sociedade de Corte...*, p. 151.

²¹ Norbert Elias. *A sociedade de Corte...*, p. 61.

predominavam o interesse e a equivalência. A dádiva serve, antes de tudo, à busca pelo estabelecimento de relações, em que é predominante a esperança por um retorno, por uma reciprocidade ao gesto inicial, busca por uma situação geralmente assimétrica de poder, permeada pela pessoalidade e por determinadas obrigações, assentida tanto por aquele que oferece, como pelo que aceita a homenagem na atmosfera do Antigo Regime.²² Nessa sociedade, que se distancia da racionalidade do mercado moderno, a dádiva não só se faz presente como instrumento de dominação, mas também como engrenagem de relações políticas e sociais.

Assim como tudo o que desempenhava um papel na relação entre os homens convertia-se em chance de prestígio, da mesma forma, podia representar a ruína, a perda de um lugar na hierarquia da corte. Nesse sistema instável, abrir mão de uma benesse era algo impensável, significando colocar outros indivíduos em alerta, prontos para assumi-la. O *status* concedido por um título, por exemplo, estava sujeito a um equilíbrio facilmente abalável pela prática de constantes concessões e destituições. Essa instabilidade acirrava rivalidades, alertando para a necessidade de dosar aproximação e distanciamento, e de agradar, constantemente, ao rei.

As rivalidades, por sua vez, assumiam o papel de instrumento de manutenção das estruturas de poder pelo soberano. A ascensão e a queda dos indivíduos, tanto da nobreza quanto da burguesia, podiam ser controladas pelo rei, por meio da concessão e da destituição dos mais diversos privilégios. O favorecimento real era, por conseguinte, uma das oportunidades mais promissoras de se evitarem o empobrecimento e o declínio social; e, para tal favorecimento, eram realizados os agrados ao rei e a adesão à sua maneira de pensar. Destarte as diferenças, rivalidades e contraposições existentes entre os indivíduos da corte eram utilizadas como estratégia de dominação e manutenção do

²² Jacques T. Godbout (em colaboração com Alain Caillé). *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1999, p. 13-19; 238-247.

poder real, por meio da preservação de um certo equilíbrio hierárquico: o rei situado no ponto mais elevado e seus súditos unidos em fidelidade, porém, rivalizando o suficiente para impedi-los de se unirem contra o governante.

As diferentes cerimônias realizadas eram aproveitadas para demarcação das diferenças de nível entre aqueles que as assistiam. A distribuição de funções e distinções era prova de favorecimento, desagrado e, também, de confiança. A função desempenhada em uma cerimônia constituía demarcação de prestígio e de valor social: utilização da etiqueta pelo soberano, como forma de delimitar seu poder. A hierarquia dos privilégios foi fundamentada segundo os parâmetros da etiqueta e alimentada pela competição dos indivíduos nela envolvidos e por ela agraciados, compreensivelmente preocupados em preservar cada um dos pequenos privilégios recebidos e o poder por eles conferidos.²³ A etiqueta e os rituais também concediam ao rei a oportunidade de manter certo distanciamento do povo, inferindo-lhe mais admiração e temor.

Igualmente importantes na manutenção do poder do rei eram sua imagem pública e seu lugar na imaginação coletiva. Luis XIV talvez tenha sido pioneiro, na preocupação com suas representações, tanto artísticas quanto simbólicas, e com o processo de enaltecimento de sua própria glória. Manifestações de poder, riqueza, sabedoria e esplendor não eram apenas formas insensatas de ostentação: magnificência e glória tinham a função política de imprimir respeito, de impressionar, de seduzir os súditos, de dominar e de desviar os olhos do povo dos acontecimentos políticos.²⁴

O tratamento e a utilização da imagem real eram meios de produção, circulação e recepção das formas simbólicas. No processo de enaltecimento da figura do soberano, cerimônias e cerimoniais eram fundamentais para a construção de uma atmosfera de sacralidade, que lhe concedia legitimidade. Elogios públicos em forma de imagem ou

²³ Norbert Elias. *A sociedade de Corte...*, p. 103.

²⁴ Peter Burke. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, p. 13-27.

texto também eram responsáveis pelo processo de legitimação do poder. No procedimento de construção da imagem do soberano, persuasão, manipulação e retórica se faziam presentes, sem que, no entanto, os envolvidos nessa relação fossem ingênuos no que era pertinente à sua condição. No caso específico das dedicatórias, aquele que homenageava conhecia bem seus objetivos; e o homenageado, também era capaz de reconhecer por que estava sendo elogiado. O sistema constituído ao redor do soberano utilizou-se de práticas como as do mecenato e da criação de instâncias de consagração, como as academias, onde os artistas se reuniam para glorificá-lo. Em resposta a esse “espontâneo” movimento de homenagens, o rei concedia a esses súditos uma série de benefícios, consolidando uma rede de interdependências, capaz de sustentar sua importância e seu valor naquela sociedade. O rei (o homenageado) utilizava-se da dádiva para manutenção da honra e do prestígio, obrigado por sua vez a retribuir os gestos de submissão, para assegurar seu próprio prestígio e autoridade, envolvido em uma relação pautada nas obrigações de oferecer, receber e retribuir.²⁵

A dedicatória impressa era personificação da troca de benefícios por prestígio e afirmação de poder; manifestação textual dessa relação de interdependência, da troca de poder simbólico por privilégios com rendimentos materiais. Manifestação de um poder simbólico que em si era uma forma transfigurada, irreconhecível e legitimada de outras formas de poder.²⁶ Representava um poder invisível exercido quando as partes envolvidas o reconheciam e ignoravam, quando essas partes compreendiam estar inseridas em uma relação de poder, mas, por meio de uma espécie de consenso velado. Em determinado momento, a participação em um sistema simbólico assumia uma função social e política: as produções simbólicas relacionavam-se com os interesses das elites dominantes e as idéias prestavam-se a servir interesses particulares, travestidos de

²⁵ Marcel Mauss. “Ensaio sobre a dádiva - forma e razão da troca nas sociedades arcaicas”. In: *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003, p. 195-200.

²⁶ Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989, p. 14-15.

interesses universais. Naquele momento, os sistemas simbólicos serviam à afirmação de uma cultura dominante, legitimando assim o poder das elites dominantes, sem que o resto da sociedade fosse capaz de perceber.²⁷

O grupo de letrados da elite era dotado ou procurava dotar-se de instrumentos materiais e culturais que lhe permitisse assegurar o monopólio da cena política, do privilégio e da concentração do poder; em geral, tempo livre e capital cultural. No caso desse grupo de letrados que oferecia suas obras em homenagem observa-se, principalmente, o acesso ao conhecimento acadêmico, a habilidade com o uso da retórica, a capacidade de produzir uma publicação cujo conteúdo fosse do interesse das pessoas certas. Soma-se a essas características a capacidade de produzir um bem cultural digno de ser oferecido, e que também pudesse ser reconhecido pelos demais como símbolo de afirmação e enaltecimento do poder do rei - um bem cultural que fizesse uma declaração pública do poder real expressiva a ponto de ser recompensado por isso.

Para compreender a dinâmica das recompensas e o papel das dedicatórias, faz-se necessário destacar o papel de afirmação dos letrados - o que aconteceu após a Revolução Francesa -, inserindo-os no processo de uma secularização mais ampla do pensamento em geral, que procurou retirar a religião da condição de uma questão política para reduzi-la à de uma opção pessoal. Nessa perspectiva, verifica-se que, ao longo do oitocentos, os letrados começaram a adquirir maior peso dentro da sociedade do Antigo Regime. Reunidos em academias e em sociedades secretas, desde o século XVII, eles começaram a desejar transformações e a formular projetos, que se exprimiram por meio de um número crescente de periódicos e de livros em circulação.²⁸

²⁷ Pierre Bourdieu. *O Poder Simbólico*, p. 10-11.

²⁸ Guilherme P. Neves & Ronaldo Vainfas. “Antigo Regime”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Colonial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2000, p. 43-46.

Constituiu-se, dessa maneira, uma frágil *esfera pública de poder*²⁹, cujos porta-vozes se converteram, paulatinamente, em intelectuais, à medida que se expandia o mercado consumidor para os bens simbólicos que produziam. Contudo, enquanto esse processo não se complementava, tais letrados continuavam a depender das graças e benesses do soberano. Daí a permanência de grande número de livros dedicados ao rei, como forma de garantir a inclusão desses indivíduos nas sociedades de corte da Europa Ocidental.³⁰

Torna-se também fundamental compreender a importância do livro e buscar apreender o desenvolvimento das relações à sua volta. Os livros sempre exerceram grande poder de atração e foram utilizados para os mais diversos propósitos, assim como suas dedicatórias. O conteúdo dos livros pode representar uma passagem para um mundo diferente, abrindo a via para pensamentos mais longínquos do que os normalmente permitidos e fazendo com que aqueles que acessassem aos livros fugissem ao controle dos que queriam exercer vigilância.³¹

A história do livro e da dedicatória confunde-se com a da biblioteca. Desde que o conhecimento começou a ser compilado em rolos manuscritos, surgiram o desejo e a necessidade da criação de um local onde se armazenassem essas fontes escritas. A biblioteca de Alexandria, mesmo sendo uma biblioteca de Estado cujo objetivo era de acumular todo o conhecimento do mundo - e não o de se abrir ao público, fundou práticas de leitura, de escrita e de gestão da memória da humanidade. Ainda que não servisse ao público, conferia *status* político e se revestia de simbologia e de poder, privilegiando a família real e a cidade³². Apropriar-se de todo o conhecimento do

²⁹ Para esse conceito, ver Jürgen Habermas. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984, p. 42 ss.

³⁰ Roger Chartier. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”. In: Marc Baratin e Christian Jacob. *O Poder das Bibliotecas – a memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ, 2000, p. 182-199.

³¹ Luciano Canfora. *Livro e Liberdade*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra & Ateliê Editorial, 2003, p. 11-26.

³² Christian Jacob. “Ler para escrever: navegações alexandrinas”. In: Marc Baratin e Christian Jacob. *O*

mundo e traduzi-lo significava tornar-se o centro deste e dominar todas as suas culturas, instigando a busca frenética por todas as publicações existentes (nos originais), para garantir a qualidade do texto. A importância do livro também pode ser notada por meio do trabalho dos monges copistas da Idade Média, que foram capazes de preservar o conhecimento já adquirido pelo homem em séculos anteriores ao seu tempo, possibilitando sua manutenção para ser revisitado pelos homens do Renascimento e do Iluminismo. Os *scriptorios* atendiam aos pedidos dos livros de horas ou daqueles cujos assuntos eram permitidos, mas também atuaram como agentes preservadores de conhecimento. Concentrados nos mosteiros, resguardaram saberes divulgados séculos mais tarde, quando começaram a escapar do rígido controle da religião.

O advento da imprensa e o trabalho de impressores e livreiros a fim de lucrar com essa nova fonte de negócios ajudaram a disseminar a prática de leitura e as relações entre leitores e livros. Textos que já haviam atingido certo sucesso na forma de manuscritos, despontaram para um público ainda maior, após sua divulgação na forma impressa, mesmo que fatores como o preço e a capacidade de ler ainda restringissem tal público.³³ Na Paris do setecentos, é possível observar uma espécie de hierarquia da leitura: livros e bibliotecas pertenciam de maneira geral ao cotidiano dos letrados, ao passo que a maior parte do povo entrava em contato com a leitura através de cartazes, folhetos e periódicos.³⁴ Apesar de constituir um obstáculo à disseminação do livro, o mundo iletrado, porém não foi capaz de impedi-la: levou ao surgimento de práticas comuns ao Antigo Regime, como a leitura em voz alta, direcionada a um grupo de ouvintes. Contribuiu, dessa forma, para a reunião de indivíduos e para a discussão de várias idéias presentes em suas páginas. O número de leitores aumentou com a

Poder das Bibliotecas..., p. 45.

³³ Lucien Febvre e Henry-Jean Martin. *O Aparecimento do Livro*. São Paulo, Editora Universidade Estadual Paulista/Hucitec, 1992, p. 358.

³⁴ Daniel Roche. *O Povo de Paris*. São Paulo: Edusp, 2004, p. 284-289.

passagem do manuscrito para o impresso, ampliando também o grupo de ouvintes, uma vez que a oralidade ainda mantinha um grande peso, inclusive na vida das elites.³⁵ Os livros constituíram-se, portanto, ao longo do século XVIII, como instrumentos ao mesmo tempo responsáveis pela disseminação de idéias ilustradas e revolucionárias e meio para a manutenção de práticas da sociedade do Antigo Regime.

Ainda que tenham sofrido várias modificações ao longo de sua história, esses impressos nunca perderam suas características de sinais e instrumentos de poder, ligados às elites políticas, culturais e econômicas, ou seja, àqueles que acumulavam não apenas privilégios culturais³⁶ (do saber e da escrita), mas também da capacidade econômica de estar cercado de livros. Vistos como ameaçadores do sistema vigente, eram, muitas vezes, considerados perigosos, incluídos em órgãos de censura como a Real Mesa Censória, em Portugal. A proibição de um livro, no entanto, raramente cumpriu sua função, uma vez que aguçava ainda mais a curiosidade dos leitores, chegando mesmo a aumentar sua circulação.³⁷ De fato, foram disseminadores de idéias e cultura, formadores de opinião e símbolo do chamado processo civilizador.³⁸

A biblioteca demonstrava a importância e a valorização do livro, uma vez que tal coleção foi almejada como *status* mesmo por aqueles que não desfrutavam da leitura como uma de suas atividades habituais. Considerava-se a biblioteca o templo onde se guardavam todas as possibilidades, onde elas estavam palpáveis, prontas para serem descobertas. Recobrando-se então de uma atmosfera mística, a biblioteca assumiu uma enorme importância nas relações humanas. Bibliotecas públicas, e até mesmo particulares que abriam suas portas a diferentes tipos de leitores, além de responsáveis

³⁵ Elizabeth Eisenstein. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: University Press, 1983, p. 7.

³⁶ Daniel Roche. *O Povo de Paris*, p. 269.

³⁷ Denis Diderot. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002, p. 10.

³⁸ Para a visão de processo civilizador, cf. N. Elias. *A sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

por aumentar as possibilidades de contato com a leitura, recuperaram a sacralidade perdida pelo espaço da religião, uma vez que podiam oferecer todos os saberes acumulados.³⁹ Quando reunida por um admirador desse tipo de impresso, uma biblioteca deixava transparecer o espírito daquele que a detinha, pois a seleção dos livros revelava os ideais e as origens de seu “criador”.⁴⁰ Era ainda o lugar onde as idéias se encontravam, de onde saíam debates, novas propostas, insatisfações e revoluções: local onde os livros tomavam vida ao serem citados e ao guiarem a imaginação dos que os liam. Livro e biblioteca tinham seu *status* social modificado ao longo do tempo, variando de objeto de desejo dos bibliófilos a símbolo de riqueza e de poder político, sem perder, no entanto, o prestígio e a atmosfera de erudição. Apesar de muitas vezes terem se tornado meros depósitos de livros, as bibliotecas mantiveram-se sempre vivas e atravessaram gerações, esperando por aqueles que pudessem transformar suas idéias em ações.

Na história do livro, a biblioteca tornou-se o ambiente de cultura e de seu estudo. Criou-se uma relação com o livro que, ao longo do tempo, passou da leitura contínua e linear do rolo - que ocupava as duas mãos, não possuía páginas numeradas e demandava grande esforço da memória - à sofisticação do códice que veio facilitar o manuseio, a leitura, a pesquisa e as inovações textuais. A memória era algo presente, fosse a do bibliotecário, a daquele que citava o que não entendia ou a do que absorveu o que leu. A leitura encontrava-se então ligada à escrita, pois leitores passavam a ser também escritores. Vislumbrava-se, assim, o problema da autenticidade e da multiplicidade, pois era preciso retificar, editar e criar novas formas de catalogação. Ao longo da história do livro, novos papéis foram se constituindo: autor, tradutor, leitores, bibliotecário, editor...

³⁹ Roger Chartier. *Leitura e Leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 198-213.

⁴⁰ Luciano Canfora. *Livro e Liberdade*, p. 27-40.

E novas histórias e opiniões agregaram-se aos textos originais⁴¹: apesar da uniformidade trazida pelo advento das fontes impressas, os textos sofriam alterações por parte dos tradutores e editores (que se tornavam uma espécie de segundos autores ao acrescentarem ou modificarem os originais); novas edições apresentavam cortes no texto ou ainda adequações aos locais em que estavam sendo publicadas. De qualquer forma, a erudição, a transmissão do saber e a catalogação procuravam formar uma memória da humanidade: total, sistematizada e contida na biblioteca.

Livros sempre foram instrumentos de poder, servindo aos diferentes propósitos para as elites letradas e políticas. Assim como o livro era um sinônimo de *status* social e a capacidade de colecioná-los, uma demonstração de poder econômico e também político, a biblioteca tornou-se personificação de prestígio, altamente ambicionado por figuras importantes, especialmente os reis. Estes valorizaram a criação da Biblioteca do Rei, enquanto sua coleção particular, mas direcionaram grande parte de seus esforços à criação de uma Biblioteca Real e pública. Esta Biblioteca deveria ser capaz de se tornar centro de salvaguarda e proteção aos livros que fossem considerados dignos de ser objeto de consulta por sábios e eruditos; e, acima de tudo, concederem ao seu criador o respeito e a glória, o prestígio merecido pela sua organização.

1.2. Editores, autores, e dedicatórias

Um dos papéis que se destacou ao longo da história do livro, antes mesmo da figura do autor, foi o do livreiro-editor. Preocupado com o lucro e com os rumos da

⁴¹ Christian Jacob. “Ler para escrever...”, p. 60-62.

lógica editorial, o livreiro-editor foi responsável por grandes inovações materiais, comerciais e culturais⁴² que contribuíram, invariavelmente, como guias das práticas de leitura e do próprio processo civilizador. Talvez um dos mais importantes tenha sido Aldo Manuzio, humanista veneziano, simultaneamente editor, tipógrafo e livreiro; vanguardista tanto nas maneiras de formatação dos impressos quanto na escolha dos títulos e na compilação destes. São obras suas a letra cursiva; o formato de bolso; o livro ilustrado; o impulso definitivo aos tipos de fundição do estilo românico; a página dupla considerada como unidade formal; a capa de couro sobre papelão; a lombada quadrada; a gravação de ouro laminado aquecido; as coleções temáticas; os catálogos; os conselhos editoriais e tantas outras que, após Aldo Manuzio, poucos elementos foram acrescentados.

Sua ambição de ultrapassar limites no que diz respeito à imprensa contou com o apoio de Giovanni Francesco Pico della Mirandola.⁴³ Este decidiu financiar e tornar realidade o sonho que compartilhava com Manuzio, seu professor e amigo. O livreiro-editor, um produto cultural coerente com sua cidade de adoção - a Veneza da virada do século XV para o XVI, inserido no círculo da elite social e cultural, trabalhou efetivamente no universo dos livros durante 15 anos. No campo da criação formal, pode-se dizer que os modelos de Manuzio não foram superados e seu legado fez dos livros lugares de memória, além de aumentar a propagação do hábito de ler. Seu lendário rigor acadêmico levou-o a descobrir deficiências graves em todos os livros manuscritos que lhe caíam às mãos, declarando, no fim de sua vida, apesar de seu trabalho de excelência, que nenhum dos livros que editara o havia deixado plenamente satisfeito. Com sua formação de professor de grego, soube converter sua verdadeira

⁴² Isabelle Olivero. *L'Invention de la Collection. De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX siècle*. Paris : Editions de L'IMEC, 1999, p. 58.

⁴³ Filósofo e humanista neoplatônico de destaque.

vocação editorial em um extraordinário negócio, capaz de despertar o interesse de um milhar de leitores europeus.⁴⁴

No Brasil, entre os livreiros editores, destacou-se Paulo Martin, cuja atuação no início do oitocentos ultrapassou a do comerciante e assumiu a de agente da Ilustração, colaborando para a disseminação de livros e de idéias.⁴⁵ Tornou-se um dos livreiros mais famosos do Rio de Janeiro, tendo contribuído para tal suas atividades como editor. Seu pai possuiu loja em Lisboa nas últimas décadas do século XVIII, e juntamente com seu irmão foi associado dos irmãos Borel, em uma intrincada rede de sociabilidades dos livreiros desse período. Tendo enfrentando objeções por parte de seus concorrentes de origem portuguesa, conseguiu em algum momento até então impreciso - entre o final do setecentos e início do oitocentos-, estabelecer-se no Rio de Janeiro. A *Gazeta do Rio de Janeiro*, desde seu primeiro número, trazia a indicação de que aquisições podiam ser feitas “em casa de Paulo Martim Filho, mercador de livros na rua da Quitanda”. Há vestígios de suas atividades nos anúncios da *Gazeta* e no *Diário do Rio de Janeiro*, em observações publicadas nas obras impressas na Impressão Régia, nas solicitações ao Desembargo do Paço para imprimir obras, e em alguns de seus catálogos (posteriores a 1808) que subsistiram. Através desses documentos pode-se ter uma idéia das *obras modernas e constitucionais*, que se achavam à venda em sua loja e dos folhetos impressos por sua conta.⁴⁶

Rubens Borba de Moraes afirma ainda que ele foi, provavelmente, o primeiro editor do Brasil, empreendedor e pioneiro na edição de romances, novelas, orações

⁴⁴ Enric Satué. *Aldo Manuzio - Editor, Tipógrafo, Livreiro*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2005, p. 17-30, 31-44, 45-84, 85-142, 143-172.

⁴⁵ Ao longo do século XIX no Brasil observa-se a atuação de diversos livreiros, especialmente os de origem francesa, dentre eles: João Roberto Bourgeois, Paulo Martim, João B. Reycend, Manoel Jorge da Silva, Manoel Joaquim da Silva Porto, Manuel Antonio da Silva Serva e Pierre Plancher.

⁴⁶ Lúcia Maria Bastos P. Neves. “João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do oitocentos.” In: *Anais Eletrônicos do X Encontro Regional de História da ANPUH-RJ – História e Biografias* (2004), p. 6-8

fúnebres e poemas produzidos na Impressão Régia.⁴⁷ Em sua loja, encontravam-se numerosos títulos, inclusive os mais recentes lançamentos dos prelos estrangeiros, divididos entre filosofia, história, literatura, religião, dicionários, mapas, obras científicas e subscrições de periódicos. Valia-se de relações familiares para conseguir obras que vendia em sua loja, recebendo títulos de parentes estabelecidos em diversas partes da Europa, especialmente, de seu pai. Além dessa sofisticada rede, publicou catálogos para divulgar as obras disponíveis e fez uso dos anúncios em periódicos em que utilizava expressões como “moderníssima”, divertida e mui jocosa”, ou ainda “pela primeira vez” colocada à venda.⁴⁸ Envolveu-se com a cena política e preocupou-se em divulgar prontamente diversas novidades a partir do decreto da liberdade de imprensa (28 de agosto de 1821), falecendo alguns anos mais tarde, em 1824.⁴⁹

O papel do autor, por sua vez, foi uma questão que percorreu todo o Antigo Regime, até alcançar uma conceituação mais precisa, caracterizando-se mesmo uma certa indefinição sobre seu próprio conceito. Recorrendo-se ao *Dicionário da Língua Portuguesa* de Antonio de Moraes Silva, em sua edição de 1813, encontram-se exemplos diversos para o uso da palavra *autor*; no entanto, não há uma referência explícita para aquele que tivesse escrito uma obra artística ou literária. O autor é “instituidor, fundador, inventor; descobridor; primeiro aconselhador; cabeça, chefe do motim, de alguma ação boa”. Igualmente, autoria referia-se a “quem houve uma coisa de outro”, podendo “chamar ao alheador, para a defender em juízo, quando um terceiro a demanda”.⁵⁰ Da mesma forma, não há uma definição mais precisa do autor em relação aos seus direitos. O direito de declarar a autoria de uma obra é algo que começou a ser

⁴⁷ Rubens Borba de Moraes, ver *O bibliófilo aprendiz*. 3ª ed., Brasília/Rio de Janeiro, Briquet de Lemos/Livros/Casa da Palavra, 1998, p. 191-192.

⁴⁸ Cf. *Gazeta do Rio de Janeiro*. nº 48, 20 de abril de 1822 e nº 37, 23 de março de 1822. *Diário do Rio de Janeiro*, 10 de setembro de 1821. *Apud* Lúcia Maria Bastos P. Neves. “João Roberto Bourgeois e Paulo Martin: livreiros franceses no Rio de Janeiro, no início do oitocentos.” *Op. cit.*, p. 10-12

⁴⁹ Lúcia Maria Bastos P. Neves. ““João Roberto Bourgeois...””, p. 13

⁵⁰ Antonio de Moraes Silva. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813. v. 1, p. 234.

delineado, mas que permaneceu sem uma caracterização sólida, até meados do século XIX.⁵¹

Dos elementos que compõe o livro e seu lugar social, o autor foi, portanto, o último a se estabelecer. Os livros já eram impressos e as técnicas tipográficas já haviam atingido um alto grau de sofisticação, além do fato de a biblioteca já ter alcançado importância, quando o autor passou a ser valorizado no sentido moderno da palavra.⁵² Até o século XVIII, o autor não tinha existência social, desconhecendo-se seu papel na história do livro e em sua criação, considerada individualmente. De fato, o reconhecimento da figura do autor - e, por conseguinte, a valorização dos direitos autorais - começou a se esboçar em meados dos tempos modernos. Em primeiro lugar, foram concedidos privilégios aos editores, que lhes permitiam a exclusividade da impressão de obras clássicas sem autor definido. O direito autoral não tinha, então, cunho de propriedade intelectual, que garantiria ao autor vendê-la ou fazer qualquer acordo acerca da obra. Como qualquer privilégio, poderia ser revogado ou mesmo ignorado, resultando na perda dos direitos e na impressão não autorizada de livros.⁵³ Apenas em 1777, o regulamento francês passou a garantir aos autores o direito de propriedade sobre suas obras⁵⁴; em Portugal, bem como no Brasil, os movimentos para reconhecimento dos direitos do autor se iniciam por volta de 1850, vindo a frutificar algumas décadas mais tarde.⁵⁵

⁵¹ Para a questão do conceito de autor no mundo luso-brasileiro, ver Lúcia Maria Bastos P. Neves. "Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial (1808-1861)". In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>. 2004.

⁵² Wilson Martins. *A palavra escrita. História do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1996, p. 392.

⁵³ Denis Diderot. *Carta sobre...*, p. 48-49.

⁵⁴ Paul Dupont. *Histoire de l'imprimerie*. v II. Paris, Paul Dupont, 1854, p. 286-287.

⁵⁵ Tania Maria Bessone da Cruz Ferreira. Direito de propriedade ou propriedade literária: os debates sobre autoria no Brasil imperial (1862-1889). In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>. 2004.

A instabilidade acerca da propriedade intelectual personificava o principal motivo da inconstância da vida do homem de letras. Não era possível viver da própria pena, fazendo com que o autor procurasse outros trabalhos, especialmente os cargos públicos. Buscavam também o apoio de um mecenas, alguém que fosse capaz de lhes oferecer tanto um suporte financeiro quanto a estabilidade de que necessitavam para se dedicarem às suas obras. Os cargos públicos eram conseguidos por meio do mesmo prestígio, das mesmas trocas com que se acordavam às práticas do mecenato. E eram variadas as considerações que determinavam o patrocínio do Estado, recompensando-se em certos casos, letrados cujos escritos constituíssem propaganda favorável ao regime vigente. Na Europa do Antigo Regime, em geral, os subsídios restringiam-se a homens de certo prestígio no mundo das letras: enquanto a elite sócio-cultural conhecida como *le monde* assegurava sem maiores dificuldades as suas benesses, outros letrados de menor destaque buscavam a todo custo alcançar certos benefícios.⁵⁶

No processo para a aquisição de tais privilégios, para os letrados de qualquer origem, encontram-se as dedicatórias impressas, significando a homenagem e o prestígio de se obter uma obra dedicada a si mesmo. Esse era um procedimento carregado de simbologia, que abria as portas e garantia o futuro de muitos letrados. Além disso, o mecenato privado era menos almejado que o apoio de um soberano; aqueles que não podiam contar com suas propriedades, cargos ou rendas, aparentemente eram agradecidos por depender de gratificações da realeza. O amparo de um soberano ia além das ambições de um mecenas opressor: o autor que dependesse apenas de si mesmo estava sujeito à ganância do mercado livreiro em formação, estando exposto à exploração dos livreiros e da cobiça de autores concorrentes. Contar com a proteção do soberano ultrapassava a ajuda financeira. Os protetores aristocráticos não deixavam de

⁵⁶ Robert Darnton. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 20-21

impor seus caprichos, mas ser um mero autor, em um ambiente livreiro daquele tipo, poderia significar exposição a situações humilhantes. Com a proteção de um soberano, apesar de algumas concessões serem necessárias, como as obras encomendadas, o letrado sofria menos censura e podia obter maior liberdade para seu pensamento e seu espírito filosófico.⁵⁷

Nos livros manuscritos, observaram-se as primeiras expressões das dedicatórias: a presença de uma expressão iconográfica do tributo, em que se podia ver a figura de um letrado-súdito ajoelhado, totalmente submisso, oferecendo sua obra aos pés de um soberano, solenemente, sentado ao trono. A atmosfera de sacralidade e importância simbólica da dedicatória pode ainda ser percebida ao se observar os termos *dedicar* (*dédier*) e *dedicatória* (*dedicace*), que designam tanto a consagração de uma igreja quanto o oferecimento de um livro; ambos elogios públicos utilizados na busca por proteção.⁵⁸ Quando do aparecimento dos livros impressos e de um esboço do papel do autor, houve, então, uma afirmação da identidade do criador da obra, que se colocava em uma posição mais próxima do soberano sem que fosse abandonada a relação de vassalagem e de mecenato. A figura do autor se impunha, bem como sua identidade e função; porém, a distinção hierárquica das posições sociais, das funções e das relações permanecia, assim como a posição de cada uma das partes na relação de patronato.

Como o poder de um mecenas da realeza era superior ao de qualquer outro, não surpreende, portanto, o número de dedicatórias direcionadas aos soberanos. Uma das primeiras dedicatórias, e talvez uma das mais famosas, foi realizada por Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*, escrito em 1513, e publicado postumamente em 1532, inicia-se com dedicatória “Ao Magnífico Lorenzo de Medici”, príncipe do Estado e maior

⁵⁷ Roger Chartier. “O Homem de Letras”. In: Michel Vovelle (dir.) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Presença, 1997, p. 121-122.

⁵⁸ Roger Chartier. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”, p. 186.

mecenas da Itália. O autor busca oferecer seus conselhos acerca da administração do Estado, um manual de política em que transparecia o desejo de uma Itália unificada e poderosa. Ainda mais importante foi o fato, porém, de ter buscado homenagear um poderoso governante não com tesouros materiais, mas oferecendo o que possuía de mais valioso: seu conhecimento. São suas as seguintes palavras de elogio e submissão:

Costumam, o mais das vezes, aqueles que desejam conquistar as graças de um Príncipe, trazer-lhe aquelas coisas que consideram mais caras ou nas quais o vejam encontrar deleite, donde se vê amiúde serem a ele oferecidos cavalos, armas, tecidos de ouro, pedras preciosas e outros ornamentos semelhantes, dignos de sua grandeza. Desejando eu, portanto, oferecer-me a Vossa Magnificência com um testemunho qualquer de minha submissão, não encontrei entre os meus cabedais coisa a mim mais cara ou que tanto estime, quanto o conhecimento das ações dos grandes homens apreendido através de uma longa experiência das coisas modernas e uma contínua lição das antigas as quais tendo, com grande diligência, longamente perscrutado e examinado e, agora, reduzido a um pequeno volume, envio a Vossa Magnificência.

E se bem julgue esta obra indigna da presença de Vossa Magnificência, não menos confio que deva ela ser aceita, considerado que de minha parte não lhe possa ser feito maior oferecimento senão o dar-lhe a faculdade de poder, em tempo assaz breve, compreender tudo aquilo que eu, em tantos anos e com tantos incômodos e perigos, vim a conhecer. (...) Receba, pois, Vossa Magnificência este pequeno presente com aquele intuito com que o mando; nele, se diligentemente considerado e lido, encontrará o meu extremo desejo de que lhe advenha aquela grandeza que a fortuna e as outras suas qualidades lhe prometem. E se Vossa Magnificência, das culminâncias em que se encontra, alguma vez volver os olhos para baixo, notará quão imerecidamente suporto um grande e contínuo infortúnio.⁵⁹

Durante os séculos XVII e XVIII, e também no século XIX, constituía-se prática comum entre os compositores o ato de dedicar um trabalho a alguém abastado, na esperança de sua aquiescência ao papel de patrono. A composição era enviada ao homenageado sem haver sido solicitada e acompanhada de elogios profundos. A etiqueta do período clamava ao possível patrono que, em retorno, providenciasse um honorário apropriado, mas não sendo o gesto obrigatório, era ignorado por muitos. O Eleitor de Brandeburg não aceitou o presente de Johann Sebastian Bach, os *Concertos de Brandeburg*: deixou-os permanecer intocados e desconhecidos em um armário

⁵⁹ Nicolau Maquiavel. *O Príncipe*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial / Athena Editora, 1973, p. 9-10.

bolorento. Acredita-se ainda que Bach ficou extremamente desapontado quando viajou a Potsdam em 1747, e tendo dedicado ao Rei sua magnífica *Oferenda Musical*, não recebeu do rei qualquer honorário ou ressarcimento das despesas de viagem. Por outro lado, Bach fora magnificamente recompensado com um cálice de ouro contendo 100 *Louis d'or* (o equivalente a 114 libras esterlinas) por ter dedicado as *Variações Goldberg* ao Conde Hermann von Keyserlingk. Ludwig van Beethoven enviou ao Rei George IV da Inglaterra uma cópia dedicada de sua *Vitória de Wellington para orquestra*, mas nada recebeu em troca. Não se deixou contudo abalar pelo ocorrido e conseguiu negociar, através de amigos músicos de Londres, o pagamento de 600 libras, dez anos depois. Sua 9ª *Sinfonia*, porém, lhe traria maiores dissabores: dedicada ao Rei Frederico Guilherme da Prússia nos fins da década de 1820, recebeu em troca um suposto anel de diamantes, mas que, em verdade, continha pedras baratas no valor de 300 florins (aproximadamente 12 libras esterlinas).⁶⁰

Mesmo os percalços nos caminhos daqueles que escolhiam dedicar seus trabalhos não foram suficientes para encerrar a prática. O renomado *chef de cuisine* Marie-Antoine (Antonin) Carême, que, nas primeiras décadas do século XIX, serviu muitas mesas nobres e régias - como a do político e diplomata francês Charles Maurice de Talleyrand-Périgord, e a do banquete de casamento de Napoleão Bonaparte com Maria Luísa de Habsburgo, publicou nove livros, ao menos dois deles contendo dedicatórias. Carême foi o 16º filho de Marie Jeanne Pascal e Jean Gilbert Carême, no entanto, abandonado às portas de Paris, foi acolhido por um dono de restaurante cujo nome permanece anônimo. Seu talento e inventividade levou-o pelas cozinhas de uma Paris revolucionária, por meio dos quais conseguiu cativar o paladar de figuras

⁶⁰ F. M. Scherer. "Music composition as a profession". In: *Quarter Notes and Banks Notes: The Economics of Music Composition in the Eighteenth and the Nineteenth Centuries*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004, p. 55

importantes da política mundial.⁶¹ O livro que mais se destacou foi o primeiro a sair do prelo em 1815, *Le Pâtissier Royal Parisien*. Foi dedicado ao *Monsieur Bouchée*⁶², responsável pela culinária da casa de Talleyrand, e por apresentar o político ao jovem *pâtissier*. Essa apresentação deu início a uma relação em que Carême se encarregava de preparar os extravagantes banquetes oferecidos pelo diplomata, enquanto Talleyrand o recomendava a amigos influentes, consolidando possibilidades de se destacar em um Europa politicamente instável.⁶³

A dedicatória personificava, no universo dos livros, a relação de patronato e proteção já existente nas relações sociais. No contexto do Antigo Regime, o oferecimento de um livro ao soberano, com o objetivo de elogiá-lo e homenageá-lo, constituiu um dos gestos mais tradicionais de submissão do autor e uma das melhores formas de atrair-lhe as boas graças. Estabeleceu-se uma relação entre autor e soberano, ao se publicar uma dedicatória, iniciando-se esse relacionamento nas primeiras páginas de um livro saído de um prelo.

Reis também eram leitores que organizavam suas próprias coleções e utilizavam-se de suas bibliotecas para demonstrar seu poder. As obras podiam ser colecionadas por meio do depósito obrigatório – e pouco praticado – de exemplares por livreiros e impressores para o rei; por trocas; por meio de expedições militares; pela aquisição no exterior, através de viajantes, diplomatas e correspondentes; pela reunião de coleções dos membros da família real; pela doação (inclusive de bibliotecas inteiras); e, por meio do recebimento das obras dedicadas. O ato de homenagear o soberano, por meio da dedicatória de uma obra sustentou-se como prática central em uma economia

⁶¹ Louis Rodil. *Antonin Carême de Paris, 1783-1833*. Marseille: Jeanne Laffitte, 1980, p. 34-36.

⁶² Alexandre Dumas. “Marie-Antoine Carême” In: *Grande Dicionário de Culinária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p.73-74.

⁶³ Louis Rodil. *Antonin Carême ...*, p. 37-40.

de mecenas. Em uma sociedade de trocas, a dedicatória favorecia aquele que oferecia a homenagem e, também, ao soberano que, elogiado e reconhecido, muitas vezes, como fonte de inspiração, colecionava em sua biblioteca símbolos de seu poder absoluto⁶⁴.

Embora em uma sociedade que experimentou mudanças, a homenagem era mais procurada do que repudiada, enaltecendo a grandeza do soberano e representando os interesses e princípios do autor. A homenagem atendia, assim, aos interesses de ambos, estabelecendo-se como recurso bastante valioso e necessário na Europa. As dedicatórias eram capazes de estabelecer uma primeira rede ao redor daquele que oferecia a homenagem, possibilitando uma aliança entre soberanos, grandes e escritores ou eruditos, ligada a uma Europa das Luzes.⁶⁵ A utilização da dedicatória, por conseguinte, uniu homens de letras, que visitavam idéias filosóficas iluministas, a uma valorização das formas clássicas de mecenato.

Ainda no século XVIII, a dedicatória apresentava-se como uma das melhores formas de atrair as boas graças de um rei. É “o mais tradicional dos gestos de submissão do homem de letras – o oferecimento de um exemplar ricamente encadernado de uma de suas obras”.⁶⁶ Especialmente no ambiente do Antigo Regime, em que o aspecto físico das obras era altamente considerado, e o material com que se fabricava a página tão importante quanto a mensagem nela impressa.⁶⁷ O oferecimento de uma obra estava ainda sujeito a outra ocorrência, a da apropriação de uma publicação. A valorização do ato de se dedicar uma obra e dos privilégios que poderiam ser adquiridos, levou livreiros e tradutores a se apropriarem de uma obra para dedicá-la. Doavam obras que não haviam escrito, utilizando-se do texto das dedicatórias para buscar para si a

⁶⁴ Roger Chartier. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”, p. 182-199.

⁶⁵ Alphonse Dupront. *L. A. Muratori et la société européenne des pré-lumières*. Firenze: Leo S. Olschki, 1976, p. 39.

⁶⁶ Roger Chartier. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”, p. 190

⁶⁷ Robert Darnton. *O Iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 401-402

proteção real, o que ocasionava rivalidade, especialmente entre o autor da obra e aquele que havia produzido a edição. Um dos livros publicados pelo livreiro-editor Aldo Manuzio, *Normas de Gramática Grega* (que vendeu todos os exemplares publicados em diversas tiragens), do autor Urbano Bolzano, foi oferecido por Manuzio postumamente a seu grande amigo Giovanni Francesco Pico della Mirandolla.⁶⁸

Em livros científicos, anunciadores de novidades, era fato comum o autor colocar-se no papel secundário de transmissor de algo que já existia, mas era desconhecido. O autor assumia a responsabilidade de mero portador de idéias inspiradas pelo soberano, atribuindo ao homenageado os conhecimentos descritos, afirmando-o como autor primordial. No caso, oferecia-se então o livro, o invento e as possibilidades decorrentes do feito. Tal elogio era capaz de posicionar o súdito como realmente merecedor da proteção, pois afirmava o rei como autor, reconhecendo não só sua autoridade e soberania, mas lisonjeando sua capacidade intelectual e de inspiração ao conhecimento. Nesse caso, o rei, ao escolher aceitar ou recusar uma dedicatória, legitimava ou desqualificava uma obra (e o conhecimento que essa anunciava).⁶⁹

Os elogios impressos eram prática central na economia de mecenato, pois conseguir as benesses de um rico e poderoso mecenas, constituiu um meio de ganhar *status* e possessões materiais. As dedicatórias funcionaram em sociedades nas quais circulavam poder, dinheiro e vontade dos poderosos – nem sempre estáveis –, e, portanto, sujeitas às possibilidades de mudanças. Esse tipo de homenagem atuava para os dois lados da relação, não favorecendo apenas àquele que dedicava a obra. O autor buscava proteção em troca da afirmação de submissão ao poder real e do prestígio que concedia ao prestar a homenagem. O soberano, o homenageado, recebia esses tributos simbólicos e podia conceder o apoio e a proteção requeridos. Quando bem sucedido o

⁶⁸ Enric Satué. *Aldo Manuzio*, p. 76-79 .

⁶⁹ Roger Chartier. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”. p. 192-193.

tributo, o que homenageava garantia um mecenas, um protetor; ao ser elogiado, o soberano sentia-se louvado e demonstrava seu poder sobre os demais. Com a compilação de várias obras dedicadas, várias jóias na coleção, a biblioteca passava a ser mais do que uma coleção de riquezas ou de obras úteis, mas “um espelho onde se reflete o poder absoluto do príncipe”.⁷⁰

1.3. As dedicatórias e o *Antigo Regime dos Trópicos*⁷¹

Independentemente de serem organizadas em uma coleção, as dedicatórias destacaram-se como objeto personificador da troca de poder simbólico e como representação do reconhecimento público de submissão ao poder do soberano. Essas relações de mecenato, características do Antigo Regime, também se manifestaram nos trópicos. Na América Portuguesa, manifestavam-se, desde o final do século XVIII, características político-sociais, acolhedoras para esse tipo de trocas simbólicas. Antes mesmo das primeiras publicações da Imprensa Régia contarem com páginas destinadas às dedicatórias, reproduzia-se no Brasil um débil ambiente europeu: sua política, burocracia e suas relações de sociabilidade foram trazidas pelos portugueses, características que seriam compartilhadas de forma mais profunda após 1808.

O sistema de mercês era prática antiga, na sociedade lusa, forma de acumulação presente em todo o âmbito do Antigo Regime português, uma vez que produzia súditos para a Coroa, gerando laços de lealdade e interdependência. A chamada “economia do bem comum” apoiava-se na concessão de privilégios, pelo Rei ou por suas autoridades,

⁷⁰ Roger Chartier. “O Príncipe, a Biblioteca e a Dedicatória”, p. 199.

⁷¹ Para a expressão ver João Fragoso et al. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

em troca de serviços prestados, como garantia de monopólios e apoio político. Esse sistema de alianças, baseado em uma rede de reciprocidades, por meio de dons e contradons, era arquitetado em nome da manutenção do “interesse do bem comum” e do “bem-estar dos vassalos”; leia-se do bom funcionamento do governo e dos interesses da coroa, admitidos como o bem comum. Tal sistema permitia não somente o monopólio de bens e serviços indispensáveis ao público, como a estruturação de um mercado regulado pela política e uma hierarquização social excludente, típica do Antigo Regime.⁷²

Entre os membros da aristocracia portuguesa sempre houve um *ethos* que se identificava com o oferecimento de serviços à monarquia, o que ocasionava a formação de uma nobreza de beneficiários dos favores do rei, cujas rendas eram concedidas pela Coroa. Esses nobres monopolizaram uma economia de serviços, apropriando-se dos principais cargos e ofícios no paço, nos exércitos e também nas colônias; como pagamento, recebiam concessões régias que podiam ser acumuladas - por exemplo, a administração de múltiplos bens da coroa, e também adquirir outras formas, como a nomeação para postos de mais prestígio.

Em Portugal, era possível identificar dois tipos de nobreza: a chamada “nobreza natural”, descendente de linhagens e transmitida de pai para filhos; e uma “nobreza civil ou política”, nobilitada pela graça do monarca ao atender solicitações, ou por recompensa a serviços prestados à coroa. Essa nobreza adquirida dividia-se entre os que ocupavam um lugar mais baixo na hierarquia social (servidores do Paço, funcionários da administração pública e indivíduos não titulados) e, os que se encontravam no topo, os titulados, cujos privilégios variavam de acordo com o grau de nobreza. Eram organizados em ordem hierárquica, sendo que os três primeiros segmentos desfrutavam

⁷² João Fragoso. “A formação da economia colonial no Rio de Janeiro e de sua primeira elite senhorial (Séculos XVI e XVII)”. In: João Fragoso et al. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (Séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001, p. 29-50.

de prerrogativas de grandeza, sendo chamadas de “os grandes do reino”. As mesmas regras que regulavam a concessão de graus e titulações na metrópole aplicavam-se à colônia, cuja nobreza era formada, majoritariamente, pelos portugueses aqui estabelecidos. No Brasil colonial, predominavam as honrarias - como foros de fidalgos, uso de brasão de armas e o grau de cavaleiro nas ordens militares, sendo a concessão de títulos uma prática escassa, o que se alterou com a transmigração da corte portuguesa em 1808. Além da vinda de membros dos escalões secundários da nobreza, integravam também a comitiva indivíduos titulados. Transplantou-se então para o Brasil a organização nobiliárquica portuguesa, sendo, aqui, instituídas a Procuradoria Geral das Três Ordens Militares, o Registro das Mercês e o Cartório da Nobreza.⁷³

Para organização e afirmação do governo de D. João, no Brasil, fez-se necessária a distribuição de títulos, comendas, honras, mercês, cargos públicos e privilégios. Essas benesses, porém, foram menos generosas com os naturais da terra, que, além de representarem um número menor de indivíduos que receberam títulos, também foram agraciados com titulações mais baixas, na hierarquia nobiliárquica, perdendo espaço para os recém chegados portugueses.⁷⁴ Ainda assim, as elites da América Portuguesa não deixaram de buscar melhorias em sua distinção social.

O ato régio de concessão de honras e privilégios, aos súditos de origem portuguesa ou aos nascidos no Brasil, foi elemento que instituiu a chamada “economia do dom”, em que os beneficiados passaram a estar ligados ao monarca por uma rede assimétrica de relações de trocas de favores e serviços. De acordo com as regras do Antigo Regime - um complexo sistema de doações e mercês régias que ofereciam grandes possibilidades de enriquecimento, os cargos públicos eram almejados como

⁷³ Lúcia Maria Paschoal Guimarães. “Nobreza”. In: Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Ronaldo Vainfas. *Dicionário do Período Joanino*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva. (No prelo), s.n.p.

⁷⁴ Manoel de Oliveira Lima. *D. João VI no Brasil*. Rio de Janeiro: Topbooks, 2006, p. 123-158.

demarcação de prestígio social. O favorecimento pelo rei era procurado por ter o poder de aumentar o *status* de nobreza e grandeza, o que contribuía para a formação de uma sociedade altamente hierarquizada e excludente. Além disso, essas concessões eram uma demonstração do esforço do rei em controlar a representação dos indivíduos na sociedade, regulando, da mesma forma, as delimitações hierárquicas.⁷⁵ A exclusividade sobre a distribuição dos privilégios concedia ao monarca domínio sobre as estruturas sociais e institucionais, tanto na corte quanto em suas periferias.

Em tempos anteriores ao advento da imprensa, essa sociedade de privilégios da América Portuguesa já fazia uso de escritos dedicados. D. Antônio de Noronha, governador de Minas Gerais entre 1774 e 1780 foi homenageado por Cláudio Manoel da Costa por meio de dois poemas economísticos. Foi também louvado por um antigo criado, que lhe dedicou uma Ode destacando suas virtudes públicas e privadas, e um panegírico por ocasião de sua morte. Porém, além desses textos, a trajetória de D. Antônio permite perceber que mesmo para aqueles que gozavam de certo destaque social e político, graças e mercês não eram concedidas em abundância, ou sem algum artifício. O referido governador nasceu em Portugal e descendia do Marquês de Marialva, pertencia à elite dos grandes do Reino, e possuía cerca de 35 anos de idade e uma longa carreira militar, quando chegou a Minas. Apesar de cioso da fidelidade e obediência ao rei, não se mostrou subserviente ou sem opinião. Voltou-se para a carreira militar, sendo esse cargo de governador o único administrativo que ocupara, mesmo após seu retorno a Portugal. Ao se observar sua trajetória na esfera pública, percebe-se que encaminhou extenso número de requerimentos de remuneração de serviços, mercês e benefícios, quase nunca atendidos. Talvez pelo fato de D. Antônio, ao contrário daqueles que conseguiam promoções e graças, ter vivido ausente da Corte e de seu

⁷⁵ Maria Fernanda Baptista Bicalho. “As câmaras ultramarinas e o governo do Império” In: João Fragoso et al. *O Antigo regime...*, p. 206

convívio, resida o motivo de não ter sido beneficiado pelas possibilidades da economia do Dom. Ainda que tenha nascido em família de destaque, foi prejudicado pela pouca familiaridade com “as praxes e usos do pedir”.⁷⁶

No tipo de cultura política compartilhada por Portugal e suas colônias, os escritos eram primordiais para certificar certas matérias, desde o estatuto pessoal até direitos e deveres patrimoniais, incluindo, ainda, as cartas régias de doação, os requerimentos de graças régias e as mais diversas autorizações. Tudo devia constar em um documento escrito, arquivado, criando uma memória jurídica, social e política.⁷⁷ Essa valorização do escrito abriu espaço, também, para a presença de dedicatórias impressas, memória escrita das trocas simbólicas efetuadas nas relações de poder – para uma comunicação pelo dom por meio dos prelos.

A vinda da Família real permitiu que tais relações características de uma “economia do dom” fossem traduzidas em sua forma impressa, concedendo novas oportunidades, especialmente à elite de letrados. O indivíduo que requeria uma mercê ou oferecia uma homenagem, em troca das boas graças reais, reafirmava sua obediência como súdito. A legitimidade dessa troca de favores não garantia, no entanto, no caso das dedicatórias impressas, a obrigatoriedade da retribuição. Os acontecimentos do ano de 1808 permitiram, por conseguinte, uma nova dinâmica das relações de uma “economia política de privilégios”, que relacionava, em termos políticos, o discurso da conquista e a lógica das graças, inscrita na economia de favores, estabelecida por meio da comunicação pelo dom.⁷⁸ Esta já ocorria, desde meados do século XVII, uma vez que o Brasil era área privilegiada, na hierarquia espacial do Império Português, mas diante da

⁷⁶ Laura de Mello e Souza. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 350-402

⁷⁷ Antônio Manuel Hespanha. “A constituição do Império português. Revisão de alguns enviesamentos correntes”. In: João Fragoso et al. *O Antigo regime...*, p. 186.

⁷⁸ Maria Fernanda Baptista Bicalho. “As câmaras ultramarinas...”, p. 219.

nova situação política, assumiu novas feições em uma sociedade dominada pelo *ethos* aristocrático, abrindo relativo espaço para os súditos nascidos na antiga colônia.

Ainda que no período colonial os livros já fossem utilizados como fonte de saber, como meios de acesso ao sagrado e, mesmo como objetos de entretenimento, o uso do livro ainda caracterizava-se como um privilégio, sendo um direito exclusivo de grupos sociais determinados e seletos.⁷⁹ No início do século XIX a antiga colônia apenas começava a se estruturar em sede da monarquia: os letrados estavam sujeitos a um fraco mercado literário, o que os tornava, fundamentalmente, dependentes do poder da Coroa, fato que se perpetuou ao longo de quase todo o oitocentos.

Assim, para sobreviverem, necessitavam das benesses reais para manter uma carreira estável e alcançar cargos na burocracia administrativa. Tal dependência decorria da ausência de um campo intelectual autônomo, no sentido de Bourdieu, que se forjara na Europa com a Ilustração.⁸⁰ No ambiente luso-brasileiro – carente de um público consumidor mais amplo, que pudesse proporcionar aos produtores dos bens simbólicos determinada autonomia, era a Coroa quem assumia a função não somente de mercado para tais bens, mas de instância de reprodução, difusão e, especialmente, de consagração para eles. Não havia espaço, assim, para a ruptura de vínculos com uma economia de mecenato. O sistema de produção e circulação de bens simbólicos estava sujeito a determinados critérios de avaliação dos produtos por parte da Coroa – que ainda era o principal responsável pelo reconhecimento do valor desses bens, concedendo-lhes tanto remuneração material quanto simbólica.

⁷⁹ Luiz Carlos Villalta. “Os leitores e os usos dos livros na América portuguesa”. In: Márcia Abreu. *Leitura, história e história da leitura*. 2ª reimpressão. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2002, p. 211-212

⁸⁰ Para o conceito de campo intelectual autônomo, ver P. Bourdieu. “Campo do poder, campo intelectual e habitus de classe”. In: *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo, Perspectiva, 1974, p. 183-202.

De tal situação, decorre a importância que as dedicatórias, em homenagem ao soberano D. João, alcançaram entre os letrados no Brasil joanino, como nos escritos de José da Silva Lisboa, Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Manoel Ferreira de Araújo Guimarães, Bento da Silva Lisboa, Paulino Joaquim Leitão, José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, e, muitos outros, que fizeram uso de obras oferecidas - especialmente ao príncipe e rei, na tentativa de impulsionar suas trajetórias. As primeiras obras publicadas pela Impressão Régia já contavam com dedicatórias, marcando o início dessa prática na América portuguesa. Concediam um último fôlego a relações sociais e práticas de sociabilidade que começavam a declinar na Europa, juntamente com o Antigo Regime. Antes, porém, que esses elementos textuais acabassem por tornar-se simples expressões de cordialidade, devem ser analisados no contexto do período joanino no Brasil: proposta para os próximos capítulos.

CAPÍTULO 2: A dinâmica política e os elogios

2.1. A chegada das luzes impressas

“Se os homens fossem perfeitamente razoáveis, bastaria lhes o entendimento, e uma verdade apresentada ao seu espírito seria suficiente para obter sem trabalho a sua aquiescência, mas não sucede assim. A experiência sobejamente há mostrado, que à proporção que a pessoa, que fala, é agradável, ou desagradável aos ouvintes, bem, ou mal recebidas são as suas palavras: que segundo os mesmos ouvintes estão prevenidos de movimento de amor, ou de ódio, de inveja, ou de favor, desta, ou daquela paixão em suma, formam juízos diferentes.”⁸¹

A distinção fundamental entre Estado e círculo familiar, a afirmação de que entre ambos existe não apenas uma descontinuidade, mas até mesmo uma oposição, caracteriza-se por uma constatação localizada nos avançados anos do século XX. O mundo oitocentista apreendia o Estado e suas instituições como descendentes diretos, sendo, portanto, evoluções da família. Além disso, público e privado nesse período, são também noções que se confundem. O predomínio da família patriarcal e os padrões de conduta impostos opressivamente pelo círculo doméstico, fizeram com que mesmo o ambiente de trabalho fosse visto como um ambiente familiar, seguindo, por conseguinte, uma hierarquia familiar. A escolha daquele que irá exercer uma função pública era feita de acordo com a confiança pessoal que merecia o candidato, em detrimento de suas capacidades e habilidades pessoais.⁸²

Ao longo da história da América Portuguesa, predominaram as vontades particulares ambientadas em círculos fechados, especialmente, o círculo familiar (no caso, o círculo da Família Real). Nesses círculos, a conduta em voga era a da

⁸¹ Miguel do Sacramento Lopes Gama. *Lições de eloquência nacional*. Rio de Janeiro, Typographia Imparcial de Paula Brito, 1846, p. 36.

⁸² Sérgio Buarque de Holanda. “O Homem Cordial”. In: *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995, p. 141-146.

cordialidade, característica de temperamento atribuído aos brasileiros⁸³: hospitaleiro, generoso, envolto no convívio humano de padrões rural e patriarcal, mas, que não pode ser tomado como expressão do homem cheio de bondade; e sim do homem de manifestações emotivas e passionais, avesso à coerção da civilidade e da polidez, que reduz o indivíduo à sua parcela social, e que deseja para suas relações a intimidade dos laços familiares.

O ambiente que recebeu a Corte Portuguesa era uma sociedade em que predominavam os laços de cordialidade e, em que muitos aspectos, funcionavam mediante uma política de troca de favores, da qual os elogios como forma de atrair as boas graças foram essência. Da mesma forma, essas características podiam ser observadas na sociedade portuguesa ainda em seu reino europeu: a despeito de todas as características que diferenciavam os portugueses da Europa e os portugueses das Américas, muito havia em comum, como o apego aos títulos e aos cargos ligados à Família Real.

Meio século antes da transferência da Corte, a Lisboa destruída pelo terremoto de 1755 perdeu não só vidas e construções, mas sofreu também a perda de um de seus mais valiosos bens: A Real Livraria, coleção régia a que se atribui a reunião de cerca de 70 mil volumes, personificação do orgulho nacional, diante de sua capacidade em acumular cultura, e símbolo de Ilustração a ser exibido para o restante da Europa. Livros e documentos raros enfeitavam a monarquia portuguesa, que lutava para se desvincular da imagem de atraso intelectual e do extremo apego ao supersticioso e à religião.

⁸³ A expressão “homem cordial”, em primeiro momento cunhada por Ribeiro Couto, foi apropriada e trabalhada por Sérgio Buarque de Holanda, em seu *Raízes do Brasil*. O chamado “homem cordial”, dono de virtudes apreciadas por estrangeiros, como a hospitalidade e a lhanza no trato, de fato é expressão do homem emotivo, que preza mais os laços criados pela intimidade do círculo familiar e do conhecimento informal, do que as relações baseadas na polidez de uma organização por mandamentos de conduta (menos espontâneos e calorosos do que aqueles das sociedades ibéricas). Sérgio Buarque de Holanda. *Raízes...*

Mesmo nos tempos em que fora considerada uma das grandes capitais da Europa, Lisboa conheceu grandes problemas financeiros, e convivia com uma frágil estrutura urbana. Não se encontrava totalmente aberta às influências das idéias iluministas e seu fervor religioso atribuía seus tormentos aos desígnios de Deus. Apesar do fluxo do ouro brasileiro entrar em declínio, a corte não abandonou o gosto por luxos e adereços. Espelhava-se no restante da Europa, mas se deparava com suas muitas carências.⁸⁴

A nobreza dividia-se em três segmentos: duques, seguidos pelos marqueses, e em terceiro, os condes. Era dentre essas distinções que o rei escolhia os que iriam ocupar os principais cargos na corte, e esse reduzido grupo era quem cercava o rei, juntamente com os oficiais que compunham a Casa Real. A hierarquia da corte portuguesa era bastante delineada, mas em comparação às demais de seu continente, era considerada uma corte triste, carola e enferma.⁸⁵ Apesar de seguir fielmente o que estava em voga na Europa, continuava distante dos modelos que admirava. Modos e costumes eram discretos e, apesar de certa pompa, os divertimentos eram poucos. Transparecia porém, seu desejo de aparentar cultura, e com D. João V (que reinou de 1706 a 1750) experimentou uma política de aquisição de manuscritos, livros, gravuras e mapas, continuação dos esforços da realeza portuguesa iniciada com D. João I (1385-1433) para que Portugal possuísse uma jóia da civilização.⁸⁶ Seus milhares de volumes estavam disponíveis a eruditos e a alguns homens de letras, e outras bibliotecas (da Universidade de Coimbra e outras conventuais) começaram a se abrir ao público externo.

⁸⁴ Lilia Moritz Schwarcz. *A Longa viagem da Biblioteca dos Reis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 21-30; 38-39.

⁸⁵ Pedro Calmon. *O Rei do Brasil - Vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935, p. 7-22.

⁸⁶ Lilia Moritz Schwarcz. *A Longa viagem...*, p. 68-72

Com o terremoto, mais do que estruturas físicas foram abaladas. O cataclisma foi utilizado politicamente: a reconstrução, além de redefinir a arquitetura, redefiniu os rumos da política. Civilidade e saúde pública eram grandes preocupações, mas também estavam nos planos uma transformação no ensino, a secularização do pensamento, e a atuação do ministro Marquês de Pombal nos moldes do “despotismo esclarecido”. Seus mais de 20 anos de governo com pulso firme transcorreram não apenas com muitos conflitos, especialmente entre clero e nobreza, mas também foram marcados pelo apoio às belas artes e às belas letras. O mecenato pombalino, apesar de tudo, impulsionou a produção de livros e impressos em Portugal.

Nesse contexto, recuperar a Real Livraria assumia a importância simbólica da reconstrução de Portugal, frente aos desastres de 1755, e de afirmação intelectual frente ao restante da Europa. A Real Biblioteca surgia com o antigo intuito de acumular todos os conhecimentos do mundo e assumir a identidade de instrumento de poder, buscando comprar acervos privados, recolher coleções esquecidas pelos jesuítas perseguidos e recebendo generosas doações. Eram arrecadados também um ou mais livros de cada edição produzida pela Real Tipografia. Recorria-se ainda a uma outra forma de aquisição de obras para a coleção: a dedicatória. Como nas demais bibliotecas reais, a oferta de um livro se tornou uma prática para arrecadação de volumes.⁸⁷

A Real Biblioteca constituía, assim, exemplo da Ilustração Portuguesa, símbolo do Estado, e elemento fortalecedor e representante do poder monárquico. Só reassumiria a valorização dos tempos pombalinos com o governo de D. João VI: encaixotada às pressas na partida em 1807, esquecida no porto e mais tarde enviada ao Brasil, e importante elemento das negociações entre pai e filho nos tempos da Independência. Com o reinado de D. Maria I, porém, e um revigoramento das formas de censura em

⁸⁷ Lília Moritz Schwarcz. *A Longa viagem ...*, p. 141-144.

função dos eventos da Revolução Francesa, essa coleção perderia um pouco de seu brilho. Novas instituições de controle sobre livros e impressos foram criados ou revigorados, como a Comissão Geral para o Exame e a Censura de Livros, antiga Real Mesa Censória. Esse controle, se rígido nos domínios metropolitanos, pôde ser sentido de forma mais dura nos domínios coloniais.

A censura à circulação dos impressos, assim como a proibição à criação de Universidades e outros centros de ensino, fez às vezes de instrumento de controle e de dominação da metrópole sobre suas colônias. Os censores preocupavam-se com a entrada e propagação de novas idéias, especialmente os subversivos ideais franceses, que se apresentavam perigosos não só no campo da política, mas no campo da moral e da religião. Nos primórdios do século XIX, o acesso aos impressos não dependia apenas de sua disponibilidade nas livrarias, estava sujeito à intervenção do poder real, cerceado pelos mecanismos de censura: a Inquisição, o Ordinário e a Mesa do Desembargo do Paço.⁸⁸ A Coroa procurava então limitar e manter sob seus auspícios os acessos aos impressos e às idéias que poderiam assolar a tranqüilidade e o equilíbrio do governo.

Na América Portuguesa, os impressos possuíam múltiplas utilizações enquanto objetos de leitura: fontes de conhecimento, de entretenimento, meios de acesso ao sagrado e mesmo objetos de decoração. Seja qual fosse a identidade atribuída aos impressos pelo leitor, eram importantes nos âmbitos público e privado, definindo redes de sociabilidade. Representavam ferramentas de poder, uma vez que contribuíam para que seus leitores questionassem ou acatassem a ordem estabelecida, em qualquer de suas facetas. Nos séculos XVI e XVII, eram poucas as bibliotecas particulares, possuindo um número de volumes também diminuto; pertenciam essencialmente aos colégios jesuíticos, dividindo-se, principalmente, entre obras de cunho literário ou

⁸⁸ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “Antídotos contra obras “ímpias e sediciosas”: censura e repressão no Brasil de 1808 a 1824”. In: Márcia Abreu (org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 1999, p. 377-378.

religioso.⁸⁹ A oralidade, assim como em Portugal, era elemento fortemente presente na vida dos habitantes da colônia. Com a proibição da abertura de tipografias e a reduzida circulação de livros e gazetas desenvolveram-se a sátira verbal, o pasquim e as folhas volantes, assumindo o lugar de supletivos da informação e do comentário, dos quais infelizmente há raros registros.⁹⁰

No século setecentista, por sua vez, a composição das bibliotecas e a posse dos livros começaram a se modificar. Ainda que continuasse restrito, o ato de possuir livros e impressos tornou-se menos escasso. Quanto ao conteúdo destes, abriu-se espaço para a leitura de ciências físicas e naturais e outros saberes profanos, como as belas letras, além de livros ilustrados (e freqüentemente proibidos pela censura portuguesa). Mesmo que os saberes religiosos e as obras de devoção continuassem a predominar, podiam-se sentir ecos da ilustração nos novos interesses que se instalavam na colônia; no caso do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, esse processo se deu através da constituição de uma civilização urbana, com certo aumento do nível educacional, e do desenvolvimento do setor de serviços (demandando formação específica); da elevação da cidade do Rio de Janeiro à capital do Vice-Reino do Brasil (1763) e do Império Português (1808-1821). De maneira geral, a posse de livros continuou restrita a uma pequena parcela da população, variando de acordo com a posição social e ocupação de seu detentor: concentrada entre aqueles que utilizavam o livro para suprir exigências profissionais, como donos de terra e escravos, aqueles ligados ao sacerdócio, ao direito, à cirurgia, à farmácia, ao comércio, à navegação, aos estudos, às atividades militares e ao exercício de cargos públicos. Conseqüentemente, não raro, o conteúdo dos impressos era facilmente relacionado ao ofício de quem o possuía. As bibliotecas assumiam tamanhos

⁸⁹ Luiz Carlos Villalta. "Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa". In: Márcia Abreu *Leitura, história e história da leitura...*, p. 183-187

⁹⁰ Carlos Rizzini. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Kosmos, 1945, p. 240-241.

diversos, determinados pelo grau de refinamento intelectual e de escolaridade dos proprietários, e não necessariamente pelo poder econômico.⁹¹

Uma das utilizações dos livros, para devoção religiosa, contribuiu para a circulação de impressos baratos, que se pressupõe tiveram ampla divulgação. Auxiliavam os fiéis nas práticas religiosas, permitindo o acesso às verdades sagradas e às práticas das cerimônias e ritos religiosos. Uma apropriação do impresso condizente com a mentalidade de fervor religioso, característica de portugueses europeus e coloniais.⁹²

Como em outros contextos e locais, o livro freqüentemente foi utilizado como objeto de decoração. A simples posse de impressos, independentemente de terem sido lidos por seu proprietário ou não, era vista como forma de status, como declaração de poder. Quanto mais belas e bem encadernadas as suas capas, maior ostentação representavam em seu local de exposição. Sendo assim, nos requerimentos de compra enviados aos livreiros, o aspecto material do livro era altamente levado em consideração, levando mesmo o leitor a ser mais favorável a seu conteúdo. A despeito de seu uso ornamental, os livros foram considerados pelos leitores como fontes de conhecimento. Além de representar acesso a um mundo de conhecimentos, o livro foi responsável pela inserção de leitores em redes de sociabilidades construídas à sua volta. Possibilitavam discussões em torno das idéias que traziam em suas páginas, agrupando os leitores de acordo com suas próprias opiniões, e do desejo do acesso a conhecimentos proibidos. Nos requerimentos de permissão para a leitura dos livros considerados inadequados ou perigosos, mostrava as mais diversas justificativas, que variavam da necessidade profissional, à reputação do requerente, que provava seu poder e seu destaque na sociedade através do direito e capacidade de ler os referidos impressos.

⁹¹ Luiz Carlos Villalta. “Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa”, p. 188-200

⁹² Luiz Carlos Villalta. “Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa”, p. 203.

Observa-se então, na América Portuguesa, o uso do livro, do impresso como elemento de poder característico das sociedades do Antigo Regime: o acesso mostrava-se como um privilégio a ser desfrutado não apenas por aqueles que os poderiam comprar, mas por determinados e exclusivos grupos sociais.⁹³

O livro visto como privilégio é decorrente de outros hábitos e costumes do Antigo Regime. Na América Portuguesa, a busca por benesses e pela continuação delas pode ser observada pela escolha das carreiras. Muitos jovens buscavam suas oportunidades no serviço da Coroa, que se abria para eles muitas vezes porque também o pai tinha exercido uma função pública. Esses serviços permitiam, além dos ordenados, a requisição de remunerações ao fim da carreira, de mercês de hábitos de Ordem Militares com seus respectivos benefícios, e a possibilidade de aumento no prestígio social. Com a instalação da Corte no Rio de Janeiro, pode-se observar a corrida aos cargos públicos recém-criados, em que os candidatos procuravam - através de presentes e homenagens - um protetor com força política suficiente para lhes impor nos cargos. O caminho para a carreira começava com a investigação de muitos pontos a respeito do candidato, além do percurso a ser cumprido: a carreira de magistratura iniciava-se pelo cargo de juiz de fora, passando pelo de ouvidor, até atingir o topo como desembargador. Para uma carreira tão ambicionada, contar com fortes apoios familiares e políticos poderiam facilitar a queima de algumas etapas.

Outra carreira bastante procurada era a militar, que sofria com um excesso de oficialidades em relação ao número de soldados. Tal excedente fazia com que o valor do soldo não atingisse valores muito altos, e dentre as capitanias a Corte era a que mais sofria com essa carestia. Para as famílias nobres a carreira militar, em geral, destinava-se aos segundos filhos, e apesar do atraso nos pagamentos dos soldos e o perigo de um

⁹³ Luiz Carlos Villalta. “Os leitores e os usos dos livros na América Portuguesa”, p. 204-212.

oficial reformar-se com metade do soldo que recebia em atividade, o que se buscava - mais do que a remuneração - era o prestígio social adquirido.⁹⁴

A América Portuguesa apresentava-se geográfica, política e economicamente fragmentada; havia regiões econômicas principais, e o extremo norte dependia mais do que todas, de Portugal. Com a chegada de D. João, aconteceram tentativas de unificação para a construção de um império luso-brasileiro: buscava-se integrar capitanias que representavam verdadeiros mundos, como Bahia e Pernambuco, e outras que se apresentavam como meros satélites.⁹⁵ O Rio de Janeiro que recebeu a Família Real, por sua vez, estava longe de ser uma notável sede de monarquia, apresentando-se como o de uma simples colônia, carente de uma ampla reorganização administrativa. Como foi dito por Oliveira Lima, o Rio de Janeiro era “capital mais no nome do que de fato”.⁹⁶ A presença da Corte contribuía, assim, decisivamente para alterar o estilo de vida no Brasil, uma vez que trazia grande parte da administração portuguesa, personalidades e funcionários que continuaram a desembarcar nos anos seguintes, contabilizando milhares de pessoas chegadas ao Brasil ao longo desse período. A transferência da burocracia real precisou contar com medidas diversas, como a nomeação de ministérios e a instalação de secretarias e repartições vindas de Lisboa. A recriação do aparelho central do Estado português em terras americanas despertou a antiga colônia para uma modernização segundo padrões europeus. Inaugurava-se, em 1808, um novo cenário no Rio de Janeiro, no qual não estava ausente a necessidade básica de criação de uma sociedade culta e ilustrada ao seu redor.

⁹⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Vida Privada e cotidiano no Brasil na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 1993, p. 85-90.

⁹⁵ Roderick Barman. *Brazil - The Forging of a Nation*. Stanford: Stanford University Press, 1988, p.13-25.

⁹⁶ Oliveira Lima. *D. João VI...*, p. 87

No Rio de Janeiro, a nova capital aspirava a uma nova concepção de sociabilidade, copiada do modelo europeu, o que conduziu ao aumento de festas e saraus da elite. O luxo penetrou na cidade com a moda influenciada pelo estabelecimento de casas comerciais destinadas a atender a uma parcela restrita da sociedade, mas que ditava as regras do bom gosto. A partir de 1813, o teatro de São João, mais tarde chamado Pedro de Alcântara, começou a dar espetáculos com artistas portugueses amadores, depois substituídos por profissionais dos teatros europeus, propiciando diversão aos grupos enriquecidos da cidade.⁹⁷ O notório gosto dos Bragança pela música⁹⁸ contribuiu para a abertura do espaço ao ensino e à valorização da arte, e renomados artistas e escritores foram convidados a visitar o Brasil: a corte joanina estimulou um afluxo constante de atores, músicos e cantores (ainda que nem todos tenham deixado a cidade com boas impressões).

Ávida pelo que a cultura européia poderia oferecer, a nova corte se fez campo fértil para o caráter espetacular das sociedades do Antigo Regime, cultural e politicamente. O teatro se tornou uma espécie de termômetro da popularidade do governo, através do volume de saudações, acenos de lenços, aplausos e vivas dirigidos especialmente pelas classes superiores. Era também no teatro que se tornavam públicas homenagens escritas para serem encenadas, como diversas peças com elementos homéricos e épicos, destinados a enaltecer o homenageado. Nesse espaço de homenagens, os próprios acontecimentos vividos por Portugal e pela Família Real tornaram-se enredo do drama: a cólera de Napoleão, a saída de Lisboa às pressas, a travessia do Atlântico, a aclamação real, casamentos, nascimentos, aniversários e mortes. Em uma sociedade de corte em que se prezava tanto a imagem, o cotidiano

⁹⁷ Cf. Luís Norton. *A Corte de Portugal no Brasil*. 2ª ed. São Paulo / Brasília, Ed. Nacional / INL, 1979, p. 101.

⁹⁸ Ângelo Pereira. *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, p. 273-277

teatralizado de reverências e bajulações, em que as dramatizações alcançavam as ruas, foi possível a artistas como Debret a oportunidade de deixar pinturas históricas como registros. A imagem também foi utilizada nas encenações, com o recurso de apresentar o soberano ao público por meio de seu retrato, mostrado nos encerramentos dos espetáculos e alcançando a reverência da platéia.⁹⁹

Igualmente, vários estabelecimentos de ensino foram criados, como o primeiro de ensino superior, na Bahia: a Escola Médico-Cirúrgica. Demais escolas, como as destinadas à preparação de oficiais de terra e mar – Academia Real militar e a Academia dos Guarda-Marinhas – também foram posteriormente instituídas. Destacam-se ainda o estabelecimento e a visita de renomados artistas e eminentes escritores na recém formada Corte. Eram luso-brasileiros, vindos de outras províncias ou mesmo do além-mar, e estrangeiros, como os que chegaram com a Missão francesa no Rio de Janeiro, em início de abril de 1816. Esses últimos constituíram com um número de artistas de profissão para residir nesta capital, a fim de implementar as artes úteis ao país.

Em termos políticos, a permanência da Corte no Brasil no início do oitocentos contribuiu, sem dúvida, para que não houvesse uma ruptura com Portugal ou uma mudança violenta de governo, como nos demais países que se originaram das colônias espanholas na América. O Brasil mantinha-se relativamente unificado, sendo objetivo primordial de seus governantes ilustrados, como D. Rodrigo de Souza Coutinho, desenvolver a antiga colônia para que a idéia de um império luso-brasileiro continuasse a vigorar nesses tempos de rebeliões coloniais. Para atingir tal objetivo, a abertura dos portos às nações amigas, especialmente a Inglaterra, foi primordial uma vez que movimentou os ânimos políticos e as possibilidades econômicas, representando uma

⁹⁹ Jurandir Malerba. *A Corte no Exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, p. 91-110

afirmação de posições sobre a política internacional e dinamizando diversos setores da economia do Brasil. A aliança inglesa garantiu algumas relações de amizade, embora também tenha acirrado desavenças com outras nações européias, inclusive Portugal.

Uma das medidas mais importantes do estabelecimento da sede americana do Império Português, foi a abertura da Impressão Régia, em 1808. No contexto antecedente, as tipografias eram proibidas, em tentativas de se controlar o afluxo de idéias contrárias aos interesses da Coroa. Alegava-se que as despesas na colônia eram maiores que no reino, não havendo assim utilidade na criação de tipografias, uma vez que livros e impressos licenciados poderiam ser enviados da metrópole. Procurava-se manter o controle a despeito das idéias que chegavam, burlando a vigilância.¹⁰⁰ Carlos Rizzini afirma que houve algumas tentativas de implantação anteriores a 1808, como no Brasil Holandês do início do século XVIII, sobre a qual não há muita informação. Antonio Isidoro da Fonseca, que acabou sendo deportado em 1747, publicou quatro pequenas obras e folhetos no Rio de Janeiro; e em Vila Rica pelos esforços do Padre José Joaquim Viegas de Menezes, que havia trabalhado na Tipografia do Arco do Cego, e imprimiu artesanalmente um opúsculo em 1807, montou uma tipografia improvisada e sem alvará em 1820. A licença foi conseguida em 1822, mas os negócios não se tornaram prósperos¹⁰¹.

A primeira tipografia oficial do Brasil contribuiu como nenhuma outra medida, para despertar a vida cultural da colônia. Além dos inevitáveis documentos oficiais, esse órgão cuidou da publicação de jornais, folhetos políticos e de muitas obras de cunho científico e literário. Sua história começou com a encomenda do equipamento completo na Inglaterra por D. Rodrigo de Souza Coutinho ainda em Portugal. As caixas contendo

¹⁰⁰ Nelson Werneck Sodré. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1977, p. 18-22.

¹⁰¹ Carlos Rizzini. *O livro, o jornal...*, p. 310-318.

o material, que nunca havia sido utilizado, acompanharam a transferência da Corte portuguesa para sua nova sede a bordo do navio Medusa, por ordem de Antônio Azevedo de Araújo, Conde da Barca. Mesmo com a necessidade da impressão de documentos oficiais, seu pleno funcionamento dependeu de várias exigências burocráticas. Servindo, inicialmente, à Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, da qual estava encarregado D. Rodrigo de Souza Coutinho, a única impressão oficial iniciou prontamente suas funções, na ocasião do aniversário natalício do Regente, em 13 de maio 1808.

O ato oficial da criação da Impressão Régia cuidava de sua organização, encabeçada por uma junta administrativa composta por três deputados: José Bernardo de Castro, oficial da Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros, Mariano José Pereira da Fonseca e José da Silva Lisboa, ambos deputados da Mesa da Inspeção do Rio de Janeiro e da Bahia. Inicialmente, coube-lhe ainda o exame dos papéis e livros a serem publicados, mas, em setembro de 1808, foram nomeados os primeiros censores régios – Frei Antônio de Arrábida, José de Carvalho e Melo e, novamente, José da Silva Lisboa. A estruturação de seu corpo burocrático se concretizou ainda em 1808, indicando-se um escriturário, um servente, um apontador e um porteiro para constituir o pessoal burocrático. Já em 1809, sofria sua primeira expansão para atender a demanda de trabalhos¹⁰². A Impressão Régia sempre passou por dificuldades financeiras, pois além de imprimir os documentos oficiais, era ainda responsável por outros tipos de obras. Esse monopólio perdurou até 1811, quando o comerciante português Manoel Antonio da Silva Serva abriu uma tipografia em Salvador. No Rio de Janeiro, porém, as

¹⁰² Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. V.1, p. XX. Lúcia Maria Bastos P. Neves. Impressão Régia. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002, p. 365-366.

primeiras tipografias privadas surgiram apenas em 1821, quando da regulamentação da liberdade de imprensa.

A Impressão Régia, apesar de seus altos custos e de sua morosidade, além de publicar a legislação oficial, não deixou de contribuir para a difusão das novas idéias, ao imprimir periódicos, como o primeiro jornal brasileiro – *A Gazeta do Rio de Janeiro*, 1808/1822, *O Patriota* - 1813/1814 -; obras de ciências e artes, especialmente entre 1808 e 1814, de acordo com o caráter pragmático das elites ilustradas; ao divulgar poetas e autores famosos; ao introduzir o romance e a novela no Brasil; ao editar manuais para os cursos superiores e obras de cunho propriamente histórico. Reeditou diversas obras do período colonial que haviam sido impressas em Lisboa, como *Caramuru*, de Fr. José de Santa Rita Durão, e *O Uruguai*, de Basílio da Gama¹⁰³ (esta última oferecida em homenagem no ano de 1811). Na época da Independência, teve ainda um papel decisivo ao fazer circular jornais, panfletos e folhetos políticos¹⁰⁴.

Como se pode observar, a produção de livros no Rio de Janeiro dependia exclusivamente da Impressão Régia. Esta, passando em geral por dificuldades financeiras, dividia-se entre custear algumas obras e imprimir obras pagas por outrem. Nas folhas de rosto das publicações, a última informação pode revelar quem havia arcado com os custos daquele impresso. As obras pagas pelo Estado traziam a informação “Por ordem de S.A.R.”, ao contrário daquelas que traziam os dizeres “Com licença de S.A.R.”. Havia ainda uma outra forma de pagamento das despesas de impressão: as listas de subscritores. Os interessados em adquirir a obra depositavam nas lojas apropriadas o valor do exemplar e tinham seus nomes divulgados nas últimas páginas da referida publicação. Era com este capital inicial que o autor financiava a

¹⁰³ Carlos Rizzini. *O livro, o jornal...*, p. 222.

¹⁰⁴ “Impressão Régia”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial*. Rio de Janeiro, Objetiva, 2002. p. 365-366.

impressão de sua obra. Os anúncios de ofertas de subscrições eram publicados na *Gazeta do Rio de Janeiro*, através de *prospectos* que procuravam divulgar o valor de interesse do escrito e angariar subscrições suficientes. Os textos à venda saíam à luz na forma de encadernados, brochuras, folhetos; estes últimos eram os mais abundantes, dividindo-se entre conteúdos políticos, médicos e papéis relativos a notícias e proclamações referentes às guerras. As novelas eram comumente publicadas em brochura, cujos preços eram mais acessíveis que as encadernações. A venda dos impressos era realizada em geral pelos livreiros, mas também ocasionalmente por particulares e comerciantes de outro tipo de mercadorias.¹⁰⁵

Os livros saíam anunciados para venda na *Gazeta do Rio de Janeiro*. Os anunciantes, em geral os livreiros, preocupavam-se em anunciar o maior número de obras possível, apelando para o gênero da publicação, para a notoriedade do autor, e também para a modernidade do conteúdo. Vendiam-se também nas casas dos compradores potenciais, e o preço variava quanto ao formato, número de páginas e se eram encadernações ou brochuras. O livro comum custava o mesmo que um jantar em uma casa de pasto, ou 6 empadas de carne e era ligeiramente mais caro que uma garrafa de aguardente de anis. Saldos de livros eram raros; livros usados eram vendidos com os novos, levando a crer que se desvalorizavam pouco. Os livros importados provinham de Lisboa, do Porto, escassamente da França, e, muito esporadicamente, da Inglaterra e da Alemanha.¹⁰⁶

Como se pode observar, o livro era utilizado como instrumento de controle das elites, através da indicação daquilo que poderia ser lido, a fim de evitar os escritos por

¹⁰⁵ Lojas de fazendas, de vidros, boticas, lojas refinadas também vendiam livros. Uma certa especialização poderia ser percebida, como a venda quase exclusivamente de obras e folhetos médicos nas boticas. As lojas de artigos refinados privilegiavam a venda de livros de pintura, viagens e atlas, juntamente com xales, leques, músicas e objetos de prata. Ver Maria Beatriz Nizza da Silva, *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 151

¹⁰⁶ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura no Brasil colônia*. Petrópolis: Vozes, 1981, 152-154.

uma fermentação de idéias. O mercado literário, se ainda pouco consolidado em Portugal, no Brasil mal começava a se formar, sendo também parte integrante das condições que se constituíam em obstáculos para a formação de um público leitor mais expressivo. Além disso, o preço dos livros era demasiado alto para competir com os periódicos, que começaram a pulular após a liberdade de imprensa, em 1821, no mundo luso-brasileiro. A leitura de livros continuava, portanto, sendo um privilégio de poucos, persistindo, por algum tempo, a concepção clássica do Antigo Regime de ver o escrito como um texto secreto, reservado apenas a alguns homens notáveis, por sua dignidade, por sua formação e por suas luzes.¹⁰⁷

Inseridas nessa mentalidade, as dedicatórias impressas do mundo luso-brasileiro começaram a ser publicadas em Portugal, como se pode perceber nos catálogos da Imprensa Nacional de Lisboa.¹⁰⁸ Analisando as 553 obras da Impressão Régia de Lisboa publicadas entre os anos de 1768 e 1800, observa-se a presença de um número expressivo de obras elogiosas, somando cerca de 176, sendo algumas de cunho espiritual, em que se agradecia a um santo de devoção. Dentre essas obras, observa-se que se destacam como os mais elogiados: D. José I, o Marquês de Pombal, D. Maria I, D. Pedro III e D. João VI, entre muitas obras oferecidas a outros membros das elites portuguesas. Nos primeiros anos de funcionamento da tipografia, as homenagens dirigem-se para D. José e para o Marquês de Pombal. A partir do ano de 1777, após a morte de D. José I, aparecem orações fúnebres em sua homenagem, e dedicatórias a D. Maria I. As ocasiões do casamento de D. José (neto de D. José I) com D. Maria Benedita de Bragança, bem como de suas mortes, também levam à impressão de odes e

¹⁰⁷ Cf. Lúcia Maria Bastos P. Neves. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*. t. 33, Coimbra, 1999, p. 665-697.

¹⁰⁸ Imprensa Nacional. Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora. Vol. I (1768-1800). Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.

orações. No ano de 1778, as dedicatórias para D. João surgem de maneira tímida; começando a ter expressividade às vésperas de sua nomeação como Príncipe Regente.

Um exemplo de dedicatória publicada nesse período, é da obra *Écloga*, de Alexandre José da Fonseca. Oferecida à D. Carlota Joaquina, a publicação de 1790 se destaca por ser uma das poucas obras dedicadas à soberana. Em Portugal, foram poucas as homenagens recebidas e, extremamente escassas, no Brasil. São palavras da *Écloga*:

Sereníssima Senhora
Enquanto Lísia alegre e seus cantores
Esgota em vosso obséquio a Cabalina,
Ouve, Princesa Augusta, dois pastores
De estranho lar, de língua peregrina:
São tais, e tão sublimes os louvores
De que por grandes títulos sois digna,
Que para tão sublime e vasta empresa
Não basta só a língua Portuguesa.
Beija as mãos de V.A.R.
O P. Alexandre José da Fonseca
Capelão da Real Enfermaria¹⁰⁹

Em 1820, a Oficina de Simão Tadeu Ferreira publicou, com autorização do Príncipe Regente, uma obra traduzida do original francês e dedicada a D. Carlota Joaquina. A dedicatória é assinada pelos livreiros que a comercializavam:

Desejando nós, como bons Cidadãos, granjear o alto patrocínio dos Príncipes deste Reino, pareceu-nos que era de nossa obrigação dirigir a V. A. as nossas súplicas, como aquela em quem este ilustre predicamento se acha associado com o Real Sangue da Augustíssima Casa de Bourbon, donde V. A. descende. Assim cuidamos, Sereníssima Senhora, cumprir com o que por fiéis Vassalos devemos a nossos naturais Senhores, obsequiando seus precaríssimos descendentes; e juntamente nos felicitamos de mostrar-nos gratos aos benefícios que recebemos das suavíssimas Leis dos Soberanos desta Monarquia, com quem V. A. tem dever não menos próximo, nem menos lustre.

Mas porque fora sobejo atrevimento irmos aos pés de V. A. sem alguma qualidade, que nos recomendasse a uma Princesa de tantas Luzes, e Virtudes, tomamos com preferência a que o nosso estado nos oferece, dando à luz as Recreações do Homem Sensível de Monsieur Arnaud, nas quais se franqueia ao Público uma vasta seara de virtuosos exemplos, que todos podem ler com grande proveito dos costumes, e do entendimento. Confiados pois em que V. A. como tão amante, que é da Virtude, quererá favorecer os Cidadãos, que trabalham de ser úteis á Nação, oferecemos a V. A. este traslado daquela excelente obra; e de ele ser bem acolhido não nos dá menos esperanças a rara benignidade de V. A. do que a língua em que vai traduzido, a qual V. A. adotou por amor de seu virtuosíssimo consorte, e

¹⁰⁹ Alexandre José da Fonseca. *Écloga*. Olisipone: Tipografia Régia, 1790. s.n.p.

prezará a Deus que seja sempre gratíssimo instrumento das expressões de amor, e veneração com que os Naturais, e Súditos desta Coroa respondem à afabilidade, benevolência, e outros muitos, e mui abalizados méritos de V. A.

Digne-se pois, Sereníssima Senhora, de aceitar esta humilde oferta, para excitar com favor tão distinto a emulação de servir ao Público, que é um dos maiores benefícios que os Príncipes podem fazer; e para que mais afervorados com ele se nos acrescentem, não o profundo reconhecimento, que já temos no coração, mas novos ânimos para o manifestarmos com as obras que soubermos serão mais do agrado de V. A.

Os mais humildes e reverentes criados.

Borel, Borel e Companhia¹¹⁰

Mais comuns, no entanto, eram as homenagens a D. João. O *Jornal de Coimbra*, publicou poemas dedicados ao rei, destacando-se um, do ano de 1817. Considerando-se o contexto conturbado do período, marcado pela Revolução Pernambucana e a indecisão política acerca do destino do monarca, esses elogios poderiam fazer parte dos desejos de Portugal da volta de seu soberano.

DEDICATÓRIA À SUA MAJESTADE FIDELÍSSIMA

À Mente, em doces êxtases sublime,
Que Deusa apareceu? Divina face
Luz serena do Céu lhe adorna, e banha:
Tem majestoso aspecto, e nele brilha
Da singeleza o ar: sem arte ondeiam
Cobrindo os ombros desatadas tranças:
Cândida veste, transparente, e simples
As alvas carnes lhe reveste: a destra
De brilhante esplendor sustenta um facho,
Cujo imenso clarão se mostra ao Mundo
Qual o da Tocha Oriental se mostra.
Dos olhos o volver, da boca o riso
De sua alma o prazer bem claro ostentam;
Em nível peito o coração lhe bate;
Qual por cima se vê da branca espuma,
Depois da forte, e horrível tempestade
Das ondas o bater, que a espuma eleva.
Era a Deusa imortal, que adoro humilde,
Era a formosa, a cândida Verdade.
Surge, surge, bradou, rompe o silêncio:
Nas asas do louvor aos Céus levanta
Os Grandes Feitos do Monarca Excelso.
Futuras Gerações talvez ao Vale
Inteira fé não dêem; talvez suponham
Que as ações imortais aumentas, finges

¹¹⁰ Monsier de Arnaud. *Recreações do Homem Sensível, ou Collecção de exemplos verdadeiros e atheticos, nos quais se dá um Curso de Moral Prática conforme às máximas de sã Filosofia, e da Religião, para as pessoas de todos os Estados. Traduzida do Original Francez de... por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Officina de Simão Thaedeo Ferreora, 1820. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço. T. 1, p. i-ii.

Com falsas cores, que a lisonja empresta:
 Mas tu seguro vai, que em meu regaço,
 Quando cantas o Herói, te acolho amiga:
 Afoito a lira dedilhar não temas
 Aos Pés do Grande Rei, que se não vales
 Por engenho feliz, por mim te afamas.
 A visão se desfez: senti minha alma
 Do estro arder em deleitoso incêndio.
 Ouso meu Canto levantar ao Trono;
 Se é falta d'arte, de verdade é cheio.
 Puro respeito, e amor meu Gênio acendem:
 Se alguém, soltando levantados vôos,
 Com digno, Economio pregoar Teus Feitos,
 Vencerá minha Musa, mas não pode
 No respeito, e no amor vencer meus versos.
 De ainda nascente engenho aceita, acolhe,
 Monarca Invicto, a produção pequena:
 Se Teu favor me obriga, irá crescendo,
 Augusto Singular, meu dom, meu estro.
 Alto loureiro, que se eleva aos ares,
 Já foi delgada, pequenina planta;
 Subiu com os dons da Natureza amiga.
 Será o Herói, que exaltaram meus versos;
 Pois se voto à virtude o estro, a lira,
 Da lira, e do estro meu será o assunto. ¹¹¹

Do outro lado do Atlântico a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou, já em uma de suas primeiras obras, de 1808, uma dedicatória impressa. Saíram de seus prelos, entre 1808 e 1822, 1428 obras. Destas, 229 foram oferecidas em homenagem, dividindo-se da seguinte forma:

¹¹¹ Antônio Feliciano de Castilho. “Á faustíssima exaltação de Sua Majestade Fidelíssima, o senhor D. João VI ao Trono”. *Jornal de Coimbra, Num. LIX. Parte II*. Lisboa: Imprensa Régia, 1817. s.n.p.

Ano	Obras Publicadas	Obras oferecidas
1808	37	09
1809	69	21
1810	94	15
1811	73	25
1812	72	22
1813	37	09
1814	35	09
1815	56	07
1816	52	14
1817	66	19
1818	50	17
1819	43	09
1820	46	07
1821	270	24
1822	428	22
Total	1428	229

Fonte: Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. V. 1.

Dentre as obras oferecidas em homenagem, a maior parte foi direcionada a alguma figura social ou política de destaque, mas também foram encontradas obras direcionadas a amigos do autor (especialmente de poesias e cantigas), ou ainda diretamente relacionada com algum acontecimento (e indiretamente relacionada com alguém envolvido com tal fato). Infelizmente, não foi possível localizar exemplares de todas as 229 obras, mas através do inventário da *Bibliografia da Impressão Régia*¹¹², bem como de outras obras da bibliografia utilizadas como referência, foi possível estabelecer o número de obras oferecidas à diversos indivíduos:

Família Real
D. João: 96
D. João & D. Carlota: 1
D. João e Príncipes Reais: 1
D. Carlota Joaquina: 1
D. Maria I: 8
D. Pedro: 17
D. Pedro & D. Leopoldina: 1
D. Leopoldina: 1
D. Maria Teresa: 4
D. Maria Teresa e D. Pedro Carlos: 1
D. Pedro Carlos: 4
D. Maria Anna: 1

¹¹² Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. v. 1

Outros
Acontecimentos do dia 26/02/1821: 3 D. Anna Justina Correia da Silva: 1 Antonio Araújo de Azevedo, Conde da Barca: 2 Amigos de Bernardo Avellino Ferreira e Souza: 1 Amigos de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho: 1 Apaixonados dos franceses: 1 Sir Artur Wellesley, Duque de Wellington: 2 Brasil: 1 Cidadãos da Bahia: 1 Cidadãos fluminenses: 1 Compatriotas de Luiz de S. Anna Gomes: 1 Concidadãos e patriotas do Brasil: 1 Corpo do comércio da Ilha de Santa Catarina: 1 Cypriano Ribeiro Freire: 1 Defensores de Campo Maior, e seu Governador: 1 Dinastia de Bourbon: 1 D. Elena Maria Josefa Xavier de Lima, Condessa de Óbidos: 1 Exército português: 1 D. Fernando José de Portugal e Castro, Conde de Aguiar: 2 Francisco de Assis Mascarenhas, Conde de Palma: 1 Francisco José Rufino de Souza Lobato: 1 Gabriella Maria Ignazia Asinari dei Marchesi di San Marzano, Condessa de Linhares: 1 Guarda Cívica do Rio de Janeiro: 1 Guilherme Carr Beresford: 1 Henrique José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras e Marquês de Pombal : 1 Irmandade do SS. Sacramento: 1 D. João de Almeida de Mello e Castro, Conde das Galvêas: 1 D. Fr. João Damasceno Povoas: 1 João Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, Conde da Ponte: 1 Joaquina Maria da Conceição Lapinha: 1 D. José Caetano de Souza Coutinho: 1 José Constantino Gomes de Castro: 1 José de Carvalho Ribeiro: 3 José Correia Picanço: 2 José Francisco de Paula Cavalcanti e Albuquerque: 1 José Joaquim de Souza Lobato: 1 José Maria de Brito: 1 Padre Frei José Marianno da Conceição Velozo: 1 José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira: 1 Fr. José de Santa Rita Durão: 1 D. Josepho Caetano da Silva Coutinho: 1 Juventude brasiliense: 1 Legisladores do Brasil: 1 Leitor: 1 M. do L.: 1¹¹³ Manes do Imortal Linné: 1 Manoel de Almeida: 1 Manoel Antônio Barreiros: 1

¹¹³ Da obra *Verdadeira Vida de Bonaparte, até a feliz restauração de Portugal*, publicada em 1809, não se encontrou nenhum exemplar encontrado para observação. Os créditos da *Bibliografia da Impressão Régia*, trazem as iniciais “L.S.O.” para o autor, e “M. do L.” para o homenageado.

Manoel Inácio de Sampaio: 1
D. Manoel de Portugal e Castro: 1
Manoel Vieira da Silva: 1
D. Mateus de Abreu Pereira: 2
D. Miguel Pereira Forjaz: 1
Mulheres: 1
D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos: 5
Nação britânica: 1
Nação portuguesa: 3
Nações inglesa, espanhola e portuguesa: 1
Senhores Neiva e Sá, agentes da Cia. de Londres: 1
Novo Corpo Militar Conimbrense: 1
Patrícios do Padre Manoel Gonçalves dos Santos: 2
Paulo Fernandes Vianna: 2
Principais habitantes de Mariana: 1
Prosperidade do Brasil: 1
Percy Clinton Sydney Smith, Lord Strangford: 1
Público: 1
D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares: 1
Restauração de Portugal: 1
Restauração da cidade do Porto: 1
Segismundo Neukomm: 1
Senado: 1
Sua Majestade Britânica: 1
Todos os reis: 1
Triunfos da pátria: 1

Como se pode observar no quadro acima, o maior número de dedicatórias destinou-se ao monarca D. João, porém, além da observação da quantidade de obras em relação aos homenageados, se faz necessária uma análise das obras em relação ao período em que foram publicadas. É possível observar que D. Pedro, que foi agraciado com o maior número de publicações após seu pai, só começou a ser prestigiado timidamente em 1812, e suas dedicatórias tomam maior vulto apenas em 1821. Ao passo que sua irmã mais velha, D. Maria Teresa, agraciada diretamente com apenas 4 obras, recebe a primeira já em 1809. A análise das dedicatórias acompanhando a dinâmica política do período joanino, acrescentando-se a este período o ano de 1822, é a proposta do seguimento do presente capítulo.

2.2. Os primeiros anos do governo

A transferência da corte portuguesa para sua colônia nas Américas ofereceu um último fôlego ao Antigo Regime. Ultrapassando as discussões acerca da natureza da partida, se fuga ou transferência, com o rei vieram importantes quadros da corte e da máquina administrativa, além de boa parte do dinheiro de Portugal. Ao lado dos protestos de covarde e fujão, muitos louvores, odes e orações gratulatórias foram oferecidas, agraciando a atitude de deixar Lisboa e escapar de Napoleão. O que realmente importa, porém, são os desdobramentos do acontecido, o que representou para o Brasil a chegada da Família Real. Algumas das mudanças e aspectos do impacto inicial foram abordadas anteriormente, mas foi com o efetivo início do governo de D. João, enquanto regente ou enquanto rei, que se iniciou de fato o oferecimento das dedicatórias impressas em homenagem; que foram além dos elogios à figura do soberano e acompanharam a dinâmica política ao longo, ao menos, das primeiras duas décadas do século XIX.

O estado lastimável e sem muitos recursos dos súditos fiéis que chegavam, somado à necessidade dos fidalgos que habitavam o Rio de Janeiro colonial em agradar à corte, em um contexto luso-brasileiro de uma hierarquia de privilégios e política de trocas, proporcionaram uma efusão de distribuição de graças e mercês pelo soberano D. João. A necessidade de moradias para todo o contingente que desembarcava, incluindo a própria Família Real, ocasionou o que se conhece como “Ponha-se na Rua”, e muitos títulos concedidos a proprietários que precisavam buscar novas residências: a distribuição de mercês em troca de casas ou dinheiro deixa transparecer que o valor simbólico e status do destaque hierárquico eram superiores ao aspecto financeiro. Os membros da corte apropriaram-se das melhores casas que puderam encontrar. Até

mesmo presos foram transferidos para dar lugar aos recém-chegados. D. João, por sua vez, preferiu residir permanentemente na Quinta da Boa Vista (cedida por Elias Antônio Lopes, rico negociante de escravos que por tal gesto obteve inúmeros benefícios).¹¹⁴ Utilizando-se dos poucos recursos que tinha, o prestígio e a capacidade de concedê-lo, D. João conseguiu não apenas viver e morrer como Rei em um contexto turbulento, mas manter certo controle das situações que lhe foram impostas pelos acontecimentos, através de uma política de recompensas. Assim como soube contornar por algum tempo as tensões entre França e Inglaterra, conseguiu ser um governante que caiu nas graças dos súditos da América Portuguesa.¹¹⁵

Assumia-se como um rei paternal e patriarcal, que se preocupava em promover a cerimônia do beija-mão, para reafirmar os laços com seus fiéis vassalos. Não foi conhecido por ser econômico na distribuição de mercês aos súditos de diferentes qualidades. Segundo cálculos de Sérgio Buarque de Holanda, no Brasil de D. João distribuíram-se 4048 insígnias de cavaleiros, comendadores e grã-cruzes da Ordem de Cristo, 1422 comendas da Ordem de São Bento de Avis e 590 comendas da Ordem de São Tiago. A oferta de títulos de nobreza a brasileiros seria um pouco mais comedida, e não realizada nos primeiros momentos do governo.¹¹⁶ Recebera ainda a alcunha de “O Clemente” pela indulgência com que tratava os condenados, em especial pela concessão de comutações das penas a todos os condenados à morte que a solicitaram.¹¹⁷ Com a distribuição de distinções hierárquicas e outros benefícios, D. João não inaugurou prática nova à sociedade de corte portuguesa, mas transferiu-a para sua corte americana. Ao ressuscitar a Ordem da Torre e Espada, pagar com honrarias e distinções aos que o

¹¹⁴ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999, p. 31

¹¹⁵ Jurandir Malerba. *A Corte no Exílio*, p. 198-205

¹¹⁶ Sérgio Buarque de Holanda *apud* Jurandir Malerba. *A Corte no Exílio*, p. 216.

¹¹⁷ Isabel Alexandra Fernandes. *Reis e Rainhas de Portugal*. Lisboa: Texto Editores, 1999. p. 65-66

auxiliaram, cumular de mercês os habitantes do Brasil - em especial os do Rio de Janeiro-, D. João fez reviver com novo fôlego, na corte americana, práticas que começavam a se extinguir na Europa. Foi através da manutenção de uma sociedade em que o lugar dos indivíduos se estabelecia por critérios de honra e prestígio, que o soberano foi capaz de estabelecer o aparelho político de seu governo nos trópicos, e ativá-lo de forma que, ao deixar o Brasil, este estivesse profundamente modificado.

Para muitos os que acompanharam a Corte, a viagem representou um verdadeiro desterro, mas perseguia-se a honra de servir à Corte. O fato de contarem para sobreviver com um privilégio que lhes podia ser facilmente destituído, serviu como estímulo ao oferecimento de homenagens. De fato, apenas 14 nobres atravessaram o Atlântico, mas a necessidade de movimentar as engrenagens políticas e econômicas, e de solucionar os mais diversos problemas, fez com que a lista logo começasse a aumentar. A lista de titulares modificava-se com a chegada de uns, a partida de outros, mortes e novos títulos concedidos em troca dos mais diversos préstimos. A liberalidade do príncipe estendeu-se aos habitantes do Brasil, que concedia hábitos, comendas, postos, ofícios, dignidades, empregos, honras e mercês. Apesar de muitos portugueses aqui chegados desejarem ardorosamente a volta a Portugal, o Rio de Janeiro transformou-se em pólo de atração para os que buscavam benesses. Entre 1808 e 1820 foram concedidos 22 títulos de Barão, 29 de Visconde e 16 de Marquês. Foram nomeados 62 moços-fidalgos, 8 fidalgos escudeiros, 55 cavaleiros fidalgos e 351 fidalgos cavaleiros entre 1808 e 1822. As ordens militares de Cristo, Santiago e Avis, divididas entre comendas e hábitos, agraciaram 3654 pessoas no mesmo período. As ocasiões para distribuição dessas mercês eram geralmente os aniversários de membros da Família Real e eventos festivos como casamentos. Uma das graças buscadas era o cargo de conselheiro do monarca, não sendo necessário que o prestigiado permanecesse na Corte. D. João concedeu 144 títulos

de seu Conselho. Aspecto interessante foi a busca de mercês régias por negociantes, que alcançavam cargos ligados às suas atividades; recebiam graças honoríficas em troca das ajudas financeiras prestadas à Coroa, buscando assim mais o prestígio da nomeação do que os benefícios financeiros.¹¹⁸

Os treze anos entre o desembarque de D. João em Salvador em 1808 e seu retorno a Portugal em 1821 foram intensos. Os primeiros anos de governo, aqui representados pelo período que antecedeu a elevação do Brasil à categoria de Reino tiveram um impacto transformador; as mudanças circunscritas na totalidade do período joanino no Brasil são decisivas para o estabelecimento da estrutura do futuro Império do Brasil. Nesses anos foram rearranjadas as forças políticas e sociais, formadas as elites dominantes e dirigentes da nação em formação e construção de um Estado brasileiro monárquico que assim se manteve até os fins do século XIX.¹¹⁹ Até mesmo no tocante aos hábitos e políticas públicas, procurou-se assemelhar o Rio de Janeiro a Lisboa, que desde o terremoto de 1755, buscara adquirir características de uma cidade das Luzes.¹²⁰

Mais do que cenário em que ocorreram as mudanças, o Rio de Janeiro foi agente das transformações provocadas pela transferência da corte de D. Maria I e de D. João. A nova corte recebeu europeus que, ao chegarem, se depararam com hábitos bastante diferentes daquele que traziam consigo, e fez parte da alteração progressiva que amalgamou a rotina dos grupos que começavam a conviver. O primeiro impacto era o de encontrar uma cidade predominantemente negra, com dois terços da população dividida entre escravos dos mais variados *status* (de ganho, forros, libertos, donos de outros escravos...); uma população que, com a entrada de grande contingente de europeus, ficaria mais branca com o passar dos anos. Quanto a paisagem, era geral a

¹¹⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva. “A corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas” In: Revista Ler História, 54 (2008), p. 51-73.

¹¹⁹ Jurandir Malerba. *A Corte no Exílio*, p. 20-21.

¹²⁰ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 32.

estupefação diante da natureza exuberante, constituindo um impacto visual não só para a Família Real, como para os viajantes que estiveram no Brasil ao longo do oitocentos.¹²¹

A chegada de milhares de novos habitantes acarretou um crescimento desordenado, fragilizando ainda mais o já precário meio urbano. São notórias a escassez de saneamento apropriado, a escuridão das ruas e a sujeira nelas acumulada, motivo pelo qual buscava-se disfarçar o mau cheiro com incensos. O burburinho das ruas atraía a atenção, sendo possível observar negociações comerciais e a hierarquia entre os diferentes grupos, como as camadas inferiores da população e os negros. As mulheres de todas as classes, em geral, estavam recolhidas às suas casas, sendo seu principal pretexto para sair às ruas o exercício de sua devoção; com o passar do tempo vai se disseminando a prática de visitas, e também o espaço público vai gradativamente se abrindo às mulheres.

Dentre as novidades culturais, destaca-se a disseminação da música, campo de predileção de D. João e da Família Real, com a recepção de músicos como Marcos Portugal e Segismund Neukom. A abertura proporcionada pelos acontecimentos de 1808 significou uma ampliação da demanda de bens culturais, tanto no campo de entretenimento, como da formação de pessoas especializadas para os diferentes serviços. Abriram-se as portas também para as modas européias, os luxos franceses e ingleses, que não tardaram a se transformar da convivência entre diferentes modas, em uma exposição de luxo excessivo, forçado e demasiadamente quente e inapropriado para os trópicos. Demonstração das excentricidades da corte portuguesa, que fazia questão de representações públicas e cerimônias.¹²²

¹²¹ Jurandir Malerba *A Corte no Exílio*, p. 125-128.

¹²² Jurandir Malerba. *A Corte no Exílio*, p. 129-186.

Festas e comemorações características do Antigo Regime não eram novidades em terras coloniais, o elemento que concedeu novo brilho a esses acontecimentos foi a presença dos soberanos, instalando na cidade uma sociedade de Corte. O centro dessa nova dinâmica era a sede do governo, o Paço, onde se realizavam cerimônias oficiais de acordo com rígido protocolo, e onde se criava um novo local de sociabilidade (que atraía todas as camadas da população). Em torno da corte estava a nobreza: diminuta, em sua maioria pertencentes a linhagens decadentes e movidas por interesses pessoais, buscando tirar proveito de seus lugares ociosos na hierarquia. Abaixo destes encontravam-se cerca de mil servidores, assistindo a Família Real e aos nobres, trazendo para o Rio de Janeiro colonial atividades até então desconhecidas, como os gentis-homens da câmara d'el-rei, os veadores, a camareira-mor, as damas do Paço, os guarda-roupas, os mordomos-mores, os guarda-jóias, os servidores de toalha, entre outros. Os principais cargos eram ocupados por portugueses vindos com a Corte, mas novos empregos foram oferecidos nas várias instituições criadas para atender à burocracia do Estado, como médicos e cirurgiões, capelães e confessores, escrivães e outros. Para se alcançar esses novos cargos e seus benefícios, foram utilizadas dedicatórias impressas, especialmente pelo oferecimento dos votos de fidelidade e vassalagem que influenciassem na escolha para os empregos.

Comerciantes também buscavam as boas graças do soberano. Atraídos pela presença da corte, estes homens - que pelo nascimento pertenciam ao povo, mas cuja posse permitia um estilo de vida digno da nobreza-, buscavam na coroa oportunidade de mais prosperidade para seus negócios, e também a possibilidade de ascensão social. Eram em geral de origem portuguesa, chegados ao Brasil antes da corte, ao longo do último terço do século XVIII. Destaca-se entre eles o referido Elias Antônio Lopes, doador da Quinta da Boa Vista, da qual se tornou administrador, distinto cavaleiro

fidalgo da Casa Real, entre outras benesses. Percebe-se, então, que a presença da corte contribuiu para modificar efetivamente a vida no Brasil. Alterou o mobiliário, a vestimenta, e até o próprio comportamento social.¹²³

Os novos habitantes e os novos ares de sociabilidade do Rio de Janeiro atraíram artistas estrangeiros a se aventurarem nos trópicos. No ano de 1814 assistiu-se à derrota de Napoleão, passando a ser permitida a admiração dos modelos franceses de sociabilidade. Os artigos de luxo começaram a penetrar na cidade, e casas comerciais se estabeleceram com o intuito de atender a demanda por essas novidades; nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro* multiplicaram-se as ofertas de produtos franceses de luxo.¹²⁴ Com a abertura de teatros e salas de dança (com espaços delimitados para as elites e para as camadas mais populares), espaços amplos e variados para uma sociabilidade pública que se sobrepunha à sociabilidade privada. Esta mal começava a despontar, em um primeiro momento, nas residências mais europeizadas. No âmbito público, destacaram-se as festas promovidas pela monarquia, em comemoração ao aniversário do governante, a casamentos e nascimentos na Família Real, ou na comemoração de acontecimentos políticos. Apesar da importância do cerimonial e das regras de etiqueta, houve um relaxamento da rigidez européia em relação a esses preceitos. O Intendente da Polícia era responsável por organizar cortejos, desfiles, corridas de touros, cavalcadas, luminárias... Os festejos serviam ao propósito de divertir o povo e despertar a veneração por seus governantes; seu impacto era tamanho que despertava a preocupação de relatar os seus vários momentos e publicar as descrições em gazetas e folhetos.¹²⁵

A necessidade de novos serviços na nova sede da monarquia acarretou em uma mudança na valorização das carreiras. No período colonial, enviar um filho para Coimbra com o objetivo de formá-lo médico estava fora dos planos familiares.

¹²³ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 40-42

¹²⁴ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 44-45.

¹²⁵ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Vida privada e Quotidiano ...*, p. 270-275

Almejava-se ter um filho padre, juiz ou militar, ou ainda que se incorporasse aos negócios ou atividades agrícolas familiares. Depois de 1808, com a publicação de compêndios médicos pela Impressão Régia (que também foram publicados pela Tipografia de Silva Serva) e a criação da Academia Cirúrgica no Rio de Janeiro, houve uma valorização e um estímulo a seguir as profissões de médico ou cirurgião. De acordo com o pragmatismo característico da Ilustração luso-brasileira procurou-se incentivar o ensino dos conhecimentos considerados úteis.¹²⁶ A abertura dos portos e as novas diretrizes que permitiram um aumento na influência dos europeus nas várias atividades. Abria-se espaço, já na segunda década do oitocentos, nas principais cidades brasileiras, para uma valorização das carreiras de ator/atriz, cômicos, dançarinos, cantores, instrumentistas e outras requisitadas pelos teatros que surgiam.¹²⁷

Com a transferência da Corte para o Rio de Janeiro, apesar do despertar da vida cultural, a Coroa não deixou de adotar medidas de controle mais eficientes com relação a obras que oferecessem perigos políticos, morais ou religiosos. As publicações da Impressão Régia passavam pela censura de sua Junta Diretora, mas a competição por privilégios entre os recém-criados órgãos administrativos fez com que a Mesa do Desembargo do Paço reivindicasse o direito sobre a jurisdição acerca da avaliação dos livros, estendendo seu olhar também aos importados. A requisição foi atendida, ficando o Desembargo com o controle sobre qualquer obra que fosse impressa, a retirada de obras da Alfândega e a divulgação de obras estrangeiras. O controle acerca das impressões ia além do cerco às obras perigosas, buscava controlar as obras pró-governamentais, certificando-se de que as publicações não comprometessem a noção de que o governo permitia a divulgação de idéias, mesmo que não corroborasse com

¹²⁶ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 50.

¹²⁷ Maria Beatriz Nizza da Silva.. *Vida privada e Quotidiano no Brasil...*, p. 91-95.

elas.¹²⁸ A censura por parte do poder público atingia de maneira mais enfática as solicitações para impressão de obras (no caso de folhetos estrangeiros e sediciosos, buscava-se evitar o conhecimento de sua existência, e não apenas a proibição da obras), mas também se fez sentir nas lojas dos livreiros e em relação aos periódicos portugueses publicados em Londres.

Junto com a censura, existia o contrabando de livros, o que tornava sua circulação ainda mais perigosa. Ainda que chegassem por maneiras transversas e a uma pequena elite, como na Península Ibérica¹²⁹, as idéias ilustradas acabavam por entrar no Brasil. Apesar dos rígidos instrumentos de controle, as tão temidas idéias francesas não deixaram de penetrar na sociedade portuguesa, em terreno europeu ou americano. Os livros e outros impressos proibidos chegavam aos leitores desde o período colonial, muitas vezes trazidas na bagagem daqueles que conseguiam a permissão para lê-los.¹³⁰ Muitas vezes, entravam com a licença dos próprios censores, homens conservadores porém esclarecidos, que defendiam a adoção de idéias ilustradas para reorganizar a sociedade, apesar de temerem que se escondesse nelas propostas revolucionárias, e que por isso dividiam-se entre a proibição e a liberação de uma obra. As opiniões dos diferentes censores nem sempre coincidiam, seus critérios nem sempre eram os mesmos - com possibilidade de interferência por parte da opinião pessoal, e por isso divergiam sobre a liberação ou proibição de um impresso. Não raro a tradução de uma obra retirava de seu conteúdo original as informações mais inflamadas e sediciosas e acrescentava outras que o tradutor considerava pertinente ao contexto para qual se destinava. O contrabando de livros, que sempre havia existido, ocorria por intermédio de indivíduos vindos do exterior, pelo “desaparecimento” de livros nas Alfândegas, ou

¹²⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Vida privada e Quotidiano no Brasil...*, p.150.

¹²⁹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 25-26

¹³⁰ Carlos Rizzini, *O livro, o jornal...*, p. 264-266.

por muitas outras formas de enganar a censura. Há notícias de livros anunciados após sua liberação em tempo menor do que o necessário para sua importação.¹³¹

De maneira geral, o contexto em que as primeiras obras foram publicadas no Brasil assemelhava-se ao contexto de Portugal do início do oitocentos, uma vez que a busca por uma identidade própria só atingiu expressividade no Brasil pós Independência. O número de iletrados era alto e a cultura fortemente marcada pela oralidade; o livro utilizado como instrumento de controle das elites reprimindo a disseminação de determinadas idéias; o mercado literário mal começava a se formar após a abertura da primeira tipografia oficial; os altos preços contribuía para que a leitura continuasse privilégio de poucos, reservada apenas a alguns homens notáveis.¹³²

Acompanhando o ritmo crescente da produção de obras¹³³, o número de livrarias, consideradas como estabelecimentos comerciais que vendiam essencialmente livros, aumentava gradualmente. Em meados de 1811, é possível perceber que um mercado consumidor de livros começava a se estabelecer, justificando inclusive a vinda de Antônio Manoel da Silva Serva ao Rio de Janeiro para abastecê-lo.¹³⁴ Continuava em alta o consumo de livros religiosos, expressando o alto fervor religioso do mundo luso-brasileiro. Em 1813, Luís dos Santos Marrocos indicava apenas dois livreiros especializados estabelecidos no Rio de Janeiro. Eram sem dúvida, João Roberto Bourgeois e Paulo Martin, os primeiros livreiros do Rio de Janeiro e de origem francesa. Nos anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, entretanto, são muito mais numerosos os nomes que surgem. Poucos anos depois, Ferdinand Denis, em carta ao pai, já se referia à

¹³¹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “Antídotos contra obras ‘ímpias e sediciosas””, p. 378-385.

¹³² Cf. Lúcia Maria Bastos P. Neves. Censura, circulação de idéias e esfera pública de poder no Brasil, 1808-1824. *Revista Portuguesa de História*. t. 33, Coimbra, 1999, p. 665-697.

¹³³ Em 1808 foram publicadas 37 obras, 68 obras em 1809, 71 obras em 1812, e finalmente 427 obras em 1822. Para tais informações ver Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Imprensa Régia*.

¹³⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Vida privada e Quotidiano no Brasil..*, p. 295.

existência de quatro livrarias na Corte¹³⁵. Em 1821-1822, pode-se identificar, através dos anúncios de jornais, onze livrarias, enquanto um número igual de estabelecimentos vendia publicações do dia, entre outros artigos de natureza variada.¹³⁶ A produção de livros crescente no ambiente do século XIX pode ser também observada pela presença dos livreiros Paulo Martin, Francisco Saturnino Veiga, Manoel Joaquim da Silva Porto, José Antonio da Silva, Jerônimo G. Guimarães, Francisco Nicolau Mandillo, João Baptista dos Santos, Joaquim Antonio de Oliveira, e Antonio Joaquim da Silva, e tantos outros que a estes se seguiram.¹³⁷

Assim, os anos subseqüentes ao início do oitocentos ampliaram de forma muito significativa as opções existentes na vida cultural do Brasil. Expandia-se seu público leitor e ainda que de forma controlada, possibilitava-se a entrada de novas idéias no país. Abria-se também um campo de desenvolvimento de práticas culturais ligadas à história e à importância do livro, bem como para o âmbito das relações sociais e políticas através das páginas das dedicatórias, elaboradas por letrados que compunham essas elites. Nesse momento as elites luso-brasileiras, tanto uma elite política, quanto uma elite letrada caracterizavam-se sobretudo por uma certa homogeneidade ideológica, conseguida por meio da educação. Educação que era obtida quase exclusivamente em Coimbra, com raros exemplos de homens educados em outras universidades européias. Assim, em um país marcado pela oralidade como o Brasil, permeado de restrições e das práticas de censura quanto às publicações até, pelo menos, 1821, a introdução da

¹³⁵ L. Joaquim dos Santos Marrocos. Cartas de ... escritas do Rio de Janeiro à sua família em Lisboa, de 1811 a 1821. *Anais da Biblioteca Nacional*. Rio de Janeiro, 55: 161 (carta 56), 1939. Para F. Denis, cf. Léon Bourdon (ed.). *Lettres familières et fragments du journal intime de Fernand Denis à Bahia. Brasília*. Coimbra, 9:191, 1958.

¹³⁶ Para a pesquisa nos anúncios de jornais, ver Lúcia Maria Bastos P. Neves. Comércio de livros e censura de idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa, 23: 61-78. 1992-1993.

¹³⁷ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e constitucionais: a cultura política da independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan/Faperj, 2003, p. 91.

imprensa e o desenvolvimento de um comércio livreiro contribuíram para a disseminação da cultura letrada.

O próprio grupo de autores que ofereceram obras em homenagem não era constituído por indivíduos totalmente desconhecidos, uma vez que se destacavam pelo simples fato de ter tido acesso à educação. Esta se encontrava ainda presa aos textos clássicos gregos e latinos, com uma grande valorização do exagero, da retórica e da eloquência. Se durante os séculos XVII e XVIII a instrução era privilégio de poucos, a situação não se altera muito no início do século XIX. A instrução abria portas para a conquista de cargos, constituindo uma condição dos privilegiados ou daqueles que podiam ou almejavam ascender. Era elemento de reforço da posição social ou de sua melhoria, sendo ostentada publicamente pelos socialmente privilegiados, inscrevendo-se assim na civilidade das aparências.¹³⁸

Esse diminuto grupo de ilustrados partilhavam valores e atitudes comuns que se manifestavam por meio de uma cultura semelhante.¹³⁹ Eles constituíram também o núcleo a partir do qual uma nova cultura política se moldou, pois, instruídos no espírito das reformas pombalinas, eles souberam aproveitar a penetração das novas idéias para desenvolver um sentido prático bastante agudo. Assim, desejavam algumas mudanças, mas realizadas sob a perspectiva de reformas ilustradas, que não alterassem a forma de governo ou qualquer estrutura social. Apesar de sua visão moderada e, algumas vezes, conservadora, eles constituíram uma vanguarda no final dos setecentos, que viria a ter

¹³⁸ Luiz Carlos Villalta. "O que se fala, o que se lê: língua, instrução e leitura". In: Laura de Mello e Souza (org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. (col. *História da vida privada no Brasil*. Vol. 1) São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 351-354.

¹³⁹ Roger Chartier. *A História cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988, p. 223-230.

uma atuação não só no momento da Independência do Brasil, mas também na época da construção do império brasileiro.¹⁴⁰

Vivendo em uma colônia que começava a se estruturar em sede da monarquia, ainda com um fraco mercado literário, esses letrados dependiam fundamentalmente do poder da Coroa, fato que se perpetuou ao longo de todo o século XIX. Assim, para sobreviverem, necessitavam das benesses reais para manter uma carreira estável e alcançar cargos na burocracia administrativa. No ambiente luso-brasileiro, carente de um público consumidor mais amplo, era a Coroa quem assumia a função não só de mercado para os bens simbólicos que surgiam, como, sobretudo, de instância de consagração para eles.¹⁴¹

Foi no contexto dos primeiros momentos do governo joanino na América Portuguesa que começaram a ser impressas as primeiras obras contendo dedicatórias. Escritas por integrantes das elites letradas, tiveram na retórica a tônica de seus discursos. Esta se encontrava enraizada na tradição da educação portuguesa desde os tempos coloniais, e fazia-se ainda presente na geração coimbrã do oitocentos, raramente deixando de figurar nos textos das obras publicadas. Utilizada como instrumento dessas elites como chave de leitura, fundamentando argumentações específicas para o público (ou indivíduo) a que se dirigia, era capaz de seduzir o leitor, atestar a autoridade do compositor do texto e levar o leitor a acreditar no que lia, envolvendo-o para se atingir o objetivo desejado. O tom laudatório visava a convencer o soberano da lealdade e do merecimento de algum favor ou mercê, além de buscar impressionar e convencer, exibindo erudição. Os textos, especialmente as epígrafes, eram marcados pelas citações de autores estrangeiros e expressões latinas, utilizadas para fundamentar o argumento

¹⁴⁰ Cf. M. Odila da Silva Dias. Aspectos da ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 278:105-170, jan-mar. 1968.

¹⁴¹ Pierre Bourdieu. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974, p. 90-105

defendido, sendo a autoridade das citações escolhidas (clássicos latinos ou de autores europeus em voga) fundamental para a credibilidade da obra nacional, constituindo, como já se assinalou, marca de erudição. O prestígio da palavra escrita em uma sociedade de Corte, especialmente quando a educação era vista como ornamento, permite compreender que a frase bem escrita e que a retórica do convencimento e do elogio assumissem tanta importância no ambiente joanino. A retórica constituiu-se, ainda, elemento fundamental para as dedicatórias impressas, por oferecer diversas possibilidades no engendramento de elogios, por fundamentar argumentações específicas para o público a que se dirigia, sendo capaz de seduzir o leitor, de atestar a autoridade do compositor do texto e de levar o leitor a acreditar no que lia, envolvendo-o para se atingir o objetivo desejado.¹⁴²

A retórica era considerada uma arte, a doutrina de orar assertivamente, a capacidade de usar a “verdade” com clareza a fim de persuadir alguém. Era dividida entre a *retórica natural* (habilidade que nascia com a pessoa) e a *retórica artificial* (preceitos capazes de serem aprendidos especialmente para aperfeiçoamento da retórica natural). Havia etapas a serem seguidas para a construção do texto e normas a serem seguidas; preceitos que, a princípio, serviam à escrita de um discurso para ser ouvido (em especial as orações) e que acabavam se fazendo presentes também nas obras publicadas para serem lidas. A estrutura do texto dividia-se principalmente em quatro partes: *exórdio*, *narração*; *confirmação* e *peroração* (ou epílogo). O primeiro é momento inicial, em que se prepara os ouvintes para o discurso em si. Deve ter proporção com o tamanho da oração, usar palavras brilhantes; ser conexo com o assunto principal e atrair o ânimo do ouvinte para capturar suas atenção. A *narração* é a explicação do assunto tratado, o momento de fundamentar a idéia que se deseja

¹⁴² José Murilo de Carvalho. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, nº 1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000, p. 127-142

estabelecer. Na *confirmação* se usa a razão para afirmar o que se defende, e refutar as idéias contrárias, devendo assumir um tom grave, firme. O *epílogo* é a parte final da oração, em que o orador deve trabalhar para incendiar o público, falando primeiro em um tom lacônico e depois amplificando sua forma de falar com vigor a ares de triunfo.¹⁴³

Quanto à organização e à escolha das palavras, chamava-se *elocução*. Eram usadas muitas figuras de linguagem (chamadas “tropos”) como a sinédoque, a metonímia e, especialmente, a metáfora. Estavam presentes provérbios, alegorias e, em alguns casos, a ironia. As “figuras de palavras” trabalhavam com jogos de palavras e com a sonoridade do texto para produzir o efeito desejado. Outro recurso eram as “figuras das sentenças”, manipulando interrogações; perguntas do orador a si mesmo; o uso de um locutor falecido; a exposição de dúvidas; uma descrição minuciosa de algo; um orador confiante em sua causa que a submete ao arbítrio alheio; um orador que implora o favor de outrem; a gradação das sentenças passando a idéia de escala e outros arranjos das frases para conceder ao texto a ênfase procurada.¹⁴⁴

Uma das grandes preocupações referia-se à autoridade do texto, da qual o ouvinte não deveria ter dúvida. Todos os artifícios buscavam produzir impacto nos ouvintes, para que estes se convencessem da idéia apregoada. A retórica era um artifício sofisticado, como se pode observar nos vários tipos de oração, utilizados nas mais específicas ocasiões. O *panegírico* exortava à vida de alguém; a oração nupcial ou *epitálamo* celebrava bodas; o *genetliaco* comemorava o nascimento dos ilustres; o *epinício* oferecia os parabéns por algum acontecimento feliz; o *eucarístico* agradecia pelos benefícios recebidos; a *sagração* era feita quando se ungia um rei ou imperador; a

¹⁴³ Tomás de Aquino. *Delicioso jardim da Rhetorica, tripartido em elegantes estancias e adornado de toda a casta de Flores da Eloquência ao qual se ajuntão os Opusculos de modo de compor, e amplificar as sentenças e da airosa collocação e estrutura das partes da oração*. Lisboa: Officina de Manoel Coelho Amado, 1750. p. 42-48.

¹⁴⁴ Tomás de Aquino. *Delicioso jardim da Rhetorica...*, p. 49-69.

paraninféia era a apresentação de doutores que iriam se graduar; o *prosofonema* era um cumprimento breve, ornado e obsequioso aos príncipes ou supremos magistrados quando entravam em uma cidade; a *oração fúnebre* louvava a pessoa falecida; a *apoteose* elogiava aquela pessoa que havia se tornado santa; entre outras, Além dessas modalidades, havia ainda a *dedicatória*, com que se consagrava ou enviava a alguém uma obra literária ou de outro gênero. Dividia-se em *exórdio* (em que se remetia a algo deleitável, ilustre que fizesse degrau ao argumento da obra); *proposição* (exposição dos motivos de se escrever a obra, o método, utilidade, necessidade da mesma, que se expunha ao patrono eleito); *confirmação* (mostra-se o quanto o autor deve ao patrono, mencionando o amor, a piedade e o obséquio para com ele, ou ainda o desejo de lhe ser grato, apregoando os seus merecimentos e louvores); e *conclusão* (momento em que se recomenda a obra para ser defendida e livre dos maldizentes, e que com o patrocínio adquirido promete-se enviar ao patrono obras melhores, melhor trabalhadas e mais dignas do esplendor do benfeitor). Uma parte final, também chamada de resposta, deve compreender a gratidão e os louvores tanto da obra dedicada quanto de quem a oferece, veementemente assinalados, para que continuem a servir à utilidade pública.¹⁴⁵

Nas obras publicadas pela Impressão Régia, pode-se perceber o uso da retórica pelos letrados que ofereceram suas obras. Os textos são permeados de elementos clássicos, latinos e, sobretudo, bíblicos; citações de fatos históricos, relacionando-os com a argumentação sustentada; citações em latim, francês e inglês; afirmações de submissão e lealdade; elogios a toda a ascendência do homenageado; enaltecimento às características de temperamento e de caráter; além dos desejos de um futuro próspero e merecidas bênçãos. Os textos são fortemente marcados por noções religiosas, e, em

¹⁴⁵ Tomás de Aquino. *Delicioso jardim da Rhetorica...*, p. 1-41

grande maioria terminam em uma espécie de “expressão-padrão” - “o mais fiel e humilde vassalo” -, antecedendo a assinatura daquele que oferece a obra.

As dedicatórias no Brasil joanino não foram impressas apenas em obras literárias ou científicas com suas primeiras páginas reservadas ao espaço da homenagem. Grande parte das obras elogiosas constitui-se de orações, sermões, odes, poesias e cantigas em louvor. As primeiras se destacam em número, oferecidas em ação de graças, confirmando a importância do fervor religioso da corte portuguesa. Ao publicar uma oração que já havia sido pronunciada, anteriormente, em ocasião importante, era muito freqüente que essa publicação não fosse dedicada ao objeto de seu pronunciamento, mas a outra figura expressiva que guardasse relação com o elogio original. Também se observa de maneira geral que, independente de quem fosse o alvo das dedicatórias, estavam presentes os elogios ao soberano D. João.

Em 1808, primeiro ano do governo joanino no Brasil, as nove obras publicadas voltam suas atenções para a chegada da Família Real, em especial para a pessoa Príncipe Regente, agradecendo por sua chegada em segurança. A obra *Elegia á sempre saudosa e sentidíssima ausência de Sua Alteza Real de Lisboa para os seus estados do Brasil* seguiu a lógica de se aproveitar a publicação para estender os elogios a outrem, no caso a Henrique José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Marquês de Pombal.¹⁴⁶ A dedicatória ao membro do Conselho de Estado, Gentil-Homem da Câmara de Sua Majestade, e Grã-Cruz da Ordem de Cristo figurou apenas no título, uma vez que no texto o centro das atenções era a casa de Bragança:

Sou eu quem se jactou de ser Empório
Que ao Filho de Laertes deve a origem;
Que a meus peitos nutre o Grão Sertorio
E soube Leis ditar além da Estige?

Aquela que em batalhas infinitas
Bafejada por Jovem Soberano,

¹⁴⁶ Henrique José de Carvalho e Mello foi segundo Marquês de Pombal filho de Sebastião José de Carvalho e Mello, primeiro Marquês de Pombal e ministro de D. José I.

Fui estrago, terror de Ismaelitas,
E o jugo sacudi do Cetro Hispano?

A mesma que ensinou ao frio Norte
Arar cerúleos campos de Netuno;
Que Heróis ilesos produzi da morte
Albuquerque, Pacheco, Álvaro, Nuno? (...)

Que à força de Plutão, tetros vulcões,
Depois de me abismar no caos do nada,
A fronte levantei dentre as Nações
A Rainha das gentes restaurada? (...)

Que vi num ponto unir o antigo mundo
Ao novo mundo meu ainda recente;
Meus filhos dominar no mar profundo
Nas plagas do Levante, e do Poente?

Que tive por Monarca Affonso, a glória,
O esplendor da Lusa Monarquia;
E o grande Manoel Pai da vitória
Lá no berço d'Aurora Mãe do dia?

Magnânimo João de Nome Quinto,
O piedoso José guardado às fúrias,
E o insigne João?... Do meu recinto
Do Sena escapa aos roubos! às injúrias! (...)

Mas os nossos Penates são maiores
Do que esses que adorou povo Quirino,
E jurarão de ser os protetores
Do sempre excelso RAMO BRAGANTINO.

Por eles ornarei de oliva a fronte,
Contrastados verei os salteadores,
E sobre o Palatino augusto monte
Verei baixar os Numes¹⁴⁷ superiores.

Meu César subirá da Lísia ao Sólito
Rodeado de estrelas refulgentes,
Os hinos soaram no Capitólio;
A glória voará além das gentes.¹⁴⁸

Outra obra agradece a presença do “amável” e “melhor” dos soberanos, pela primeira vez no Novo mundo. Saudando a vinda da Corte como um presente dos céus, Duarte Mendes de Sampaio recitou, em 15 de março de 1808, e publicou, no mesmo ano, a dedicatória:

¹⁴⁷ Nume: s.m. poet. "divindade. Influência de Divindade que inspira o Poeta". In: SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813. v. 2, p. 351.

¹⁴⁸ J..M. *Elegia á sempre saudosa e sentidissima auzencia de Sua Alteza Real de Lisboa para os seus estados do Brazil. Offerecida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Henrique José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Marquez de Pombal, do Conselho de Estado, Gentil-Homem da Camara de Sua Majestade, Gram Cruz da Ordem de Christo, &c. &c. &c.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808, p. 3-8.

SENHOR

Cheio de respeito, e da mais profunda submissão tenho a honra de oferecer a VOSSA ALTEZA REAL as humildes produções de um fraco engenho, que não podendo sustentar o peso tão Sublime, e Majestoso, contudo fizeram reanimá-lo os justos motivos que tem arrebatado aos povos Brasilienses, os quais jurando até aqui fidelidade a VOSSA ALTEZA REAL por uma fé segura, e interminável; agora de novo tem renovado na Augusta Presença de VOSSA ALTEZA REAL estes mesmos votos sinceros, e fiéis, afiançados pelo mesmo Céu.

Sim, Senhor, cantou finalmente o Brasil o seu desejado Triunfo, e cobriu-se dos Louros de sua glória; pois que ele já nada tem a temer vendo nos braços de seus habitantes ao seu legítimo, e indisputável Senhor, ao seu amante, e cuidadoso Pai, e ao seu fiel e verdadeiro Amigo; a um Senhor enfim, que sempre com incansável cuidado, e amor soube promover todas as suas felicidades. Queira pois, Senhor, VOSSA ALTEZA REAL aceitar esta Sagrada Oferta, que apesar de ser destituída daquela pompa, que exige um tão Soberano Objeto, contudo eu tenho a gloria de ser adornado de uma verdade tão santa, quanto são reconhecidas ao mundo inteiro as incomparáveis virtudes de VOSSA ALTEZA REAL. Estas mesmas tão raras virtudes reanimam toda a minha esperança, de que conseguirei de VOSSA ALTEZA REAL uma indulgência piedosa, e própria somente do seu Real Heroísmo.

O Céu pois dilate, e prospere a preciosa vida de VOSSA ALTEZA REAL com tanta glória, quanta tem concebido os seus Fidelíssimos Vassalos do Brasil com a sua Régia Presença.

Beija a Benfeitora Mão de VOSSA ALTEZA REAL

O mais fiel vassalo, e humilde criado

Duarte Mendes de Sampaio

Fidalgo¹⁴⁹

Dirigindo-se a um dos principais conselheiros de D. João, a obra *O verdadeiro valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião* apresenta uma dedicatória bastante eloquente. Manuel Cypriano da Costa busca o apoio de Francisco José Rufino de Souza Lobato, Governador da Fortaleza de Santa Cruz:

Ao Ilustríssimo Senhor

Francisco José Rufino de Souza Lobato

Comendador da Ordem de Cristo, Brigadeiro dos Reais Exércitos de

Sua Alteza Real, Governador da Fortaleza de Santa Cruz,

Secretário da Mesa da Consciência e Ordens, Porteiro da Real Câmara do mesmo Senhor, e seu Guarda-jóias, etc.

As dignidades, e títulos sublimes, que adornam a V.S., junto aos humanos, e religiosos sentimentos de sua Alma, são motivos sobejos, que me animam a procurar o abrigo de tão alto, como piedoso Mecenaz. Sim,

¹⁴⁹ Duarte Mendes de Sampaio. *Oração Sagrada Que em Ação de Graças pelo feliz trânsito de Sua Alteza Real, e Sua Sereníssima Família, da Europa Portuguesa para os Seus Estados do Brasil, foi recitada na Santa Igreja Catedral do Rio de Janeiro, e estando presente o mesmo Senhor*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.s.n.p.

Ilustríssimo Senhor, é antiga máxima dedicar-se os escritos a quem tem mérito para conhecê-los, já pelos estudos, já pelo exercício das Armas, já finalmente pela própria experiência, que a mão do tempo lhe tem feito adquirir. O valor, a virtude, e a sabedoria são os atributos estimadíssimos, que se acham destinados pelos discretos para formarem, e constituírem toda a alma deste merecimento: eu pois me glorieio inteiramente de encontrar V.S. um perfeito completo destas superiores, e estimáveis qualidades; querendo V.S. deste modo igualar sem controvérsia aqueles Heróis Portugueses, que inflamados no zelo da Religião, tanto se souberam distinguir no serviço do Príncipe, e da Pátria; e que ainda hoje da sepultura, em que jazem, nos ensinam a Heroicidade: eu, Ilustríssimo Senhor, revolvendo a História da Nação Portuguesa, encontro prodígios de valor destes mesmos Portugueses aliás respeitáveis pelas suas virtudes, e bons feitos, que no Serviço de Deus, e do Príncipe obraram; sendo estes feitos o numerário, com que eles compraram a distinta, e especial Nobreza, não tem que me censurar o mundo, nem a mordaz crítica dos estúpidos, e insensatos; porque Vossa Preclaríssima Pessoa bem tem, Senhor, mostrado qual é o entranhável amor, com que se desvela no Serviço Real do melhor de todos os Soberanos, o Príncipe Regente Nosso Senhor, tanto no exercício das Armas, como no dos honrosos Cargos, que o mesmo Senhor tem confiado da honra, e boa inteligência de V.S., e em que V.S. tem dado as provas mais firmes, e constantes do seu amor para com este mesmo virtuoso Soberano, servindo-lhe até de conforto no meio das suas aflições, e tomando parte na sua própria dor. Tal foi, e tem sido, Ilustríssimo Senhor, o vosso comportamento na consternada, porém bem seguida vinda do Príncipe Regente Nosso Senhor, e de toda a Real Família, de Lisboa para esta Corte. E que mais se pode fazer em Serviço do Príncipe? Parece estou ouvindo responder-se-me: derramar o sangue, e dar a própria vida em sua defesa, como fizeram esses mesmos Heróis Portugueses, que nesta Obra vão publicados, e cujos nomes unidos às suas façanhas, fazem o esmalte da História da Nação Portuguesa. (...)

A fortuna, que me adquiriu o honroso exercício, que atualmente tenho no Serviço do Príncipe, e de V.S. me tem inteiramente feito conhecer os honrados sentimentos do magnânimo coração de V.S., e estes mesmos conhecimentos são aqueles, que me arrebatam da mão este pequeno censo; para sacrificar na sempre respeitável proteção de V.S.: ninguém com mais razão deve, e pode proteger este discurso, do que V.S., pois trata do Valor militar ser fundado no amor da Religião.

Espero que V.S. como Oficial General, e Governador benignamente receba este sinal do mais terno agradecimento, que a V.S. rende este que é com todo o respeito,

De V.S.
Insuficiente súdito, e humilde criado
M.C.C.¹⁵⁰

Nos anos subseqüentes, continuaram as manifestações de satisfação pela presença do Regente e da corte no Brasil através de odes, orações e sermões. Houve, também, congratulações à restauração de Portugal, com a derrota dos franceses; manifestos contra as invasões francesas; obras de geometria; obras de utilidade pública que discutiam o uso da canela, as maneiras de operar salitreiras, de curar doenças do

¹⁵⁰ Manuel Cypriano da Costa. *O verdadeiro valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808, p. 2-4.

gado, o perigo das sepulturas dentro das cidades; lições de química; dramas para se representar no teatro; poesias; orações fúnebres; obras de medicina; de economia; de cunho militar; de literatura; discursos e compêndios.

Foram, também, retomadas para publicação obras escritas antes da inauguração da tipografia oficial. É o caso de uma oração de ação de graças pelo nascimento de D. Maria Thereza, filha mais velha de D. João e D. Carlota Joaquina. Era uma criança muito esperada, dados os problemas sucessórios decorrentes da falta de um herdeiro ao trono. Recitada na Catedral do Rio de Janeiro, no ano de 1793, saiu à luz dedicada à princesa, em 1809:

Sereníssima Senhora

O Rio de Janeiro celebrou com excesso de grandeza o Muito Alto Nascimento de VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA. Apresentou-se nesse dia em todo o seu esplendor, acomodando-se o mais que pôde, pela expressão de seu luzimento, com a Soberania do Seu Objeto. Sobressaía a tudo uma alegria universal, manifestada sem artifício: efeito da consolação inefável, de que todos os corações se ressentiam transportados.

Encheram-se todos os deveres da Religião. Tinha-se contemplado o Augusto Nascimento de VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA, como uma Dádiva do Céu. Este feliz sucesso mortificou algum tempo as esperanças da Nação. Os desejos, as orações do seu povo pareciam não ter força alguma para o conseguir. VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA foi Esperada, foi Desejada, foi pedida a Deus com grande instancia. Foi o complemento de todos estes votos, e tem hoje a Primazia de haver dado princípio á Régia Sucessão. Entretanto que Ela se limitava na Augusta Pessoa de VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA já se contava com a segurança do Trono: Sua Vida Preciosa o afiançava, e Seu Glorioso Nascimento, sendo presságio de outros muitos igualmente Gloriosos, dava a conhecer toda a riqueza, que se continha nos tesouros da Real Fecundidade. O Rio de Janeiro abrasava-se na consideração desta fidelidade universal; e queria ele só responder a Deus pelo bem de toda a nação.

Agora que VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA aparece nesta Cidade, o tributo de maior valor, que pode oferecer-se, é uma pequena memória, do que ela fez, quando VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA apareceu no mundo. A Oração Sagrada, que me veio em honra, e recitei com o maior prazer, é o único monumento, que ainda existe. Ela desde que foi concebida, pertenceu a VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA: foi sempre Sua, e gravou em muitas páginas o Imortal, e Augusto Nome de VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA. Ela em si de uma Oração muito portuguesa, e não tem defeito algum; por que todos estão imputados a seu autor. Digne-se VOSSA ALTEZA SERENÍSSIMA fazer honra á minha humildade por Goza de Seu Próprio Nome, e aceitar debaixo de tão Alta Proteção a pobreza de minha oferta, que é um tributo devido daquele justo, e necessário respeito, amor, obediência, e submissão, com que me prostro, e estarei sempre aos pés

Augustíssima Senhora, e Preclaríssima Princesa da Beira
De V.A.S.
Humilde Súdito
Fr. Antônio de Santa Úrsula Rodovalho¹⁵¹

Concluída em 1798, a *Memória sobre a canela do Rio de Janeiro* ficou depositada, no arquivo do Senado da Câmara do Rio de Janeiro, e teve sua publicação autorizada com o advento da Impressão Régia. A obra de Bernardino Antonio Gomes foi considerada por muitos historiadores como o primeiro livro de medicina impresso no Brasil. No mesmo ano, saiu à luz uma versão resumida, intitulada *Modo de cultivar a caneleira*, sem dedicatória.¹⁵² A *Memória*, por sua vez, foi oferecida pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro a D. João:

SENHOR

O Senado da Câmara do Rio de Janeiro, Capital de um Estado, que se enobrece com ser o Título de V.A. como Imediato Sucessor da Coroa, sensível ao grande interesse, que Sua Majestade toma no adiantamento da Agricultura deste País, tem a honra de chegar aos Reais Pés de V.A. com a presente Memória, e Observações obre a Canela do Rio de Janeiro. Digne-se V.A. pôr lhe seus Reais olhos, e muito mais no afeto, com que lha oferecemos, e com que somos

De V.A.

Os mais fiéis Vassalos
José Bernardes de Castro
Francisco Soares de Mello
José Pereira Guimarães
Bento Luiz de Oliveira Braga
João Fernandes Vianna¹⁵³

As obras eram oferecidas por habitantes de todo o Brasil. O padre José de Góes, da Congregação do Oratório de Pernambuco, escreveu versos que buscavam instigar a coragem e o espírito combativo dos portugueses. Em sua obra, defendeu a liberdade de Portugal em relação a todos os seus inimigos, principalmente a França, mencionando a batalha de Aljubarrota (1385) e as conquistas ultramarinas (séculos XV-XVI).

¹⁵¹ Antonio de Santa Ursula Rodovalho. *Oração de Acção de Graças, que pelo muito feliz, e agosto nascimento da Serenissima Senhora D. Maria Thereza Muito Alta, e muito poderosa Princeza da Beira Recitou na Cathedral do Rio de Janeiro no dia 19 de Novembro de 1793, e offerece á mesma Senhora no anno de 1809*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809. s.n.p.

¹⁵² Ana Maria Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, p 28

¹⁵³ *Memoria sobre a canella do Rio de Janeiro oferecida ao Principe do Brazil Nosso Senhor pelo Senado da Camara da mesma cidade no ano de 1798*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809. Por Ordem de S.A.R. s.n.p.

Agradecia, também, pelos benefícios que a transferência da corte ocasionou, dedicando seus escritos a D. João:

SENHOR
A Vós Augusto Príncipe, consagro
Estas do meu amor sinceras provas:
Dignai-Vos atendê-las; pois Vos mostram
D'um peito sem refolho os puros votos.
Os céus queiram propícios, que meus versos
Inflamando o valor dos Portugueses,
Tal coragem lhes dêem, e tal esforço,
Que vingados vejais Vossos Direitos
Da pérfida Nação, que despojar-Vos
Pretendia cruel da rica herança,
De que Senhor Vos fez o Régio Sangue
Dos antigos Monarcas Lusitanos.
De quem sois generosa, ilustre Prole!

As mãos de Vossa Alteza Real beija
Seu menor Capelão, fiel Vassalo,
Súdito reverente, humilde, amante

José de Góes¹⁵⁴

Atribuída por Innocêncio Francisco da Silva¹⁵⁵ a Antonio Patrício Pinto Rodrigues, *Chalaça de Napoleão, ou proteção universal. Oferecida aos apaixonados dos franceses*, é uma obra irônica sobre a ameaça napoleônica e o terror causado em Portugal pelas invasões francesas. A ironia, além de estar presente na escrita, começa pelo fato de ser um texto que deprecia os franceses, porém, oferecido aqueles que os admiram. O folheto foi publicado pela primeira vez em Lisboa, na Oficina Nunesiana, e reimpresso no Brasil em 1810¹⁵⁶. Os versos jocosos visam atrair a antipatia dos leitores para com os franceses¹⁵⁷:

Vê Leitor, o grande mal,
Causado pela ambição
Desse vil Napoleão,
No Reino de Portugal

¹⁵⁴ José de Góes. *Vozes do Patriotismo, ou falla aos portuguezes feita em Janeiro de 1808, que a sua alteza real o Principe Regente Nosso Senhor O.D.C. J. de G.P. da C. O. de P.* Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1809. s.n.p.

¹⁵⁵ Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860. V. 8. p. 266-267.

¹⁵⁶ Ana Maria Camargo e Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, p. 41

¹⁵⁷ O exemplar utilizado para exame foi da edição de Lisboa, na Oficina Nunesiana, 1808, único disponível na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Vestida cor de Moréia
Trombuda sem badalar,
Trabalhando em branca meia
A peixeira no lugar,
Sem no taleigo ter troco,
Nem compradores fregueses,
Por causa dos vis Franceses. (...)

Rascôa de gênio escasso
A comer frita sardinha,
Que no sórdido regaço
Presa no duro pão tinha,
Com o pimpão do Sámoco,
Sem ir à taberna há meses;
Por causa dos vis Franceses. (...)

A viúva disfarçada
Comer no mal cozinhado
Arenques de tigelada,
Duro polvo encortiçado,
Frito belisco de choco,
Rejeitado dos fregueses,
Por causa dos vis Franceses.

A famosa engomadeira
Por perder a freguesia,
Posta na ladra da feira
A vender quinquilharia,
De que tira lucro pouco,
Ou nenhum as mais das vezes,
Por causa dos vis Franceses. (...)

Pimpão perder a chibança,
Sem cobarde no terreiro;
Por ter falta de lambança
Está qual manso cordeiro,
Calado sem tornar troco
Á chalaça de malteses,
Por causa dos vis Franceses.

Alfaiate posto ao Sol,
No frio mÊs do Natal,
Com casa de caracol
Sem agulha, nem dedal,
A roer duro canoco
Sem conduzido a nove meses
Por causa dos vis Franceses.

Algibeiro pançudo
Porque nem fundilhos corta,
Exasperado, e trombudo;
O que faz de cão da porta
Ladrar nem muito, nem pouco
Feito estava á tantos meses;
Por causa dos vis Franceses. (...)

Com transparente fatia
Sem tenção de jejuar,
Tomar chá ao meio dia,

Que passa por bom jantar,
Cear nem muito, nem pouco
Muita gente há tantos meses;
Por causa dos vis Franceses. (...)

Por mil modos me persegue
A tormentosa desgraça,
Tão cruéis, que até consegue
Sendo velho Versos faça:
Transtornado, aflito, e louco
Me traz a tirania há meses,
Por causa dos vis Franceses.¹⁵⁸

Formado em Medicina e Membro das Sociedades Filosófica e Matemática de Londres e professor da Academia Militar, Dr. Daniel Gardner publicou com a proteção do Príncipe Regente, em 1810, a obra *Syllabus ou Compendio das lições de Química*. Utilizou o recurso da homenagem impressa em sua forma mais tradicional, colocando-se em posição humilde e cercando o monarca dos mais altos elogios:

SENHOR

Conhecendo eu muito bem, que a erudição, e gosto particular, que V.A.R. tem pelas liberaIs Artes e Ciências, são elevados ao sumo grão do bem publico; e como em todos os tempos tem mostrado a experiência em V.A.R. um verdadeiro Patrono e Protetor delas; com toda a submissão me animei a dedicar a V.A.R. esta diminuta Obra, ou Syllabus do Curso das minhas lições de Química, as quais, ainda que fracas pretensões para obter a perfeição, espero com tudo, que V.A.R. conheça o meu coração cheio de gratidão pelo animoso fervor, e proteção, que a sabedoria de V.A.R., por sua bondade e justiça, tem sido servido dar a todos os homens inclinados aos estudos da natureza.

Deus Guarde a V.A.R. muitos anos para exaltação das Letras, Artes, Ciências e felicidade da Pátria.

DE VOSSA ALTEZA REAL

O mais humilde criado

Daniel Gardner

Doutor em Medicina¹⁵⁹

Uma das obras de utilidade pública oferecida ao Príncipe Regente foi *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas províncias do Brasil*, de Manoel Arruda da Câmara. O naturalista defendeu a importância da criação de hortos, e propôs uma

¹⁵⁸ Antonio Patricio Pinto Rodrigues. *Chalça de Napoleão, ou protecção universal. Offerecida aos apaixonados dos francezes*. Reimpressa no Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. p. 3-22.

¹⁵⁹ Daniel Gardner. *Syllabus ou Compendio das lições de chymica*. Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. Por Ordem de S.A.R. s.n.p.

lista de plantas que deviam ser cultivadas no Brasil, dividindo-as de acordo com os continentes de origem. Arruda da Câmara apregoava que a obra merecia reconhecimento, exatamente, pelo fato de ser de utilidade pública:

SENHOR

Entre os estabelecimentos úteis a este novo Império do Brasil, que V.A.R. veio bem-aventurar com a sua assistência, é sem dúvida a instituição de Hortos públicos, em que se criem, como em viveiros, não só plantas de países estranhos, senão ainda os de várias províncias do Brasil, que ou são rara, ou cuja destruição será inevitável, apesar de todas as proibições, por causa da extensão do país, e da pouca população.

Uma obra pois, ainda que pequena, que mostra a necessidade de semelhantes instituições, que prescreve as regras, pelas quais se devem fazer, e manter, e que indica finalmente os vegetais mais úteis para esse fim, pareceu-me digna de um Príncipe, que põe todo o seu cuidado, e desvelo no aumento da Agricultura, e das Artes: eu a lanço por tanto no pedestal do Trono de V.A. esperando, que mereça a Sua Real Atenção, e que alcance a honra de levar no frontispício o Augusto Nome de V.A.R., cujo Império Deus felicite, e eternize, como espera,

De Vossa Alteza Real,
O mais obediente, e fiel vassalo
Manoel Arruda da Câmara¹⁶⁰

As idéias de Adam Smith, traduzidas do original inglês e publicadas por Bento da Silva Lisboa, 2º Barão de Cairu, também foram dedicadas a D. João. A tradução, de acordo com os preceitos da época, representou mais do que uma mudança de idioma: na explicação que se segue à dedicatória, o tradutor indicava que procurou suavizar a leitura e, para tal fim, utilizou-se de expressões mais adequadas ao contexto dessa publicação. A obra teve mais dois tomos, saídos em 1812, que não foram dedicados. Seguindo os passos de seu pai, José da Silva Lisboa, o autor pediu proteção ao soberano com as seguintes palavras:

SENHOR

A Constante Proteção que V.A.R. Se Digna a prestar á Literatura, inspirou-me a idéia de dar á luz o presente Compendio de Economia Política, que humildemente ponho aos pés do Trono, sendo extraído da insigne Obra da Riqueza das Nações, do Maior Mestre daquela Ciência na Grã-bretanha, o celebrado Adam Smith. O credito que este Escritor, e a sua composição, tem em toda a Europa, parece justificar o trabalho que tomei em o abreviar e traduzir do Original Inglês, coligindo o que nela ha de mais essencial, na esperança de estender em “vasta esfera doutrinas destinadas a enriquecer o

¹⁶⁰ Manoel Arruda da Câmara. *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas provincias do Brazil, offerecido ao Principe Regente Nosso Senhor*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. Por Ordem de S.A.R.

Soberano, e o povo. Como V.A.R. Tem neste Estado do Brasil posto as sólidas bases da Felicidade Publica, Estabelecendo um Governo o mais paternal, e liberal, Dando racionável franqueza ao Comércio, e á toda a sorte de honesta industria, suplico á Real Grandeza e Beneficência, que Haja por bem aceitar este esforço da minha desvalia, e tênue prestígio, que apenas he testemunho do desejo que tenho de concorrer com meus fracos estudos ao progresso das luzes deste país em tão interessante repartição literária, facilitando assim a execução daquelas Providencias para o bem geral.

O mais fiel, e humilde Vassalo
Bento da Silva Lisboa¹⁶¹

Descrições de viagens também eram publicadas pela Impressão Régia. Manoel Jose d'Oliveira Bastos ofereceu seu *Roteiro da Cidade de Santa Maria de Belém do Grão-Pará pelo Rio Tocantins acima até o Porto Real do Pontal na Capitania de Goiás* a D. João. A obra, que descreveu o trajeto, realizado nos meses de fevereiro a maio de 1810, trazia informações, como características físicas e geográficas, notícias sobre a navegação nos diferentes trechos do rio, e também mencionava encontros do autor com pessoas qualificada, como desembargadores. O autor buscou transformar suas observações em matéria de utilidade pública:

SENHOR

Sendo o dever de um verdadeiro vassalo a obediência ao seu Soberano, e o bem da Pátria, eu pois que influído do mais vivo ardor patriótico, ainda que sem aquelas luzes, que seriam mister para uma obra tal qual é a presente, ousei observar quanto me foi possível os caminhos, e lugares por onde transitei na viagem, que fiz da Cidade de Belém do Grão-Pará a esta Corte, por terra, nos meses de Fevereiro, Março, Abril, e Maio de 1810, tomando práticos hábeis nacionais daqueles lugares para melhor entrar na indagação a que me propunha, recompensando-os no modo possível às minhas forças, para poder escrever com algum acerto sobre tão interessante matéria, e ainda que não fui o primeiro, que tais caminhos empreendi; com tudo (segundo julgo) o sou em dar um notícia mais circunstanciada para guia daqueles que quizerem seguir o comércio, que por meio dos grandes rios, que neles há, a natureza prodigamente nos oferece; resultando-me a glória do aumento da pátria, e bem dos meus caros compatriotas, que ambos formam as Sábias, e Paternais vistas de S.A.R. Por tanto, Senhor, a quem poderia um filho dedicar o fruto de seus trabalhos melhor do que a seu Pai? Um vassalo a seu Monarca? V.A.R. olhando não só como Soberano, mas sim como um verdadeiro Pai para seus filhos, nos lisonjeia com as mais longas Vistas do nosso benefício, e este conhecimento, que todos confessamos incitou-me a dedicar a V.A.R. o presente Roteiro parecendo-me não seria fora do Real agrado de V.A. quanto nele manifesto.

Deus guarde a muito preciosa vida de V.A.R. por todos os anos, que havemos mister. Com o mais profundo respeito beija os Reais Pés de V.A.R.

O mais humilde vassalo
Manoel José D'Oliveira Bastos¹⁶²

¹⁶¹ Bento da Silva Lisboa. *Compendio da obra Da Riqueza das Nações de Adam Smith*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Com Licença de S.A.R.

A busca pelas benesses de D. João levou, no ano de 1812, quatro anos após o desembarque da família real, Paulino Joaquim Leitão a publicar uma obra de pura exaltação à figura do soberano. *Á Esquadra Portuguesa, que transportou aos Estados do Brasil os Soberanos de Portugal*, tem seu texto constituído por versos, com linguagem retórica de louvação, introduzido por uma dedicatória permeada de circunlóquios, com que descreveu os feitos de Alexandre, o Grande, a Frederico II, passando pelo “Príncipe dos Poetas”, Camões. Seus objetivos foram cobrir de elogios o alvo de sua homenagem, mas também justificar a publicação do livro:

A S.A.R.

O Príncipe Regente Nosso Senhor

Dedicatória

(...) Mas a que fim (se me dirá) recorde eu tão ilustres acontecimentos? Acaso intento, por ser Militar, arrogar-me algum direito às prerrogativas dos Heróis? Pretendo acaso inculcar-me Poeta, só porque faço alguns versos desentoados? Não. Todo o mundo sabe que não. Todo o mundo sabe que está bem longe da minha idéia (pois que o está da de outros de muito maior esfera) a menor impressão de tão desassisado desvanecimento. Mas poderei talvez com isto (porque os bons sentimentos são louváveis) d’alguma sorte justificar-me da audácia de empreender o que não posso desempenhar. E poderá servir para que não se me estranhe a distração que com isto faço dos objetos da minha profissão, que melhor deveriam ocupar-me. Serve em fim para não me incriminarem do arrojo de oferecer a V.A.R. uma produção tosca em extremo do meu limitadíssimo talento. Se bem que eu poderia dizer à primeira destas increpações, que já havia consultado a opinião publica; e que posto fora mal sucedido a respeito de interesses, foi todavia bem acolhido o meu trabalho; diria á segunda, que achando-me neste tempo fora do exercício ativo das funções do Real Serviço, entretive desta maneira uma espécie de ociosidade, que desde a infância me era desconhecida: á terceira finalmente responde por mim a Inata Benignidade de V.A.R., que não despreza a menor destas oferendas, mas que seja do mais pequeno dos seus Vassalos; e regula o seu beneplácito não tanto pelo seu valor intrínseco, e merecimento da pessoa que lha dedica (“pois que nem todos podem tudo”) como pelo afeto cordial com que lhe he oferecida.

He por tão plausível motivo, Real Senhor, que eu confio em que V.A.R. se não dignará aceitar, e defender debaixo dos Seus Régios Auspícios (visto que me he necessário um Mecenas, e que ninguém mais o pode ser em assuntos de semelhante natureza) este limitado tributo da minha gratidão, este irrefregável testemunho dos meus incansáveis esforços para me tornar útil por todos os modos.

¹⁶² Manoel Jose d’Oliveira Bastos. *Roteiro da Cidade de Santa Maria de Belem do Gram-Pará pelo Rio Tocantins acima até o Porto Real do Pontal na Capitania de Goiaz, &c.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Por Ordem de S.A.R. s.n.p.

Amparado pois com este seguríssimo Escudo, e olhando-se á grandeza da matéria, apesar da insuficiência da Peça, e de seu Autor, espero que este presente que faço ao publico, seja por ele bem recebido, sem que jamais o zoilo impertinente se atreva a exercer em mim a sua mordacidade.

Pudessem ao menos os meus desvelos inflamar o estro dos Gênios eminentes, para cantarem com dignidade, e assombro tão memorável acontecimento!

Tais são, Real Senhor, os ardentes desejos, tais os sinceros votos deste

DE VOSSA ALTEZA REAL
Muito respeitoso e fiel vassalo
Paulino Joaquim Leitão¹⁶³

Domingos Alves Branco Muniz Barreto, Coronel de Infantaria e Cavaleiro da Ordem de Cristo, publicou o mais volumoso dos livros da Impressão Régia. Em uma edição bem cuidada e minuciosa, são apresentados 588 verbetes relativos aos documentos políticos promulgados nos anos antecedentes a 1810. Procurou justificar a importância de sua obra, afirmando ser necessária para organização das referências à legislação do Brasil, bem como para facilitar o acesso à documentação:

MUITO ALTO, E MUITO PODEROSO PRINCIPE, E SENHOR NOSSO

Não é somente a boa disciplina das Tropas, na profissão Militar, a que segura os Impérios, e lhe alcança as maiores vantagens: as Leis, Senhor, cujo tom de autoridade faz domar as paixões, põem um freio aos nossos desejos, e conserva a nossa existência, e a nossas propriedades. Este bem infinito (de certo) se não pode conseguir, se a Legislação, em lugar de ser concisa, exata, determinada e fixa, se torna em caos de trevas, abusos, e incertezas, e muito mais se na sua execução se acham as dificuldades, e os embaraços, que por uma parte a ignorância, e pela outra o desprezo, motiva pela depravação d'aquelles que pondo em triunfo a injustiça, e reduzindo as leis a uma matéria de disputas, lançam mão de pretextos os mais frívolos para as interpretar, e até para usar das existentes, e das revogadas, como melhor lhes convém, na urgência dos negócios, a que o capricho os arrasta na multiplicidade de afilhados, ficando assim tão inúteis, como aquelas de que Anacharsis falava a Sólon, comparando-as, com as teias de aranha, que só prendiam os fracos, e os pequenos insetos, mas não os de grande consistência, que as rompiam, e dilaceravam. As Leis (dizia Aristóteles) não são boas porque bem mandão, mas porque bem se guardam. A nossa Constituição Senhor, não é de um Governo Militar em que a Espada serve de Leis fundamentais. Outros sentimentos ornem seus bons princípios, caráter, e sisudez. O Despotismo entre nós é um crime. Por tanto Queira VOSSA ALTEZA REAL, Dignar-se aceitar benignamente este trabalho, permitindo-me a honra de consentir, que o consagre ao Seu Augusto, e Respeitável Nome, para assim encher o importante fim a que ele se dirige. Deus Nosso Senhor conserve a

¹⁶³ Paulino Joakim Leitão. *Á Esquadra Portuguesa, que transportou aos Estados do Brazil os Soberanos de Portugal, elogio*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença. s.n.p.

PRECIOSA Vida de VOSSA ALTEZA REAL por muitos, e mui felizes anos. Rio de Janeiro 25 de Novembro de 1811.

Aos Reais pés de VOSSA ALTEZA se prostra
Domingos Alves Branco Muniz Barreto¹⁶⁴

Diversos dramas para serem representados nos teatros da Corte saíram dos prelos da Imprensa Régia. A *União Venturosa*, de Antônio Bressane Leite, constituía-se de um drama com música, para ser representado no dia do aniversário de D. João. Seus personagens eram a América, o Gênio Lusitano, o Gênio Americano e o Tempo acompanhados de um coro. Estes interagem, discutindo acerca de quem possuía mais qualidades, porém a finalidade principal é que se mostrassem unidos para enaltecer D. João:

AO PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR.
DEDICATÓRIA.

Eu sou luso, Senhor, leal quais foram
Meu honrados avós, guardo no peito
O puro amor e fé que eles juraram,
E que eu jurei também ao luso sólio.
No mesmo berço em que eles me embalaram,
Por ilustres virtudes bafejado,
Desvelado embalei meus filhos caros;
E apenas divisei seus tenros braços,
Capazes de brandir a nobre espada,
Ufano os conduzi de Marte ao campo,
Onde à frente das filas lusitanas,
Tocando as quinas, empunhando o ferro,
Com os olhos no céu, ao céu juraram
Constantes dar a vida, dar o sangue
À cara pátria, ao Rei e ao Ser Supremo.
Oxalá que o seu sangue o preço fosse
Da vitória com que os céus enchessem
De padrões imortais o vosso império.
Enquanto ternos ais Lísia saudosa
Despida de seu fausto aos céus mandava,
E sobre férreo trono o vil engano
De leis cruentas lhe manchava os lares;
Enquanto os caros lusos desarmados,
Ao som dos duros ferros que arrastavam,
Juravam sobre as aras da constância
Dar a vida por Vós, salvar a pátria;
Eu sempre proclamei, por via oculta,
Vedada aos olhos dos cruéis tiranos
De mostrar não perdia um só momento
O sagrado dever dum luso honrado,

¹⁶⁴ Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *Índice militar de todas as leis, alvarás, cartas regias, decretos, resoluções, estatutos, editaes promulgados desde o anno de 1752, até o anno de 1810*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812. Com Licença de S.A.R. s.n.p.

Até que raiou nos nossos horizontes
O dia desejado e de mais glória,
Que tem enobrecido os lusos fastos.
Heróis britânicos, que escolheu Mavorte,
Modelos de valor e de amizade
Nossas duras cadeias despedaçam.
Sobre as torres de Lísia libertada
Com que glória tremulam as sacras quinas!
Sobre as asas de amor enchia os ares
O vosso nome em turbilhões de vivas;
Então eu fiz subir à lusa cena,
Em nobres cantos, gratos elogios
À bravura das três nações unidas.
Hoje, Senhor, que o meu feliz destino
Me arrojou venturoso às plantas vossas,
E que é chegado o dia, o grande dia,
Em que por nosso bem baixaste ao mundo,
Por lei do meu amor teci o drama,
Que humilde vos ofereço; a minha musa
De todo me deixou, mal viu a empresa
De pretender cantar tão alto assunto,
Que só o louro deus cantar devera;
Roubou-me o estro, natureza e arte
Só me deixou o amor, que é quem me inspira.
A mão benigna de varão ilustre,
Honrado e sábio que vos ama tanto,
Que dirige e regula o fausto augusto,
Com que zeloso abrilhantais as aras,
Donde sobem os puros sacrifícios,
Com vossos votos, a entrar no seio
Do grande rei dos reis que impera em tudo;
Foi quem a fronte me coroou de glórias,
Quando, Senhor, de Vós obtive a graça
De eu poder elevar meu pobre drama,
Rasteiro e pobre em tudo, às plantas vossas.
Nele quero, Senhor, mostrar ao mundo
Quanto os vassalos vossos vos adoram.
Nas puras aras do amor mais puro,
Quanto Vós os amais, terno e benigno;
Que vos amam leais, porque são gratos,
Que vós os adorais porque sois justo.
Se o céu me conceder que um só momento
Vos agrade, Senhor, dê a ventura
Quanto dar pode a seus adoradores,
Que eu mais não quero para ser ditoso.¹⁶⁵

Das 229 obras elogiosas publicadas pela Impressão Régia, 110 estão localizadas no período compreendido entre os anos 1808 e 1814. Como se observou em 1808, 6 obras dirigiram-se a D. João; uma ao Conde de Oeiras e Marquês de Pombal; uma a Francisco Rufino de Souza Lobato; e uma ode à restauração da cidade do Porto. Em

¹⁶⁵ Antonio Bressane Leite. *A união venturosa, drama com musica para se apresentar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Com Licença de S.A.R. s.n.p.

1809, 16 obras direcionaram-se a D. João; uma a seu principal ministro D. Rodrigo de Souza Coutinho; uma para a princesa D. Maria Teresa; uma para o intendente da polícia Paulo Fernandes Viana; e ainda outra foi uma homenagem fúnebre ao Conde da Ponte.

Em 1810, as homenagens diversificaram seus objetos, sendo 9 dedicatórias para D. João; uma obra irônica aos apaixonados dos franceses; uma dirigida ao rei da Inglaterra e ainda uma à nação britânica; uma aos amigos de D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho; uma oração fúnebre a José Joaquim de Souza Lobato; e uma ao Novo Corpo Militar Coninbrense. No ano de 1811, 10 obras elogiaram D. João (que recebeu mais uma homenagem em conjunto com D. Carlota Joaquina); e duas dirigiram-se à D. Maria I. Cada um dos seguintes personagens recebeu uma dedicatória: D. Maria Teresa (que recebeu obra congratulatória por suas bodas juntamente com D. Pedro Carlos); D. Maria Anna; os Manes do imortal Linné; o Conde dos Arcos; Joaquina Maria da Conceição Lapinha; os bravos defensores de Campo Maior e a seu honrado governador; D. Carlota Joaquina; os compatriotas de Luiz de S. Anna Gomes; Fr. José Mariano da Conceição Veloso; o Marquês de Pombal, e ainda uma obra dedicada “ao leitor”.

Para o ano de 1812, encontram-se 5 homenagens a D. João VI, e uma para cada um dos seguintes indivíduos: as nações inglesa, espanhola e portuguesa; D. Maria I; o Conde dos Arcos, a Condessa de Linhares (oração fúnebre ao Conde de Linhares); Guilherme Carr Beresford; Lord Stragford; D. Pedro; Conde de Aguiar e D. José Caetano de Souza Coutinho. O Conde das Galvêas e o Dr. José Correia Picanço foram agraciados com 2 obras cada; e o infante D. Pedro Carlos, por motivo de seu falecimento, foi objeto de louvor em 4 obras. Em 1813, as dedicatórias foram escassas: D. João recebeu apenas 2 elogios. D. Maria Teresa; as mulheres; Paulo Fernandes Viana; D. Anna Francisca (oração fúnebre); os agentes da Cia. de Londres, senhores

Neiva e Sá; os amigos de Bernardo Avelino Ferreira e Souza; e o Duque de Wellington; e as mulheres, em sentido amplo, foram elogiados uma única vez cada.

No último ano do período delimitado como os primeiros anos de governo - 1814-, D. João foi homenageado 3 vezes. O Conde da Barca recebeu duas dedicatórias. D. Maria I, , o Dr. Manoel Vieira da Silva, a Condessa de Óbidos (mãe do Conde de Palma), e o Dr. Manoel de Almeida foram homenageados uma vez. Ainda que o direcionamento destas seja levemente oscilante, D. João se destacou como objeto da maior parte dos elogios, o que expressou também sua representatividade enquanto figura política central. As demais figuras privilegiadas mostraram-se em maioria membros da órbita do soberano.

Esse primeiro período foi marcado pela euforia dos brasilienses que receberam pela primeira vez o seu soberano, pelos festejos e pelas possibilidades trazidas pelo fato do abandono do status de colônia em detrimento da posição de capital do império português, por uma certa estabilidade política - não há problemas sucessórios ou decisões acerca do destino da Corte e do Brasil a serem tomadas. As dedicatórias se estabeleceram e seguiram esse momento de estabilidade política, acompanhando a trajetória dos fatos políticos. Da mesma forma, aconteceria, nos anos de 1815 a 1820, em que as dedicatórias submeteram-se à conjuntura de um Brasil efetivamente elevado a reino.

2.3. Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves

O novo relacionamento do Brasil, agora sede do Império, com Portugal, transformado em uma espécie de colônia, não conheceu um período de tranquilidade.

Com a expulsão dos franceses do território português e, mais tarde, a derrota definitiva de Napoleão Bonaparte inaugurando a paz européia, a permanência da Corte no Rio de Janeiro não era mais considerada como necessária pela grande maioria dos portugueses. Estes ansiavam pelo retorno de seu Príncipe Regente, que, em 1814, esteve quase resolvido a embarcar para a Europa com sua família¹⁶⁶. Após a capitulação de Napoleão, era necessário se fazer presente no Congresso de Viena. Portugal, classificado pela Comissão preparatória como potência de terceira ordem, esteve perto de não participar de tal reunião. D. João nomeou seus plenipotenciários ao Congresso de Viena: o Conde de Palmela, ministro de Portugal em Londres, o conselheiro António de Saldanha da Gama, depois ministro na Rússia e Conde de Porto Santo, e D. Joaquim Lobo da Silveira, Enviado Extraordinário em Viena. Apesar das resoluções de paz, a pouca vontade de retorno manifestada pelo Príncipe Regente e a nova conjuntura política levaram o Brasil à elevação de categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815. O Brasil distanciava-se da situação de colônia, aproximando-se cada vez mais de forma efetiva do *status* de capital do império português.¹⁶⁷

Os novos rumos da diplomacia internacional e o retorno de Antônio Araújo de Azevedo, Conde da Barca, caminharam no sentido de uma reaproximação com a França, buscando evitar uma dependência exclusiva da Inglaterra, até então estabelecida pelos acontecimentos de 1807 e 1808. Acreditando em uma reconstituição dos poderes anteriores à Europa de Napoleão, Portugal buscou entre 1814 e 1816 estreitar relações com outras Cortes européias, principalmente através da política de casamentos (D. Pedro casou-se com D. Leopoldina da Áustria, e as infantas D. Maria Isabel e D. Maria

¹⁶⁶ Ângelo Pereira. *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946, p. 219-223.

¹⁶⁷ Ângelo Pereira. *Os filhos....*, p. 230-245.

Francisca de Assis com o Rei da Espanha D. Fernando VII e o Infante D. Carlos Maria Isidro, respectivamente¹⁶⁸). Reagindo a essas novas orientações, a Inglaterra procurou persuadir D. João a retornar a Portugal, onde se encontraria mais suscetível às ameaças espanholas e mais sensível aos interesses econômicos locais ainda atrelados aos acordos com os ingleses. A elevação do Brasil a Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves deixou clara, porém, a intenção do soberano em permanecer na América.¹⁶⁹

Em 1814 diversos apelos para que a Coroa retornasse à Lisboa foram submetidas pelas autoridades em Portugal, apoiadas pelo governo inglês. Este se fundamentava em uma aparente promessa feita por D. João e enviou uma esquadra para levar a Corte de volta à Europa. Quando, em dezembro do mesmo ano, os navios ingleses chegaram ao Rio de Janeiro, D. João negou ter feito a promessa e acusou a Inglaterra de insolente, forçando uma retirada dos navios de volta à Inglaterra. Apesar dessas ações, foi a elevação de Brasil à Capital do Reino Unido que legitimou a permanência da Corte na América. Apesar da paz na Europa, o Brasil continuaria centro das possessões portuguesas e as decisões de D. João provocaram uma onda de orgulho nos antigos coloniais que agora eram uma parte integral do império português. O novo Reino Unido, porém, existia mais no papel do que de fato; faltavam as reestruturações administrativas para tornar realidade a nova organização política.¹⁷⁰

Os problemas ampliaram-se em virtude da negligência em relação a Portugal. Após três invasões francesas, a economia, a agricultura e as manufaturas, além da infraestrutura social necessitavam de reparação. O governo de D. João mostrava muito pouco interesse em relação à antiga capital, sendo que as medidas autorizadas eram efêmeras e tardias. As autoridades não possuíam autonomia, precisando reportar-se constantemente

¹⁶⁸ Ângelo Pereira. *Os filhos...*, p. 147

¹⁶⁹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 54-57

¹⁷⁰ Ângelo Pereira. *Os filhos...*, p. 223-226

ao Rio de Janeiro. O governo da Regência encontrava-se estagnado à própria revelia, e não tardaria a buscar uma solução para seus problemas.¹⁷¹

No Rio de Janeiro, por sua vez, a nova diplomacia trouxe outra dinâmica cultural. Durante os anos de 1815 e 1820, o Brasil recebeu músicos e artistas franceses. A “Missão Artística Francesa” foi impulso para a criação da Escola Real de Ciências, Artes de Ofícios, que não se concretizou. Em 1820, porém, foi o projeto que se converteu na Academia de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil, artes consideradas indispensáveis para desenvolver a civilidade dos povos e a instrução pública. Tal projeto atendia às necessidades de sofisticação da vida da Corte, mas aqueles que buscavam sobreviver de uma atividade artística ainda se encontravam ligados às relações de mecenato. A natureza e o clima do Brasil atraíram naturalistas como Maximiliano (príncipe de Wied-Neuwied); Auguste de Saint-Hilaire; Carl Philip Von Martius e Johan Baptist Von Spix, entre outros.

Atribui-se aos anos de 1817 e 1818 a qualidade de terem sido os mais faustosos da estadia da Corte no Brasil. Entre a chegada da esposa de D. Pedro, e futura imperatriz D. Leopoldina, em 5 de novembro de 1817, e o aniversário do Rei D. João em 1818, os fluminenses tiveram a oportunidade de presenciar os festejos e os efeitos do casamento do herdeiro da Coroa e da aclamação do novo Rei, nos moldes tradicionais europeus, como nunca se havia visto nas antigas terras coloniais. Tais festejos contaram com missas e outras celebrações religiosas, fogos de artifício, luminárias e outros atrativos que objetivavam tanto acolher a princesa austríaca que se unia aos Bragança, como para impressionar a população. Buscava-se meticulosidade nos detalhes, cautela e esmero, como na preparação de um grande espetáculo.¹⁷²

¹⁷¹ Roderick Barman. *Brazil...*, p. 53- 58

¹⁷² Jurandir Malerba. *A Corte no exílio...*, p. 91-93.

O ano de 1817, por sua vez, foi dos mais conturbados do governo joanino, com tensões dos dois lados do Atlântico. Nos primeiros meses do ano, explodiu em Lisboa uma revolução de cunho liberal, liderada pelo general Gomes Freire de Andrade, buscando a criação de um governo constitucional. O movimento foi impiedosamente esmagado à moda do Antigo Regime, com os principais envolvidos presos e condenados à morte. Portugal, por sua vez, preso a uma situação econômica e política precária, sem seu soberano e ameaçada de invasão pela Espanha, os sentimentos anti-britânicos e nacionais começaram a tomar corpo, o que culminaria com a Revolução Liberal do Porto, em 1820.¹⁷³ A aclamação de D. João, cerimônia pela primeira vez vista nas Américas, acalmaria os sentimentos dos brasileiros, mas acirraria ainda mais os ânimos dos portugueses.

A preocupação com as idéias sediciosas e com a possibilidade de um novo episódio como o de Santo Domingo, fez com que a censura oficial mantivesse pulso firme. Foi a Revolução de 1820 responsável pelos primeiros ensejos de liberdade de imprensa no mundo luso-brasileiro. Os primeiros fulgores, sentidos, no ano de 1821, nas províncias do Pará, Bahia, e depois, no Rio de Janeiro, foram ainda comedidos. Em 2 de março de 1821, o Rio de Janeiro aparentemente abolia a censura prévia dos escritos; estabeleciam-se sobre as provas tipográficas as mesmas restrições em relação a atentados contra a religião, a moral, os bons costumes, a Constituição, o soberano e a tranquilidade pública. D. João não pretendia incidir no perigo de permitir o uso abusivo da imprensa, mas a fresta entreaberta no aparelho de censura e repressão do Estado abriu portas para diferentes questionamentos acerca da entrada de livros e para uma efetiva liberdade de imprensa que seria alcançada anos mais tarde.

¹⁷³ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves e Humberto Fernandes Machado. *Império do Brasil*, p. 59-63

O governo parecia aceitar certos princípios constitucionalistas, mas não havia se rompido, completamente, com as práticas do Antigo Regime. Preocupado com a proliferação de tipografias, folhetos e periódicos decorrentes da liberdade de imprensa, promulgada pelas Cortes de Lisboa em 1821, e aderida pelo Brasil no ano seguinte, o príncipe regente D. Pedro proibiu o anonimato. Ao menos nas obras publicadas pela imprensa oficial, seria possível estabelecer responsabilidade pelo conteúdo divulgado. A liberdade de imprensa efetiva ainda teria que aguardar alguns anos.¹⁷⁴

Os censores régios, que lutavam em vão contra a entrada das idéias liberais e libertinas no Brasil, permitiram que 73 obras com dedicatória fossem impressas na tipografia oficial. Do total de 95 dedicatórias oferecidas a D. João, das quais muitas já se referiam ao soberano como D. João VI, mesmo antes de sua aclamação, 36 encontram-se neste período. São poucas as homenagens publicadas em 1815: 3 a D. João; 2 a D. Maria I; uma ao exército português e uma à dinastia de Bourbon. No ano seguinte amplia-se o número de obras: 5 para D. João; uma para cada uma das seguintes personagens: D. Maria I (oração fúnebre); D. Anna Justina Correia da Silva; José de Carvalho Ribeiro; Cypriano Ribeiro Freire; Duque de Wellington; D. Manoel de Castro; José Francisco de Paula Cavalcanti, D. Miguel Pereira de Souza Forjaz; e a juventude brasiliense.

Em 1817, foram 12 as dedicatórias a D. João; e os seguintes receberam uma homenagem cada: D. Pedro; D. Maria I (oração fúnebre); D. Mateus de Abreu Pereira; Conde dos Arcos; D. Fr. João Damasceno Povoas; Conde de Aguiar e o Conde de Palma. No ano seguinte, a D. João dirigem-se 10 obras. A D. Pedro; D. Leopoldina; José Maria de Brito; José de Carvalho Ribeiro; D. Mateus de Abreu Pereira; Manoel Inácio de Sampaio; e ainda para o público do Real Teatro de São João, foi oferecida

¹⁷⁴ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “Antídotos contra obras ‘ímpias e sediciosas’”. p. 387-394

uma obra para cada personagem. Em 1819 foram 5 as dedicatórias a D. João; uma outra para D. João juntamente com os príncipes reais; uma a D. Maria Teresa; uma ao Conde dos Arcos; e uma a D. Josefo Caetano da Silva Coutinho. Finalmente, no ano de 1820, são 2 as homenagens a D. João, e uma para cada um dos seguintes: D. Pedro e D. Leopoldina; José de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira; Segismundo Neukomm; José Constantino Gomes de Castro; e, ainda, à Irmandade do SS. Sacramento.

No ano de 1815, Domingos Alves Branco Muniz Barreto publica, em seu *Índice pela matérias, civil, criminal, orfanológico, e de finanças das leis, alvarás, decretos, cartas regias, avisos, regimentos, provisões regias, forais, editais, resoluções, sentenças, tratados de paz, e de comércio, e assentos das casas de suplicação, e do porto* uma dedicatória bastante interessante. Nela, o autor criticou a falta de uma obra como a que ofereceu, eximindo o soberano de culpa por tal fato, mas aproveitando, ainda, para sugerir a elaboração de uma nova e útil publicação, oferecendo-se humildemente para realizar esse serviço:

Senhor

SENDO os Supremos Imperantes considerados como Senhores, e Pais de uma grande Família, é bem visível que lhe pertence dar um sistema regular a todas Províncias, que se acham entregues ao seu domínio, e influencia. A Jurisprudência entre os Romanos foi considerada como uma das ciências mais necessárias. Os seus bons efeitos não vem somente da sabedoria da sua promulgação; uma simplicidade clara, e reduzida a regras gerais, é quanto basta para apartar a Legislação das imensas discussões que a confundem. Os sistemas de opinião, que em diversos tempos se tem visto fazer, excitados por muitas, e diversas causas, eis-aqui, Senhor, o motivo porque a nossa Legislação se acha tão extensa, e complicada.

É evidente que desfazendo-se em uma época, o que em outra se projetou, os Magistrados não podem ter um alvo fixo, pelo qual se dirijam, e tal Legislação, ainda que sabia, e providente, baralhada pela multiplicidade das Leis, confunde mais do que guia, e dá ocasião aos Juizes a promoverem o arbítrio, que na administração da Justiça sempre he nocivo, ainda que seja estabelecido em princípios de boa fé.

Eu não me atrevera a dizê-lo assim, se o Decreto de 17 de Junho de 1788, o não manifestasse. Não he da minha profissão, nem das minhas fracas luzes dar preliminares para o seu resumo, de modo que formem uma perfeita compilação. O meu zelo, SENHOR, somente se encaminha a uma curta análise, talvez mal organizada, que vai inserida no Discurso Preliminar, como parte desta Dedicatória.

No entanto porém, que VOSSA ALTEZA REAL, se não Digna (como he necessário) Mandar proceder a um exame, que desembarace o labirinto, que pode produzir a circulação de imensas Leis, abusando-se por isso das

subsistentes, e das revogadas, apesar da sabedoria com que são substanciadas, e dos úteis fins a que se dirigem, ofereço aos Reais Pés de VOSSA ALTEZA REAL o presente Índice pelas Matérias, Civil, Criminal, Orfanológico, e de Finanças. Afastei-me nele inteiramente do método que todos tem seguido da Ordem Cronológica, o qual sendo muito informe, não só não facilita, mas rouba o tempo aos Jurisconsultos, pela impossibilidade de trazerem decoradas as épocas em que as Leis foram promulgadas.

A Ordem das matérias he a que me pareceu mais conveniente, conforme, e praticável, classificando nos seus competentes Títulos a Legislação, ainda a mais remota, e fugitiva.

Tendo pois, SENHOR, desta maneira, feito algum serviço a VOSSA ALTEZA REAL, e ao Estado, eu me proponho a outro trabalho não menos interessante, e que me parece absolutamente necessário, para que de concerto com o mesmo Índice geral se facilite, ainda mais, aos que Advogam, e aos que Julgam, as regras da Justiça, pela Exposição dos Doutores. Tal he um Índice igualmente pelas Matérias que lhe aponte, não só em resumo as suas exposições, na linguagem nacional, mas que lhe cite o lugar das suas opiniões, os tomos, e as paginas, com as notas indispensáveis dos Autores, que devem ser preferidos nos assuntos em que melhor expenderão as suas doutrinas, para assim evitar perder-se tempo em ler repetições inúteis, inépcias, absurdos, paradoxos, e sofismas, fundados em sistemas extravagantes, e de uma difusão que enfastia, cansa, e faz perder o tino na lição de pensamentos indecisos.

E para que o mesmo Índice fique mais enriquecido, farei igualmente, que pela mesma ordem das Matérias seja fácil, em todas as Faculdades, e Ciências, e mesmo na parte que pertence á Miscelânea, á Historia Universal, e particular das Nações, o saber-se, sem custo, e sem perder tempo, os Autores que delas tratam, os que melhor escreverão, os lugares, os livros, e paginas, ficando com este socorro, não só palpável, mas inteligível, a todos o cabedal das Ciências, sem se fazer necessário violentar a memória, servindo ao mesmo tempo de despertador para se não adormecer sobre as Ciências, e literatura pelo trabalho de adivinhar.

Quanto mais necessário não he, AUGUSTO SENHOR, a formação de um novo Código Civil, Criminal, de Finanças e Militar. Seria grande temeridade se eu afiançasse a minha capacidade para o desempenho de uma Obra, que tendo sido assunto de muitos Políticos, e Príncipes sábios, a grandeza da sua matéria, só pertence a mãos mais habilidosas, e amestradas. Mas como o meu fim he despido de vangloria, e de merecer elogios, eu me ofereço para formar um esboço tendente aqueles fins, assim como um novo regimento para a brevidade do Processo, para que sendo tudo depurado, e apartadas as fezes por homens dignos, e de sabedoria, possa a parte que ficar são vir a ser útil ao Estado, e aos Povos, uma vez que a intriga, por uma parte, não decidir, que este privilegio só compete aos que versarão os Estudos de Jurisprudência, que alguns julgam se não poder aprender senão vendo, e apalpando as paredes das Universidades, e por outra parte negando o egoísmo a indulgência com que se devem animar os fracos talentos, até pela regra de que não ha cousa neste Mundo, que seja absolutamente perfeita.

Os melhores Códigos, e regulamentos que tem realçado os Países mais civilizados, não chegariam a um grau de perfeição, se entre os mais bem instruídos, e metódicos Escritores, se desprezassem as observações, e os pequenos ensaios dos que tem curta esfera. Do que estes escrevem; separando as fezes, muitas vezes se aproveitam cousas dignas, e úteis que escapam á vulgar lembrança, e método dos mais atilados.

E sendo os principais desvelos de VOSSA ALTEZA REAL influir, e dar todo o peso á Instrução literária, os seus leais Vassallos estão unânimes convencidos dos bens inestimáveis, e reais que o Paternal Governo de VOSSA ALTEZA REAL lhes procura. O amor das Ciências sempre foi a gloria mais real, e a menos equivocada dos Soberanos. Não são as estatuas levantadas, AUGUSTO SENHOR, por qualquer motivo que seja, as que immortalizam os Reis: elas se fazem mais cedo, ou mais tarde o ludíbrio dos

tempos. Aquela que VOSSA ALTEZA REAL tem erigido nos peitos dos seus fieis Vassalos, pelo Seu virtuosos, e sábio Governo; pela retidão do Seu Coração; pelo império que tem sobre as paixões, e por todos os mais ornatos que o adornam de Majestade, he o que hão de immortalizar. O que se escreve no mármore, ou no bronze o tempo o desfaz, e apaga. O que se imprime no coração, dura para sempre, e a gratidão fazendo retinir de prole a prole, a tradição o perpetua de geração em geração.

VOSSA ALTEZA REAL já Se Dignou honrar-me com a aceitação de outra igual oferta do Índice Militar, consentindo se estampasse no frontispício dele o Seu AUGUSTO NOME. Eu me lisonjeio que VOSSA ALTEZA REAL me ha de permitir a repetição de igual honra, acolhendo um trabalho, que se não tem perícia, pelo menos dá mais facilidade aos Jurisconsultos. Tenha VOSSA ALTEZA REAL a indulgência de perdoar a franqueza com que exponho no Discurso Preliminar o estado da Legislação. A verdade, SENHOR, he a primeira homenagem do Vassalo. Deus felicite a Sagrada PESSOA de VOSSA ALTEZA REAL, e o guarde como havemos mister.

Assim o deseja com a mais escrupulosa fidelidade
O mais humilde vassalo
Domingos Alves Branco Muniz Barreto¹⁷⁵

O *Índice* de 1815, contava, também com outra característica interessante, uma sub-dedicatória, direcionada ao Marquês de Aguiar:

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Não pareça a VOSSA EXCELLENCIA demasiada confiança a franqueza com que no Prefacio exponho o estado da nossa Legislação, e os inconvenientes, que se opõem á sua execução. Trato da causa do Soberano, e da do Estado. Isto he bastante para que apareça a verdade, cousa esta tão sagrada, que sendo os Soberanos independentes he a única de que dependem; razão esta sobeja para VOSSA EXCELLENCIA se dignar de aceitar esta fraca produção que tenho a honra de lhe subdedicar, e que VOSSA EXCELLENCIA deve acolher até pela boa fé com que a ofereço aos pés do Trono, onde preside o Deus da Terra, sendo o do Céu, a Quem rogo Guarde a VOSSA EXCELLENCIA por muitos anos.

Il.^{mo} e Ex.^{mo} SENHOR MARQUEZ DE AGUIAR
DE VOSSA EXCELLENCIA
O mais afetuoso Súdito
Domingos Alves Branco Muniz Barreto

D. Luís Antônio Carlos Furtado de Mendonça, Deão da Sé Primaz de Braga, ofereceu, em 1816, uma das orações fúnebres em louvor a D. Maria I que foi publicada nesse ano. Observa-se aqui uma dupla homenagem, uma vez que o objeto da oração era D. Maria I, mas a obra também foi dedicada a D. João. Com os protestos de tristeza do mundo pela morte da rainha, procurou destacar suas qualidades enquanto filha

¹⁷⁵ Domingos Alves Branco Muniz Barreto. *Índice pelas materias, civil, criminal, orphanologico, e de finanças das leis, alvarás, decretos, cartas regias, avisos, regimentos, provisões regias, foraes, editaes, resoluções, sentenças, tratados de paz, e de commercio, e assentos das cazas de supplicação, e do porto*. Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1815. Por Ordem de S.A.R. s.n.p.

obediente, esposa fiel e mãe carinhosa. Enaltece o dia 13 de maio de 1777, e agradece à D. Maria por ter dado à luz D. João. Destacou sua fé e seu apego à religião, sua sabedoria e clemência, pedindo que todos dessem graças pela oportunidade de tê-la tido como soberana. Afirmava que para reinar um soberano eram necessárias inúmeras qualidades, e que felizmente tanto D. Maria quanto D. João as possuíam, e assegurava que o único consolo pela terrível perda era saber que o governo continuaria pelas mãos de D. João:

Onde está Vassalos fidelíssimos, esta Rainha Augusta, que fazia a admiração Universal de todos os Povos da Terra, e a nossa singular felicidade? Onde está a Soberana incomparável, que pela Sabedoria de seu governo suavíssimo, honrou a humanidade, enobreceu o Trono, fez as delícias da sua Corte, e a alegria da Nação; foi o modelo dos Soberanos, e a glória da Religião; e será sempre na sua memória honrada pelas bem merecidas Saudades da Religião, no Trono, e da Nação?

Já não existe! oh miserável necessidade da humana Condição! oh inescrutável Providência de um Deus, por quem reinam os Soberanos! Já não existe: parece, que o céu invejando à terra a glória de possuí-la, a quis roubar aos nossos olhos para trocar a Coroa, de que suas Virtudes a faziam digna, por aquele que só podia dignamente recompensá-las. (...)

Desculpe Vossa Majestade, Muito Alto, e Muito Poderoso Rei, se o assunto não for dignamente tratado; na angústia do tempo, e na pobreza de meus curtos talentos: estes desalinhados períodos, são mais uma efusão do meu coração, do que uma meditação de minha alma: e ainda que o tempo, e os talentos avultassem, seria em todo o caso impossível, igualar com o elogio a nobreza do assunto. Lembre-se com tudo Vossa Majestade, que aquele Deus, cujo poder VOSSA MAJESTADE tão dignamente representa sobre a terra, não olhava para os cordeiros, nem para as pombas, que se lhe ofereciam sobre seus Altares, mas sim para o ânimo, e para a intenção do Sacrificador. Esta Senhor não pode ser mais pura.¹⁷⁶

Destinada a outra autoridade do governo joanino foi a obra *Poesias de Dois Amigos*. A coletânea de poemas homenageia diversas pessoas, como o Duque de Wellington ou D. Maria do Livramento Spense, e ainda direcionaram-se a nomes abreviados. Foi dedicada a D. Manoel de Portugal e Castro, Governador de Minas Gerais. Acompanhada de lista de subscritores, a obra foi atribuída por Augusto

¹⁷⁶ D. Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça. *Oração funebre recitada na Capella Real da Corte do Rio de Janeiro nas solemnes exequias da Senhora D. Maria I. Rainha fidelissima do Reino Unido de Portugal, do Brasil, e dos Algarves*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Por Ordem de S.M., p. 1-9.

Victorino Alves do Sacramento Blake¹⁷⁷ ao Presbítero secular João da Costa Ferreira. A advertência que se segue à dedicatória afirma que a obra possui mais de um autor.

Ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} S.^r D. Manoel de Portugal e Castro, do Conselho de S.A.R., e o da Sua Real Fazenda; Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Gerais, etc.

Não à grandeza de Teu Nome e Glória,
Ao que vales, Elmano ao que és, dedico
Versos, que a dependência desconhecem,
Filhos do gosto a meu sabor gerados;
Mas ao Mérito só, e aos dons, que prezo
Ver ilustrar-te, e enriquecer tua alma,
A oferta faço, que a qualquer fizera
Grande, ou pequeno, se mais digno dela,
Ganhando-te em virtudes, se mostrasse.
Mas quem te excede? Virá tempo ainda...
Basta: profetizar se há dado aos Vates,
Rira de ensejo exasperada a inveja.
Honra meus versos, e acolhendo-os faze
Junto a teu nome, que os respeite a morte.¹⁷⁸

Impressa pela primeira vez em 1815, na Impressão Régia de Lisboa, *Primeiras Linhas do Direito Comercial deste Reino* foi oferecida a D. Miguel Pereira Forjaz. Seu autor, Porfírio Hemetrio Homem de Carvalho, abordou os descobrimentos portugueses no ultramar e os diferentes gêneros comerciais da África, Ásia e América. Foi o próprio autor quem caracterizou como uma dedicatória de agradecimento:

Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Dom Miguel Pereira Forjaz

Do Conselho de El Rei Nosso Senhor, Grã-Cruz da Ordem de Sant-Iago da Espada, Tenente General dos Reais Exércitos, Secretário do Governo de Portugal, Encarregado dos negócios da guerra, etc.

Tendo-se dignado V.E. de aceitar a minha pequena obra, intitulada *Primeiras linhas do Direito Agrário*, é já tributo, e não oferta, obrigação, e não obséquio, dedicar a V.E. nesta, como ensaio de meus estudos, o pouco, que a minha capacidade pôde alcançar. Espero, que V.E. com sua costumada benignidade, a recolha sob seu amparo, para que possa aparecer com o nome, a favor de V.E., de quem tenho a honra de ser

Admirador, e obrigadíssimo súdito

Porfírio Hemetrio Homem de Carvalho¹⁷⁹

¹⁷⁷ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), V. 3, p. 401.

¹⁷⁸ João da Costa Ferreira. *Poezias de Dous Amigos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença de S.A.R. s.n.p.

¹⁷⁹ Porfírio Hemetrio Homem de Carvalho. *Primeiras Linhas do Direito Commercial deste Reino*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença. s.n.p.

A chegada da princesa D. Leopoldina ao Brasil, em 1817, constituiu-se também motivo para homenagens. Marcos Portugal escreveu a peça *Augurio di Felicita*, representada na Quinta da Boa Vista, para recepcionar a futura imperatriz, em que cantaram árias D. Pedro e as demais infantas. Era dividida em duas partes, tendo como tema principal o amor. A dedicatória, de forma não usual, vem ao final da obra, direcionada à D. Leopoldina, aos soberanos e ao povo do Império Lusitano:

Uno dei Grandi.

Il giubilo festivo
Di questo giorno, sol non si restringe
A festeggiar si fausto
E dolce imeneo: ma Signore a Te,
E all'AUGUSTA CONSORTE
Di questa gioia si consacra pure
Una parte, (che non è la minore),
Ma forse la maggiore.
Al tenero cor di padre, se mai
Un dolce premio è de' figli l'amore,
ECCELSO MONARCA ma GIUSTO, e PIO,
Permette, che per loro
Celebrar io possa, in parte almeno,
Le virtù, che ognun sa, Tu chiude in seno.
Ma incanto! Ove m'innoltro, e ormai che dico!
Forse è minor delitto
Tacere i pregi tuoi, che dirne poco.
Il Ciel unisce insieme
In GIOVANNI L'AUGUSTO, tante, e tante
Virtù sì pellegrine, avviva in noi
Tante Speranze, e tanti voti appaga,
Che la voce sospesa
Gela su labbro al cominciar l'impresa.
Ma nel silenzio ancora
V'è, chi parla per me. Vedete intorno
Come sul volto a tutti
È atteggiato il contento,
Il rispetto, l'amore!
A quel silenzio io cedo.
L'onor dell'opra. Un tal silenzio esprime
Tutti i noti del cor limpide, e vivi,
E facondia non v'è, che a tanto arrivi.

L'istesso Grande.

Dir, che per noi v'accende
D'Amor un dolce foco,
SOVRANO AUGUSTO è poco
Per farti un degno onor.

Coro del popolo Lusitano, e tutti i Grandi.

SOVRANO AUGUSTO è poco
Per farti un degno onor.

Un altro Grande.

Dir che hai d'ogni virtude
Lo stuol in seno accolto,
SOVRANO AUGUSTO è molto,
Ma non è tutto ancor.

Coro come sopra.

SOVRANO AUGUSTO è molto,
Ma non è tutto ancor.

Un'altro diverso Grande.

Alfin qual gloria in una
Tutte le glorie aduna!
DEL REGNATOR DEL MONDO
Tu regnerai nel cor.

Coro di tutti.

DEL REGNATOR DEL MONDO
Tu regnerai nel cor.¹⁸⁰

No mesmo ano, o presbítero secular do Grão Priorato do Crato, padre Manoel Ayres do Casal, publicou uma obra que visava a contribuir para a história do Brasil. A dedicatória seguia o princípio da troca simbólica por proteção, procurando justificar sua importância. Seguiu a esta uma declaração do rei D. João VI, atestando a concessão de um privilégio ao autor: concessão de totais direitos sobre o livro para Aires do Casal, pelo período de quatorze anos, uma vez que a obra lhe havia custado muitos anos de trabalho e muitas despesas.

Senhor

A Descrição geográfica do vasto Reino que a Providencia confiou a V.R. MAJESTADE na América, é o assunto da Obra que respeitosamente ofereço a V.R. MAJESTADE, como Sua, por muitos títulos. Nela se acha a Historia do Descobrimento do Brasil em 1500, até o ano de 1532 em que este país foi repartido em Capitánias: mostra-se a Época, o Método da Colonização, e o atual estado das Povoações, e Produções da Agricultura, e Industria de cada uma delas: indica-se o que há mais notável em a Natureza; como são, Rios, Lagos, Montes, Cabos, Portos, Ilhas, Animais, Minerais, e Vegetais:

¹⁸⁰ Marcos Portugal. *Augurio di Felicita, o Sia il trionfo d'amore, serenata per musica da eseguirsi nel real palazzo del Rio di Janeiro, per celebrare l'augustissimo spozalizio del serenissimo signore D. Pietro D'Alcantara Principe Reale, di tre Regni Uniti di Portogallo, Brasile, Algarve, Duca di Braganza, con la Serenissima Signora D. Carolina Giuseppa Leopoldina, Archiduchessa D'Austria, ora Principessa Reale &c. &c.* Rio de Janeiro, 1817, Per Ordine Reale. S.n.p.

acrescendo enfim um Apêndice das duas Províncias civilmente anexas á do Grão-Pará. Persuado-me que uma tal obra merecerá o acolhimento que V. R. MAJESTADE costuma prestar a tudo que pode ser útil a seus Vassalos, a cujo proveito sacrifiquei os melhores anos da minha vida, empreendo esta obra original e tão superior ás minhas forças, e cabedais, que por vezes, descorçoando a vista d'um tropel de dificuldades, determinei abrir mão da empresa: Assim aconteceria, se não me dominasse uma simpatia por esta ciência encantadora, e conjuntamente me alentassem amigos inteligentes, e patriotas, receosos de que os meus trabalhos, e fadigas descessem comigo á sepultura. Digne-se a V.R. MAJESTADE aceitar uma oferta ainda que pequena para o meu desejo, contudo decida a V.R. MAJESTADE.

Deus Guarde a Sagrada Pessoa de V.R. MAJESTADE por mui dilatados e felizes anos.

O mais reverente vassalo.

Padre Manoel Ayres de Cazal

Ao que Atendendo, e ao mais que se Me expôs na mencionada Consulta, em que foi ouvido o Desembargador Procurador de Minha Coroa e Fazenda, e como Parecer do qual Fui Servido Conformer-Me por Minha Imediata Resolução de oito do mês próximo passado: Hei por bem Conceder ao Suplicante Privilegio exclusivo por tempo de quatorze anos consecutivos, contados da data deste, para que nenhum Livreiro, Impressor, ou outra qualquer pessoa possa vender, imprimir ou mandar vir de fora dos Meus Reinos e Domínios a Dita obra intitulada “Corografia Brasília” debaixo da pena de perderem todos os exemplares dela, que lhes forem achados, metade para o denunciante, e outra metade para os cativos. E Hei outrossim por bem, que o mesmo Privilegio possa por morte do suplicante passar aos seus herdeiros, ou a quem ele o deixar, com tanto que não exceda o espaço dos ditos quatorze anos conhecidos. E este se cumprirá como nele se contém, e valerá posto que o seu efeito haja de durar mais de um ano sem embargo da Ordenação do Livro Segundo, Título quarenta em contrário, e depois de registrado em todos os Lugares, aonde se costumam registrar semelhantes Alvarás, se imprimirá no principio, ou no fim de cada um dos Exemplares da referida obra.¹⁸¹

Elementos de desenho, e pintura. E regras gerais de perspectiva é outra obra que traz informações interessantes a respeito da prática das dedicatórias: O autor Roberto Ferreira da Silva, além de colocar-se como o menor e mais fiel vassalo, apontava D. Carlota Joaquina como protetora e subscritora da obra, assim com foram também subscritoras as infantas D. Isabel Maria, D. Maria da Assunção, e D. Anna de Jesus Maria. Além da tradicional dedicatória, há também um texto sobre os motivos de se dedicar uma obra, em especial aos soberanos:

Que praça poderá ser atacada, com feliz êxito, se o Desenhador antes não houver copiado o terreno, e não tiver por este meio feito ler ao General a série dos processos, que deve empregar?

¹⁸¹ Padre Manoel Ayres de Cazal. *Corografia brasileira, ou relação historico-geografica do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Com Licença e Privilégio Real. s.n.p.

Todos sabem, Senhor, quanto a Régia Casa de Bragança tem honrado o Desenho e a pintura, dedicando-se ao estudo destas belas Artes. Aos augustos Ascendentes de VOSSA MAJESTADE se devem os grandes estabelecimentos das aulas de Desenho, Escultura, e Arquitetura, de que tanto proveito tem resultado a todos os vassalos.

Digne-se pois VOSSA MAJESTADE de aceitar este pequenino trabalho, pois que tão decididas provas tem dado quanto aprecia o estudo das Artes e Ciências.

Novamente publicarei, como sempre tenho praticado, que tenho a honra de ser,

De VOSSA MAJESTADE

O menor e mais fiel Vassalo

Roberto Ferreira da Silva

(...)

SENHOR,

Três são os motivos, que obrigam os Escritores a dedicar suas obras aos Grandes Príncipes: procurar que possam correr por todas as partes livres da censura, á que se expõem todas as obras publicas; esperar do conhecimento de tão altos Senhores uma pia correção; e finalmente ganhar por este meio suas Regias considerações: e como todas estas circunstancias me assistem para com VOSSA MAJESTADE, não poderia, sem que fosse taxado de ingrato, dedicar este meu primeiro trabalho senão a VOSSA MAJESTADE, que pondo-me a coberto de qualquer censura, ao mesmo tempo me assegura do acolhimento que devo esperar de todos, que a exemplo de VOSSA MAJESTADE, se dedicam ao conhecimento das Artes e Ciências.

Pelo que respeita à matéria, de que trata esta obra, por si mesma se faz recomendável, e tanto mais, quanto maior é a necessidade, que dela tem todos os que professam a carreira das armas. Sem conhecimentos de Desenho não se pode Militar algum lisonjear-se de ser perfeitamente hábil. De pouco serviria o aperfeiçoamento da Arte da fortificação, se o inteligente Desenhador não subministrasse a descrição topográfica, sobre que ela deve ser desempenhada.¹⁸²

A Revolta de Pernambuco (1817) foi motivo para a obra *Elogios em Aplauso da Faustíssima Victória das armas portuguesas contra os rebeldes em Pernambuco, e do precioso nome do muito alto, e poderoso senhor D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves*. O elogio foi marcado pela citação de personagens famosos por sua clemência e enaltecia o sentimento de lusitanidade, ressaltando o dever dos portugueses para com sua pátria:

Graças dá pois, ó Pátria, ao que é teu
Astro, tem San-Telmo, Obelisco, Égide Tua,
E votos da Nação, áspero e extremo,
A quem deves o que és, o quanto vales.

Sim, MONARCA IMORTAL, são nossos fados

¹⁸² Elementos de desenho, e pintura. E regras geraes de perspectiva. Dedicadas ao Senhor Rey D. João VI. Por Roberto Ferreira da Silva. Rio de Janeiro / Impressão Régia / 1817. s.n.p.

Obra da tua mão, dela só prenda,
Que a nossa gratidão perpetuando,
Cultos lhe exige, quais te dar devemos:
Mas tais, bem que na idéia de concebam,
Não se acha execução, que eu a acomode;
E assim na gratidão, dívida nossa,
Meigo acolhe, Senhor, a tênue oferta
De nossos bens, desejos, sangue, vida, zelo,
Amor, sujeição, fidelidade
Apar... é pouco: além da eternidade (...)

Vê, como saboreia o doce fruto
Das leis, que o Céu te dá, tu lhe transmites
Vê, como sem tremer o vento, os mares.
Leva pátrios pendões aos fins da terra
Como no ardor da lide marca afoito
Mostra o ferro, o fogo, o sangue, a morte!
Como em fim, grande Rei, blazona ufano
Da Glória de ser teu, de ser um Povo,
Qual Povo Português foi no começo
É no presente, e no porvir sede¹⁸³

Outro acontecimento, que promoveu a publicação de diversas obras, foi a aclamação de D. João VI. Uma delas foi a *Oração em Ação de Graças a Deus pela suspirada aclamação e exaltação ao Trono D'ElRei Nosso Senhor o Senhor D. João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brasil, e Algarves*, do Padre José Rodrigues Malheiro Trancoso Souto-Maior. Apesar de recitada para D. João, quando impressa, a obra foi oferecida a Mateus da Cunha Teles. O texto faz alusão às grandes festas públicas promovidas por este último pela Restauração de Pernambuco e pela aclamação, e elogia toda a dinastia de Bragança, os feitos do rei e suas virtudes:

Senhor Mateus da Cunha Teles

Nem eu podia prestar a V.M. um testemunho da minha gratidão aos muitos benefícios que liberalmente tem comigo despendido, que o de cumprir com a sua vontade, entregando à sua disposição a presente Oração Congratulatória pela Aclamação do Nosso Augustíssimo Soberano. Nunca tive a mania de que meus escritos aparecessem em público, porque conheço que os mais limados envolvem sempre os motivos de emenda, quanto mais os meus que deveriam ser em cada uma de suas palavras. Certo em que V.M. antes de entregar à imprensa, a porá em mãos que a limpem dos muitos erros, para o que só cooperou a minha falta de conhecimento, me consolo no mesmo instante, em que me sujeito ao grande sacrifício da minha obediência.

¹⁸³ José Pedro Fernandes. *Elogios em Applauzo da Fuastissima Victotia [sic] das armas portuguezas contra os rebeldes em Pernambuco, e do preziozo nome do muito alto, e poderoso senhor D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, compostos, e offerecidos ao mesmo augustissimo senhor*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Por Ordem de S.M., p. 3-14

Sabe muito bem quão poucos foram os dias que me concedeu para aprontar-me a subir ao Púlpito para tratar o Objeto tão subido. Muitas vezes V.M. me tem feito a honra de escolher-me para tão altos assuntos, para qual razão, se V.M. vir que esta Oração for bem aceita, pelo Examinador, a que a remeta, eu terei a satisfação de ofertar-lhe as que fiz e recitei, na sua primeira Festividade, pela Notícia da Coroação em o ano que passou, e na Ação de Graças pela Restauração de Pernambuco.

O Amor que consagrou à Sagrada Pessoa do Meu Soberano me servirá de indulgência: Este que sempre foi a minha melhor divisa, e o meu dever para com V.M. são a coisa porque ao público me empenho. Tenho o prazer de ser

De V.M.

O mais atento Venerador

O Padre José Rodrigues Malheiro¹⁸⁴

Elogio ao público recitado no Real Teatro de São João é obra muito curiosa, por

se tratar da única oferecida em homenagem por uma mulher. A autora, Estela Joaquina de Moraes, escreveu um pequeno texto, sem o espaço tradicional da dedicatória, mas com espaço reservado aos elogios para os portugueses.

ELOGIO

Filha dos Céus! da Divindade essência!
Ó Santa Gratidão, me pulas n'alma!
Queimo nas aras tuas puro incenso;
Curvo-me à tua Imagem respeitável!
Eu, que, rasteiro arbusto, em vão forcejo,
Porque emparelhe o majestoso Cedro:
Eu, que, humilde regato, já mais posso
Na undoza veia equiparar o Nilo:
E que, em vez das auríferas areias,
Pobres areias na corrente arrasto:
Eu, nada em mérito, em desejosos tudo,
Tenho achado entre Vós, Congresso amável,
Alta contemplação, só merecida
Pelo Cedro elevado, e Nilo altivo!! (...)

Que glória é ver no enredo extasiadas
Sensíveis almas, quando na árdua Cena
Das paixões grandes mímica pintura,
No desempenho audaz, aos olhos salta!

Das dádivas do Céu a mais mimosa,
A que mais se aproxima à Divindade,
É neste inexprimível ascendente,
Este dom de agradar, que enleva as almas,
Maior do que os prestígios da beleza,
Somente a nossos olhos sedutora,
Que um vazio no espírito nos deixa.

¹⁸⁴ José Rodrigues Malheiro Trancoso Souto-Maior. *Oração em Acção de Graças a Deos pela suspirada aclamação e exaltação ao Throno D'ElRey Nosso Senhor o Senhor D. João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves; Em a Igreja Matriz de S. Pedro do Rio Grande do Sul: na Festividade Publica, que pelo referido Objecto fez o Sargento Mor Matheos da Cunha Telles, Feita e Recitada pelo Padre José Rodrigues Malheiro Trancoso Souto-Maior No dia 29 de Março de 1818.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. s.n.p.

Ah! seu eu pudesse de átomos diversos
Compor um todo, que agradasse a todos;
E com cadeias de florido gosto
Prender as expressões força, e doçura!
Se, nova Circe, em mais prezado encanto,
Sem talismãs, sem filtros eu pudesse
Atrair-vos, captar vossos aplausos; (...)

Quando raivoso o Filho de Semele,
Nas insídias firmando seus poderes,
Tentou dar fim aos Nautas destemidos,
“Que em perigos, e guerras esforçados”
Iam buscando as terras do Oriente,
A Protetora Deusa de Amatunta,
Livres os Lusos do arriscado ensejo,
Que lhe tramara o vingativo Nume,
Ante o Padre chorosa de apresenta;
E do peito magoado desprendendo
Contra a cilada vil queixas amargas,
O Coração enteneceu de Jovem,
Que lhe enxugou as lágrimas mimosas;
Rasgou-lhe do porvir o véu sombrio,
Narrando-lhe as futuras maravilhas,
Destinadas ao braço Lusitano.

A piedade, que achou a Páfia Deusa,
No Pai dos Numes, Protetor Congresso,
Contra as insídias de Liseu injusto,
Em cada peito vosso encontrar busco,
Um Jovem cada qual de vós me seja,
Se audazes Tirôneos me macularem:
À Vossa Proteção, e auxílio imploro:
E nesta luta, que me excede as forças,
“A socorrer-me à vossa potestade
Me traz especial necessidade”¹⁸⁵

O nascimento da princesa D. Maria da Glória (1819), primogênita de D. Pedro e D. Leopoldina, recebeu homenagens do Senado, que ofereceu a oração de Frei Francisco de S. Carlos a D. João. Na obra *A El-Rei Nosso Senhor O.D.C O Senado da Câmara desta Corte a oração Sagrada, que na solene ação de graças pelo muito feliz e augusto nascimento da sereníssima senhora D. Maria da Gloria Princesa da Beira*, encontram-se presentes os elogios a D. João e a toda sua descendência, os agradecimentos por mais um cessar dos sofrimentos causados pela falta de sucessores, e

¹⁸⁵ Estella Joaquina de Moraes. *Elogio ao publico recitado no Real Theatro de S. João desta Corte. No dia do seu Beneficio em 20 de Junho de 1818*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. p. 3-7.

a afirmação da certeza que o povo possuía de que seu rei estava sempre pronto a protegê-lo.

Senhor

Prostrados aos Pés de V. MAJESTADE com o mais profundo acatamento o Presidente e Oficiais da Câmara desta Corte, tem a honra de oferecer a V. MAJESTADE a Oração gratulatória que foi recitada no Templo da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelo Feliz Nascimento da Sereníssima Senhora PRINCESA da Beira, e que eles fizeram imprimir, a fim de perpetuar de alguma sorte o grande contentamento desta Capital.

Digne-se V. MAJESTADE aceitar este pequeno Testemunho do seu Amor e Lealdade.

Deus Guarde a Augusta Pessoa de V. MAJESTADE por muitos e felizes anos, como todos os fiéis Vassalos de V. MAJESTADE havemos de mister

Beijam a Mão de V. MAJESTADE
com o mais profundo respeito

O Presidente, Vereadores, e Procurador do Senado da Câmara desta Corte.¹⁸⁶

José Carneiro da Silva, primeiro Visconde de Araruama, ofereceu, no mesmo ano de 1819, a *Memória tipográfica e histórica sobre os Campos dos Goitacazes, com uma noticia breve de suas produções, e comércio oferecida ao muito alto, e muito poderosos Rei e Senhor Nosso D. João VI.*

SENHOR

Uma das mais interessantes Províncias do agigantado Reino do Brasil felizmente confiado aos Paternais desvelos e cuidados de VOSSA MAJESTADE, é sem dúvida a dos Campos dos Goitacazes: a exportação do açúcar, sua numerosa população, e os caudalosos rios, que a retalham, a tornam sobremaneira considerável.

A sua discrição topográfica, ainda que delineada por uma mão desafeita a tais pinturas, é que eu tenho a honra de pôr aos pés de VOSSA MAJESTADE, pedindo humildemente a queira aceitar, e dar-lhe assim o lustre, e merecimento que lhe nega a inabilidade do autor.

O Céu guarde e prospere a Sagrada pessoa de VOSSA MAJESTADE, como todos havemos mister.

José Carneiro da Silva¹⁸⁷

¹⁸⁶ A El-Rei Nosso Senhor O.D.C O Senado da Camara desta Corte a oração Sagrada, que na solemne acção de graças pelo muito feliz e augusto nascimento da serenissima senhora D. Maria da Gloria Princeza da Beira, Celebrada na Igreja de S. Francisco de Paula pelo mesmo Senado da Camara, recitou no dia 12 de maio o P. M. Fr. Francisco de S. Carlos, Religiozo Franciscano da Provincia da Conceição do Brazil, Ex-Leitor de Theologia, Ex-Definidor, Examinador Synodal da Meza da Consciencia e Ordens, e da Caza do Infantado, Revizor do Bispado, Pregador Regio, e Padre da Provincia. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença de Sua Majestade, p. 3-4.

¹⁸⁷ José Carneiro da Silva. *Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goytacazes, com huma noticia breve de suas produções, e commercio offerecida ao muito alto, e muito poderosos Rey e Senhor Nosso D. João VI. Por hum natural do mesmo paiz.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença de Sua Majestade, s.n.p.

Memórias históricas do Rio de Janeiro e das Províncias anexas á Jurisdição do Vive-Rei do Estado do Brasil, de José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo, datada de 1820, contou com a presença de Alvará, concedendo ao autor privilégio exclusivo da venda, impressão e distribuição. A obra em 10 tomos apresentava uma dedicatória, em que o autor justificava a importância dos escritos e agradecia os cargos que ele já havia conseguido, entre outros, o de censor Régio e Procurar Geral das Ordens da Mesa da Consciência e Ordens:

SENHOR,

O Despertar a emulação do Serviço Publico, apoiando os desvelos dos que cooperam para se conseguir tão útil fim, he um dos maiores bens, que podem fazer os Príncipes. O interesse d'instruir-me na Historia da minha Pátria, para que não achava meio fácil, suscitou o meu empenho no trabalhoso descobrimento, e coleção de Memórias, por cujo socorro pUdesse conseguir noticias mais amplas da Província do Rio de Janeiro. Entre as que foram aparecendo, felizmente s'envolveram outras das Capitánias subordinadas ao Vice-Reinado do Brasil; e parecendo-me ter conseguido quanto mais interessante se podia patentear ao desejo sobre o assunto, à que me havia proposto, entrei no projeto d'organizar os monumentos adquiridos, e já escassos, antes que de todo se sepultassem pelo desleixamento sob denso pó, ou ficassem inúteis por se perderem. Persuadido porém, que este Opúsculo não correrá com aceitação no publico, faltando-lhe o Auxilio Superior; para salvá-lo de todo perigo, procuro a Mui Alta Proteção de VOSSA MAJESTADE, que sabendo discretamente unir na Sua Real Pessoa todas outras Virtudes de Seus Augustos Ascendentes, não se negará à um ato da Sua natural Beneficência, como Soberano, e singularmente como Governador, e Perpetuo Administrador da respeitável Ordem de Cristo, a quem as Igrejas d'América, e de todo Ultramar veneram, por lhe serem subordinadas. Sendo pois notória a proteção de VOSSA MAJESTADE, liberalizando copiosas Graças com assaz prodigalidade pelos que cultivam as Letras; devo confiar, que Dignando-se VOSSA MAJESTADE, d'aceitar Benigno a produção primeira das minhas applicações, se existem mais utilmente na Republica Literária os talentos dos meus Concidadãos em proveito Publico.

Beija as Reais Mãos de VOSSA MAJESTADE

O humilde Vassalo

José de Souza Azevedo Pizarro e Araújo¹⁸⁸

O ano de 1820 seria o último de governo absoluto de D. João VI. Os acontecimentos levariam o monarca a se despedir de seu reino nos trópicos e a retornar a Portugal. Nos anos de 1821 e 1822, a instabilidade política seria acompanhada pela prática das dedicatórias a outros personagens, como se poderá observar a seguir.

¹⁸⁸ Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araujo. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das Provincias annexas á Jurisdição do Vive-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820. Com Licença de Sua Majestade. s.n.p.

2.4. A quem dedicar?

A recusa de D. João de retornar à Europa e a opinião corrente, nos círculos do poder no Rio de Janeiro, de que era preferível conservar-se como uma potência no Novo Mundo do que se sujeitar à condição de satélite de terceira ordem da Inglaterra, na Europa, demonstravam o desejo da Corte de se enraizar na América. O Império luso-brasileiro, contudo, não respirava total tranqüilidade. O ano de 1817 apresentou-se conturbado, com movimentos revoltosos dos dois lados do Atlântico. Tais tensões ampliar-se-iam anos mais tarde, quando em agosto de 1820, explodiu a Revolução Constitucionalista do Porto, que também conheceu seus reflexos no Brasil. Esse movimento revolucionário culminou com o regresso de D. João VI a Portugal, deixando o Brasil imerso em um período de instabilidade e de incertezas políticas, que culminariam com a sua Independência.

Na visão de D. João, era preferível um reinado constitucional à distância, alegando sempre a importância do Brasil para Portugal. Não era apenas o soberano que repudiava a idéia da partida; seus súditos americanos também desejavam que ele aqui permanecesse. O rei acostumara-se e afeiçoara-se ao Brasil, e temia repetir a jornada transatlântica. As camadas mais altas da sociedade no Brasil, além de prezar o soberano, estavam acostumadas com as prerrogativas de sede da monarquia, temendo a possibilidade de voltar a ser colônia. E, da mesma forma como a transmigração de 1808, a decisão foi adiada até que a situação se tornasse insustentável.

A proposta, uma vez mais, era enviar D. Pedro como regente, mas nem pai, nem filho desejavam deixar o Brasil. Além disso, a idéia de partir era tão desgostosa quanto a de consentir a ida do príncipe. Havia ainda a implicação de D. Pedro não repudiar os constitucionais portugueses: ao contrário, poderia dar concessões que prejudicassem o

governo de D. João. Essa proposta, no entanto, foi pensada afim de acalmar os ânimos, porque o rei, demonstrando preocupação com a nora D. Leopoldina, grávida, mandara-lhe dizer, através da filha D. Maria Teresa, que não se afligisse com a separação do marido, a despeito das notícias que corriam.¹⁸⁹

O atraso em se tomar uma determinação: partir ou ficar, deixou a elite letrada na mesma indecisão em que se encontrava o monarca. Se o objetivo de se dedicar uma obra era obter o favorecimento do soberano, do poder vigente, nessa atmosfera confusa, não estava claro para quem deveriam se dirigir os elogios. Com o início da liberdade de imprensa, ao longo dos anos de 1821 e 1822, saiu dos prelos da Impressão Régia o maior número de publicações: 428 das 1428 obras impressas entre 1808 e 1822, e um número expressivo de obras oferecidas em homenagem - 46 das 229 publicadas ao longo dos treze referidos anos. No ano de 1821 surgem novas tipografias além daquelas já existentes: Impressão Régia e a Tipografia de Silva Serva. Foram elas a Nova Tipografia e a Tipografia de Moreira e Garcez. Em 1822, instalaram-se mais três casas impressoras: a Tipografia de Silva Porto e Cia.; a do Diário do Rio de Janeiro; e a de Torres e Costa. Ampliou-se, também, o número de livrarias, embora algumas já existissem desde o início do século XIX: a de Paulo Martim Filho, a de Manoel Joaquim da Silva Porto, a de Antônio José Rebelo,¹⁹⁰ a de Jerônimo Gonçalves Guimarães, a de João Batista dos Santos, a de Francisco Luís Saturnino da Veiga, a de Cipriano José de Carvalho, a de Francisco Nicolau Mandillo, e inúmeras outras.¹⁹¹ Nos anos subseqüentes, abrir-se-iam outras tipografias e livrarias, mostrando os frutos que a criação da Impressão Régia trouxe ao Brasil.

¹⁸⁹ Oliveira Lima. *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 28

¹⁹⁰ Nelson Werneck Sodré. *Op. cit.* p. 42-45

¹⁹¹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. "Comércio de livros e censura de idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822)". *Ler História*. Lisboa, 1992-1993.

O regresso da corte joanina a Portugal deu margem a sentimentos diversos daqueles que provocaram na chegada, 13 anos antes. O antigo príncipe regente e agora Rei lamentava-se por deixar seu estimado reino: viera para criar um novo império e lastimava deixar pra trás o que realizara em terras tropicais. Sua esposa, D. Carlota Joaquina, regozijava-se com a idéia de voltar à Europa, à civilização e mantinha vivas suas aspirações para conquistar o poder. A Revolução de 1820 colocara fim em um processo de tensões políticas, obrigando D. João a retornar ao velho continente e a sujeitar-se às Cortes Constitucionais para salvar, uma vez mais, sua coroa. Deixava para o filho um Brasil conturbado, cuja política iria tomar rumo próprio, apenas meses mais tarde.

A Independência, como qualquer movimento de separação política, conheceu séria incompatibilidade de interesses, rusgas e desavenças. O rumo dos acontecimentos chegou a um ponto em que o rompimento era inevitável, e até mesmo D. João VI, em seu reino constitucional europeu, estava convencido de que era melhor que seu filho assumisse a coroa do Brasil, antes que alguém mais o fizesse, e eliminasse definitivamente as possibilidades de uma reunião dos dois reinos.¹⁹²

Com a turbulência política e, mais tarde, com o retorno de D. João para Portugal, o clima de incertezas acerca do futuro do Brasil pôde ser percebido pelo direcionamento das obras oferecidas. No ano de 1821, D. João recebe 6 homenagens, enquanto D. Pedro foi elogiado 5 vezes. No ano seguinte o número de dedicatórias para D. João caiu para apenas 1, ao passo que D. Pedro foi objeto de 10 obras. É interessante notar que as dedicatórias expandem seu foco e mudam rapidamente do soberano D. João para D. Pedro. Em 1821, há duas dedicatórias à nação portuguesa, e uma aos seguntes: Conde dos Arcos; a Manoel Antônio Barreiros; a José Carvalho Ribeiro; aos ilustres

¹⁹² Oliveira Lima. *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997, p. 19-20.

legisladores do Brasil; ao Senado; ao Corpo de Comércio da Ilha de Santa Catarina; aos patrícios do Padre Luís Gonçalves dos Santos; e às principais figuras da cidade de Mariana. Figuram neste ano ainda duas homenagens aos acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821 e uma à regeneração da nação portuguesa.

No ano de 1822, encontraram-se 22 das 46 obras elogiosas publicadas nesse período. Além das 10 homenagens a D. Pedro e da única dada a D. João, foram também oferecidas obras ao Fr. José de Santa Rita Durão; à Guarda Cívica do Rio de Janeiro; à nação portuguesa; aos cidadãos fluminenses; aos patrícios do Padre Luís Gonçalves dos Santos; à todos os reis (em defesa da soberania nacional); aos triunfos da pátria e à organização social; aos cidadãos da Bahia; aos concidadãos e patriotas do Brasil; aos brasileiros; e à prosperidade do Brasil.

Nos anos de 1821 e 1822, a expressividade das obras publicadas encontra-se naquelas de cunho político - cartas, discursos, folhetos e proclamações. É possível observar que muitos dos textos dirigidos a D. Pedro, ao mesmo tempo, voltavam-se para a situação do Brasil. Uma importante característica desses dois anos foi o aumento do número de obras publicadas anonimamente. Um desses textos foi oferecido à nação portuguesa, *O despotismo considerado nas suas causas e efeitos*. Esse folheto foi impresso pela primeira vez na Impressão Régia de Lisboa, no ano de 1820, e atribui-se sua autoria a Inocêncio da Rocha Galvão¹⁹³. Apesar disso, a publicação da Impressão Régia do Rio de Janeiro saiu sem a assinatura do autor. Buscava enfatizar a importância da liberdade para qualquer sociedade, criticando a maior parte dos governantes que procurava exercer uma autoridade sem limites:

À Nação Portuguesa
Magnânima e generosa Nação: se apesar de ter nascido em outro hemisfério, fui um dos primeiros que na tua capital levantaram o grito da Liberdade, no memorável dia 15 de Setembro; se em vários dias sucessivos,

¹⁹³ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860. V. 3. p 225-226 e V. 11 p. 268.

inspirado pelo nobre fogo que eletrizava todos os corações portugueses, fiz ouvir na linguagem das Musas os dignos louvores de uma Constituição liberal, e os horrores da tirania; e se agora finalmente, aproveitando o desenho originalmente traçado por um pincel estrangeiro, apresento à tua vista o pavoroso quadro do *Despotismo*, retratado com as vivas cores da verdade: - não desejo outra alguma que recompensa, senão a doce satisfação de ver, que permaneces firme e constante em aborrecer e afastar de ti este odioso *Despotismo*, fruto amargo e funesto da superstição e ignorância; não apeteço outro prêmio mais grato ao meu coração, do que o prazer de observar, que a árvore da liberdade cresce cada vez mais viçosa, abrigada das injúrias da aristocracia, e das tormentas das facções. Oxalá que brevemente os seus frutos, mais reais que os da fabulosa Amaltéia, difundam no teu seio a mais profícua abundância! Oxalá que a sua frondosa e dilatada rama, topetando na abóbada celeste, possa oferecer benignamente sombra aos habitantes de menos venturosos climas, que a ela se vierem abrigar, fugindo aos raios abrasadores da tirania! Tais são, illustre e generosa Nação, os ardentes votos que por ti formo, protestando estar sempre pronto à oferecer a minha vida em holocausto, no altar da tua liberdade. (...)

No *Despotismo*, nem os povos estão felizes, nem os príncipes estão seguros.

Por ***¹⁹⁴

Uma das obras oferecidas a D. Pedro foi *Memória constitucional e política Sobre o Estado Presente de Portugal e do Brasil*, de José Antonio de Miranda. Constitui um relato que se inicia com a invasão dos franceses a Lisboa, passando pela descrição da miséria em que se encontrava Portugal e terminando com o juramento da constituição por D. João - como um marco do novo período político. Ao mesmo tempo aconselhava o príncipe a jurá-la, a abolir a escravidão e estabelecer uma união efetiva entre Brasil e Portugal. O incidente mencionado na dedicatória e explicado no prefácio foi o descobrimento da existência da obra por um “espião” de Tomás Antônio de Vilanova Portugal, comprometendo de pronto o autor. Apesar de dedicado a D. Pedro, o texto do livro dirige-se também a D. João:

Senhor

O amor da Pátria foi o único motivo que me determinou a redigir a presente Memória, que tenho a honra de oferecer à V.A.R.: Eu acabava de chegar de Portugal, quando a escrevi. Conhecia perfeitamente a triste situação dos povos em geral, e ainda tinha os ouvidos aturdidos dos clamores da sua miséria, e desgraça. O meu projeto foi apresentá-la à Sua Majestade El Rei Nosso Senhor; todavia, um incidente (que aponto no seguinte prefácio) imprevisto, me fez desistir da minha empresa. Com a aclamação, e juramento da Constituição no memorável dia 26 de Fevereiro, em o qual V.A.R. desenvolveu grandes Virtudes, parecendo o Anjo da paz, e da concórdia, e

¹⁹⁴ *O despotismo considerado nas suas causas e efeitos*. Discurso oferecido á Nação Portuguesa, por *** Reimpresso no Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. Com Licença.

imortalizando o seu Heroísmo pela sabedoria, e moderação com que conciliou os mútuos deveres entre El Rei Nosso Senhor, e o Seu povo, raiou a aurora da liberdade para os povos do Brasil, e todo o mundo respirou. Alguns amigos meus, que conheciam a sinceridade das minhas intenções, persuadiram-me que a oferecesse à V.A.R. A opinião que formo das eminentes Virtudes de V.A.R., o respeito que V.A.R. tem pela opinião publica, e a liberdade de idéias, que tem manifestado, podendo com razão chamar-se o Príncipe Filósofo do século presente, são motivos urgentes para me animar a ter a honra de levar à Augusta Presença de V.A.R. a presente Memória, prezando infinito que ela seja digna do acolhimento, e Benevolência de um Príncipe Regente, ornado de sublimes virtudes, Herdeiro do Trono, Esteio da Monarquia, e Grata Esperança de todos os Portugueses. Deus guarde por muitos, e dilatados anos a Sagrada Pessoa de V.A.R.

José Antônio de Miranda¹⁹⁵

Também direcionada a D. Pedro é a *Submissa congratulação de Um Cidadão da Província do Grão-Pará respeitosamente dirigida ao sereníssimo senhor Príncipe Regente do reino do Brasil*, de João Roberto Aires Carneiro. O autor agradecia pela decisão do príncipe em permanecer no Brasil, remontava ao lastimoso estado deste enquanto colônia e aos benefícios recebidos com a elevação a reino. Afirmava que os paraenses, além do sentimento de penhor por seu pai, não eram menos fiéis que os habitantes do Rio de Janeiro ou São Paulo. Agradecia a felicidade trazida pelo grito de liberdade de D. Pedro, que os paraenses aderiram ao exemplo patriótico, desprezando o despotismo, e que o único motivo para o atraso em suas manifestações era a distância que os separava da Corte:

Senhor

Quanto seria estranho, e digno da mais severa repreensão à glória e Fidelidade que caracterizam aos habitantes do Grão-Pará, se achando-se presente nesta Corte um seu Concidadão, não levantasse a voz, animado pelo ardente amor da Pátria, para ser o intérprete, do justo reconhecimento, que aquela Província como parte integrante deste Reino do Brasil, deve Tributar a Vossa Alteza Real.

É verdade, Senhor, que uma empresa tão alta, é superior às minhas forças, e acanhados conhecimentos, e que a prudência, e o Respeito devido a V.A.R., me deveriam remeter ao mais profundo silêncio; mas sendo-me impossível conter e reprimir os naturais impulsos que do fundo do coração me instam a que tribute a V.A.R. o mais Respeitoso, e ingênuo reconhecimento pelas acertadas deliberações que V.A.R. há Tomado a bem da causa do Brasil, e união geral do Reino Unido: me vejo na rigorosa

¹⁹⁵ José Antônio de Miranda. *Memoria constitucional e politica Sobre o Estado Presente de Portugal e do Brasil; dirigida a ElRei Nosso Senhor, e offerecida a Sua Alteza o Principe Real do Reino Unido de Portugal e Algarves, e Regente do Brasil*. Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. Com Licença de S.A.R. s.n.p.

obrigação de implorar de V.A.R. a faculdade, e a graça de congratular os meus sentimentos verdadeiramente Patrióticos, unindo os meus votos e os de meus amados Concidadãos, aos votos de outros Brasileiros que já tem tido esta ventura.

Os Feitos Gloriosos com que os Senhores Reis Portugueses, Augustos Predecessores de V.A.R., se tem immortalizado, por certo Senhor, nem são mais brilhantes façanhas, nem mais dignos de imortais louros, que a presente Resolução que V.A.R. acabou de tomar em favor da justa causa do Brasil, que aliás, é do Reino Unido: deste modo, Senhor, Vai, V.A.R., ligar de uma maneira estável, e com laços indissolúveis aos habitantes do antigo, e novo Mundo; porque de uma vez extinta a causa, cessará o efeito; e juntos terão de reconhecer em V.A.R. o Protetor da sua união. (...)

Mas sendo esta demonstração, incompatível com a natureza, e circunstâncias de uma Respeitosa, e Submissa Congratulação consagrada ao Reconhecimento, amor, e obediência a V.A.R.; só direi, Augusto Senhor, para saborear o meu coração; que não posso contemplar na Heróica Resolução que V.A.R. há Tomado em benefício geral da Nação, sem que sinta a minha alma transbordar em delícias, e nadar em um mar de prazer.

Deixando porém reflexões, que não são desconhecidas de V.A.R.; eu devo dizer em abono da verdade, que os Paraenses, Augusto Senhor, amam ternamente a V.A.R. (...)

Plenamente convencido desta verdade, é que me animei à Implorara de V.A.R. a Graça, de Congratular os meus Patrióticos sentimentos, avançando a uni-los com os de meus amados Concidadãos, na certeza de que, eles ainda são os mesmo honrados Paraenses, amigos da sua liberdade, da sua Gloria, e da sua independência Constitucional. Confio no Patriotismo que os caracteriza, que não façam mentirosa, a vantajosa opinião que em seu conceito, e Glória forma um seu Concidadão, amigo da ordem, e bem geral da Nação. Se tenho a fortuna (como espero) de os achar da minha opinião, ou para melhor dizer, da opinião justa, eu tenho chegado a alcançar a alta ventura a que aspiro; se pelo contrário, eu tenho a desgraça de me enganar, suplicarei de V.A.R. o perdão da minha temeridade, e depois de o haver obtido, terei de me recolher ao mais escondido aposento, onde lamentando a sorte de meus Concidadãos, possa ser admirador do quanto V.A.R. Tem concorrido para a Grande União do Unido Reino de Portugal, do Brasil Algarves, e dizem com o cantor das armas e varões assinalados.

*A donde quer que eu viver: com fama e glória,
Viverão Teus louvoures em memória.*

Senhor

A VOSSA ALTEZA REAL Beija a Real Mão,
o seu mais obediente e humilde súdito
O Capitão João Roberto Ayres Carneiro¹⁹⁶

Como se pode observar, as dedicatórias acompanharam a dinâmica política do Brasil, em uma prática que se fez presente e conseguiu aqui se estabelecer, ainda que de forma lenta e gradual, perdurando ao longo de todo o século XIX. Apesar de a maior parte das obras terem saído dos prelos da Impressão Régia, a única possibilidade de se imprimir até o anos de 1811, uma tipografia particular foi aberta na Bahia neste ano

¹⁹⁶ João Roberto Aires Carneiro. *Submissa congratulação de Hum Cidadão da Provincia do Grão-Pará respeitosamente dirigida ao serenissimo senhor Principe Regente do reino do Brazil*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822. s.n.p.

mantendo seus prelos em funcionamento até 1819. Dessa casa impressora, também saíram páginas contendo homenagens, como será analisado a seguir.

2.5. A tipografia na Bahia

A Tipografia de Antônio Manuel Silva Serva, na Bahia, foi a primeira imprensa particular de existência efetiva: fundada em 1811, funcionou sob esse nome até 1819, quando foi então admitido como sócio José Teixeira de Carvalho e a casa foi renomeada de Tipografia de Serva, e Carvalho. Manuel Antônio da Silva Serva veio para o Brasil nos últimos anos do século XVIII, fixando residência em Salvador e atuando como negociante registrado na Real Junta de Comércio. Em seu estabelecimento eram vendidos livros, lustres, encerados, alcatifas, vidros da Boêmia e móveis.¹⁹⁷

Em 18 de dezembro de 1810, fez requerimento para permissão da abertura da impressão a D. João, por intermédio do Conde dos Arcos. Enquanto aguardava a resposta, Silva Serva foi ao Rio de Janeiro cuidar das providências necessárias ao funcionamento do estabelecimento, como os privilégios de exclusividade na publicação de gazetas e periódicos, além de benefícios para si próprio e para os funcionários. Em 1811, já de volta a Salvador, recebeu a notícia de que as permissões requeridas haviam sido concedidas, inclusive a publicação de uma gazeta, solicitada a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. A autorização foi concedida através de D. Rodrigo de Souza Coutinho, à frente desta Secretaria, com a condição de que a *Idade d'Ouro do Brazil* ficasse sob os auspícios de um censor, escolhido pelo Conde dos Arcos. O requerimento de Silva Serva para assumir o posto e os privilégios de Capitão das

¹⁹⁷ Renato Berbert de Castro. *A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819*. Bahia: Secretaria da Educação e da Cultura, 1968, p. 16.

Ordenanças de Malta, no mesmo ano de 1811, foi atendido por D. João, da mesma forma que foi concedido a funcionários da tipografia a isenção do Real Serviço Militar. Apesar da autorização de funcionamento datar de 11 de abril de 1811, como forma de agradar ao Príncipe Regente, esperou-se até 13 de maio para o lançamento dos primeiros trabalhos.

Ainda que os esforços para abertura da casa impressora tenham sido muitos, em pouco tempo começaram as dificuldades. Havia pouco material para ser impresso e uma escassez de compradores. Acredita-se que a tiragem da *Idade d'Ouro do Brasil*, em 1812, não ultrapassasse em muito os 100 exemplares¹⁹⁸. Novamente, Silva Serva dirigiu-se a D. João; formalizou súplicas de doação e empréstimo, que, não atendidas, transmutaram-se na requisição de exploração de pau-brasil, pedido igualmente negado. Além disso, realizou viagens ao Rio de Janeiro, em busca de anunciar e vender seus livros.¹⁹⁹

Dois anos mais tarde, porém, em 1814, obteve êxito em dois novos requerimentos feitos ao soberano. Foram aprovados a ampliação da isenção no serviço militar para todos os empregados e, também, um empréstimo, liberado em 1815. A partir desse momento, a tipografia conheceu a prosperidade. O proprietário viajou para Portugal com o objetivo de trazer um impressor mais capacitado e realizou, pelo menos, quatro viagens ao Rio de Janeiro para tratar da venda de suas obras. Um dos comerciantes com quem negociava era Manuel Joaquim da Silva Porto, que também vendia em sua loja obras da Impressão Régia.²⁰⁰

¹⁹⁸ Renato Berbert de Castro. *A primeira Imprensa...*, p. 34.

¹⁹⁹ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Cultura no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981, p. 149

²⁰⁰ Renato Berbert de Castro. *A primeira imprensa...*, p. 49. Para a informação sobre Manuel Joaquim da Silva Porto ver Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, e os anúncios da *Gazeta do Rio de Janeiro*, disponíveis para consulta na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Antes mesmo da última viagem, realizada em 1819, José Teixeira de Carvalho já havia se tornado seu sócio. Foi nesta viagem que, a 3 de agosto, Manuel Antônio da Silva Serva faleceu. Mesmo com sua morte, sua tipografia continuaria a funcionar, até 1846, tocada por familiares e pelo sócio. Ao longo de seus anos de funcionamento, porém, a casa impressora conheceu os seguintes nomes: Tipografia da Viúva Serva, e Carvalho; Tipografia da Viúva Serva, e filhos; Tipografia da Viúva Serva; Tipografia Imperial e Constitucional de José Antônio de Silva Serva; Tipografia Imperial e Constitucional da Viúva Serva; Tipografia da Aurora, de Serva e Comp.; e, finalmente, Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, filho.

A Tipografia de Silva Serva publicou 127 obras, entre 1811 e 1819, das quais 37 foram dedicadas. Destas, 11 destinaram-se a D. João VI, 8 a D. Marcos de Noronha e Brito (Conde dos Arcos), 2 para D. Maria I, 2 para D. Pedro e 1 para D. Maria Teresa (filha mais velha de D. João), entre outros. Esse total se dilui ao longo dos anos de existência da tipografia, mas podemos observar uma divisão das obras por ano:

	Obras publicadas	Obras oferecidas	Homenageados / Número de obras
1811	17	05	D. João - 3 obras Conde de Amarante - 1 obra
1812	25	05	D. João - 2 obras Conde dos Arcos - 1 obra José Correia Picanço - 1 obra
1813	07	03	D. Pedro - 1 obra
1814	09	01	D. Maria Teresa - 1 obra
1815	12	03	D. Pedro - 1 obra Conde dos Arcos - 1 obra Fr. Francisco de S. Damazo de Abreu Vieira, Arcebispo da Bahia - 1 obra
1816	21	09	D. João - 2 obras D. Maria I - 2 obras Conde dos Arcos - 2 obras D. Maria Francisca da Conceição e Aragão - 1 obra Fr. Francisco de S. Damazo de Abreu Vieira, Arcebispo da Bahia - 1 obra
1817	17	04	Conde dos Arcos - 4 obras
1818	13	06	D. Maria I - 1 obra D. João - 4 obras Conde de Palma - 1 obra
1819	06	01	D. Manoel Almeida de Castro - 1 obra
Total	127	37	32 ²⁰¹

Observa-se no quadro que o total de obras em que havia um homenageado explícito, não completa o total de obras oferecidas. Cinco obras destinam-se a interessantes elogios; alguns poderiam ser consideradas como homenagens indiretas a D. João, o que não pôde ser feito pela falta de informações, como a obra “*À gloria de Portugal*”, de 1811, uma vez que o próprio historiador Renato Berbert de Castro não encontrou exemplar para exame. Ou o “Hino recitado no novo teatro de S. João”, de 1818, que apesar de ter sido apresentado no aniversário do Príncipe Regente, tampouco teve um exemplar localizado; em ambos os casos, o autor permaneceu desconhecido. No ano de 1813, as duas obras que não constam do quadro são *Viola de Lereno*, uma coleção das suas cantigas oferecidas ao amigos do autor Domingos Caldas Barbosa e

²⁰¹ As informações do quadro foram retiradas da obra citada de Renato Berbert de Castro. Infelizmente, muitas das obras listadas em seu inventário não puderam ser localizadas.

Escola Nova, Cristã, e Política, livro de ensinamentos religiosos oferecidos pela autora, D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva, aos meninos estudantes das escolas. A última dessas obras é o “Manual da Religião Cristã e legislação criminal portuguesa, ou código da mocidade”, de autoria de José Pereira Batista Vieira Soares e oferecido à nação portuguesa.

Das demais 32 obras, pode-se observar que sua distribuição por ano acompanhou a dinâmica política da Corte. Entre os anos de 1811 e 1815, D. João e seus dois filhos mais velhos são os que recebem a maioria das homenagens. O elogiado José Correia Picanço, médico da Família Real, foi 1.º Barão de Goiana, no Brasil, membro do conselho de D. João, cirurgião-mór do reino e primeiro cirurgião da Real Camara, sendo homem muito próximo do soberano.²⁰² O Conde dos Arcos se fez presente em apenas duas obras nesse período. Em 1816, com a morte de D. Maria I, esta foi homenageada em orações fúnebres, que, de certa maneira, foram dirigidas a D. João. Nesse ano, seguindo o contexto político da perda da soberana em um ambiente já livre da ameaça napoleônica, em que começam a surgir dúvidas quanto a permanência de D. João no Brasil, as dedicatórias dividem-se entre D. João e o Conde dos Arcos, que receberam duas obras cada um. Vale lembrar que foi neste mesmo ano que se publicou uma obra oferecida à Nação.

Em 1817, ano de conturbações políticas e revoltas, saíram dos prelos apenas 4 obras dedicadas. Todas se destinavam ao Conde dos Arcos. A Revolução Pernambucana de 1817, e as dúvidas quanto ao destino do Rei D. João VI e os rumos do Brasil, fortaleceram a expressão política de D. Marcos de Noronha e Brito, antigo Vice-Rei. Além de voltar o foco para a figura forte não apenas na Bahia, a divisão das atenções pode ser indicativo da frágil unidade política entre as províncias, e da difícil relação

²⁰² Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860. V 4, p. 297-298.

entre as demais regiões do Brasil. Apenas com a decisão do local onde ocorreria a aclamação, e seria definida assim a sede da capital do Império português, D. João reassume seu lugar central e estabelecido na hierarquia política. Ao tornar o Brasil sede do Império luso-brasileiro, parecendo assim garantir que o Brasil não voltaria a ser colônia, e que nenhuma outra figura política de destaque assumiria seu lugar, as dedicatórias voltam-se para o recém aclamado Rei. Em 1818, das 6 obras publicadas, 4 destinam-se ao soberano, uma ainda volta seus elogios a D. Maria I, e uma se dirige ao Conde de Palma (membro do conselho de D. João VI e da sua Real Fazenda, e governador e Capitão General da Bahia). A última obra dedicada, única no ano de 1819, foi oferecida pelo presbítero do Pará Romualdo Antônio de Seixas a D. Manoel de Almeida Carvalho, bispo da mesma diocese.

Das publicações que puderam ser localizadas, são interessantes os elogios da *Oração Gratulatória, e Política improvisada no Colégio da Bahia no aniversário que fez o Senado da Camara á feliz chegada de Sua Alteza Real em Janeiro de 1811*. O autor, Padre Ignácio Jose de Macedo, presbítero secular, publicou mais 7 obras pela Tipografia de Silva Serva. Na Bahia exerceu por muito tempo o magistério, sendo juntamente Examinador Sinodal, Censor régio, e redator do periódico *A Idade d' Ouro do Brazil*, o primeiro que se publicou na dita cidade.²⁰³ As orações constituíam-se por obras laudatórias em sua totalidade; mesmo havendo um espaço delimitado para uma dedicatória ou introdução, a obra em si era uma homenagem pública. Esta, do ano de 1811, anunciada na própria *Idade d'Ouro do Brazil* por 200 réis, dirigiu as seguintes palavras ao Príncipe Regente:

O acontecimento mais memorável, que os vindouros hão de notar nos Fastos da Monarquia; o dia mais glorioso, que o Céu fez reluzir no horizonte Brasílico, tal é o grande motivo, que nos congrega nesse Sagrado lugar, e que nos obriga a render um testemunho público de gratidão, e de respeito ao Supremo Autor da nossa felicidade.

²⁰³ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario...*, V. 3, p 209-210.

Quais os antigos Povos de Rômulo, que zelosos observadores das Leis de Numa celebravam o aniversário da fundação de Roma diante do Deus do Capitólio, nós celebramos hoje a fundação do Império Brasiliense naquele dia de glória, em que o nosso Augusto Regente, saltando nestas alegres praias nos deu os auspícios e os penhores da nossa tão alta, como não esperada Ventura. E quanto, e qual não deve ser o nosso jubilo ao recordar aquele instante feliz, em que desfeito de repente o Sistema Colonial entrou o Brasil nas classes das Metropolitanas Nações?

Ah que os Anais da antiguidade nada representam semelhante neste gênero de fortuna!... Converter-se uma colônia em um Império não era sucesso novo. Quem não sabe, que o Egito foi Colônia do Oriente? Quem não sabe, que a Grécia foi Colônia dos Fenícios? Mas este trânsito de um a outro Estado tem sido sempre tardio e custoso. E ao Brasil que custou? Nada!... Qual foi o trânsito mais rápido de Colônia a Metrópole? Não me lembra que a História aponte outro mais veloz que o d'América do Norte. Mas apesar de tão gabada prudência de um Washington, e deu um Franklin o trânsito sempre custou sangue; e os Estados Unidos sofreram por longo tempo os ciumentos ataques da Capital Européia. Mil graças merece o Céu porque nos deu melhor sorte. Livrou-nos a Providência de traçar planos, dispensou nos de perturbações, e de guerras; e a nossa feliz mudança não é fruto tardio de uma rebelião temerária, é uma dádiva do nosso Augusto Soberano; e se me é lícito falar assim, foi o mesmo Senhor que libertou o seu Servo. (...)

E que longa série de prosperidades não vai produzir este sucesso inaudito? Julgai-o pelo primeiro golpe de Política com que o Viajante Soberano, o novo Ulisses da Lusitânia assinalou a sua feliz chegada a este Porto. Já sabeis que falo da Carta Régia, em que a Liberdade do Comércio respira contra o antigo sistema, que paralisa os Estados, e tolhe a prosperidade nacional (...)

Este é o monumento mais brilhante da Política Bragantina, e o ensaio mais decisivo de um Império florescente, que esta Liberalidade levantará no Novo Mundo com inveja do Mundo Antigo. (...)

João VI, este lance já bastava para eternizar as doces, e gratas memórias do teu Reinado! O boril de gratidão já vai te abrindo o nome na Lâmina da Eternidade ao lado do primeiro João, que soube iludir os dezares, que lhe ameaçavam o Trono; a lado do feliz Manoel, daquele amigo do Comércio, que o mandou procurar até ao berço, aonde amanhece a Aurora: ao lado de João IV, que restaurou o Brasil será colocado João VI, que criou o Império do Brasil; e que vai renovar nele aquelas Épocas de glória, e de fortuna, em que seus Augustos Antepassados imortalizaram o nome, fazendo resplandecer o brilho, e a ventura da Nação. (...)

Afortunados Portugueses Americanos, que à Sombra do vosso Legítimo Regente respirais em sossego longo de tantas misérias, e de tantas revoluções, que amotinam a Europa, dai largas aos vossos peitos, e aplaude contentes os sublimes auspícios da vossa futura grandeza! Vós habitais um Continente aonde a Natureza é tudo, que pode ser; e a vossa indústria, desenvolvida pelos Paternais Cuidados de tão Benéfico Soberano, fará aparecer com espanto debaixo de vossos pés uma Natureza segunda!

Ilustre Senado, que quisestes assinalar o princípio do teu ano com este monumento solene do teu zeloso Patriotismo, para lembrar às Gerações Vindouras, o Aniversário do seu glorioso Destino; Órgão da tua gratidão, Intérprete dos teus briosos, e fidelíssimos sentimentos, eu em nome de ti, em nome do Brasil inteiro, me prostro diante daquele Trono para dar ao Altíssimo um testemunho de agradecimento, e sinceras adorações, recordando o venturoso dia, em que a sua Mão Onipotente salvou o nosso Augusto Ulisses do vasto Império das Ondas, e o fez aportar a estas Regiões serenas, para Reger o seu Povo com filantrópico Espírito de mansidão, e de ternura! Soberano Rei dos Reis, e Senhor dos Dominantes, Cetro de todo o poder, por quem imperam os Príncipes; que nos ordenaste dar a Deus, o que é de Deus, e a César, o que é de César; eis-aqui a Luzida, e fervorosa

Assembléia, que vem cumprir o teu duplicado Preceito. Que te vem oferecer o coração como vítima gratulatória em cima desses Altares, e que vem oferecer o braço ao Soberano para lhe sustentar o Cetro, e a Coroa.

Lança vistas de Complacência risonha lá do Trono imenso da tua Glória, sobre um Povo, cujo caráter dominante é a afabilidade, e a doçura: abençoa com a Virtude do Alto os Projetos, e as Ações do seu Príncipe; multiplica a sua Decência, como as estrelas do Céu, cujo clarão nos aponta a verdadeira felicidade.

A tua Graça o proteja; a tua Glória o immortalize, enquanto nós reconhecendo na tua Mão benfeitora a origem Suprema das nossas prosperidades, Te louvamos, Te confessamos nos sonoros hinos que já se vão entoar: *Te Deum laudamus, Te Dominum confiteur.*

Disse²⁰⁴

Outra obra curiosa é o primeiro livro de medicina publicado na Bahia, dirigido ao médico José Correia Picanço. Sobre o autor José Soares de Castro, os dados são controversos. Não se tem certeza sobre sua origem, se haveria nascido em Portugal ou no Brasil. De acordo com as datas que figuram sob seu retrato na Sala as Congregações da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia, ele nasceu em 1772 e morreu em 1849. Sabe-se, no entanto, que quando foi criada, em 1808, a Escola de Anatomia e Cirurgia, na Cidade do Salvador, coube a Soares de Castro, por indicação do dr. José Correia Picanço, idealizador da Escola, a cadeira de Anatomia. A cadeira de Cirurgia foi dada a Manoel José Estrela, que também ofereceu uma dedicatória: de uma obra de fisiologia em 1816, ao Conde dos Arcos. Alguns anos mais tarde, em 1815, com a criação de um curso completo de cirurgia na Bahia, por Carta Régia de 29 de dezembro, foi também dada a Soares de Castro a cadeira de Anatomia no 1º ano.²⁰⁵ A dedicatória a seguir é de sua obra, publicada em 1812, *Elementos de osteologia prática*:

Ilustríssimo Senhor

Não foi por certo a vaidade, e a vangloria de ver o meu nome estampado nesta pequena obra, que vou expor ao público, o móvel dos meus trabalhos, e fadigas, continuadas vigílias, e meditações, mendigando pelos Autores mais corretos, que trataram da matéria sujeita às doutrinas adequadas a este importante objeto; mas sim o zelo patriótico, motivado da falta de uma obra semelhante sistematicamente organizada no nosso Idioma, que pudesse esclarecer, e imbuir de princípios, os que entram na carreira desta vastíssima

²⁰⁴ Ignacio Jose de Macedo. *Oração Gratulatória, e Política improvisada no Collegio da Bahia no anniversario que fez o Senado da Camara á feliz chegada de Sua Alteza Real em Janeiro de 1811*. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811, p. 3 - 14

²⁰⁵ Renato Berbert de Castro. *A primeira Imprensa...*, p. 8-91

Ciência, e os alunos, que foram confiados à minha insuficiência pela nomeação, que Vossa Senhoria se dignou fazer-me para os dirigir, sendo este o método que adotei, e as Lições que lhes dito da Cadeira; as quais sendo escritas por Postilas, estão sujeitas a inumeráveis inversões, e erros, que pervertem a verdadeira noção dos termos; isto que procuro evitar, entregando à Imprensa este mal ordenado fruto do meu trabalho. E como tendo esta obra a proteção de Vossa Senhoria, ficaram supridos assaz, quaisquer defeitos dela, guiado pela bem conhecida bondade de Vossa Senhoria, tomou a liberdade de acolhê-la debaixo de tão grandiosa proteção, mostrando ao mesmo passo (por este único modo que me é possível) ao público, as obrigações em que se acha constituído a Vossa Senhoria, pela solicitação dos meios para as suas prosperidades; e eu o reconhecimento da nomeação com que me honrou para Lente desta Cadeira. Queira Vossa Senhoria aceitar os meus bons desejos, e perdoar a minha audácia nesta oferta.

De Vossa Senhoria
O mais humilde, e obediente súdito
José Soares de Castro²⁰⁶

Em 1815, José Soares de Castro publicou pela Tipografia de Silva Serva mais uma obra dedicada: *Memórias Fisiológicas, e Praticas sobre o aneurisma, e a ligadura das artérias*. A obra foi traduzida por Soares de Castro do original de J. P. Maunoir. Desta vez, o homenageado foi D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos:

A Benignidade com que Vossa Excelência acolhe os amantes da Sabedoria, e protege as Ciências, já por efeitos da sua beneficência, já pelas brilhantíssimas luzes, e extensos conhecimentos de que se acha ornada a grande Alma de Vossa Excelência, que por isso sabe dar às Letras a estimação que elas merecem, e presta os necessários auxílios àqueles que as cultivam em benefício da humanidade; estas magníficas qualidades, digo, que fazem brilhar em Vossa Excelência os Sublimes Títulos da Grandeza, que foram sempre inerentes aos Grandes (...), e que os constituem assaz dignos dos eminentes Títulos com que se acham justamente ornados, me incitam a oferecer a Vossa Excelência o pequeno fruto do meu trabalho na tradução das presentes Memórias, que podem ser úteis à humanidade.

Queira pois Vossa Excelência dignar-se perdoar a minha audácia nesta limitada oferta, e aceitá-la como testemunho, e prova indubitável dos desejos que tenho de ser útil aos meus semelhantes, e do profundo respeito com que sou, e serei eternamente

De Vossa Excelência
Súdito muito obrigado
José Soares de Castro²⁰⁷

²⁰⁶ José Soares de Castro. *Elementos de osteologia prática, oferecida ao Illustrissimo Senhor Doutor José Correia Picanço, Cavalleiro, professo e Commendador da Ordem de Christo*. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1813, p. 3 - 4

²⁰⁷ José Soares de Castro. *Memorias Physiologicas, e Praticas sobre o aneurisma, e a ligadura das arterias. Por J. P. Maunoir, Membro da Sociedade de Medicina de Paris, da Sociedade para o progresso das Artes, e da de historia natural de Genebra. Com figuras*. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1815, p. 3 - 4

As orações também se destacaram entre as obras da Tipografia de Silva Serva. Dentre as 37 obras oferecidas, 10 eram orações. Da mesma forma que na Impressão Régia, era comum a oração conter uma dupla homenagem: louvava-se aquele para quem o texto se destinava, para quem ela tinha sido escrita e entoada publicamente, mas também oferecia-se a oração em sua forma impressa para alguma figura de destaque. Foi o caso da *Oração fúnebre, recitada por Fr. Francisco Xavier de S. Rita Bastos, nas exéquias, que celebrou, e oficiou pontificalmente na Igreja primacial do colégio desta cidade, o Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor Dom Fr. Francisco de S. Damaso de Abreu Vieira, Arcebispo da Bahia, Primaz do Reino do Brazil. Pregador de S. MAJESTADE Fidelíssima, que Deus Guarde, e do Seu Real Conselho, &c. &c. &c. No dia 8 de junho de 1816. Na morte da Nossa Fidelíssima Rainha de Portugal e Senhora Dona Maria Primeira: e oferecida ao mesmo Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor.* O autor, nascido em Salvador, foi da ordem dos franciscanos, sendo conhecido por sua eloquência²⁰⁸. Os lamentos laudatórios pela morte da soberana eram precedidos pela seguinte dedicatória:

Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor

Foi só a Honradora Escolha de Vossa Excelência, a que, para dignificar a curteza dos meus talentos, lançou Mão do Instrumento mais fraco a fim de fazer patentes a toda esta Cidade, os sentimentos da sua mais viva Dor, e saudade pela Memória da Incomparável, Imortal, e Soberana RAINHA de Portugal, Brasil e Algarves, Dona MARIA Primeira, Nossa Senhora, que Santa Gloria Haja. Acabou com este lance da sua Benignidade de penhorar esta Seráfica Família, já votada ao Amor, Gratidão, e Respeito da Pessoa de Vossa Excelência por tantos outros testemunhos da sua alta Estima, e Predileção. E para completar a Obra da sua Bondade, foi Vossa Excelência mesmo, que, entre Louvores, de que me reconheço não acreedor, me revestiu daquele caráter, que faltava ao Desempenho de tão grave Assunto. Igual sempre, com tudo, na justa avaliação do meu nada, me não atreveria, a não ser interposto o Preceito de Vossa Excelência, a colocar entre as suas veneráveis Mãos esta Oração, fruto de abreviadas fadigas, e de meus tênues esforços, que só interessa pelo Alto Objeto, de que trata. Supra porém a minha Obediência, o que falta ao merecimento. O acatamento devido ao Nome de Vossa Excelência, estampado na frente desta Obra, servirá de desculpe á minha insuficiência, e de freio à mordacidade crítica, que às vezes para dar exercício á sua malignidade, quer apurar ainda mais o mais indiferente. É esta Oferta uma Dívida, que eu satisfaço a Vossa Excelência

²⁰⁸ Renato Berbert de Castro. *A primeira Imprensa...*, p. 126-127

com tanto maior jubilo, com quanto me habilita para dar-lhe quaisquer outras provas da minha ternura, e submissão.

Deus Guarde a Sagrada Pessoa de Vossa Excelência por dilatados anos
Excelentíssimo, e Reverendíssimo Senhor
De Vossa Excelência
Súdito Frei Francisco Xavier de S. Rita Bastos²⁰⁹

Uma última obra, cabe ainda destacar, oferecida ao então Rei D. João VI. O autor, Manoel Jacinto de Sampaio e Mello, bacharel em Leis, professor régio de Filosofia, na cidade de Lamego, Senhor de Engenho na Vila da Cachoeira da Bahia,²¹⁰ ofereceu uma obra relativa à atividade que exercia. Diferindo-se do texto oferecido a D. João, em 1811, pelo Padre Inácio José de Macedo, os elogios concentravam-se na dedicatória. Na obra *Novo Método de fazer o açúcar ou Reforma Geral Econômica, dos Engenhos do Brazil*, de 1816, os elogios foram dedicados exclusivamente ao soberano.

Senhor

Os Príncipes mais sábios do Mundo sempre olharam, e promoveram a Agricultura como base dos Impérios: VOSSA MAJESTADE assim o tem feito, promulgando Leis, e dando Providências nunca assaz louvadas: entre elas resplandece a Ordem Régia pela qual VOSSA MAJESTADE mandou publicar todas as Memórias Estrangeiras, concernentes aos diversos ramos da Agricultura, para melhoramento da lavoura do Brasil, e suas fábricas; mostrando VOSSA MAJESTADE o paternal cuidado com que deseja promover o adiantamento desta grande, e rica porção dos Seus Estados, que agora com a Augusta Presença de VOSSA MAJESTADE se tornará mais e mais florente. Se esta Memória puder, de alguma sorte, concorrer para tão alto fim, seja ela o primeiro tributo, que VOSSA MAJESTADE se digne receber de um mau jurista, filósofo mediano, e acanhado lavrador; mas fiel vassallo de VOSSA MAJESTADE, que Deus guarde muitos anos para nossa felicidade,

Manoel Jacinto de Sampaio e Mello²¹¹

Apesar de um reduzido número de obras publicadas e ainda menor de textos com dedicatórias, muitos letrados de destaque na cena política conseguiram ter suas obras elogiosas publicadas por Silva Serva. Foram eles: Antonio Thomaz de Negreiros,

²⁰⁹ Fr. Francisco Xavier de S. Rita Bastos. *Oração fúnebre*. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1816, p. 3-4

²¹⁰ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...*, 1860. V. 6., p. 8.

²¹¹ Manoel Jacintho de Sampaio de Mello. *Novo Methodo de fazer o açúcar ou Reforma Geral Economica, dos Engenhos do Brazil, em utilidade particular, e publica: oferecido a Sua Majestade Fidelissima*. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1816. p. 3-4

Domingos Borges de Barros, Domingos Caldas Barbosa, Francisco Gomes dos Santos e Almeida, Fr. Francisco Xavier de S. Rita Bastos, Padre Ignácio José de Macedo, João Gualberto Ferreira, João Pereira Batista Vieira Soares, José Anselmo Correia Henriques, José Francisco Cardoso de Moraes, José Procópio de Castro, José Soares de Castro, D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva, Manoel Affonso dos Santos Thourinho, Manoel Jacintho de Sampaio de Mello, Manoel José Estrella, Paulo José de Mello Azevedo e Brito e Theodoro José Guilherme de Sá, Antonio José Osório de Pina Leitão, Januário da Cunha Barbosa, José Eloi Ottoni, e Romualdo Antonio de Seixas. Destes, alguns publicaram obras com dedicatórias tanto na Tipografia de Silva Serva, quanto na Impressão Régia. A proposta para o próximo capítulo é a observação da trajetória dos letrados selecionados, buscando observar como o uso da dedicatória impressa como recurso político e social interferia na aquisição de prestígio e benesses.

CAPÍTULO 3: A submissão do homem de letras

3.1. Privilégios e letrados

A transferência da corte portuguesa para o Brasil permitiu ao sistema do Antigo Regime, ainda em vigor, no mundo luso-brasileiro, um último fôlego, persistindo por algumas décadas do século XIX. Os 13 anos do governo de D. João foram marcados pela presença de uma sociedade hierarquizada, em que se valorizavam aparências e cerimônias, e os cargos, na órbita da Família Real, eram os mais cobiçados. Buscavam-se benesses e sinecuras, mas o valor simbólico de títulos, comendas e hábitos de ordens religiosas sobrepunham-se freqüentemente ao dos rendimentos. Nessa sociedade, os letrados ainda se viam presos à necessidade de recorrer aos esquemas de privilégios e proteção, buscando não apenas posições que lhe proporcionassem ganhos, mas procurando garantir pensões para si próprios e seus familiares - como fez José da Silva Lisboa, futuro Visconde de Cairu.

A elite letrada do período joanino distanciava-se dos demais, sobretudo, por sua instrução e formação. Além de já se destacarem pelo simples fato de terem tido acesso aos estudos, é primordial atentar-se para a formação superior, uma vez que esta era vedada às colônias portuguesas. Tal quadro só modificou-se a partir de 1808. Regra geral, aqueles que alcançavam essa instrução superior, adquiriam-na através da Universidade de Coimbra, o que marcou toda uma geração de letrados, que ficou conhecida como geração coimbrã. A referida universidade foi local de sociabilidades, ponto de encontro, onde muitos homens de letras se conheceram e começaram a se relacionar. Vários desses indivíduos – portugueses e brasileiros – obtiveram seus títulos na universidade, ao longo da governança do Marquês de Pombal, voltando-se para as

ciências e a matemática. A maior parte, porém, dos que se destacaram na primeira metade do século XIX, freqüentou Coimbra após o período em que D. Maria I assumiu o controle da Portugal, e a universidade voltou, em parte, aos antigos moldes dos cânones, leis e filosofia afastados das idéias da Ilustração francesa. O controle acerca da formação tem fundamental importância quando se trata de política; primeiro por permitir apenas os ensinamentos convenientes à unidade do Império Português; e, segundo pela formação dos laços de amizade que contribuíam para uma homogeneidade dessa elite e menor circulação de idéias.²¹²

Com o início da regência extra-oficial de D. João em 1792, Portugal retomou o caminho das idéias ilustradas. A partir desse momento, por meio das ações do ministro e representante da corrente ilustrada Rodrigo de Souza Coutinho, o governo cercou-se de letrados nascidos na América portuguesa. Estes homens, provenientes de segmentos sociais diferentes, preocupavam-se em promover discussões acerca das instituições sociais, políticas e econômicas do mundo luso-brasileiro. Apesar disso, não aceitavam mudanças por meio de uma revolução, mas sim por reformas, não se desvinculando, inteiramente, de uma mentalidade típica do Antigo Regime. Viam, ainda, na religião um esteio para suas idéias, ligando o conceito de “bom cidadão” ao de “bom cristão”. Muitos desses homens foram responsáveis por publicações da Imprensa Régia. Através da impressão de obras de jurisprudência, ciências, artes, história, literatura, teologia, belas letras, além dos periódicos, a elite letrada divulgou não só uma cultura escrita, como também traços da cultura política da Independência, pautada em idéias ilustradas.²¹³

²¹² José Murilo de Carvalho. *A construção da ordem*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003, p. 11-13; 65-85.

²¹³ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003, p. 27-35

No ambiente em que se situava essa elite, o conceito de mercê era fundamental, uma vez que as todas as concessões obtidas pelos vassallos do monarca, advinha de sua benevolência e amor paternal. A concessão de mercês ligava-se à importância do indivíduo para a corte e, no Brasil, devido à dependência da Coroa em relação aos súditos, a distribuição de benesses passava, também, por uma mensuração racional dos serviços prestados. De qualquer forma, a partilha destas dependia, em última instância, da vontade do Rei, cabendo aos súditos a esperança por sua decisão. A possibilidade e necessidade da aquisição das graças do soberano levou os súditos a enviar inúmeras requisições, nem sempre atendidas. No período colonial, a simples promessa da concessão de mercês movimentou atividades de interesse do governo metropolitano; e, mesmo mais tarde, muitas foram distribuídas em troca de atividades que poupavam despesas ao Real Erário, assim como muitas eram acompanhadas de condições para sua concretização.²¹⁴ Dentro desse sistema de aquisição de cargos e remunerações, a dedicatória figurava como um recurso a mais para conquistar o soberano no caminho para títulos de nobreza, distinções, hábitos de ordens religiosas e militares, cargos junto à Casa Real, nomeações para magistratura, posições militares, remunerações e terras.

As dedicatórias, que saíram nas obras publicadas na Imprensa Régia do Rio de Janeiro, estavam sujeitas a uma censura que se apoiava em uma tradição lusitana de controle da circulação de idéias, que ultrapassava o universo dos livros. Apesar dos ajustes sofridos com a transferência da Família Real e a presença de muitos indivíduos esclarecidos, que viviam à volta da Corte, a censura ainda estava presente no cotidiano dos letrados. A Imprensa Régia, porém, logo alargou suas atividades para além de papéis legislativos e diplomáticos, e o mundo das letras começava a expandir-se, gradualmente, no Brasil. A preocupação dos censores não se direcionava à quantidade

²¹⁴ Maria Beatriz Nizza da Silva. *Ser nobre na Colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005, p. 221-225.

de livros que entravam no Brasil ou que eram publicados, mas a seu conteúdo. Licenças precisavam ser solicitadas independentemente da condição social do solicitante; o que se diferenciava era o parecer concedido à requisição enviada ao Desembargo do Paço. O sistema censor estava inserido no contexto absolutista de graças e mercês do monarca, apoiado em sua vontade e nos deveres para com seus súditos. Em última instância, apesar do trabalho dos censores régios, era o Príncipe Regente (e mais tarde o Rei) quem concedia as licenças ou suspendia a censura a uma obra previamente proibida.²¹⁵

A censura, no Brasil joanino, passou por três momentos: a nomeação dos censores para a Impressão Régia; o estabelecimento das funções censoras do Desembargo do Paço; e a colaboração da recém criada Intendência da Polícia no Rio de Janeiro. Havia grande preocupação com o controle dos livros, com a proibição efetiva de determinadas obras e com o controle alfandegário. Tudo transcorria, porém, de forma um tanto confusa, com a superposição de poderes e certa morosidade que chegava a causar prejuízos àqueles que, como os comerciantes, dependiam das decisões dos órgãos censores. Os processos de liberação, além de lentos, não ocorriam necessariamente de forma cristalina. Os censores, por sua vez, sofriam com listas de livros produzidas de forma incompleta, com a falta de parâmetros e de acesso a editais de proibição da circulação de livros.²¹⁶ Sendo assim, a prática da censura no Brasil de D. João parece ter sido exercida a partir do que os letrados consideravam ir contra a moral religiosa e os interesses da Coroa, de seu saber pessoal, decorrente de um contato com as idéias políticas e religiosas que os cercavam, bem como do conhecimento da

²¹⁵ Leila Mezan Algranti. *Livros de devoção, atos de censura: ensaios de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2004, p. 135-139.

²¹⁶ Leila Mezan Algranti. *Livros de devoção...*, p. 140-145.

circulação e conteúdo de obras já famosas, dividindo-se entre o que suspeitavam dever ser proibido e que assim era efetivamente.²¹⁷

O acesso às obras e à possibilidade de imprimir dava-se de acordo com uma sociedade estratificada e baseada em privilégios; era facilitado a uns, dificultado ou vetado a outros. Nesse contexto, em que a cultura letrada começava a se expandir, era da opinião de muitos que a ação régia sobre a circulação dos impressos tornava-se necessária. Entre os censores régios e do Ordinário estavam José da Silva Lisboa, Mariano José Pereira da Fonseca, Francisco de Borja Garção Stockler, Francisco Correia Vidigal, e clérigos como frei Inocêncio Antônio Neves Portugal, frei Antônio da Arrábida, frei Francisco de S. Paio e Padre Antônio Pereira de Caldas. A presença destes últimos, além do fato de a censura régia se atribuir o papel de defensora da fé, residia no peso da religião naquela sociedade e, na conseqüente circulação e publicação de inúmeras obras de devoção.²¹⁸

Na sociedade do início do oitocentos no Brasil, marcada pelo peso da religião e pela presença da escravidão, a palavra escrita ainda circunscrevia-se ao universo da reduzida elite letrada. Como foi analisado, a transferência da Corte portuguesa para a América e as mudanças decorrentes desse evento, até então inédito, foram os responsáveis por alterar esse quadro. Durante o governo de D. João, no entanto, os letrados ainda se viam dependentes da Coroa, com os direitos de propriedade literária enquadrando-se no sistema de privilégios. Para se publicar uma obra era necessário enviar solicitações à Mesa do Desembargo do Paço, um controle que só começou a se alterar, nos fins da década de 1820. Ainda assim, até o final do Império, nenhuma decisão acerca de garantias aos direitos autorais havia sido efetivamente acertada. O

²¹⁷ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves & Tânia Maria Bessone da Cruz Ferreira. “O medo dos abomináveis princípios franceses: a censura dos livros nos inícios do século XIX no Brasil”, In: *Acervo, Revista do Arquivo Nacional*, vol. 4, nº 1, jan-jun 1989, p. 114-118.

²¹⁸ Leila Mezan Algranti. *Livros de devoção...*, p. 147-152.

Estado tutelava o processo de produção e atividades culturais, utilizando o saber como forma de controle do poder sobre os âmbitos político e social.²¹⁹

Inseridos no referido contexto marcado por um forte controle por parte do governo, ainda lutando com as dificuldades de viver da própria pena, os letrados buscavam, no soberano e em figuras de expressividade política e social, um retorno financeiro e, sobretudo, prestígio social. O oferecimento de uma obra em homenagem, contendo as afirmações de humildade, fidelidade e vassalagem, visava indicar publicamente o merecimento de benesse por parte daquele que dedicava a obra. As dedicatórias foram utilizadas pelos letrados do Brasil joanino como elemento que os diferenciava dos demais, na tentativa de impulsionar suas trajetórias. Mais de uma centena de letrados utilizou-se dessa prática, voltando-se, especialmente, para o soberano D. João; alguns desses homens foram analisados no seguimento do presente capítulo, em uma tentativa de observar a importância das dedicatórias impressas para esses indivíduos ainda ligados ao Antigo Regime.

3.2. Antônio José de Lima Leitão e Bernardo Avelino Ferreira e Souza

O Cavaleiro da Ordem de Cristo Antônio José de Lima Leitão nasceu na cidade de Lagos, no Algarves, em 17 de Novembro de 1787, onde foi nomeado Cirurgião ajudante do Regimento de Infantaria – mesmo posto que exercia quando saiu de Portugal para a França em 1808. Quatro anos mais tarde, exercia a posição de Cirurgião Mor do Batalhão de Pioneiros do Grande Exército e Cirurgião Mor no Quartel Imperial de Napoleão, em 1813. Formado doutor em medicina pela Escola de Paris, voltou ao

²¹⁹ Lúcia Maria Bastos Pereira das Neves. “Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial (1808-1861)”. In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>; p. 1-11.

serviço português depois de concluída a paz com a França, viajando, em 1814, para a corte do Rio de Janeiro.²²⁰

Lima Leitão dedicou cinco obras, entre 1816 e 1819, oferecendo-as a pessoas variadas. A primeira foi *As cantatas de João Baptista Rousseau*, impressa em 1816, e dedicada a D. Anna Justina Correia da Silva, sua cunhada. No prefácio da tradução do original francês, o autor afirmava ter traduzido um dos primeiros poetas líricos do mundo e, o primeiro da França. Era um trabalho que lhe servia de divertimento nas horas vagas de sua profissão. No original em francês, os versos eram elegantes, unindo riqueza e variedade, um assunto que voltaria a abordar em sua tradução de Virgílio. Esta foi anunciada nesse prefácio, informando-se que sairia à luz em breve. Lima Leitão elogia veementemente os escritos de Rousseau, atribuindo significado a cada palavra sua e afirmando que sua tradução buscou escrever igual número de versos, a fim de reproduzir a beleza do original. Assegurava que traduzir versos era um trabalho distinto de traduzir prosa, pois implicava em um processo de criação. Esperava provar que a língua portuguesa era a mais bela das línguas vivas, servindo a todos os tipos de arte. Clamava que, se por falta de capacidade, não houvesse atingido seu propósito, que os leitores aceitassem, ao menos, sua boa vontade. A dedicatória vinha assinada com pseudônimo do autor:

À Senhora D. Anna Justina Correia da Silva, minha cunhada.

ODE

As margens võem do Nabão sereno
Em Lusa frase os deliciosos cantos,
Com que Rousseau nos penetrais da Glória
Zomba das Parcas

Dos corações perscrutador ditoso,
Raia fulgores, que penetram a alma;

²²⁰ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 1, p. 168.

E a alma ansiosa se requinta em gosto
Logo que a tocam.

Brilha a Virtude com as ingênuas Graças
Em cada idéia, que engenhoso solta:
Mui feliz eu, se rastejei ao menos
Voar de tal Cisne.

Mui feliz eu, se me risonha aceitas,
Cândida Anarda, estes ensaios débeis,
Que, atoado à pista de meus grandes Mestres,
Traço em meus ócios.

Toda embebida na moral paterna,
Sociais virtudes te fulgir nos feitos
Eu vi, eu vejo: este exíguo acolhe
Grato tributo.

Almiro Lacobrigense²²¹

No mesmo ano de 1816, a obra *Ifigênia*, mais uma tradução do autor, saiu dos prelos da Imprensa Régia, dedicada ao senhor Cipriano Ribeiro Freire, do Conselho de Sua Majestade, Presidente da Real Junta do Comércio, Enviado extraordinário à Corte de Londres, sócio da Academia Real das Ciências de Lisboa, da Sociedade Real e dos Antiquários de Londres, da Filosófica de Filadélfia²²²:

Ao de um tão digno Rei digno Ministro,
Que, só com amor do bem, mil bens espalha,
O Vate agradecido vota, ufano,
De Virtude um painel, vota Ifigênia,
Que Racine franqueou da Glória o Alcaçar.

Qual o Sol, ao erguer acesa a frente,
Mostra, no seu fulgor, do Eterno assomos;
Tal Freire em si mostrou, do Vate aos olhos,
Das Virtudes de João almos revérberos.
É glória bens dever às almas nobres:
E a Gratidão nos corações os grava,
Imagens, que apagar nem pode a Morte.²²³

²²¹ Antonio José de Lima Leitão. *As Cantatas de João Baptista Rousseau. Traduzidas em verso portuguez pelo D^r. Antonio ****, Médico da Escola de Paris, e Physico Mor da Capitania da Moçambique. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. s.n.p.

²²² Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 2, p.116.

²²³ Antonio José de Lima Leitão. *Iphigenia, tragédia de João Racine. Traduzida em verso portuguez, e offerecida como uma prova da mais sincera gratidão. Ao Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Cypriano Ribeiro Freire, do conselho de S.M. O Rey Nosso Senhor, seu ministro plenipotenciário em Londres, &c. &c. &c. Pelo dr. Antonio****. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1816. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. Vende-se na loja de Manoel Joaquim da Silva Porto, na rua da quitanda à esquina da de S. Pedro, por 800 rs. s.n.p

Uma vez mais o autor, no prefácio da obra, afirmava que se esforçou para expressar em português a beleza dos versos em sua língua original, defendendo o quão árduo era o trabalho de tradução, especialmente de uma obra de tal porte. Encerrava seu prefácio com as palavras: “Conto publicar em breve uma memória sobre a Ortografia Portuguesa, onde darei razão da que uso, a qual me parece havê-la eu sujeitado a regras simples, invariáveis, e poucas.”

A *Ode ao Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor Duque de Wellington* foi, igualmente, impressa no ano de 1816. Essa obra tecia seus elogios a partir de elementos clássicos, exaltando a figura audaz de Wellington, o famoso general britânico, vencedor das tropas francesas em Portugal e Espanha e, mais tarde, de Napoleão na batalha de Waterloo. Seus feitos ficariam gravados para sempre:

Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor

Amava Augusto, no meio de suas memorandas vitórias, de Horácio os poéticos brindes. Permita-se V.E., que eu, sem comparar-me ao imortal Venusino, tenha a honra de oferecer este a V.E., que com tanto primor se granjeou triunfos, que orçam com os do invicto Domador de Marco Antônio. Este monumento, Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor, ainda que débil, é sincero, desinteressado, e livre: nunca aformosearei ações mediócras com o atavio de portentos. Construído é ele de preciosa matéria; mas não por hábil artífice. A língua de Camões, desse Cantor, que tanto honra o Tejo, quanto Milton honra o Tamisa, é uma das mais belas, ou quiçá, a mais bela das línguas vivas; mas nos seus adejos cansa a minha Musa: supra pois o assunto os defeitos do canto.

Ganhado tem V.E., com as vencedoras demoras Fabianas, jus à veneração do Mundo, ao galardão da Rainha dos Mares, e à gratidão de Portugal, minha Pátria, que eu, ainda que fora dela, e todos os bons portugueses desejamos ver ornada com o brilho político, que nos dias da Lusa Glória influiu terror na Ásia, medo em África, e na Europa respeito, e admiração; brilho, digo, com que luz hoje no cume da Grandeza a famosa Inglaterra, de quem V.E. é uma das mais principais Colunas.

De V.E.

Paris,
em Agosto de 1814

Muito respeitoso servo
Antônio José de Lima Leitão²²⁴

²²⁴ Antonio Jose de Lima Leitão. *Ode ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Duque de Wellington, e da Victoria, Marechal General do Exercito Portuguez, General em Chefe dos Exercitos Britannicos, &c &c Tributo devido á prudencia, e valor com que preencheu as previdentes intenções do seu governo, e guiou ao campo da honra as Tropas Portuguezas*. Oferecido pelo Doutor Antonio ***, Médico da Escola de Paris. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. s.n.p.

A obra exaltava, ainda, Grã-Bretanha e Portugal, bem como a coragem e supremacia de D. João diante dos inimigos franceses:

Como do dorso enorme
De Adamastor infausto
As ondas, (que a vingar Leonor acorrem,
E os míseros filhinhos)
Com fragor se despenham,
E, vencidas, na queda se desfazem;
Assim vi rodar Galos repelidos
Do cimo do árduo monte
Pela Anglicas mãos, por mãos dos Lusos. (...)

É Wellington, Leão embravecido,
Que arremete, dispersa, talha, prostra
As águias, que noutra hora
Do Tejo aos antros da Ursa, vencedoras
Leis deram onerosas.
Como inúmeros Grous quando troveja,
Pelas fragas da Trácia vem de rodo
Golpeados do granizo, e incertos vagam;
Assim de Gália as turmas,
Trovejadas do Herói rápidas fogem (...)

Tu, do Eterno alma prole,
Paz, enlevo dos homens,
Que a santa origem desmentir não ousam;
Algema no Orco a Guerra,
Fecha-lhe a fuma hedionda,
Com ferrenho alçapão irremovível;
E adita Elísia, a vida a João endeusa,
Que dos Reis mais preclaros
Tem o melhor, um coração benigno.²²⁵

Encerrava seu texto, afirmando que a ode fora impressa, há mais de um ano, em Paris, onde Lord Wellington o honrou aceitando seu oferecimento. Findos os poucos exemplares impressos pelo autor, o mesmo mandou reimprimi-los no Brasil, desejando conceder mais publicidade ao que julgava ser, apesar de débil, um monumento verdadeiramente nacional. No mesmo ano de 1816, assumiu o cargo de Físico Mor da Capitania de Moçambique.²²⁶

Três anos mais tarde, em 1819, saiu à luz o segundo tomo da obra *Monumento à elevação da colônia do Brasil a reino, e ao estabelecimento do tríplice Império-Luso*,

²²⁵ Antonio Jose de Lima Leitão. *Ode ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Duque de Wellington...*, p. 8-15.

²²⁶ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 1, p. 168.

tradução de Virgílio. A referida obra foi publicada em três tomos: o primeiro de 1818 foi dedicado a José Maria de Brito; o segundo de 1819, a D. João, e o terceiro tomo, também de 1819, não foi oferecido em homenagem. O tomo I trazia a reprodução de Alvará concedendo a Lima Leitão o privilégio exclusivo de tradução das obras de Virgílio e a promessa da tradução da *Eneida* integralmente, o que não chegou a se concretizar. O volume dedicado a D. João contém os seis primeiros cantos da *Eneida*, iniciando-se com a homenagem:

Senhor

Com o Beneplácito de VOSSA MAJESTADE tenho a honra de pôr aos Pés do Trono a minha Tradução da Eneida, Poema, com que Roma brindou os séculos futuros, comunicando-lhes assim com impulsão perene a sua Heroicidade na Moral privada, e pública.

A Posteridade, que nem aos Reis perdoa, apontará em VOSSA MAJESTADE um nunca visto número de pontos de contato Morais, e Políticos com o Herói desta Epopéia, o qual lançou os cimentos a mais primorosa Nação do Globo, e que em filial piedade, e em Reais virtudes passará sempre por modelo. Eis o maior título por que a VOSSA MAJESTADE é devido este débil tributo da gratidão, com que me glorio de ser

SENHOR
DE VOSSA MAJESTADE

Muito fiel, e respeitoso vassalo
Antônio José de Lima Leitão²²⁷

O autor fez questão de explicar ainda que o original que consultara em Londres, manuscrito, estava dedicado à deusa Vênus. A obra publicada, em 1819, no Brasil trouxe a reprodução dessa dedicatória, no original em latim, e sua tradução em português.

Dedicatória da Eneida
A Vênus

Vênus, que habitas os jardins da Idália,
Se eu findo a minha empresa;
Tu, e Enéias, teu filho, em alto canto
Serão prazer de Roma.

²²⁷ Antonio Jose de Lima Leitão. *Monumento à elevação da colonia do Brazil a Reino, e ao Estabelecimento do Tríplice Imperio Luso. As obras de Publio Virgilio Maro, traduzidas em verso portuguez, e annotadas pelo Doutor Antonio ****, Cavaleiro da Ordem de Christo, Doutor em Medicina pela Escola de Paris, e Physico Mór da Capitania de Moçambique. T. II. Contendo os seis primeiros cantos da Eneida. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. 1819. s.n.p.

De incenso, puras mãos, painéis, grinaldas
Não ornarei teus templos:
Carneiro humilde, corpulento touro
Hão de tingir com sangue
Tuas sagradas recendentes piras;
Dar-te-ei vivo num mármore,
Pintando o coldre, e as asas furta-cores,
O amor, delícias tuas.
Vem, Citerca; chama-te do Olímpio
O teu Augusto, e Roma.²²⁸

Em 1819, foi nomeado Intendente de Agricultura nos Estados da Índia e três anos depois, Deputado às Cortes Ordinárias pelo Estado de Gôa e, posteriormente, pelo Reino de Algarves. Continuou recebendo cargos e benesses ao longo de sua vida; em 1825, assumiu a posição de Lente da Cadeira de Clínica Médica da Escola Cirúrgica do Hospital de S. José de Lisboa; entre os anos de 1844 e 1846, foi Presidente do Conselho de Saúde Pública. Foi membro da Sociedade das Ciências Médicas de Lisboa e de diversas Academias Científicas e Literárias em países como Portugal, Brasil, França e Espanha. Publicou cerca de 45 obras – incluindo as da Imprensa Régia do Rio de Janeiro – divididas entre os temas medicina, política e poesia; impressas em diferentes tipografias, especialmente, na Imprensa Régia de Lisboa. Um livro publicado em Gôa, no ano de 1821, por Miguel Vicente de Abreu, o descreveu, nos tempos mais antigos, como uma pessoa movida pela ambição, e que praticou atos censuráveis. Faleceu em Lisboa no dia 8 de Novembro de 1856.²²⁹ Independente de sua orientação moral, utilizou-se das dedicatórias para se destacar, objetivo que parece ter sido atingido.

Bernardo Avelino Ferreira e Souza ofereceu nove obras saídas à luz na Imprensa Régia, em geral, voltadas aos membros da Família Real. A primeira obra, contendo uma dedicatória, foi *Congratulação*²³⁰, publicada em 1809. Dedicada a D. João e à pátria, infelizmente, não foi possível encontrar nenhum exemplar. A

²²⁸ Antonio Jose de Lima Leitão. *Monumento à elevação da colonia do Brazil a Reino...*, p XIII.

²²⁹ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 1, p. 168-172; V. 8, p. 203-205.

²³⁰ Bernardo Avelino Ferreira e Souza. *Congratulação, que ao principe, e á patria dedica Bernardo ****. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

*Bibliografia da Impressão Régia*²³¹ também não localizou a publicação para exame, apenas citando-a.

Algumas dúvidas cercam a origem de Bernardo Avelino. Para Sacramento Blake, era natural da província do Rio Grande do Sul, onde teria sido assassinado por volta de 1823. Para Inocêncio Francisco da Silva, parecia ser de Lisboa.²³² Nascido em 1780, exerceu, na cidade do Rio de Janeiro, o cargo de Oficial da Secretaria da Intendência Geral da Polícia até, pelo menos, 1818. Foi transferido para um emprego na referida província, onde atuou por pouco tempo. Em seus escritos, pode-se perceber que era poeta satírico e mordaz, provocando muitos desafetos, motivo pelo qual se especulou que tenha sido assassinado. Sua “musa ferina” não poupava ninguém, sendo, porém, dotado de alma extremamente caridosa. Seu espírito beneficente pode ser percebido nas obras que imprimiu em favor de outrem, como *À Sua Alteza real*, em benefício do Montepio Literário; ou *Versos*, para benfeitoria dos Expostos da Real Casa da Santa Misericórdia.²³³

Em 1813, *Rimas* foi oferecida aos amigos do autor, dividindo as homenagens entre diversas pessoas:

DEDICATÓRIA

Destarte, abrindo o Gênio o seu tesouro, Outrora n’alta Grécia, e
n’alta Roma, Pagava em metro o que devia em ouro.

Boc. Son. Tom. IV

Do alvergue, onde oprimida se acantoa,
Sujeita às vexações, curva aos desastres,
Onde soe aninhar-se, onde carpir-se
Da mísera orfandade a aflita Musa,
Ora saudosa dos fagueiros dias,
Que no estado infantil brilharam nela,
Estática de pena olhando outrora

²³¹ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993, V.1, p.19.

²³² Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 1, p. 408. Inocêncio Francisco da Silva. *Diccionario...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V.1, p. 371

²³³ Inocêncio Francisco da Silva. *Diccionario* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V.1 p. 37; V. 8 p. 390. Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 1, p. 408-409.

Memórias divinais da amável Tirse,
Que, ainda quando em horas denegridas
Se retrassam na idéia, iludem, prestam
Momentâneo prazer; à semelhança
Do lúbrico fuzil, que a furto amostra
Ao lasso viajero a estrada incerta,
E em pronto deixa aos olhos assombrados
A mesma indecisão, o horror antigo;
Do triste alvergue, aonde avessos males
Os quadros enferrujam, que soubera
Dourar esperançosa a fantasia,
O Gênio, despregando as débeis plumas,
Demanda os pios Lares, em que houveram
Seguro valha-couto os ais cansados:
Grato contempla os rostos compassivos,
Que o pranto amargo não lhe viram secos,
E as dadivosas mãos, que aligeiraram
O peso enorme de terríveis Fados,
Tão agros, tão cruéis, quase noutra idade
Curtira o Vate, que de um golpe (ai triste!)
Perdeu curvado à lei, perdendo Roma,
Esposa, Filha, Amigos, Pátria, tudo.

Bem hajas, veneranda Humanidade!
No Século de crimes (Quadra horrenda!)
Em que o mérito é sonho, e o Dom sagrado,
O dialeto dos Numes, serve apenas
De tédio, mofa, menoscabo, inveja
(Se mais que inerte haver invejar pode)
Ao estúpido Ávaro, a quem Natura
Só dera de Homem a ambição, e a forma;
No Século infeliz, em que parece
Que (inválidas talvez, talvez cansadas
Tuas mãos de suster o Cetro augusto,
Que da Razão brilhante receberas,
Mal que do primeiro Sol dourara os cumes
De erguidos serros, de que a Cíntia Deusa
Polir soube o cristal das ondas vastas)
Das que o seco Egoísmo hoje te esbulhe
Da primeva extensão de teus Domínios;
Quando parece que isolada existes,
Ou que é em nome só tua existência,
Inda restam no Mundo amáveis Entes,
Que, ao olvido arrancado os teus ditames,
Ante os Altares teu ingênuo incenso
Aos astros mandem, que, abraçando o escudo,
Da Sorte à fúria o Desditoso asilem.,
E dêem novo sabor à vida insossa
Dos Tristes, a que um bem fora o perdê-la.
Ah! que entre as sombras da ferrenha Idade
Assomam, lustram Gênios benfazejos,
Cópias de um Nume, ou Numes eles mesmos,
Quais os que à Musa dissonora, e rouca
(Ou porque à Lira os almos sons não casa,
Ou porque os males lhos espantam feros)
Prestante esteio, provida guarida
Outorgam pios, benfeitores, grandes.
A estes voa grata, e só com estes
Divide os frutos de mesquinho Gênio,
Que no estranho País, curvado, e opresso,

Anelando medrar, definha, e morre
Da servil Dependência as mãos mirradas:
A estes, consagrando a pura oferenda
De eterna Gratidão, Belmiro espera
Benigno acolhimento ao metro insulso;
Nem é crível que os versos lhe desdenhe
Quem suspiros lhe teve em tanto cabo.²³⁴

Em seguida à dedicatória, segue-se um pequeno texto destinado ao leitor, em que Bernardo Avelino avisava que, apesar de sua timidez, resolveu publicar os seus versos, que não mereciam cair em esquecimento, pedindo, ainda, desculpas por seu pouco talento. Comentava sobre a poesia portuguesa, que sofria, entre outros males, da falta de gosto, e que, por esse motivo, não implorava desculpas ao leitor, mas solicitava que este não fosse por demais rigoroso com a obra que lhe apresentava. No final, encontrava-se uma lista dos subscritores da publicação.

Algumas das poesias compiladas nessa obra encontravam-se em português, outras em latim, e, ainda outras mesclavam os dois idiomas. Cada poesia dirigia-se a um homenageado e, em alguns casos, não tinha seu destinatário identificado. Foram agraciados: Joaquim Veríssimo Jardim; Manuel Maria Barbosa du Bocage; o público do Teatro do Rio de Janeiro; D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho; o infante D. Sebastião – por ocasião de seu nascimento; D. João, Rodrigo José Ferreira Lobo, e à D. Marianna Antônia Pimentel Maldonado (“em aplauso” às suas homenagens ao Príncipe Regente). Foi a esta última senhora que ofereceu, por intermédio do autor, um soneto pelo aniversário de D. João. O soneto escrito por de Bernardo Avelino foi dedicado por D. Marianna ao regente:

Aos anos de S.A.R. o Príncipe Regente Nosso Senhor

Soneto

Salve, ó Dia feliz, que o sacro Jove

²³⁴ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *Rimas de Bernardo ****, oferecidas aos seus amigos. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço, p. III-VI.

De mil virtudes tem abrilhantado,
Salve, Dia imortal, dos Céus mandado;
Tua existência nosso bem promove

À voz poderosa, que os destinos move,
Foste do negro caos arrancado,
Para esmalte de Lísia a ti foi dado
Fazer que a idade de ouro se renove
Aquele a quem doaste o ser soberano,
JOÃO, por quem a glória em nós revive,
Dá novo lustre ao Trono Lusitano.

De vê-lo embora a Sorte hoje nos prive:
Que um Príncipe, qual Ele, justo, e humano
Impera em corações, e neles vive.

Da Senhora D. Marianna Antônia Pimentel Maldonado²³⁵

Por ocasião do casamento do príncipe D. Pedro, Bernardo Avelino compôs o *Elogio dramático em aplauso dos faustíssimos anos da sereníssima princesa real a senhora D. Carolina Josefa Leopoldina*. Essa obra não contou com uma dedicatória, ou mesmo, com um elogio inicial, como no caso de muitas orações e sermões. Escrita para ser representada em ato único, continha louvores e enaltecimentos a D. João, a D. Pedro, a membros da Casa de Bragança e à própria princesa D. Leopoldina, ao longo do desenvolvimento de seu conteúdo. Destacam-se os versos:

E o prazer, que em minha alma cabe apenas,
Mais tempo abafarei dentro em minha alma?
Eu, que à causa menor que ao Semi-Divo,
Meu Ídolo, ou meu Rei lisonje, agrade,
Os Votos duplicando, acato, exulto?
No Dia, que a meu prol, a prol de todos,
Que ao Cetro de JOÃO gozam curvar-se
Nas Casas duas, onde Febo ardente
Solta, ou mergulha os fervidos Etontes,
Marcar aprouve à prisca Eternidade
Com pena diamantina em folhas de outro,
No jubilo geral serei tranqüila?
Espectadora muda, sem que mande,
Sem que faça trepar de Jove ao Trono,
Por entre nuvens de enrolado incenso,
Os sentimentos meus, as preces minhas,
Ao fim de que viceje, e cresça, e pule
O TRONCO BRAGANTINO, onde exortados
Vingam os Ramos d'outros Régios Troncos,
Em que chovem do Empírio orvalho, e bênçãos?
Mimosa Gratidão, que em tuas Aras
Tens há mais d'Evos três vistos constantes

²³⁵ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *Rimas...*, p. 84.

(Depois que um Rei Feliz* me fez ditosa,
Qual o Facho Febeo, que manda aos Mares
Seu dourado esplendor do Etéreo Carro)
Meus puros holocaustos; ah! conduze
Meus passos vigilantes: de teus lábios
Solta, ó Deidade, os ínclitos preceitos;
Que as Leis te aguarda o peito em alvoroço,
E pende a execução do teu mandado. (...)

Não sem causa baixei do exímio Alcaçar,
Donde, a meu custo, me destaco à terra,
Prevendo oh aflição! (mau grado aos Tempos)
Que de tantos Mortais, tão sós, tão poucos
Abrem a meu clamor as portas d'alma;
Que o tímido Egoísmo, e a Sócia dele,
A torpe Ingratidão, fervendo os crimes,
Dos primevos Domínios me esbulharam;
Não sem causa baixei, tal qual precisa
Uma Deidade, porque baixe à Terra;
Mas cumpre não deixar interesses próprios,
E a Causa de JOÃO interessa aos Numes.
Hoje que o Filho Seu, e Herdeiro, e Mimo
Pequeno o Coração acha aos prazeres
(Só por motivo tal fora pequeno
O Coração de um NETO do Alto Afonso)
Que lhe despontam com o Dia Excelso
Do Preclaro NATAL da Excelsa ESPOSA;
Condigno Enlevo Seu em cujo rosto
Disputam graças Majestoso, e Belo:
Hoje corro a avivar teus sentimentos,
Venho do néctar meu ungir teus lábios.
É geral meu afago, mas com tudo
Não seu que força oculta me desvela,
Porque dele mais glória caiba aos Lusos. (...)

À PRINCESA Imortal, que a Lusa História
Encherá de Virtudes, que mitiguem
Saudades das SOPHIAS, das MARIANNAS,
Como ELA Prole Augusta dos RODOLFOS,
De Reis Lusos também dignas como ELA.
A Jove apraza de aceitar meus votos,
Que o fido Coração entrega aos lábios!
Ah! se eu pudesse, dissipando a névoa
Do intrincado Porvir, saber que Sorte
Reserva a Tais Esposos Seu Destino,
Que eles merecem d'ouro...²³⁶

* “Com este epíteto era designado o Senhor Rei D. Manoel” [nota do autor]

²³⁶ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *Elogio dramático, em applauso dos faustíssimos annos da Serenissima Princeza Real a Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina, Augusta Esposa do Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe Real do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Recitado no Real Theatro de S. João do Rio de Janeiro, e composto por Bernardo ****. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença de Sua Magestade, p. 6-11.

A América, a Gratidão e o Fado constituíam-se em personagens do elogio dramático. Além dos louvores diretos, o diálogo desenvolveu-se com a Gratidão, cobrando da América o reconhecimento por tudo que recebeu dos monarcas portugueses. Esta por sua vez respondia que não era capaz de agradecer o suficiente, por falta de palavras e meios, mas enumerava todos os benefícios que julgava ter recebido, louvando os monarcas portugueses de tempos anteriores a D. João. A Gratidão afirmava que o povo não poderia estar mais feliz com a chegada de D. Leopoldina e demonstrava seu entusiasmo, dando profusões de vivas. A América, por sua vez, expressou os desejos de uma próspera e afortunada aliança entre os noivos. O Fado entrava em cena para elogiar o recém formado casal, desejando que a união entre Portugal e Áustria fosse próspera e que o casamento fosse repleto de amor e bênçãos. Por fim, todos se apresentavam submissos às Majestades e Altezas, encerrando o elogio com a apresentação do retrato de D. João VI.

Uma das obras mais conhecidas do autor é *Relação dos festejos*, realizados na aclamação de D. João, no ano de 1818. Quando de sua publicação, o autor já ocupava o cargo de Oficial Supranumerário da Secretaria da Intendência Geral da Polícia. Não possui uma dedicatória, em sua forma tradicional; é a primeira parte da obra que parece exercer essa função. A obra oferecida a D. João descrevia todas as homenagens oferecidas pela população, quando da chegada da Família Real ao Rio de Janeiro, em 1808. Começa com a epígrafe: “Em presença Tens honras sazoadas: / Altares a TEU NOME consagrados: / Que de coisas por vir, nem das passadas / Nenhuma há de igualar-TE confessamos”. Em seguida, descrevia as iluminações colocadas nas frentes das casas e das janelas, bem como as decorações elaboradas nas ruas para que o ambiente se tornasse mais aprazível e não restasse dúvida da satisfação do povo em acolher a Corte:

À iluminação, com que o Senado da Câmara assinalou o seu regozijo, figurava um majestoso Templo consagrado a *Minerva*, no centro do qual estava a estatua desta Deusa, abrigando com a *Égide* o Busto de Sua Majestade, e no teto escrita com grandes caracteres esta Cifra - J. VI. - O Templo era superior a uma grande escada com dois pedestais, sobre que apareciam as Figuras da *Historia*, a *Poesia*. Doze colunas da Ordem Dórica sustentavam este elegante artefato, que tinha oitenta palmos de alto, e duzentos e noventa de fachada, e mostrava no friso da cimalha esta legenda:

A ELREI O SENADO, E O POVO.

A Junta do Comércio iluminou um grande arco triunfal de 60 palmos de alto, e 70 de largo, que sobressaía às colunas, que de um, e de outro lado o acompanhavam, tendo em seus capitéis a Cifra - J. VI. - e, sendo enlaçadas por grinaldas prezas aos pedestais, que eram base dos mastros, de que pendia a Bandeira do Reino Unido. Cada face do arco continha quatro colunas da ordem Coríntia, e entre estas as estatuas de *Minerva*, e *Ceres*. Ao lado direito a imposta, e a cimalha se representava em baixo relevo SUA MAJESTADE na ocasião de desembarcar; a *Cidade do Rio de Janeiro* entregando-Lhe as chaves, e sustentada pela *América*, e mais Capitânias; e á esquerda o Mesmo Augusto MONARCA, acolhendo as homenagens das Artes, e Comércio. Na cimalha do meio se mostravam os Rios *Tejo*, e *Janeiro* com Armas do Reino Unido, sustentadas em uma Coroa, e o friso esta Inscrição:

AO LIBERTADOR DO COMÉRCIO

O risco deste monumento é de Mr. Granjean de Montigny, e a pintura de Mr. Debret, Artistas Pensionados de SUA MAJESTADE.

No meio do Terreiro do Paço erguia-se uma altíssima Pirâmide, toda com Profusão de Luzes dispostas na melhor ordem.

Na Rua Direita o Tenente Coronel *Antonio José da Costa Braga* apresentava uma iluminação arranjada com delicado gosto, e na qual havia três Quadros compostos desta maneira. No centro estava o Retrato d'ELREI N. S. da Coroa, e Manto Real, três Gênios com uma facha, em que se lia: - Non plus, - a Figura da Cidade de *Braga*, oferecendo um Coração a SUA MAJESTADE, e este letreiro em semi-círculo:

BRACARA AUGUSTA

A este Quadro estavam sotopostos os seguintes versos:

*Fiel Bracara Augusta ao Seu Senhor
Oferta o coração, e um puro amor,
Os seus antigos votos renovando,
Que dos Séculos alem irão durando*

E mais abaixo:

*JOANNES SEXTUS Rex nobis venit ab alto:
Semper honos, nomen que tuum, laudes que manebunt*

Á direita estava o escudo das Armas Portuguesas, debaixo destas sentados Marte, e a Fama, e seguiam-se estes versos:

*O Tejo, o Amazonas, e Guadiana,
Cingindo a Régia Coroa Lusitana
Ao Heróico, e Piedoso João Sexto.
Fazem votos ao Céu de leais serem,
Em quanto os Rio para o mar correrem*

Seguiam-se estes:

*Eles alçam as frentes majestosas
E, pondo as mãos nas urnas preciosas
Ao Rei juram constante, e puro amor,
Soltando todos três vivas jocundos,
Que transportam de gosto ambos os Mundos.*

E depois:

*Debaixo de um tal REI que imenso Império
Se verá florescer neste Hemisfério!*

Havia na porta da Alfândega uma Iluminação, tendo do lado do Paço um Quadro com três coroas circulando estas letras - J. VI. - e por baixo delas escrito:

GLÓRIA DOS REINOS-UNIDOS DE PORTUGAL,
BRASIL, E ALGARVES.

Estavam na frente às Armas dos três Reinos n'outro Quadro, em que se lia:

O MELHOR DOS SOBERANOS

(...) Dois dos magníficos arcos triunfais, eretos para receber a Sereníssima Senhora PRINCESA REAL, achavam-se também iluminados, recomendando-se o da rua do Sabão por sua altura, e profusão de luzes, e a dos Pescadores pelo bom gosto, e riqueza, que respirava. Foi este iluminado tão somente a expensas dos Negociantes *Joaquim José Pereira de Faro*, e *Francisco Pereira de Mesquita*, e o primeiro por varias pessoas do Comércio, debaixo da direção de *Francisco Pinheiro Guimarães*, e *Francisco José Guimarães*. Era do risco de Luiz Xavier Pereira, Maquinista do Real Teatro de S. João; tinha 40 palmos de largo, e 80 de alto, sustido sobre oito colunas da ordem Coríntia, entre as quais apareciam figuradas as quatro partes do Mundo; e por cima avarandado, e com três pedestais, em que haviam outras tantas figuras; a saber, a *Fama*, a *União*, e a *Gloria*. Para o da rua dos Pescadores deu o risco *Mr. de Montigny*. O arco sustinha-se sobre oito colunas da ordem Dórica Romana, de 26 palmos de altura, sendo a geral deste monumento de 50, e a largura a de todo o espaço da rua. Em ambos se inverteram os emblemas, acomodando-os ao novo OBJETO; e do último, de que tratamos, pendiam entre as colunas seis medalhões cobertos de seda azul com estas letras douradas - D. J. VI. -, e cruzava-o esta legenda:

AO VI., AO GRANDE, AO IMORTAL JOÃO

(...) Assim testemunhou o Povo do Rio de Janeiro a unanimidade dos seus leais sentimentos para com o mais QUERIDO dos Soberanos. Todo o Vassalo fiel se regozije ao ver este procedimento, e

* Vós PRÍNCIPE Prestante,
* Devíeis olhá-lo com sereno aspecto,
* Como padrão constante
* Da fé, da gratidão, do terno afeto
* De um povo, a quem amais, que Vos adora.²³⁷

²³⁷ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *Relação dos festejos, que a feliz aclamação do Muito Alto, Muito Poderoso, e Fidelissimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves. Na noite do Indelevel, e Faustissimo dia 6 de fevereiro, e nas duas subsequentes, com tanta cordialidade, como respeito votarão os Habitantes do Rio de Janeiro; seguida das Poesias dedicadas ao mesmo*

Ao fim dessa primeira parte foram compiladas as homenagens e odes direcionadas à aclamação do soberano: *À feliz aclamação do muito Alto e Poderoso Rei o Senhor D. João VI; Por ocasião da Faustíssima aclamação d'ELREI Nosso Senhor; e Canto épico a Aclamação Faustíssima do muito alto, e muito poderoso Senhor D. João VI. O liberalíssimo Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, composto, e oferecido em suas reais mãos por seu vassalo fiel Estanislau Vieira Cardoso. Segundo Escriurário do Banco do Brasil, e Secretario do 1º Regimento de Cavalaria de Milícias da Corte*. Eram elogios ao caráter do soberano, aos seus feitos políticos e ao fato de ter escolhido o Brasil para lugar de sua aclamação, e por conseguinte, para sede do Império luso-brasileiro.

Três anos mais tarde, os elogios de Bernardo Avelino tomam um novo rumo, em direção ao príncipe D. Pedro. *À Sua Alteza Real* era uma compilação de 12 sonetos, denominados pelo próprio autor como “Coleção de versos constitucionais”. A obra trazia ainda uma advertência, em que constava a informação de que não seriam reimpressos os sonetos recitados no Teatro Nacional, nos dias 26, 27 e 28 de fevereiro, “por serem propriedade dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia, a benefício dos quais se acham à venda por 160 rs. na Loja do Tesoureiro do mesmo José Lopes Coelho Coutinho”. A dedicatória encontrava-se, no início:

Senhor

Não obstante as minhas Poesias Constitucionais, ou já particularmente repetidas, ou recitadas no Teatro Nacional por ocasião de seus Augustos Motivos, haverem dos ilustrados Cidadãos Fluminenses conseguido um acolhimento benéfico, e geral, como sempre atribuí esta fortuna ao entusiasmo do objeto, e nenhumentemente à beleza dos Versos; a maior parte destes persistia inédita, e assim permanecera, se a Bondade de V.A.R., não se limitando a lhes Prestar um gasalhado honroso, deixasse de elevar-se a ponto de Ordenar-me fizesse imprimi-los.

Continuando porém no pressuposto de que o resultado pecuniário destes insignificantes trabalhos não reverta em minha utilidade, mas sim a

*Venerando Objecto, collegidas por Bernardo ***, Official Supranumerario da Secretaria da Intendencia Geral da Policia, e dada ao Prelo, e gratuitamente distribuida pela mesma Intendencia, a fim de perpetuar a Memoria do Plauzivel Successo, de que mais se glorião os Fastos Portuguezes.* Rio de Janeiro: Typographia Real, 1818. Por Ordem de Sua Magestade, p. 3-15.

prol de algum Estabelecimento filantrópico, eu me lembrei de fazer a Impressão a favor do Montepio Literário desta Corte, menos com o fito de avultar o seu nascente Cofre com tão limitado produto, do que de talvez promover destarte a lembrança de socorrer-se, e aumentar-se este Manancial de benefícios, que na frase de Xenofonte, são troféus, que se levantam sobre os corações dos Homens.

Digne-se V.A.R., Permitindo, como PRÍNCIPE conhecidamente Constitucional, que Seu Augusto Nome decore a frente desta Coleção, aceitar na sua oferta um testemunho fiel, e irrefragável da mais alta, e respeitosa consideração, com que tenho a honra de ser

Senhor
De V.A.R.
O mais humilde súdito
Bernardo Avelino Ferreira e Souza²³⁸

A coleção de sonetos, todos iniciados por citações de outros autores, começava com um agradecimento à nova constituição:

Ao dia 5 de Junho, em que foram juradas as Bases da CONSTITUIÇÃO

SONETO

Quão doce é o louvor , e a justa glória
Dos próprios feitos quando são soado!
Cam. Cant. V Est. XCII

Brasil, exulta, ó Plaga fortunosa
Pois que em teus Serros alaistrados de ouro
Os frutos vingam, que no Tejo, e Douro
Dignos brotara a Terra mui briosa!

Se o bom Cabral em Época faustosa
Previsse tempo de tão fausto agouro,
Mais veloz demandara o Surgidouro,
Onde o bem trata a Gente gasalhosa!

Some-se a treva ao brilho da Verdade;
Alteia a Pátria o grito seu jocundo,
E estreita-se geral Fraternidade:

Louvores ao REGENTE sem segundo!
Graças aos Campeões da Liberdade!
Parabéns ao Brasil, a Lísia, ao Mundo!²³⁹

²³⁸ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *A Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara Principe Real do Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarves; e Regente do Brasil. Em demonstração do mais profundo respeito a presente colleção de versos constitucionaes Impressos a Beneficio do Monte-Pio Litterario desta Corte. O.C. Seu mui agradecido, e reverente subdito. Bernardo ***.* Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1821. s.n.p.

²³⁹ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *A Sua Alteza Real...*, p. 5.

Os demais sonetos dirigiam-se à Rainha Constitucional D. Carlota Joaquina; ao Príncipe Constitucional D. Pedro; à Princesa D. Maria Leopoldina; aos Príncipes da Beira; aos representantes da nação portuguesa; à união da tropa portuguesa de ambos os hemisférios; e à cidade do Porto. Também figuravam na coleção as poesias intituladas *No dia 7 de Junho, tomando posse a Excelentíssima Junta Provisória*; *À primeira Sessão da Excelentíssima Junta Provisória, no dia 2º de Julho*; e *No dia 24 de Agosto, Feliz Aniversário da Nossa Regência Política*. Um dos primeiros sonetos voltava sua atenção para D. João:

À S. MAJESTADE O Senhor D. JOÃO VI, REI CONTITUCIONAL
do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves,
Havendo jurado a Constituição no Memorável dia 26 de Fevereiro

SONETO

Boníssimo João, mais Pai da Pátria
Que Brutos, ou que Augustos, ou Trajanos!
Sá de Miranda a El Rei D. João III

Ao socorro da acesa Fantasia,
Entrando afoito os Pórticos da Glória,
Folheio o Livro da Imortal Memória,
Que os Fastos dos Reis Lusos descrevia.

Tuas Leis, Fundador da Monarquia,
Tornavam d'ouro as páginas da História
Do primeiro João era notória
A fortuna que aos Povos concedia:

O Quarto revocou a Liberdade
Dos Foros mal sustidos, que soubera
Ceder-me ao braço, vastadora Idade!

E ao SEXTO, que de novo a concedera,
Gravou esta Inscrição fiel Verdade:
Mais glória não pertence à Humana esfera.²⁴⁰

Ao fim da coleção de poemas, observa-se ainda a presença da obra anexa *Elogio que ao mais que nunca fausto aniversário de S.A.R. o Sereníssimo Senhor D. Pedro de Alcântara Príncipe do Brasil*; *O. mui cordial, e respeitosamente o seu mais humilde respeitoso súdito Bernardo Avelino Ferreira e Souza*, em que se encontravam presentes

²⁴⁰ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *A Sua Alteza...*, p. 8.

os enaltecimentos a D. Pedro, afirmando que o céu enviou ao Brasil o melhor príncipe do mundo, seu anjo, e pedindo que vivesse, por muitos anos, agradecendo-o novamente pela concessão da constituição portuguesa.

O *Soneto recitado no Real Teatro de S. João por Bernardo Avelino Ferreira e Souza no dia 5 de junho de 1821* foi publicado no mesmo ano. A *Bibliografia da Impressão Régia*²⁴¹ cita-o sem tê-lo visto e, igualmente, não foi possível localizá-lo. *Versos*²⁴² foi a última obra do autor datada de 1821, que visava homenagear o juramento da Constituição por D. João. Composta por uma glosa, 2 sonetos e 3 quadras, direcionava seus elogios ao soberano D. João e ao príncipe D. Pedro. Ainda no mesmo ano, Bernardo Avelino enviou requerimento ao Ministério do Império escolhendo o local em que professaria a fé da Ordem de Cristo, com que havia sido agraciado. Realizou durante o governo de D. Pedro algumas requisições, que em maioria lhe foram concedidas²⁴³. Sua gratidão seria expressada em mais uma obra, no ano seguinte.

Em 1822, Bernardo Avelino mandou imprimir *À fidelidade do Brasil*. Constituiu-se de um diálogo entre a Fidelidade, a Calúnia, o Nume Tutelar do Brasil e a Constituição. Nele eram enaltecidas as características físicas do Brasil, bem como sua beleza natural. A Calúnia buscava jogar o Brasil contra Portugal e diminuí-lo, mas a Fidelidade e o Nume refutavam suas falsidades, afirmando o valor do Brasil. A Constituição entrou em cena para calar a Calúnia e por fim ao despotismo. No encerramento do diálogo, Fidelidade, Nume Tutelar do Brasil e Constituição afirmavam que o governo estava em boas mãos, agradecendo, ainda, a D. Leopoldina pelos novos príncipes e reverenciando, também, a D. João e a D. Pedro.

²⁴¹ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...* V.1, p. 323.

²⁴² Bernardo Avellino Ferreira e Souza. *Versos, que pelo faustíssimo acontecimento do maravilhoso dia 26 de fevereiro. Recitou no Real Theatro de S. João desta Corte, e imprime a Benefício dos Expostos da Real Caza da Santa Mizericórdia Bernardo ****. Rio de Janeiro: Typographia Regia, 1821. Com Licença.

²⁴³ Bernardo Avellino Ferreira e Souza. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para fazer profissão de fé da Ordem do Cristo na Real Capela do Monte do Carmo da Corte e readmissão à secretaria da Intendência Geral de Polícia e ser nomeado oficial de primeira das secretarias de Estado. [S.l.], 1821-1826.

3.3. D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho e Fr. Francisco de Sampaio

D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho era filho natural de D. José Gonçalo da Câmara, governador do reino de Angola. Nascido a 10 de Dezembro de 1772, entrou, aos 19 anos, no serviço da Armada Real como aspirante à guarda-marinha, apesar de ter mais três anos do que a idade requerida para a função e de não satisfazer os exames preparatórios exigidos.²⁴⁴

A primeira obra oferecida por D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho foi *Parabéns ao Príncipe Regente Nosso Senhor, e a pátria, pelos presságios felizes da restauração de Portugal*, no ano de 1808. O autor, então 1º Tenente da Real Armada, publicou ainda mais quatro obras dedicadas, em sua maioria para D. João. Como muitas obras saídas dos prelos da Imprensa Régia, aquela era uma publicação integralmente elogiosa. Não há delimitação precisa do espaço da dedicatória; os louvores permeiam a totalidade do texto do livro, que abordou desde as conquistas portuguesas na América até as ameaças napoleônicas. D. João era descrito como herói que se salvou das guerras na Europa e o povo português, como bravo e impetuoso:

Pátria assombrosa, que me deste o Berço,
Oh vasta fundação do Grego []rante,
Desse que às brônzeas cúpulas de Tróia
Deu morte em cinzas, deu Sepulcro em Campos,
Pátria minha, oh rival de Grécia, e Roma,
Mãe dos Luzeiros, que nos Céus vagueiam,
Erguendo os ombros torreada a fronte
Da que eu me atreva mentalmente a ver-te;
E se entrando no mar, a terra acabas,
E ao mar, e à terra tuas leis se alongam,
Colhendo os feudos, que de jus te rendem.
Acolhe a oferenda filial, votiva,
Que um peito de cantar no descostume
Nas veredas, que esmalta a voz da Glória,
Te dá, te envia tímido, e saudoso
Cá da Plaga maior, à qual deu nome
Logo após de Colombo, Vespúcio ousado. (...)

²⁴⁴ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 9, p. 417.

João dos seus Avós Cópia vingada,
João filho dos Heróis, de Heróis modelo,
Firme nos planos seus, e inda mais firma
No estame do dever, na Glória fite,
Sente a bem dos Vassalos, que abençoa,
Atilado clarão calar-lhe o peito;
E dando a si, e aos seus renome eterno
Nunca visto até aqui, nunca pensado,
Quer (vaidoso tornando o cargo Oceano)
Novo mundo buscar, novo Hemisfério.

Se o primeiro não é da Régia Estirpe,
Que em temerário, peregrino lenho
Tenta as vagas pisar, pôr leis aos ventos,
Desligado dos seus, dos seus distante;
É com tudo o sem par, que investe os Climax
Dos Trópicos além, onde mais baixa
A gente misti-cor escalda, e cresta
Tocha Febea, que dissipa as sombras:

Pula em seus olhos cordial saudade
Dos ternos filhos, que sem Pai deplora,
Qual a pomba veloz, que assaltada
Foi do abutre cruel no próprio ninho,
Batendo as asas cândida se escapada,
E distante da prole, que admirava,
Não chora os danos seus, mas chora os danos
Dos órfãos gêmeos, que sem Mãe suspiram. (...)

Agora é tempo, oh PRÍNCIPE Excelente,
De volver outra vez teu pé mimoso
Às ricas margens, que põe freio ao Ganges,
Margens mais doces, que as Elísias praias.
Inda choram por Ti do Tejo as águas,
Inda choram por Ti na ausência dura
Penhas, florestas, límpidas correntes
Do teu bafejo há pouco amenizadas;

Nada tens que temer, teus braços Lusos,
Tens da culta Nação, Britânia Ilustre,
Incorrupta afeição, amor fraterno,
Da Britânia Leal, que a seu bom grado
As terras fecha, devassando as ondas.
Vai, PRÍNCIPE, E SENHOR, gozar dos frutos,
Que após o Inverno mau, produz o Outono,
Que eu na rota dos Teus, e à sombra tua
Vicejando, e crescendo arbusto novo,
A Lira pulsarei, que além dos Tempos
Transmite os nomes, e enobrece os feitos.
E se acaso me der Fortuna vária
Que um sorriso dos Teus honre meus hinos
Se à mão de Alcides um Tefeu mais raro
Fugir das névoas exaltado aos lumes,
Se a nuvem densa, que cerceia os Gênios,
E a mente, e o coração abafa, e prende,
Por doce intervenção dos Teus fulgores
Me for dado, Senhor, rasgar d'um golpe;
Fitos os olhos no porvir cerrado
Irei contigo Séculos galgando,

Em 1810, saiu dos prelos *Elogio ao feliz Aniversário de S.M. Britânica, para se recitar no Teatro desta Corte, no dia 4 de Junho de 1810*²⁴⁶, anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro*²⁴⁷, e que não foi possível localizar nos arquivos e bibliotecas do Rio de Janeiro. No mesmo ano, o autor também publicou *Improvisos de Bocage*²⁴⁸, obra que reunia 20 sonetos de Manoel Maria Barbosa du Bocage e de outros autores, como Domingos Maximiniano Torres, J. A. Soares, Tomás Antônio dos Santos e Silva e do próprio Gastão Fausto da Câmara Coutinho. Os sonetos eram dedicados a diferentes pessoas.

Ainda em 1810, Câmara Coutinho compôs *O triunfo da América*, outra obra oferecida a D. João. Os galanteios encontravam-se presentes, ao longo de todo o texto do impresso. Nesse drama composto para ser recitado, há, entretanto, um espaço delimitado para o elogio e, somente depois, se inicia o texto:

ELOGIO A SUA ALTEZA REAL
O PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR.

Quando apenas o Sol, quando as estrelas
Inda recentes lá no etéreo espaço,
Os raios infantis d'argento, e d'ouro
Firmes provavam sobre o serro erguido,
Ou sobre as virgens marulhosas vagas;
Lá quando o tenro arbusto, inda vaidoso.
Com a verde gala do natal primeiro,
Arraigava na terra a línea base,
Plantado pela Mão, que o Onipotente
De esparsas névoas arrancara os Orbes;
Já do cego Mortal propenso à culpa
O veneno moral manchava o Globo;
Debalde os justos, fervidos remorsos

²⁴⁵ Gastão Fausto da Camara Coutinho. *Parabéns ao Principe Regente Nosso Senhor, e á Patria, pelos presagios felices da Restauração de Portugal. Dedicados ao Serenissimo Senhor Infante Almirante General pelo autor D. Gastão ****, 1º Tenente da Real Armada. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1808. p. 3-12

²⁴⁶ Gastão Fausto da Camara Coutinho. *Elogio ao feliz Anniversario de S.M. Britannica, para se recitar no Theatro desta Corte, no dia 4 de Junho de 1810*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

²⁴⁷ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Número 45, 6 de junho de 1810.

²⁴⁸ Gastão Fausto da Camara Coutinho. *Improvisos de Bocage, na sua mui perigosa enfermidade, dedicada aos seus bons amigos*. Reimpresso no Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1810. Com Licença. Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, por 320.

Inimigos fatais do crime austero,
No indócil coração travavam guerra;
(Árduas barreiras desmantela o vício
Quando à sábia razão se esquivava a mente.)
Mas o deus, que de barro, ou lodo inerte
Cuidadoso ajeitara a espécie humana,
Desejando exultar, luzir com ela
Na posse eterna de inefável Glória,
Prevendo atropelada, e quase a roço
Dos Céus a filha, a cândida virtude,
Solta das nuvens, que peçadas gemem,
Vasto oceano de incansáveis ondas,
Que ferozes caindo, em mar transmutam
Os altos picos do torrão submerso:
Nem, reservado à vingadora cheia,
Por divina promessa, que não torce,
Nem tu fostes! Ararat, d'Armênia cume,
Uma família só; de tantas uma
Supervive ao geral, tremendo estrago;
Desta surge de espaço, e o Mundo abrange
Nova Progenie, que vendada e louca
Às paixões se abandona, e folga em crimes;
Nisto um Deus ressentido o raio impunha,
E onde em ponto maior delírios fervem,
Voam serras de fogo, e é cinzas tudo:
Testemunhas fieis vós sois, ó tristes
Derrocadas muralhas de Pentápole!
Vigilante com tudo, e firme sempre
Em bem fazer às deslumbradas gentes,
Salvas da mancha da primária culpa,
Manda á terra baixar Imagens Suas,
Semidivinos Reis, que as rédeas fulvas
Entre um Povo mais brando afoitos Rejam,
Que a sábia educação, que os são costumes
(Segunda natureza) imprimam, gravem
Nos dóceis corações dos seus Vassalos;
E que a testa por fim de um tal rebanho,
Depondo as vestes da carnal matéria,
Subam da terra aos Céus origem sua.
Não se esqueceu contudo, (e fora incrível
Que se esquecesse um Deus, cuja grandeza
Tudo presente vê, que Eterno abarca
Do veloz tempo a vária imensidade)
Que num ímpio redil em monstros fértil
Devem tiranos Reis subir ao trono,
Prenhes de serpes da Tartárea Estância.,
Que não baixam do Olimpo almas danadas.
Ó Príncipe Imortal! Provado o exemplo
Vemos na Quadra, que Teu Mando ilustra;
Que enquanto entre Leões Dragão terrível,
Tirano Usurpador, vítima e assola
Desgraçada Nação aceita às fúrias;
Tu, Benigno Senhor, com áureo Cetro
Dando suaves leis, escoras n'alma
Dos Vassalos fiéis Teu Sólido Eterno:
Dentre os dias de ferro extrais os de ouro;
E na Glória dos teus viceja a tua.
Em vão atroz doença industriosa
Toca Teus membros, que ceder não podem
À dura lei à natureza imposta,

Que das Parcas se ri quem nasceu Nume.
E se às vezes, Senhor, já tens sentido,
Falto de forças, tiritar Teu Corpo,
Ou dos Olhos louçãos de que pendemos
Apoucar-se o clarão, farol que presta
A diversas Nações o rumo, e o porto;
É que um braço eficaz, e a nós oculto,
Te deseja mostrar assíduas provas
Do nosso puro amor, e usado afeto
No geral sentimento e mágoa suma.

Vós pois, que me escutais, que em vossos peitos
A verdade sentis, que eu sinto e solto,
Abonai-me ante o Príncipe Soberano,
Ó Povo Luso, ó Povo Americano.²⁴⁹

Eram personagens desse drama a América, a Vingança, a Poesia, a Gratidão e as três Parcas²⁵⁰ – que não falavam. No primeiro diálogo, entre a Vingança e a América, a primeira buscava mostrar suas qualidades, em diferentes momentos, e a segunda chamava-a de cruel em demasia. Eram assuntos retratados o soberano D. João e suas características, a descoberta da América e a Monarquia, figurando no texto elementos da Antigüidade Clássica. No segundo momento, dialogavam a América e a Gratidão, em conversa mais cordial, sobre a essência da gratidão, mas também sobre os males e perfídia do mundo e do homem. O Fado contracenava também com a Poesia e, posteriormente, com a Vingança, tentando lhes impor suas vontades, sendo rejeitado pela primeira e obedecido pela segunda. Ao final, após discussões acerca do heroísmo de D. João e da supremacia deste sobre Napoleão, todos se reuniram para louvar o Príncipe Regente, em coro:

CORO DENTRO.

Salve ditoso
Príncipe amável,
Que em trono estável
Vens repousar.

²⁴⁹ Gastão Fausto da Camara Coutinho. *O Triunfo da America, drama para se recitar no Real Theatro do Rio de Janeiro, composto, e offerecido a S.A.R. o P.R. Nosso Senhor por D. Gastão*****. Rio De Janeiro: Impressão Régia, 1810. Com Licença de S.A.R. p. 3-5.

²⁵⁰ Na mitologia grega, Parca era cada uma das três deusas (Cloto, Láquesis e Átropos) que determinam o curso da vida humana. Cf. *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa*.

CORO FORA.
Não mais te lembrem
Raivosa guerra,
Monstros da terra,
Fúrias do mar.

CORO DENTRO.
Salve ditoso, &.

CORO FORA.
Jocundo incenso,
Que enlute os ares
Nos teus altares
Vimos queimar.

CORO DENTRO.
Salve ditoso, &.²⁵¹

A obra mais conhecida de Câmara Coutinho, *Juramento dos Numes*, saiu dos prelos, em 1813. O drama para ser representado, em um ato, foi oferecido em homenagem a D. João:

ELOGIO A SUA ALTEZA REAL
O PRÍNCIPE REGENTE NOSSO SENHOR

Para se recitar na noite da abertura do Real Teatro de S. João, alusivo ao feliz aniversário de Seu Augusto Filho o Sereníssimo Senhor D. PEDRO DE ALCÂNTARA, Príncipe da Beira.

Não se afundam no pélago dos tempos
Feitos preclaros do porvir credores,
Nem do provido rei usado à glória,
O sideral fulgor se apaga e morre;
Mais longe e mais além desdobra a fama
Com a férrea voz os cantos reforçados,
Mais longe e mais além seu nome alteia
E vai com ele reluzir na esfera;
De Tito e de Trajano, heróis que vivem
Anos por dias, séculos por anos,
Inda, em memória, pelo etéreo espaço
As funéreas pirâmides se escondem,
Que os raios, que os tufões abaixo escutam;
Votadas à virtude, inda hoje brilham,
E à sã posteridade, as obras claras
De Fídias, Polidoro e Praxiteles;
Deste modo, Grão-Príncipe, que tendes
Tronos quatro, do mundo em quatro partes,
Cuja base imortal se acosta e lia
Aos dóceis corações de imensos povos
Vários no traje, no falar diversos,
Deste modo, no trilho luminoso,
Vereda estreita d' íngreme cabeça,

²⁵¹ Gastão Fausto da Camara Coutinho. *O Triunfo da America...*, p. 33.

Que há muito vos deixou aberto a planta
 Dos vossos Régios Ínclitos Maiores,
 Ireis subindo ao majestoso alcáçar
 Dos sóis de Lísia, criador luzeiro.
 Mas enquanto com as tubas bronzeadas
 Espalhando não vão castális brilhos
 Do Tejo os cisnes cândidos e graves,
 E não cresce com a Vossa Glória e nome
 Colosso aéreo que se ri dos Evos,
 Permitti, que as primícias encetadas
 Do muito que vos deve, hoje vos renda
 A Nação que do céu vos coube em sorte,
 Neste artefato que rasteja às sombras
 Dos dois pomposos de Marcelo e Balbo;
 Onde, contudo, a lucinda virtude,
 Fechando o mundo em círculo pequeno,
 Rotas as névoas da calúnia infame,
 Descortina, detesta e pune o crime,
 Onde a profícua mímica ciência,
 Que o berço deve à portentosa Atenas,
 Dentre as cinzas revoca e mostra aos olhos
 Bravo qual fora, independente e sábio
 O finado varão salvando a pátria
 A preço de suor, vigília e sangue;
 Onde os homens quais são, quais ser lhes cumpre
 Aponta e mostra, mascarando os vícios.
 Se, contudo, esgarrado à natureza
 Não pode o luso cênico farsante,
 Nos afetos, ações, viveza e modos,
 Imitar os esforços altaneiros
 De Grandval, Montfleury, Baron, Dufresne,
 Ao menos as fadigas bem lidadas
 Acolhei com sereno e grato aspecto,
 Bem como Jove do estrelado Olimpo
 Gasalha a tênue, cordial oferta;
 Dia tão claro, desta graça é digno;
 Hoje, que um elo à bragancina adoba
 Se prende e baixa na sagrada essência
 Do filho vosso e grão penhor do trono,
 Que promete imitar inteiro e vasto
 Seus augustos avós, que vivem, medram
 Da viva tradição nas áureas vozes,
 Que avultando nos séculos futuros,
 Serão sempre os faróis da régia estirpe,
 Até que o sopro, que presta a vida e a morte,
 Do GRANDE, que do nada tirou tudo,
 Apague de uma vez a luz aos astros,
 E ao calado embrião se torne o globo.²⁵²

²⁵² Gastão Fausto da Camara Coutinho. *O Juramento dos Numes. Drama. Para se representar na noite da abertura do Real Theatro de S. João em applauso ao Augusto Nome de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1813. Com Licença de S.A.R. p. 3-6.

O valor dos portugueses e a grandeza de D. João constituíam-se em temas da obra. Agradecimentos eram dirigidos à Inglaterra pela proteção concedida à monarquia portuguesa e aos Céus, pelo soberano e clemente herói que governava o Império luso-brasileiro. Sobre essa obra escreveram a *Gazeta do Rio de Janeiro* e *O Patriota*. No primeiro periódico, consta apenas o anúncio da publicação: “Este Drama é todo alusivo à Peça, que igualmente se há de representar no mesmo dia 12 de Outubro no referido Teatro de S. João, que tem por título o Combate de Vimeiro”²⁵³. Em 16 de outubro do mesmo ano, *O Patriota* publicou resenha em que apontava falhas de escrita e cópias de outras obras, questionando também a denominação da publicação como drama, por conter elementos não condizentes com os atribuídos ao gênero.²⁵⁴ O autor respondeu às críticas, provavelmente escritas pelo redator do periódico, Manoel de Araújo Guimarães, em publicação do mesmo ano²⁵⁵. Estas, por sua vez, foram respondidas pelo periódico através de artigo intitulado *Exame da Resposta defensiva e analytica à Censura, que o Redactor o Patriota fez ao Drama intitulado o Juramento dos Numes, &c*²⁵⁶, publicado na edição referente aos meses de janeiro e fevereiro do ano seguinte.

D. Gastão Fausto da Câmara Coutinho era considerado poeta elegante, com versos geralmente corretos e harmoniosos, erudito e versado nos clássicos portugueses e nas leituras latina e francesa do século XVIII. Foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, Capitão de fragata da Armada Nacional, Bibliotecário da Biblioteca da Marinha e Sócio do Conservatório Real de Lisboa. Faleceu em 1852 na cidade de Lisboa.²⁵⁷

Frei Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio nasceu no Rio de Janeiro em 1778. A morte de sua mãe provocou-lhe grande melancolia, motivo pelo qual teria

²⁵³ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Número 80, 6 de outubro de 1813.

²⁵⁴ *O Patriota*, Número 4, outubro de 1813.

²⁵⁵ Gastão Fausto da Câmara Coutinho. *Resposta defensiva, e analytica à censura que o redactor do Patriota fez ao drama intitulado O Juramento dos Numes, Descrita no Periodico do mez de Outubro do presente anno*. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1813.

²⁵⁶ *O Patriota*, Número 1, janeiro e fevereiro de 1814.

²⁵⁷ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 3, p. 136.

decidido ingressar na ordem seráfica, em 1793, no Convento da Ilha do Bom Jesus. Formou-se lente de teologia e mestre de eloquência sagrada, aplicando-se aos estudos filosóficos. Em sua ordem, foi guardião e secretário da província, sendo nomeado pelo Príncipe Regente D. João seu pregador régio e Examinador da Mesa de Consciência e Ordens em 1808.²⁵⁸

A *Oração fúnebre do ilustríssimo senhor José Joaquim de Souza Lobato*²⁵⁹, do ano de 1810, não localizada para exame, foi a primeira das oito obras oferecidas por Frei Francisco de Sampaio – das quais cinco eram orações fúnebres. Por ocasião do falecimento do príncipe D. Pedro Carlos – marido da princesa D. Maria Teresa, Almirante General da Marinha Portuguesa, e sobrinho, muito estimado de D. João, considerado quase um filho – compôs, no ano de 1812, mais uma *Oração Fúnebre*. Anunciada na *Gazeta do Rio de Janeiro*²⁶⁰ em conjunto com outras obras que homenagearam o príncipe, a obra procurava enfatizar o pesar da morte sentido por todos e as lembranças felizes que D. Pedro Carlos deixara na memória de muitos. Relembrava o fato do príncipe ter sido órfão e criado no seio da Família Real portuguesa, estreitando os laços, principalmente, com D. João, que o considerava como um filho. Tratava de sua infância, de seus estudos, enaltecendo suas virtudes e descrevendo a forte afeição que sentia pelo tio. Ressaltava, ainda, o amor que possuía por Portugal, rememorando o apoio ao país adotivo em detrimento da Espanha, seu país natal, quando marchou para o Tejo com D. João. Abordava também o casamento com a prima D. Maria Teresa, filha mais velha de D. João e D. Carlota Joaquina – enaltecendo as virtudes da princesa e destacando a amizade e a felicidade conjugal, apesar do breve tempo fruído. Terminava

²⁵⁸ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T.2, p. 118.

²⁵⁹ Francisco de Sampaio. *Oração funebre do illustrissimo senhor José Joaquim de Souza Lobato, fidalgo cavalleiro da casa real, commendador da ordem de Christo, da ordem da Torre e Espada, e guardaroupa do principe regente nosso senhor, repetida no Convento de S. Antonio do Rio de Janeiro por fr. Francisco ****, religioso franciscano, e pregador regio. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

²⁶⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Número 67, 19 de agosto de 1812.

narrando o golpe, que foi a morte de D. Pedro Carlos, ainda jovem, tão querido por todos e com tão poucos anos de casamento. Durante toda a obra, não faltaram elogios a D. João:

Senhor

Era bem digno desta Augusta sensibilidade aquele Príncipe, que roubando-se às vistas da sua Corte, ia por entre as lanças, e os punhais de Saul, oferecer a Davi os testemunhos mais decisivos de seu amor. As lágrimas do maior Soberano do Universo mostraram então aos Reis como eles devem sentir a perda da amizade, virtude preciosa, porém rara aos pés do Trono. Quanto não custou a Davi este golpe que abrindo o túmulo do amável Jonatas sepultou a chama de seu peito? Ah! ele não tornará mais a ver sua Pessoa saindo ao encontro de seus braços saudosos: não verá mais as expressões de sua ternura escritas na flecha, que voava além dos bosques, não ouvirá mais os repetidos juramentos de sua fidelidade. A sombra de Jonatas; suas armas tintas em sangue; os troféus, que a morte ergueu sobre os montes de Gelbóe; os despojos de seu cadáver, eis-aqui os objetos que giram em roda de Davi, pedindo-lhe os últimos sacrifícios da amizade, e o complemento de seus votos. Nestes lances a linguagem do coração é o Panegírico, que honra as mais cinzas dos mortos; as idéias, que a dor oferece, tem outra valentia, e provocam tanto mais nossa ternura, quanto é mais simples o seu estilo. Cercado de imagens tão fúnebres, David exclama “Aceita, Ó Príncipe os gemidos que eu devo à tua memória; oxalá que minhas lágrimas, atravessando o túmulo, vão correr sobre teu coração; eu te amava assim como uma Mãe ama o filho, que saiu de suas entranhas: meu amor é tão fiel como minha palavra; aceita este tributo, que eu te pago, tomando por testemunhas a Pátria, a Nação, e a mais remota posteridade”. *Doleo super te, Frater mi Jonatha, sicut Mater amat filium suum. Ita ego diligebam te.* Enterneceram-se os mesmos peitos de aço; o eco de seu pranto dilatou-se pelas planícies de Canaã, e foi respondido ao longe pelas Cidade de Judá; as Tribos cobriram-se de luto, acompanhando o Soberano nas demonstrações de seu sentimento. Eu me esqueço agora, Senhores, que estas palavras saíram em outros séculos da boca de Davi, elas são hoje proferidas pelo Soberano mais virtuoso da Europa diante do Túmulo de um Príncipe, que estava ligado a Seu Coração pelas prisões do sangue, e do amor. Faltava ainda este golpe para que nós aprendêssemos em Sua constante resignação a adorar os Decretos da Providência; era necessário para adquirir títulos a novas coroas, que Ele assistisse ao sacrifício desta Vítima imolada pela própria Mão, que o salvou de tantos perigos; como se Deus já não lhe tivesse feito ver no Primeiro, e sempre lembrado Herdeiro de seu Trono, que a vida dos Príncipes, assim como a dos povos, depende de Sua Vontade Onipotente; e que quando lhe apraz, Ele diz aos Monarcas mais poderosos “entrega-me a púrpura, e o cetro, que Eu te confiei, Eu sou o teu Rei, e o teu Juiz.” Que grandes direitos não têm a estes fúnebres obséquios aquele Príncipe, cuja submissão, e amor para com Seu Augusto Tio, O Príncipe Regente Nosso Senhor, deixou ao lado do Trono, onde Ele aparecia, uma saudosa lembrança, que sempre existirá em nossa alma! Sim, meus Senhores desde o momento em que a Espanha o entregou nos braços de Portugal, a Nação viu a fiel correspondência com que Ele se mostrava sensível, e grato à protetora Mão, que dirigia a Marcha de sua infância, fazendo-lhe ignorar a morte dos Príncipes seus Pais, cuja perda até seus últimos dias Ele nunca teve motivo de chorá-la. Tanto se empenhou Seu Augusto Tio em apartar de seus olhos os tristes véus, que cobriram seu Régio berço. Mas ah! tantos cuidados, tantos excessos, tantos penhores de amizade não puderam suspender o fatal golpe, que terminou a carreira de Sua vida. Parece que a morte só esperava que o Sereníssimo Senhor Infante subisse ao Teatro de sua glória, que tocasse o Alvo de seus votos para lhe

intimar com maior estrondo a Lei terrível, que todo o homem fica sujeito desde que entra no mundo. Julgai vós mesmos, Senhores, qual será a dor do Augusto Coração, que recolheu seus últimos suspiros, suas eternas despedidas, separando-se para sempre do antigo Objeto de seu Amor? Ele se lança nos braços da Religião, único asilo de suas mágoas, e de suas consolações: os Altares ouvem seus gemidos; e em quanto a Igreja oferece suas súplicas ao Grande Imortal, a voz da saudade lamenta a perda do Príncipe Amado *Doleo super te, Frater mi Jonatha &*. É esta uma das ocasiões, em que devemos misturar nossas lágrimas com aquelas, que banham os degraus do Trono; mostrando por este público testemunho, que temos parte na morte de um Príncipe, que em todos os tempos será reconhecido pelo Modelo mais perfeito do Amor, que nos merece Nosso Augusto Soberano. Esta virtude será hoje o fundamento do Elogio Fúnebre, que venho recitar diante do Túmulo do Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Espanha. Conheço que a honra de ser Intérprete de seu Augusto Coração, exigia a eloquência do sublime Orador, que louvou as virtudes do moço Príncipe Valentiniano. Santa Verdade, filha do Céu, tu suprirás por minha fraqueza; eu te agradecerei, não prostituindo teus Oráculos.²⁶¹

No ano seguinte à publicação dessa obra de 1812, foi nomeado Censor Episcopal.²⁶² Dedicada a Fr. João Damasceno Povoas, bispo diocesano em Angola, a *Oração Fúnebre do Eminentíssimo, e Reverendíssimo Senhor D. Lourenço Caleppi*, núncio apostólico, em Portugal, começava dissertando sobre os homens dignos, suas principais características e ainda destacava como eram necessários para uma sociedade. Ressaltava que D. Lourenço Caleppi era um deles, ressaltando como a Corte admirava sua conduta. Ponderava que se ele era necessário no Brasil, o era mais ainda na Europa convulsiva e devastada pelas guerras napoleônicas. Enumerava e enaltecia as virtudes civis e religiosas que o distinguia dos demais homens. Afirmava que a glória e segurança das monarquias dependiam não apenas da força, mas também da política e que a carreira política de D. Lourenço demonstrava sua habilidade, bem como sua importância para Portugal. Este teria auxiliado nas relações de Portugal com a Inglaterra, ajudando a salvar o trono de Bragança e a acabar com o jugo dos franceses.

²⁶¹ Francisco de S. Paio. *Oração Fúnebre, que nas Exequias mandadas fazer por Sua Alteza Real, o Príncipe Regente Nosso Senhor, ao Sereníssimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha, recitou na Capella Real, Fr. Francisco***: Ex Leitor de Eloquencia; de Theologia Dogmatica; Examinador da Mesa da Consciencia, e Ordens Militares; Pregador Regio; Theologo da Nunciatura Apostolica; e Padre da Provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1812. Por Ordem de Sua Alteza Real, p. 3-8.

²⁶² Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T.2, p. 118.

Possuía bom diálogo com D. João, que chegou a lhe oferecer junto com os maiores obséquios “o seu retrato em círculo de grossos brilhantes sobre uma caixa de ouro esmaltada”. Além de convocar o lamento pelo homem que foi perdido, desafia qualquer um a levantar algo de ruim sobre o falecido.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

A Grande reputação que V. Ex.^a adquiriu na Cadeira Sagrada pelos repetidos triunfos de sua Eloquência, seria um motivo bem capaz de me desviar do atrevimento, que tenho oferecendo a V. Ex.^a o Elogio Fúnebre do Eminentíssimo Senhor Cardeal Caleppi, se a Bondade de V. Ex.^a me não desse a entender que este elogio havia merecido a sua aprovação, e que em testemunho público do seu Juízo, desejava que sáisse ao prelo. Graças ao Céu, conheço a pobreza de meus talentos, e nunca me julgarei digno de entrar na brilhante linha daqueles, que pretendem ir à posteridade pelas produções de seu gênio publicadas pela Prensa. Se algum dia cair o véu da alucinação, que fascina muitos a meu respeito, eu serei o primeiro a clamar “feliz desabuso! A Corte do Rio de Janeiro tem de menos um Impostor da Arte Oratória.” Pareceu-me para dar mais luz a alguns fatos referidos, e desfigurados por mim no Discurso, eu deveria juntar as notas, que vão apontadas; e em desempenho desta idéia tive o auxílio das memórias dos trabalhos Ministeriais do Eminentíssimo Cardeal, recolhidas de monumentos autênticos pelo Ilustre Cavalheiro Rosci, que foi Secretário da Nunciatura, e hoje nomeado por S.M. Agente dos Negócios de Portugal na Corte de Roma. A probidade bem conhecida deste homem não dará certamente lugar à desconfiança daqueles, que quisessem duvidar da verdade de tão grandes triunfos. Ainda assim o Herói da Igreja será chamado muitas vezes à censura destes Aristarcos, que pesam os homens de merecimento na mesma balança em que eles são avaliados por outros.

Digne-se V. Ex.^a desculpar os erros, que em tão curto prazo, como me foi dado, nem poderão ser conhecidos nem emendados. A mais pequena reflexão de V. Ex.^a será para mim uma grande autoridade; eu a aceitarei, e beijando as Sagradas Mãos de V. Ex.^a, renovarei ao mesmo tempo aos seus pés os sentimentos da Alta, e Respeitosa Consideração, com que

Sou
De V. Ex.^a
O mais afetuoso, e atento Servido
Frei Francisco de Sampaio²⁶³

Destacam-se, ainda, a *Oração fúnebre do Ilustríssimo, e Excelentíssimo Senhor*

*D. Fernando José de Portugal, Marquês d’Aguiar*²⁶⁴, do ano de 1817, *Sermão de ação*

²⁶³ Francisco de S. Paio. *Oração Funebre do Emminentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Lourenço Caleppi dos Condes do mesmo titulo, Arcebispo de NIZIBI, Nuncio Apostolico de Sua Santidade o Santissimo Padre Pio VII no Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Cavalleiro da Ordem de Malta, Gram-Cruz da Ordem da Torre e Espada, e Cardeal da Santa Igreja. Recitada em prezença do seu corpo no convento de Santo Antonio, por Fr. Francisco***. Prégador Regio.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço, s.n.p.

²⁶⁴ Francisco de S. Paio. *Oração funebre do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Fernando José de Portugal, Marquez d’Aguiar. Gentil Homem da Camara de ElRei Nosso Senhor, Ministro e Secretario*

de graças em memória dos dias 24 de agosto, e 15 de setembro de 1820²⁶⁵, de 1821, e *Oração fúnebre pelos mortos, que foram assassinados na cidade da Bahia*,²⁶⁶ que não puderam ser localizadas para pesquisa. Sabe-se que a segunda foi oferecida ao Senado²⁶⁷, e que a última foi dedicada aos cidadãos da Bahia.²⁶⁸

Frei Sampaio ingressou na Maçonaria em 1821, período em que a sociedade começava a se tornar essencialmente política, assumindo o lugar de membro orador da Loja Maçônica Comércio e Artes, do Rio de Janeiro e produzindo diversos discursos políticos.²⁶⁹ O *Sermão de ação de graças pela prosperidade do Brasil*, de 1822, era uma pregação em que destacava que as conquistas da América foram sangrentas. Constatava acerca do início do século XIX que se a Filosofia já havia atravessado o Atlântico, a revolução napoleônica não tardaria a fazer o mesmo. Portanto, foi Deus quem apartou do Brasil os flagelos sediciosos ao enviar D. João, protetor de suas prosperidades. Ressaltava que com o príncipe regente o Brasil deixou de ser colônia para entrar em um mundo de abundância e fortuna. Advertia que a ação de graças propunha-se a agradecer as glórias que começaram, no dia 7 de março de 1808, data da chegada da Família Real no Rio de Janeiro, aproveitando também para louvar D. Leopoldina, responsável pela chegada de novos príncipes, lamentando a perda do príncipe D. João Carlos, em 4 de

*d'Estado dos Negocios do Reino-Unido de Portugal, do Brazil, e dos Algarves, Presidente do Real Erario, Grão-Cruz das Ordens d'Avis, da Torre e Espada, e d'Isabel Catholica da Hespanha. Recitada na Igreja da Misericordia, por Fr. Francisco***, Religioso Franciscano, e Pregador Regio.* Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1817. Com licença de Sua Magestade.

²⁶⁵ Francisco de S. Paio. *Sermão de acção de graças, que, em memoria dos dias 24 de agosto, e 15 de setembro de 1820, o Senado, e os cidadãos do Rio de Janeiro solemnizarão no dia 15 de setembro, na Igreja de S. Francisco de Paula, recitado por Fr. Francisco de Sampaio, Religiozo Franciscano da Provincia do Rio de Janeiro e Pregador Regio.* Rio de Janeiro, na Imprensa Régia, 1817. Com Licença. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.

²⁶⁶ Francisco de S. Paio. *Oração fúnebre pelos mortos, que forão assassinados na cidade da Bahia. Recitada na Augusta Prezença da Sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional Defensor Perpetuo do Reino do Brasil e da Serenissima Senhora Princesa Real na Igreja de S. Francisco de Paula por Fr. Francisco de S. Paio Pregador Regio.* Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

²⁶⁷ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. 318.

²⁶⁸ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. 393.

²⁶⁹ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 3, p. 73-74.

fevereiro de 1822. Encerrava o sermão pedindo toda a proteção para o Príncipe Regente

D. Pedro.

Não é sempre na ordem política que nós devemos ir procurar a causa destes acontecimentos famosos na história das Nações, que mudando os destinos dos Impérios apressaram a época da prosperidade dos Povos. A Providência escondendo das nossas vistas os planos de Sua Sabedoria parece que em alguns lances deixa cair o véu do mistério para que os homens vejam mais de perto a fonte donde saíram os bens, de que gozam. Do meio das revoluções das Monarquias, do furor dos combates, da queda dos Tronos nós vemos romper uma nova ordem de fenômenos, que julgaríamos impossível nascerem de semelhantes causas, e por isso mesmo são considerados fora do alcance até onde chegam as idéias dos homens.

Quem poderia pensar, Senhores, que a glória do Brasil se manifestasse na época das formidáveis convulsões da Europa? Que o plano traçado em Fontainebleu para a desgraça de Portugal fosse o mesmo plano da nossa fortuna, e da mudança da nossa sorte? Nós temíamos a sombra desta espada assoladora que voltando do Norte embravecida havia jurado faltar sua fome, e sua vingança com os despojos da Monarquia Portuguesa além dos mares sobre as Ilhas, e Continentes em ambos os Hemisférios; já se nos figurava ouvir de mui perto o vôo das Águias; já nos parecia que víamos o gênio de Duclere, vítima de nosso patriotismo ainda na Infância do Brasil: unindo-se com os novos Dugnays Trouins... Graças ao Céu! O dia 7 de Março raiou no nosso horizonte, nós vimos aparecer o Senhor D. João VI e ao seu lado o Herdeiro do Trono, o Penhor de nossas futuras prosperidades podendo dizer com mais justiça do que esse Ilustre Israelita que veio da Palestina salvar o Egito na crise das suas calamidades *"praemisit me Deus ut reservemini super terram &c."* Seriam por ventura os maiores motivos, que fizeram nascer motivos, que fizeram nascer as Olimpíadas, e os jogos públicos; que elevaram em Atenas, e em Roma os Templos, os arcos de triunfo, e as estátuas? Não, Senhores, a par deste dia eu não vejo nos fastos das Nações motivos mais fortes para que elas transmitissem de seguro em ser as épocas de sua glória: Roma celebrando o dia, em que viu Augusto voltar dos campos d'Acio é uma escrava beijando suas cadeias diante do Soberano, que sepultou debaixo do seu Trono os últimos galhos da árvore da Liberdade civil: o Brasil no dia de hoje aos pés dos altares lembra-se que foi um escravo, que vendo em seus braços o Senhor D. João VI concebeu esperanças de receber a carta de sua emancipação, e de sua Liberdade. Nós seríamos injustos para com o Céu se deixássemos passar este acontecimento com o século, que o viu nascer, ou se nos contentássemos só em transcrevê-lo nas páginas da história. Sim a presença do Senhor D. João VI no Brasil foi o escudo da salvação deste vastíssimo Continente ameaçado pelas alterações do termômetro político da Europa, o dia em que nós o vimos abriu a suspirada época de nossa futura glória; os ferros Coloniais começaram a cair dos nossos pulsos; a franqueza do Comércio extinguindo o abominável sistema do Monopólio fez ao mesmo tempo que os nossos gêneros de exportação tivessem outro peso na balança das transações mercantis; os estrangeiros procuraram nossa amizade trazendo-nos as riquezas da Literatura, das Ciências, e das Artes, firmaram-se os laços de nossa união com Portugal, nós passamos a ser considerados na jerarquia das Nações; em uma palavra. Senhores, o Brasil elevado ao grau das Monarquias adquiriu o direito indisputável de oferecer para o futuro a majestosa perspectiva da soberba Tiro, ou de Corinto pela abundância de suas riquezas. Confessemos pois que foi Deus que nos mandou o Senhor D. João VI, para que nós não experimentássemos as desgraças, que sofreram outros povos: *"praemisit me Deus &c."* São estes os motivos das nossas presentes Ações de Graças fundadas, como eu vou mostrar, sobre as vantagens, que nós recebemos, e ainda temos a receber. Feliz eu se puder atrair os ânimos daqueles que desconfiam de nossa futura prosperidade, tendo na energia do Príncipe Regente, e no penhor da Constituição da Monarquia os títulos mais

capazes de firmar suas esperanças. Ó Deus, Tu conheces que o meu interesse sobre a glória do Brasil não nasce de pretensões, nem de vistas particulares, e por isso é merecedor de Tua aprovação, dirige por tanto minhas idéias; que elas saindo dos pórticos do Templo se espalhem por todas as Províncias deste Continente, e que vão ao longe mostrar os sentimentos do Brasil na época atual, em que se fazem esforços para que ele retroceda da mocidade ao estado de infância: vejam os Legisladores o que nós somos, para que mudando de planos concordem no que de justiça, e de necessidade absoluta devemos ser. Senão... ó Deus!²⁷⁰

A última obra publicada pela Imprensa Régia, então chamada de Imprensa Nacional, por Frei Francisco de Sampaio foi o *Sermão*²⁷¹ recitado na cerimônia da coroação de D. Pedro I, em 1822, que, infelizmente, não pode ser localizado para análise. No ano de 1824, Sampaio foi nomeado Deputado da Bula da Cruzada e, em 1860, seu retrato passou a figurar em uma das salas do Convento de Santo Antônio ao lado de outros religiosos e oradores proeminentes como Frei Francisco de São Carlos e Frei Antonio de Santa Úrsula Rodovalho – que também tiveram obras dedicadas, publicadas pela Imprensa Régia.²⁷²

Além das referidas obras, redigiu em 1822 o jornal político *Regulador Brasílico-luso*, sendo, até 1825, responsável pelo periódico *Diário do Governo* – trabalho continuado, até 1831, pelo cônego Januário da Cunha Barbosa, sob o nome de *Diário Fluminense*. Este último autor escreveu a necrologia de Frei Francisco de Sampaio, publicada na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Falecido no Convento de Santo Antônio em 1830, foi considerado grande orador, cujos discursos eram capazes de arrebatá-lo os auditórios. Foi Sócio da Academia das Belas Letras de Munique e participou das questões políticas do Brasil antes e depois da Independência. Há rumores de que D. Pedro I teria-lhe prometido um Bispado, com o qual nunca fora agraciado. Assim, vendo-se menosprezado e esquecido por aqueles a quem havia dado

²⁷⁰ Francisco de S. Paio. *Sermão de Acção de Graças, pela prosperidade do Brasil, prégado a 7 de março de 1822. Na Capella Real. Por Fr. ****, Prégador Regio. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822. s.n.p.

²⁷¹ Francisco de S. Paio. *Sermão, que na cerimonia da Sagração, e Coroação de S.M.I., pregou o Padre Mestre Fr. Francisco de S. Paio*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

²⁷² Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 2, p. 119-120.

apoio político e prestado homenagens em suas obras, desiluiu-se, abandonando a vida política e permanecendo isolado em seu convento.²⁷³

3.4. Januário da Cunha Barbosa e Romualdo Antônio de Seixas

Nascido na cidade do Rio de Janeiro em 1780, o cônego Januário da Cunha Barbosa recebeu a ordenação de Presbítero Secular no ano de 1803, dedicando-se ao púlpito e construindo a reputação de grande orador. Em 1808, foi nomeado por D. João Cavaleiro da Ordem de Cristo, pregador da Capela Real e lente substituto de Filosofia.²⁷⁴

A primeira das quatro obras publicadas pelo Cônego Januário da Cunha Barbosa e oferecidas em homenagem foi o *Sermão de ação de graças pela feliz restauração do reino de Portugal*. Saída dos prelos, em 1809, direcionou seus elogios a D. João, abordando, da mesma forma, o valor e a bravura dos portugueses e agradecendo, ainda, a Deus pelo escape aos exércitos de Napoleão Bonaparte. As demais três obras também eram orações em ação de graças, oferecidas a diferentes personalidades da época.

Do ano de 1813, a *Oração de Ação de Graças recitada na Capela Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto aniversario da Chegada de S.A.R.*, utilizou-se de elementos bíblicos para iniciar e construir sua argumentação. O autor inicia seu discurso afirmando que um povo deve agradecer pelos benefícios públicos que recebe, sendo a chegada da Família Real o maior deles, um privilégio único nos anais da História. Dissertou, também, sobre os mundos moral e político e sobre a importância da virtude. Comentou a situação da Europa e de Portugal, nos primeiros anos do século XIX,

²⁷³ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, T. 3, p. 73-74.

²⁷⁴ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 4, p. 294-295.

ressaltando atos providenciais de D. João. Narra a grande felicidade provocada pela vinda da Corte, ponderando que a transferência foi conveniente também para Portugal, uma vez que seria muito pior se o Príncipe Regente houvesse sido capturado pelos franceses. Afirmava que o soberano era adorado por seus súditos, representando sua consolação, sua esperança e sua felicidade. Ressaltava que as desgraças da Europa foram provenientes da corrupção moral de seus povos e que por isso os portugueses, já agraciados, deviam buscar a virtude e a religião. Encerrava a oração, reafirmando que a vinda de D. João foi o início da felicidade de Portugal, do Brasil, da Espanha, da Europa e do mundo. A obra foi oferecida a Paulo Fernandes Viana, Intendente Geral da Polícia da Corte e Estado do Brasil, membro do Conselho de D. João, Fidalgo da Casa Real, Comendador da Ordem de Cristo, e Desembargador do Paço:

Ilustríssimo Senhor

Como V.S. tanto se empenha em que os seus Patrícios de façam dignos do agrado do Nosso Augusto Príncipe, desempenhando as diversas obrigações, que abrange o Real Serviço; e como eu tive a fortuna de merecer este agrado, pregando na Real Capela desta Corte, quando se celebrou o quinto Aniversário da chegada de S.A.R. com toda a Sua Real Família a esta Cidade, tomei a deliberação de dedicar a V.S. este discurso, depois que S.A.R. foi servido conceder-me licença para esta oferta. Espero que ele seja acolhido como ensaio de um fraco Orador, que ansiosamente procura adquirir maiores forças, para manifestar com mais dignidade os favores com que o Céu protege um Príncipe tão digno das suas graças.

Deus guarde a V.S. por muitos anos
De V.S. venerador e patrício
Januário da Cunha Barbosa²⁷⁵

Sobre a referida oração, o jornal *O Patriota* publicou resenha literária, no mesmo ano de 1813, destacando pontos da argumentação do texto, em que procurava defender a decisão de D. João em transferir a Corte para o Brasil. Favorável à obra, o o

²⁷⁵ Januario da Cunha Barboza. Oração de Acção de Graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto aniversario da Chegada de S.A.R. Com toda a Sua Real Familia a Esta Cidade. Offerecida Ao Illustrissimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Caza, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Policia da Corte e Estado do Brazil etc. Por ***. Presbitero Secular, Prégador da Real Capella, Professor Regio Substituto da Cdeira de Philosophia Racional e Moral desta Corte, e Pro-Comissario da Ordem III de S. Francisco de Paula. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813. Com Licença de S.A.R. s.n.p.

redator do comentário afirmava que “só a leitura da Oração pode dar ao Leitor o verdadeiro conhecimento do apreço, que ela merece”. Defendia que a publicação procurava restaurar a grandeza e a nobreza do ato da transferência, uma vez que a resolução tomada colocou-se contra o jugo de Napoleão Bonaparte, deixando para trás uma Europa assolada pela falta de liberdade e de soberania. Estas virtudes foram sustentadas pela monarquia portuguesa, ao se instalar no Brasil.²⁷⁶

Em 1814 passou de lente substituto de Filosofia a catedrático da mesma disciplina.²⁷⁷ Quatro anos mais tarde era impressa a *Oração de ação de graças*, celebrada em 1818, pelo aniversário de 10 anos da chegada da Corte. A obra iniciava-se por uma descrição sobre a luta gloriosa dos portugueses, destacando o papel de Deus e a leis dos homens nessa vitória. Afiançava, ainda, a primazia da Casa de Bragança, que resistiu aos seus inimigos. Segundo o autor, a Providência salvou D. João das garras de Napoleão, a fim de que o soberano prudente e digno do amor de seus povos pudesse governar por muitos anos. Enumerava as “maravilhas” que o Brasil conheceu após 1808, tais como a indústria, a franqueza do comércio, a abertura dos portos e o desenvolvimento da agricultura. Os elogios dirigiam-se somente ao rei, chamado de soberano amável, grande monarca do Brasil, protegido dos céus, possuidor de coração magnânimo, justo e prudente. Cunha Barbosa convocava todos a darem graças pelo renascimento do Brasil, em função da chegada da Corte, e a demonstrarem seu contentamento com a aclamação de D. João VI, realizada no lado de cá do Atlântico. Por fim, enaltecia as qualidades do monarca e da Família Real, ressaltando o dever de todos em honrar seu soberano, assim como em respeitar os preceitos cristãos, e agradecia, novamente, aos céus por tantos benefícios. A obra foi oferecida, com permissão do soberano, a José de Carvalho Ribeiro, negociante do Rio de Janeiro.

²⁷⁶ *O Patriota*. Número 4, outubro de 1813.

²⁷⁷ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 4, p. 294.

Amigo Carvalho

Qualquer Dedicatória, que te faça, não será de mais honra a mim, e a ti do que a declaração, que se lê no título desta pequena Obra que te ofereço. Os que não sabem, que me és um sincero, e verdadeiro amigo, indaguem, e conhecerão a justiça de minha oferta; os que sabem louvarão de certo o meu tal, ou qual reconhecimento, publicando as preciosas qualidades, que te fazem digno do respeito dos homens.

Do teu sincero, e verdadeiro amigo
Januário da Cunha Barbosa²⁷⁸

Oração Fúnebre nas exéquias da Muito Alta, Muito Poderosa, e Fidelíssima Senhora D. Maria I foi obra publicada no mesmo ano de 1818 por Januário da Cunha Barbosa. A publicação, porém, saiu dos prelos da Tipografia de Antônio Manoel de Silva Serva. A oração em lamento pela morte da soberana, e que não deixou de elogiar o rei, foi oferecida a D. João VI por Fernando José de Almeida, Coronel Comandante do Regimento de Milícias, como indicado em carta que precede a oração.²⁷⁹

A última das obras dedicadas de Cunha Barbosa foi a *Oração de ação de graças*, em 26 de fevereiro de 1822, pelo primeiro aniversário do juramento da Constituição portuguesa. Era dedicada ao Constitucional Regente do Brasil, comprovando que as dedicatórias acompanhavam o ritmo da conjuntura política. A publicação se propunha a agradecer o juramento da Constituição e as consequências deste para a situação do Brasil. Dividia-se em duas partes: a primeira afirmava que o Brasil, depois de seu descobrimento, demorou a ter suas riquezas conhecidas e reconhecidas e que, nessas

²⁷⁸ Januario da Cunha Barboza. *Oração de acção de graças que, celebrando-se na real capella do Rio de Janeiro, No dia 7 de Março de 1818 o Decimo Anniversario da Chegada de Sua Magestade a esta Cidade, Compoz, recitou, e offerece, com permissão d'El-Rey Nosso Senhor, a José de Carvalho Ribeiro, em signal de gratidão, e amizade, Januário da Cunha Barbosa. Presbitero Secular, Pregador de Sua Magestade, Cavalleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Fhilosophia Racional e Moral na Corte, e Pro-Comissario dos Terceiros Minimos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. s.n.p.

²⁷⁹ Januario da Cunha Barboza. *Oração Funebre nas exequias da Muito Alta, Muito Poderosa, e Fidelissima Senhora D. Maria I. Rainha do Reino-Unido de Portugal, Brazil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelos officiaes do Regimento de Melicias Nº 3 do Rio de Janeiro. Recitada por Januario da Cunha Barbosa, Presbytero Secular, Pregador de S.M., Cavalleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Fhilosophia Racional e Moral, e Pro-Commissario dos Terceiros Minimos*. Bahia: Typographia de Manoel Antônio de Silva Serva, 1818. Com as Licenças necessárias, p. 3-4.

terras, o primeiro sangue foi derramado por sórdidos aventureiros, movidos pela ganância do comércio. Gradualmente, a povoação foi aumentando e o Brasil passou a enriquecer Portugal. Naquele momento, os políticos, até mesmo os portugueses, reconheceram o valor e a importância do Brasil. Apenas com a chegada de D. João, vieram os primeiros ensaios de liberdade, que acabaram por se tornarem reais com os acontecimentos de 26 de fevereiro de 1821 – o juramento da futura Constituição portuguesa, por D. João VI. Destacava, contudo, que a liberdade só foi efetivamente concedida por D. Pedro.

A segunda parte iniciava com um discurso pregando que o mal do mundo era o despotismo e que o “bem das sociedades” encontrava-se na Constituição, logo, nos governos constitucionais. Teciam-se agradecimentos a D. João VI pelo juramento, sendo os políticos portugueses apontados como corruptos, que empregavam as leis em benefício dos poderosos. Utilizava o termo “brasileiro”, afirmando que não fazia distinção de português a português, quando os considerava reunidos em uma causa justa, ou seja, a defesa da Constituição liberal. Agradecia e louvava, igualmente, a atitude de D. Pedro, no dia 9 de janeiro de 1822, quando este aceitou ficar no Brasil e cimentar a união deste reino com Portugal. Sua homenagem volta-se para D. Pedro, por defender sempre a glória do Brasil:

Assim como as nações vizinhas viram o nosso cativo, assim também verão, e bem depressa, a salvação do Senhor que sobre vós recairá com grande honra, e com esplendor eterno.

Nunca a Religião de J.C. viu reunidos os seus Filhos com mais justiça e contentamento, do que hoje que celebramos o primeiro aniversário da nossa feliz, necessária, e política Regeneração. Nunca também o Orador Sagrado se viu em maior empenho do seu Ministério, do que agora, que participante ele mesmo do entusiasmo Nacional, tem de falar a um Povo livre e generoso; a um Povo, que dirigindo-se pelo movimento geral da Europa, arrancou ao Despotismo o Cetro de ferro, e recebendo das mãos da Igualdade a Carta da sua Emancipação, para ocupar um lugar distinto na Cena do Mundo, deu um grande exemplo de valor e de brio, de energia e de virtude. Sim, Concidadãos, foi hoje que recobramos a existência Moral; foi hoje, que nos mostramos dignos dos sublimes dotes, com que o Criador nos enriquecera; que nos forramos da dependência vergonhosa de prejuízos infamadores, e opostos à sociabilidade; que entramos de uma maneira honrosa no Corpo

Social, e empossamo-nos de Direitos inauferíveis, que tínhamos à legitimidade entre s Nações. Foi hoje, foi quase e esta hora, (recordai-vos com jubilo!) que nós vimos o Nosso Bom Rei, o Senhor D. João VI conduzido como em triunfo pelas ruas desta Capital, precedido de um Povo embriagado de ventura, que começava a gozar, e da presença do seu Monarca, que despindo a Soberania, de que estava de posse, e restituindo-a à Nação, dizia em altas vozes “que aprovava e confirmava quanto seu Filho jurara em seu nome.”

E quanto esta passagem de um estado de opróbrio e de morte, para outro de honra e de vida Nacional e Política se tem operado sem correr o nosso sangue, sem comoções intestinas, sem violação de propriedades, sem ultraje da honra e da virtude, sem desdouro da Dignidade Real, e sem proclamação de princípios subversivos, não há razão assaz poderosa para acender-nos de um nobre zelo no Templo do Deus vivo, que vendo a nossa degradação, fez chover sobre nós os orvalhos de quase Divinos bens? E quando vemos o Herdeiro do Trono postergando indignos prejuízos, que a antiga idolatria dos Áulicos lhe ofertara desde o berço, não julgando desgraça os limites, que se constituíram à Autoridade Real, em benefício dos Povos, vir aos pés dos Altares agradecer ao Deus de nossos Pais o estabelecimento do novo Pacto Social, não é para nos enchermos de Patriotismo e Religiosa gratidão, renovando de ano à ano as nossas Ações de Graças?

Ainda com dor o recorde Concidadãos! tanto sobre as praias do Tejo, como sobre as do nosso Janeiro, estava escrito em caracteres muito legíveis “em pouco tempo deixaremos de ser Nação.” O abismo estava aberto; um passo mais na estrada em que marchávamos... concluía-se a nossa desgraça! Porém Deus que adotara a Lusa Monarquia, por que a erigira sobre Bases Constitucionais, que ambicioso Despotismo, por longo tempo suplantara, substituindo-lhe a Inquisição e a Inconfidência, ensurdeceu o nosso Rei às sugestões do Ministério, e abriu o seu coração ao grito da verdade. Por isso as nações vizinhas, que viram o nosso opróbrio e o nosso cativo, verão também, e brevemente a honra, a glória, e o esplendor, com que surgimos a ocupar entre ela o lugar, que de justiça nos pertencia: *Sicut enina &c.*

Quanto lamento, Concidadãos, que não possa proporcionar-se à sublimidade do presente assunto a limitada esfera de um Orador só abundante de sinceros desejos de bem servir a Nação e a Pátria! Quanto lastimo que ainda fazendo os maiores esforços, ainda excedendo-me na empresa, a que vanglorioso submeti os meus ombros, ficaria muito aquém do que se pode dizer de grande e de magnífico por um tal motivo! Mas se os interesses da Religião ligados com os da Pátria são capazes de tirar forças da própria fraqueza, e tornar eloqüentes os discursos de quem como vós sente o coração repassando do mesmo jubilo, do mesmo entusiasmo Nacional, e da mesma Patriótica satisfação, eu não duvidarei, sem ser um Profeta, conciliar as vossas benévolas atenções, lendo os nossos futuros destinos no estado atual da nossa Regeneração, repetindo-vos que “assim como as nações vizinhas, que viram o nosso opróbrio e o nosso cativo, assim verão, e brevemente a honra, a glória, e esplendor, com que Deus honrou a nossa Ressurreição Política”, e desenvolvendo estas palavras do meu Tema, mostrarei a opressão, em que gemíamos antes do dia [26] de Fevereiro do ano passado, que fazia necessária a mudança do nosso Governo. Primeira parte. Mostrarei os bens, que nos foi permitido esperar de uma Sábia Constituição, que fizesse a felicidade dos Povos, e ligasse em justiça, Amor, interesse e honra os 3 Reinos da nossa Monarquia. - Segunda Parte.²⁸⁰

²⁸⁰ Januario da Cunha Barboza. *Oração de acção de graças, que recitou na Real Capeala, no dia 26 de Fevereiro, Solemnizando-se por Ordem de Sua Alteza Real o Primeiro Anniversario do Juramento D’El-Rey E Povo desta Corte a Constituição Lusitana, e Offerece ao Mesmo Augusto e Constitucional Regente do Brazil O seu Author ****, Professor Publico de Philosophia. Rio de Janeiro, na Tipographia Nacional, 1822. s.n.p

Januário da Cunha Barbosa teve participação ativa no processo de Independência, atuando ao lado de Joaquim Gonçalves Ledo na redação do periódico *Revérbero Constitucional Fluminense*.²⁸¹ Mais tarde, viajou a Minas Gerais com o intuito de agilizar naquela província a aclamação de Pedro I, buscando converter as opiniões à causa nacional. Apesar disso, foi preso e extraditado para a Europa em finais de 1822, em função de uma devassa executada por ordem do ministro José Bonifácio de Andrada e Silva, que pretendia livrar-se do grupo mais liberal, do qual Januário fazia parte. Julgado inocente no ano seguinte, retornou do exílio, ao mesmo tempo, que o antigo ministro José Bonifácio era deportado também para a França. Sua lealdade e patriotismo pareciam estar comprovados para o imperador, que lhe agraciou com a cadeira de Cônego da Capela Imperial e o Oficialato da Ordem do Cruzeiro. Foi eleito Deputado à primeira legislatura, simultaneamente, pela província de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Publicou, entre os anos de 1809 e 1846, cerca de 46 obras, divididas entre orações, sermões, discursos, obras políticas e periódicos.²⁸²

Quando de seu falecimento, em 1846, acumulava os cargos e as titulações de Cônego e Pregador da Catedral Capela Imperial, Examinador Sinodal, Oficial da Ordem Imperial do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo, da Ordem Portuguesa da Conceição de Vila Viçosa, da Ordem Napolitana de Francisco I, Cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, professor jubilado de Filosofia Racional e Moral, Cronista do Império, Bibliotecário da Biblioteca Nacional e Pública da Corte, diretor da Imprensa Nacional, Árcade Romano, Sócio da Sociedade Politécnica Prática de Paris, do Instituto Histórico da França, da Sociedade Real dos Antiquários do Norte, da Sociedade dos Curiosos da Natureza de Mogúncia, do Circulo Médico-Cirúrgico de Bruxelas, da Academia Real

²⁸¹ Lúcia Maria P. Guimarães. “Januário da Cunha Barbosa”. In: Ronaldo Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Editora Objetiva, 2002, p. 194.

²⁸² Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 4, p. 296-300.

das Ciências de Lisboa, da Associação Marítima Portuguesa, da Academia real das Ciências de Nápoles, da Sociedade Pontoniana, da Sociedade Promotora de Agricultura de Vassouras, do Conservatório Dramático do Rio de Janeiro, fundador e primeiro Secretário perpetuo do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional do Rio de Janeiro, e Deputado á Assembléia Geral Legislativa do Império.²⁸³

O Arcebispo da Bahia Romualdo Antônio de Seixas, futuro Marquês de Santa Cruz, nasceu na cidade de Cametá, na província do Pará em 1787 – no mesmo dia e lugar em que nascera, em 1762, seu tio, Bispo D. Romualdo Coelho de Souza. Sua primeira educação foi vistoriada pelo referido tio, sendo concluída em Lisboa na congregação do Oratório. Aos dezoito anos de idade, fez um de seus primeiros discursos por ocasião da abertura da Aula Pública de Filosofia, no Pará, que teria enlevado o público. No ano de 1806, foi nomeado mestre de cerimônias do Sólido Episcopal e começou a lecionar latim, retórica e filosofia no Seminário Episcopal. Em 1808, recebeu as ordens de Sub-Diácono no Pará e estreou na tribuna sagrada pelo fato de ter adoecido o orador. Em 1809, já Diácono, viajou à Corte do Rio de Janeiro em companhia de outro eclesiástico, formando a Comissão do Bispo do Pará, cujo objetivo era cumprimentar a Família Real em seu nome, além de tratar de assuntos da referida diocese. Retornou carregando as nomeações de Cônego da Sé paraense e de Cavaleiro da Ordem de Cristo.²⁸⁴

Em 1810, com 23 anos, recebeu as ordens de Presbítero e foi nomeado Pároco de Cametá, Vigário Geral da Província e, mais tarde, Vigário Capitular. Na primeira obra que ofereceu, em 1812, homenageou o Conde de Aguiar. *Sermão em Ação de*

²⁸³ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 3, p. 254; V. 10, p. 117.

²⁸⁴ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 7, p. 154-155.

Graças, pelo feliz sucesso das nossas armas em Portugal foi um discurso pregado no Pará, cujo texto agradecia a ajuda de Deus, que protegeu a monarquia portuguesa, referindo-se sobre a justiça divina, que ao mesmo tempo punia e castigava. Vangloria-se de Portugal ter sido inacessível ao imperador dos franceses, apesar de ter sofrido outros males no passado. Afirmava que Deus favoreceu a Portugal, até mesmo, quando sustentou sua aliança com a Inglaterra e que sua fé e seus valores o protegeram de seus inimigos. Afiançava ainda que o Reino era guardado pelos sentimentos cristãos que seguia, fielmente, os mesmos que o tornaram onipotente.

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor

Se alguma vez se reconheceu mais sensivelmente, que a Circunspeção de um Ministério profundo e esclarecido, não é menos essencial para manter o esplendor das Monarquias, que o sucesso glorioso das Armas, é sem dúvida nesta época memorável, em que percebendo os frutos das mais sinaladas vitórias sobre os nossos Inimigos, nós gozamos ao mesmo tempo dos inapreciáveis benefícios daquela sábia, e prudente Administração, com que V. Excelência há mais de quatro anos felicita este vasto Continente do Brasil.

Só esta consideração bastaria para desculpar a ousadia que tomo de pôr na Presença de V. Excelência o tributo desta tênue produção, a primeira que sai das margens do Amazonas, depois do estabelecimento da Imprensa no Brasil; e quando eu pudesse, sem ofensa da exemplaríssima Modéstia de V. Excelência, produzir aqui os direitos que V. Excelência particularmente tem sobre a minha gratidão, aquela distinta afabilidade com que no espaço de cinco meses quase todos os dias me ouviu, e atendeu no meio do labirinto de importantíssimos negócios que dão continuamente exercício à Atividade e infatigável Zelo de V. Excelência pela Glória do nosso Augusto Soberano; aquela profusão de Graças com que o mesmo Senhor se Dignou Honrar-me, não olhando nem para a minha indignidade, nem para os meus poucos anos, senão para o benigno acolhimento, e amparo de V. Excelência; quando finalmente fosse possível repetir os inumeráveis favores de que sou devedor à Bondade de V. Excelência; estou certo, Excelentíssimo Senhor, que nem a pobreza e limitação da Oferta, nem a desproporção imensa, que ela tem com a Grandeza de V. Excelência, e com aquela superioridade de luzes em todos os gêneros, de que é adornado o Grande Espírito de V. Excelência, poderiam eximir-me aos olhos do Público da rigorosa obrigação de manifestar por este modo o meu íntimo, e sincero reconhecimento.

Tais são os motivos, que me conduzem cheio de respeito aos Pés de V. Excelência, na firme confiança de que se dignará aceitar este pequeno testemunho, não só da minha gratidão, mas também dos leais, e patrióticos sentimentos que animam os Habitantes desta vasta porção do Império Americano. Deus Guarde a preciosa vida de V. Excelência por dilatados anos

De V. Excelência,

Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor
Conde de Aguiar,

Reverente Súdito, e Obrigadíssimo
Capelão
Romualdo Antônio de Seixas²⁸⁵

A segunda das três obras de Seixas foi *Oração fúnebre pelas exéquias da Sereníssima Infanta a Senhora Dona Maria Anna*, datada de 1814. O discurso encomendado por D. Manoel de Almeida, Bispo Diocese do Pará, foi publicado e oferecido ao referido bispo. Dissertava sobre o pesar da morte, demonstrando que, infelizmente, essa chegava, indiscriminadamente, para todos – mesmo para uma princesa de uma “corte luzida e brilhante”. Afirmava que D. Maria Anna teve uma vida pura, possuía inúmeras virtudes, sendo amorosa para com seus pais e caridosa por extremo, além de seguir fervorosamente a religião. Utilizava diversos elementos bíblicos para tecer comentários sobre a morte, mencionando, ainda, o falecimento, já citado, de D. Pedro Carlos, perda que considerava, igualmente, lastimável. Encerrava a oração com um discurso acerca da fragilidade da vida.

Excelentíssimo e Reverendíssimo Senhor

As demonstrações fúnebres, com que V. Excelência excitou nos Habitantes desta Capital a mais viva sensibilidade pela Morte da Sereníssima Senhora Infanta D. MARIA ANNA, foram justamente consideradas como um dever tanto mais digno da piedosa Magnificência de V. Excelência, quanto é pública, e notória a estima, e confiança, com que esta Virtuosa Princesa Honrara, e Distinguirá sempre a V. Excelência.

É constante que na Fundação do Real Convento do Desagravo de Lisboa foi V. Excelência encarregado de várias Comissões importantíssimas tendentes àquele objeto, e que depois de elevado este glorioso Monumento da SERENÍSSIMA SENHORA INFANTA, foi V. Excelência especialmente escolhido para conduzir as Religiosas, que deviam reproduzir neste asilo da Penitência a primitiva observância da Regra de Santa Clara, e aquele admirável Instituto de uma perene Adoração ao Santíssimo Sacramento, que no Lourçal havia estabelecido o Imortal Rei Senhor D. João V Fundador desse suntuoso Mosteiro, onde se admirou na Direção das Consciências a consumada prudência, e sabedoria de V. Excelência.

Eu faltaria pois a todos os deveres da justiça e da gratidão, se deixasse de oferecer a V. Excelência este pequeno discurso que por tantos títulos lhe

²⁸⁵ Romualdo Antonio de Seixas. *Sermão em Acção de Graças, pelo feliz successo das nossas armas em Portugal: Prégado Na Igreja dos Militares da Cidade do Grão Pará, na festa que celebrou a Officialidade do Primeiro Regimento de Linha denominado da Cidade, a 21 de Julho, dia do Anjo Custódio do Reino; offerecido ao Illustrissimo senhor Conde de Aguiar, Pelo Presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Natural da mesma Capitania do Pará, e Conego Diacono da Respectiva Cathedral*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença de SA.R. s.n.p.

pertence, até mesmo por ser fruto de obediência numa empresa tão delicada, e superior às minhas forças.

Digne-se V. Excelência aceitá-lo, e dissipar com a sua Proteção as sombras de qualquer censura, que poderia ser justa, a não desculpar-me a eleição, que V. Excelência mesmo fizera de mim para tão alto Ministério. Deus Guarde a V. Excelência por muitos anos

De V. Excelência
Reverente Súdito, e obrigadíssimo Capelão
Romualdo Antônio de Seixas²⁸⁶

No ano de 1818, publicou o *Sermão de ação de graças* pela aclamação de D. João VI, apresentado no dia do aniversário do soberano – 13 de maio – como forma de celebração do Senado da Câmara do Pará por aquele evento. O discurso iniciava-se por meio da afirmativa que os fiéis vassalos do Reino de Portugal eram muito felizes. Fundamentava os elogios e o merecimento de D. João utilizando-se de elementos bíblicos, comparando-o a Davi. Destaca a clemência do soberano e convocava todos os súditos para exaltar um rei tão bondoso, verdadeiro presente dos céus. Por conseguinte, a aclamação era um momento de extrema felicidade. Destacava, ainda, os gloriosos antepassados de D. João, evocando D. Manoel I, D. João III e D. João IV.

Exclamava que o soberano era benfeitor, honrado e vitorioso sobre Napoleão Bonaparte, na difícil situação da Europa. Citava os diversos benefícios que o regente realizou, entre 1808 e 1810, tais como providências para a cultura e povoação dos campos, liberação de privilégios e prêmios, cultivo de especiarias, estabelecimento de artes e manufaturas, liberdade do comércio, facilitação da navegação dos grandes rios, citando, devidamente, os respectivos alvarás e cartas régias. Os elogios ao caráter do soberano permeiam todo o texto, referindo-se sempre a D. João de forma eloquente: “Que não é capaz de fazer um Rei Sábio, e Virtuoso, que julga sempre faltar alguma coisa a si mesmo, enquanto falta alguma coisa ao Estado e a Nação?”. Eram atribuídas,

²⁸⁶ Romualdo Antonio de Seixas. *Oração fúnebre, recitada pelo Conego ***, Cavalleiro professo na ordem de Christo, natural do Pará nas exequias da Serenissima Infanta a Senhora Dona Maria Anna, que fez celebrar o Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor D. Manoel de Almeida, Bispo da mesma Diocese. Offerecida ao mesmo Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor*. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1814. Com Licença de S.A.R. s.n.p.

ainda, ao monarca as características de pacificador, governador sábio e luminoso, bom, justo e afável. Um rei que mantinha sua palavra e, como seu avô D. José I, era incapaz de trair seus aliados. Logo devia se considerar feliz aquele que dava sua vida por tal governante. Encerrava seu texto pedindo a Deus que multiplicasse, infinitamente, os anos de vida do soberano.

Senhor

Tendo eu a fortuna, e a honra de ser escolhido já por duas vezes, para anunciar do Púlpito a faustíssima exaltação de V. Majestade ao Trono; uma quando o Prelado desta Diocese, apenas recebeu a participação da Secretaria d'Estado, convocando o Clero, e o Povo celebrou na Catedral as devidas Ações de Graças por tão grande Benefício da Providência, e outra quando o Senado da Câmara, depois da consumada Cerimônia da Aclamação concorreu à mesma Catedral, para tornar mais solenes as Demonstrações da sua fiel vassalagem; parece justo, e natural, que o Sagrado Nome de V. MAJESTADE, objeto de todo o nosso jubilo, seja também o Nume Tutelar, sob cujos Auspícios eu exponha à Luz pública esta fraca produção do meu rude engenho, ao mesmo tempo, que os mais abalizados talentos de toda a Monarquia se esforçam à porfia em exaltar as Virtudes de V. MAJESTADE, e a felicidade da Nação, que tem a dita de obedecer a um Rei tão digno de seu amor.

Seria atrevido, e temerário o meu arrojo, se V. MAJESTADE à imitação do orgulhoso Alexandre tivesse a vaidade de não consenti, que se fizesse o seu Retrato, se não com o pincel de Apeles, ou se só aos Plínios fosse permitida a glória de louvar os Trajanos. Mas sendo tão Exemplar, e edificante a Modéstia de V. MAJESTADE, quanto são raras, e singulares as sublimes Virtudes, que distinguem a V. MAJESTADE entre todos os Soberanos do Mundo, eu não hesito em chegar aos Pés do Real Trono, na humilde confiança, de que V. MAJESTADE se Dignará de receber este pequeno tributo da minha vassalagem com a mesma afabilidade, com que V. MAJESTADE me Honrou, e Atendeu tantas vezes que tive a felicidade de beijar as Reais Mãos de V. MAJESTADE, e oferecer-lhe as congratulações desta Igreja pela sua sempre memorável Chegada aos Estados do Brasil; e de que V. MAJESTADE através de um estilo tosco, e grosseiro reconhecerá com prazer os Patrióticos afetos, e Leais Sentimentos, que animam os Corações dos Paraenses, bem como os ardentes votos, que não cessamos de dirigir ao Céu pela dilatada conservação da preciosa Vida de V. MAJESTADE, e da Sua Real Família.

Deus Guarde a V. MAJESTADE muitos anos. Pará 12 de Junho de 1817.

De V. MAJESTADE

O mais humilde Vassalo

Romualdo Antônio de Seixas²⁸⁷

Dois anos mais tarde, em 1819, saiu dos prelos da Tipografia de Antônio Manoel

de Silva Serva a obra Sermões e Panegíricos, de Romualdo Antônio de Seixas. A

²⁸⁷ Romualdo Antonio de Seixas. *Sermão de acção de graças que no dia 13 de maio celebrou o Senado da Camara desta capital do Pará pela feliz aclamação do muito alto, e poderoso senhor D. João VI. Rey do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves Recitado, e Offerecido a Sua Magestade Fidelissima pelo Presbytero***, Professo da Ordem de Christo, e Conego da Cathedral da mesma Cidade. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. s.n.p*

compilação de discursos do orador foi oferecida a D. Manoel de Almeida de Carvalho, bispo da diocese do Pará. Era composta, entre outros, dos seguintes textos: *Discurso em ação de graças pela paz geral*; e o *Sermão pregado na festividade que fez celebrar o Senado da Câmara da Vila de Camutá, em Ação de Graças pelo nascimento do Sereníssimo Senhor Infante D. Sebastião*. Figuravam nos escritos reunidos os elogios a D. João e à Família Real.²⁸⁸

O religioso foi eleito representante da Junta Provisória Governativa, no Pará, por duas vezes (1821 e 1823), e representou a mesma província, na 1ª e 4ª legislaturas, e a da Bahia, na 3ª e 5ª legislaturas. Ocupou duas vezes a presidência da Câmara. Nomeado como Arcebispo da Bahia, em 1826, foi sagrado no ano seguinte, tomando posse como 17º Arcebispo da Bahia, em 1828. Recusou o cargo de Ministro e Secretario de Estado do Império em 1838. Recebeu de D. Pedro I a graça do título de Pregador da Capela Imperial e de Grande Dignatário da Ordem da Rosa. Foi ainda membro do Conselho do imperador. Presidiu a sagração de D. Pedro II, em 1840, de quem recebeu a Ordem da Grã-Cruz de Cristo, e, posteriormente, os títulos de 1.º Conde e 1.º Marquês de Santa Cruz. Membro do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil, da Academia das Ciências de Munique, da Sociedade dos Antiquários do Norte em Dinamarca, além de outras associações científicas nacionais e estrangeiras, faleceu no ano de 1860. Carregava o título de Arcebispo Primaz do Brasil e escreveu cerca de 39 obras, entre orações, panegíricos, sermões, discursos, pastorais, obras políticas e representações, publicadas entre os anos de 1809 e 1876.²⁸⁹

²⁸⁸ Romualdo Antônio de Seixas. *Sermões e Panegyricos recitados pelo presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e Conego da Sé do Pará; com dous discursos sobre a filosofia, offerecidos ao Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor D. Manoel de Almeida de Carvalho, bispo da mesma diocese*. Bahia: Typographia de Manoel Antônio de Silva Serva, 1819. Com as Licenças necessárias, p. 1-128.

²⁸⁹ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 7, p. 156-159. Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 8, p. 184-185.

3.5. Manuel Ferreira de Araújo Guimarães e Manoel Joaquim da Silva Porto

Manoel Ferreira de Araújo Guimarães nasceu na Bahia, em 1777. Anos mais tarde, partiu para Portugal, onde foi aluno da Academia Real da Marinha de Lisboa, alcançando o cargo de lente substituto e, posteriormente, o título de professor honorário. Nesta cidade, traduziu inúmeras obras relevantes para os estudos acadêmicos. Em 1805, regressou a Bahia, acompanhando o Conde da Ponte e, depois, mudou-se para o Rio de Janeiro, já como 1º Tenente da Armada. Na Corte, por intermédio de Rodrigo de Souza Coutinho, foi transferido para o Corpo de Engenheiros, como capitão e lecionou, como lente honorário de matemática, na Academia Real dos Guardas-Marinhas, transferindo-se, em seguida, para a Real Academia Militar.²⁹⁰

No Rio de Janeiro, sua primeira obra – *Elementos de Geometria* – saiu dos prelos da Impressão Régia, em 1809. Era uma tradução do livro de A. M. Legendre, publicado em Paris, no ano de 1794 e impressa no Brasil, por ordem de Sua Alteza Real, a fim de ser adotada nos cursos da Real Academia Militar. Segundo Araújo Guimarães, era a primeira obra de matemática publicada nesta Corte, realizada com imenso trabalho, incômodo de sua saúde e, até mesmo, despesa. Esta era também a primeira das três obras oferecidas pelo autor, sendo uma das duas dedicadas a D. João. A terceira foi homenagem póstuma a Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Secretaria e dos Negócios da Guerra e dos Estrangeiros do governo joanino (1808-1812). *Elementos de Geometria* foi anunciado em outubro de 1809, apresentando estampas com figuras geométricas, as primeiras a serem gravadas na Impressão

²⁹⁰ Maria Beatriz Nizza da Silva. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: Eduerj, 2007, p. 13. Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 6, p. 71-72.

Régia.²⁹¹ Quando o Príncipe Regente mandou criar uma Academia de Instrução Militar na Ilha dos Açores, no ano de 1810, determinou que essa tradução, também, lá fosse utilizada para ensino de Geometria²⁹². Na dedicatória, o autor procurava, então, oferecer seu trabalho como homenagem em troca de proteção, mas também como forma de agradecimento pelo que já havia recebido do soberano:

Senhor

No momento em que o Brasil dobrou reverente o joelho na Presença de V.A.R., brotou para este Continente uma fonte perene de felicidades. As Ciências, companheiras inseparáveis da prosperidade do Estado, e que, ao estrondo das armas, se acolheram espavoridas debaixo da Proteção de V.A.R., vieram fixar o seu domicílio no terreno mais fértil e mais abundante. A Bahia teve a honra de oferecer as primícias de submissão e homenagem ao Mais Amável dos Soberanos com aquela efusão de prazer e alegria, que só podiam inspirar as Virtudes que adornam a Sublime Alma de V.A.R. É também um filho seu (o mais rude e o mais inábil) que tem a fortuna de alcançar a sua fraca voz na Primeira Cadeira de Matemática de uma Academia até agora desconhecida na América Portuguesa; e é ele mesmo que, com o mais humilde respeito, se anima a oferecer a V.A.R. a primeira Obra Matemática, impressa na Sua Régia Oficina Tipográfica, estímulo para outros mais hábeis que um dia ilustraram a Nação com os seus escritos imortais.

Sirvam estes motivos de obter aquele gasalhado com que V.A.R. se tem dignado de acolher as tênues fadigas que já viram a luz debaixo dos Seus Reais Auspícios, argumento decisivo de que V.A.R. atende menos à escassa oferta, do que ao sincero coração que a dedica.

A minha gratidão, sobrejamente empenhada por este novo benefício, animará a sincera confissão, que tantas vezes tenho feito, e repetirei até o último instante, de que tenho a glória de ser.

DE VOSSA ALTEZA REAL
O mais humilde e fiel vassalo
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães²⁹³

Em outro gênero, Araújo Guimarães publicou *A Ode pela Restauração do Porto*, também no ano de 1809. Obra sem espaço definido para a dedicatória em sua forma tradicional, mas que foi oferecido ao Príncipe Regente. Desse modo, seu texto foi composto, integralmente, em tom laudatório:

Descei do Olimpo, honrados Lusitanos,
O ferro vencedor tomai da destra,

²⁹¹ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. 21.

²⁹² Carta régia do [príncipe regente], d. João, a d. Miguel Antônio de Melo, [governador e capitão general da Ilha dos Açores].

²⁹³ Manoel Ferreira de Araujo Guimarães (tradução do francês). *Elementos de geometria*, por A. M. Le Gendre. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809. Por Ordem de S.A.R, s.n.p.

Correi aos Pátrios campos alagados
D'aluvião horrenda

Tu, valente Sertório, e Viriato,
Que as Águias triunfantes abatestes
Das Romanas coortes espalhadas
Por toda a redondeza:

Egas, Nunos, Corrêas e Menezes,
E quantos viu a Espéria sustentando
O trono Português nos fortes ombros,
Que nunca se acurvaram:

Vós a quem viu Atlante temeroso
Banhar em sangue bárbaro as areias
De Arzila, Mazagão, Tanger e Ceuta,
Da Mauritânia freio;

Albuquerque, Almeidas, Castros, Gamas,
Que fizestes tremer o Indo e o Ganges,
Saldanhas, Mascarenhas destemidos,
Assombroso Pacheco:

Eia, vinde, acode aos vossos Lares:
Um Totila cruel, um Alarico,
Um Átila soberbo, um Odoacro,
Da Gália se levanta:

Hérulos, Godos, Hunos, Visigodos
Menos bárbaros eram que as falanges
Do Corso, de conquistas mais sedento
Que o filho de Filipe.

Do Pólo de Calisto até o Antártico,
A feia Alecto espalha a guerra ardente,
Sacode Erinis o funesto facho,
Convulsa a terra treme.

Traição, a vil traição, precede os passos
Do Déspota fatal, que o mundo abala,
Na boca a proteção, a paz no rosto,
No coração a perfídia.

Já profanado tem por vezes duas
Do Douro ilustre as margens aguerridas,
Qual sanhudo leão, derriba, mata,
De presa não se farta.

Eia, vinde... Mas não. Em paz tranqüila.
Os prazeres gozai, que merecestes:
Inda brilha o valor, inda se alverga
Nos peitos Portugueses.

Em vossos netos vivem destemidos
Os valentes Miltíades. Os campos
De Maratona vê tintos de sangue
O soberbo Dario.

Os fidos Espartanos, que trocaram
Por nome sempiterno a doce vida,

De Xerxes contra as forças assombrosas
Trezentos pelejando.

Que mais fizeram que os valentes Lusos,
Ao Príncipe fiéis, à Pátria firmes,
Do Cavado nas margens, e do Douro,
Os Galos destroçando?

Póstumios, Fábios, Manlios e Camilos,
Vede novos Tarquínios, novos Brenos,
Que aos Lusos as cadeias prometiam,
Mordendo a dura terra;

Zama de Cipião, a glória canta,
O Africano vencendo que no Trébia,
Em Canas, em Tesino, em Trazimene,
As Águias abatera.

Machado, Bacelar, forte Silveira,
Impávidos encaram, vencem matam,
Os soberbos Franceses, que a vitória
Alistada traziam.

De Jena o vencedor altivo e fero,
Com os triunfos pomposos fascinado,
O ferro Português provar não ousa,
Treme, recua, e foge.

Milagres que outra vez vira o Salado,
Ourique, Aljubarrtota, linhas d'Elvas,
Em nosso dias viram renovadas
Do Minho os férteis campos.

Lima, Douro, Mondego, Tejo, e Zezere,
E tu também, ilustre Guadiana,
Rivais do Reno e Tibre, correm tintos
Com o sangue dos inimigos.

Também o nome teu meus versos honre,
Generoso Wellesley, filho de Marte,
Vivam os teus Britanos defensores
Dos fidos Portugueses.

Desta arte o grande Afonso, socorrido
Do Germano Guilherme, desbarata
Os filhos de Ismael que irosos guardam
A famosa Lisboa.

Abate, ó Musa, os vôos atrevidos,
Que da Pátria soltou amor sincero,
Dos Lusos o louvor pertence a Febo,
A fama à eternidade.²⁹⁴

²⁹⁴ Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. *Ode pela restauração do porto oferecida a Sua Alteza Real por Manoel ****. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809, Com Licença de S.A.R. p. 3-7

Uma homenagem póstuma a D. Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, oferecida a Condessa de Linhares foi a última obra dedicada de Araújo Guimarães. *Epicédio*, publicado no ano da morte de D. Rodrigo, em 1812, constitui-se de um folheto inteiramente redigido em forma de louvor. Elogiava os feitos e a dedicação de Rodrigo de Souza Coutinho em relação ao Brasil. Afirmava que o ministro era o braço direito de D. João e mais que seu ministro exemplar, era um amigo. Reconhecia-o como destemido, sábio, que prezava as ciências, ressaltando que suas idéias foram fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Deve-se lembrar que Rodrigo de Souza Coutinho incentivou a tradução e publicação de obras de ciências no Brasil para serem adotadas nas academias militares, além de ter atuado na promoção de Araújo Guimarães no Corpo de Engenheiros. No texto, louvava àquele que será sempre “Ministro imortal que o Bem do Estado, / Não p próprio, desvela”, a quem todos seriam sempre gratos e por quem todos choravam. A obra foi distribuída gratuitamente na Loja da Gazeta, conforme anunciado no próprio periódico.²⁹⁵

Assim águia veloz, cortando as nuvens,
Vai de Febo libar o lume eterno,
E dos mortais os olhos assombrados
Seu trilho não rastejam.

Assim por Boreas bafejando o cenho
O salso campo de Netuno lavra,
E debalde a Saudade mesma espreita
Vestígios de momento.

Maligna inveja, alçando a face horrenda,
Ora entre os imortais procura o Justo,
Contra quem despediu com fúria brava
A seta envenenada.

Coutinho sobre as asas da virtude,
Transpondo os astros, por vereda ignota
À sedenta ambição, ao ócio torpe,
Encara a Eternidade.

Com suspiros saudosos Lísia expressa.
Da perda ingente o amargo sentimento,
E culpa em sua dor o Céu tirano,
O Céu que lho roubara.

²⁹⁵ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Número 16, 22 de fevereiro de 1812.

Fatal necessidade! Lei Soberba,
Que os perversos e os bons baralha injusta!
Que não possa esquivar-se à Urna ingrata
O nome do Coutinho!

Levanta o vôo, ó Musa lutuosa,
Deixa da Sepultura as frias margens,
O Herói, que merece os teus louvores
Da Parca tu defendes.

Deixa à Morte os despojos mentirosos,
E em firme mausoléu que o tempo insulte,
Da tua gratidão grava a lembrança,
E o Varão a glória.²⁹⁶

Em 1812, requisitou e obteve a transferência de sua função na Academia de Marinha para a Academia Militar, idealizada por Rodrigo de Souza Coutinho. Ainda no mesmo ano, publicou a obra *Variação dos triângulos esféricos para uso da Academia Real Militar*. Não foi oferecida em homenagem, mas atribuiu-se a esta o título de primeiro trabalho original de ciência de um autor brasileiro, publicado na Impressão Régia.²⁹⁷

É provável que, no ano de 1813, Araújo Guimarães tenha sido nomeado para o cargo de redator de *A Gazeta do Rio de Janeiro*, substituindo o padre Tibúrcio José da Rocha. Nesse posto permaneceu até 1821, quando, então foi colocado em seu lugar, Francisco Goulart Vieira. Em 1820, encaminhou requerimento a D. João VI para substituir Silvestre Pinheiro Ferreira, no cargo de Deputado da Junta da Impressão Régia, uma vez que este havia sido nomeado para uma posição diplomática. Alegava estar envolvido com atividades literárias há mais de vinte anos, tendo contribuído para o universo das publicações no Brasil, e adquirido a experiência necessária ao posto. A resposta negativa veio em 1821, justificando não ser necessário um quarto deputado, em um pequeno estabelecimento. Além de tudo, o número par prejudicaria o andamento de

²⁹⁶ Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. *Epicedio ao Illmo e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, Senhor de Payalvo, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, Grão Cruz das Ordens de S. Bento de Avis, e da Torre e Espada, e Commendador da Ordem de Christo, &c., &c. Offerecido á Ill^{ma}. E Ex^{ma}. Senhora Condeça de Linhares, por Manoel****. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809. Com Licença de S.A.R, p. 3-7.

²⁹⁷ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. 116.

pareceres por favorecer o empate destes, devendo-se, nesse caso, recorrer às instâncias superiores para resolução. Meses depois, em meados do mesmo ano, Manoel Ferreira Guimarães deixou o cargo de redator da *Gazeta do Rio de Janeiro*, em meio à uma querela com seu sucessor, Vieira Goulart, e de muitos protestos – inclusive, acerca de pagamentos.²⁹⁸

Em meio a suas funções na *Gazeta*, Araújo Guimarães exerceu, também, as de fundador e redator do periódico *O Patriota*, que saiu à luz entre os anos de 1813 e 1814. Esse jornal político, literário e mercantil teve como outros redatores homens ilustres, como Domingos Borges de Barros – Visconde de Pedra Branca, Silvestre Pinheiro Ferreira e José Bonifácio de Andrada e Silva. Sua fundação constituiu-se em uma das primeiras tentativas de se implementar no Brasil um “jornalismo cultural”, como já era feito na Europa do setecentos. Apesar de a partir de 1808 começar a se delinear uma imprensa periódica de opinião, os mecanismos de controle e censura ainda se mostravam rígidos e o público leitor se apresentava diminuto, tornando a empresa de criar um jornal, nesse contexto, “tarefa para escritores ou políticos, curiosos ou bajuladores”, ou homens ciosos de divulgar suas idéias, mas dispostos a correr riscos financeiros e pessoais.²⁹⁹ O jornal visava à disseminação de conhecimentos acerca das Luzes, de informações de cunho literário e de notícias políticas relevantes. Abria espaço para informações sobre as ciências e, ocasionalmente, para odes e poemas em homenagem.³⁰⁰

Manuel Ferreira Araújo Guimarães ascendeu, sucessivamente, na carreira militar, aos postos superiores até alcançar aquele de Brigadeiro, em 1830. Acompanhou D. Pedro I à Bahia no ano de 1826, tendo sido grande trabalhador pelas causas da

²⁹⁸ Maria Beatriz Nizza da Silva. *A Gazeta do Rio de Janeiro...*, p. 12-16.

²⁹⁹ Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. “Redatores, livros e leitores em *O Patriota*”. In: Lorelai Kury (org.). *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz, 2007, p. 43.

³⁰⁰ Tânia Maria Tavares Bessone da Cruz Ferreira. “Redatores...” p. 47-48.

Independência. Por esta província, foi eleito Deputado à Constituinte Brasileira (1823) e à Assembléia Provincial na 1ª Legislatura. Em 1834, foi nomeado e ocupou a posição de lente da cadeira de Geometria e Mecânica Aplicada às Artes, em sua província natal. Falecido em 1838, especula-se que tenha sido conseqüência dos sofrimentos decorrentes da condenação de seu filho, o major Inocência Eustáquio Ferreira de Araújo, por comprometimento na Revolução de 7 de novembro de 1837. Recebeu a comenda da Ordem de S. Bento de Avis e a de Cavaleiro da Ordem do Cruzeiro. Escreveu mais de 25 obras que tinham como assunto a matemática, a política, os discursos, as odes e as homenagens, além de ter sido redator dos periódicos *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota*, *O Espelho*, e o *Diário do Senado*, entre 1809 e 1838.³⁰¹

Manoel Joaquim da Silva Porto, livreiro, tipógrafo e autor, era português, natural do Porto, cidade de seu apelido, como inferiu Innocencio Francisco da Silva, tendo nascido em 1787 ou 1788.³⁰² Encontrava-se no Brasil, pelo menos, desde 1811, quando se registrou no termo de juramentos de testemunhas para justificar sua matrícula na Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação. Sua livraria à Rua da Quitanda manteve-se em funcionamento até outubro de 1823, quando foi comprada, pelos irmãos João Pedro e Evaristo da Veiga, filhos de um dos mais antigos livreiros da cidade, Francisco Luiz Saturnino da Veiga.³⁰³ Esta foi, sem dúvida, sua principal atividade, a de livreiro, ao longo do período joanino, trabalhando com a importação e venda de obras

³⁰¹ Augusto Victorino Alves do Sacramento Blake. *Diccionario ...* Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970), T. 6, p. 73-75. Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 5, p. 424.

³⁰² Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, V. 6, p. 22.

³⁰³ Lúcia Maria Bastos P. Neves & Tania Maria Tavares Bessone da C. Ferreira. Livreiros no Rio de Janeiro: intermediários culturais entre Brasil e Portugal ao longo do oitocentos. In: *Atas eletrônicas do 3º Colóquio do Pólo de Pesquisa sobre Relações Luso-Brasileiras*, 2006. Acessado em 01 de julho de 2008 http://www.realgabinete.com.br/coloquio/3_coloquio_outubro/index.htm.

de gêneros variados, em um período em que a censura ainda recaía sobre a circulação e venda de obras.³⁰⁴

Como autor, Silva Porto ofereceu três obras com dedicatória entre os anos de 1816 e 1821. A primeira delas, *Elogio dirigido á amizade, e esplendida companhia que se ajuntou no engenho de Salvaterra*³⁰⁵, foi dedicada a José de Carvalho Ribeiro³⁰⁶, negociante do Rio de Janeiro. Não foi possível localizar exemplar para consulta.³⁰⁷

Em 1817, saiu do prelo *Elogio por ocasião do fausto, e glorioso sucesso das armas portuguesas contra os insurgentes de Pernambuco*³⁰⁸, dedicado a D. João VI. O oferecimento dessa obra aparecia na própria capa, com os dizeres: “Por seu reverente, e fiel vassalo Manoel Joaquim da Silva Porto”, seguindo-se a afirmação: “Senhor, Benigno acolhe a tênue oferta. De quem no julgo Teu se honra, e Te adora”. O texto do livro procurava ressaltar a bravura dos portugueses, que não se abalaram frente à rebeliões e que derrotaram seus inimigos. Afirmava que movimentos sediciosos não eram capazes de abalar D. João VI, que saiu vitorioso da insurreição de Pernambuco. Segundo o autor, o Brasil era nação briosa, que não tolerava a perfídia e brilhava entre as demais nações do mundo. Encerrava seu texto afirmando que o Brasil era fiel ao seu soberano, e que este, por sua vez, devia ter orgulho de seus súditos. Quanto à sua postura de oposição à Revolta de Pernambuco de 1817, era uma atitude comum aos ilustrados da época, como a esboçada por Hipólito da Costa, no *Correio Braziliense*.

³⁰⁴ Cybelle de Ipanema & Marcello de Ipanema. *Silva Porto: livreiro na Corte de D. João, editor na Independência*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2007, p. 33-60.

³⁰⁵ Manoel Joaquim da Silva Porto. *Elogio dirigido á amizade, e esplendida companhia que se ajuntou no engenho de Salvaterra, offerecido ao Senhor J. de C.R. por seu fiel, e obrigado amigo M.J. da Silva Porto*. Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1816. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

³⁰⁶ Deve-se lembrar que Januário da Cunha Barbosa também ofereceu uma obra a esse negociante, em 1818. Cf. parte 3.4 supra.

³⁰⁷ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. 163.

³⁰⁸ Manoel Joaquim da Silva Porto. *Elogio por occasião do fausto, e gloriozo successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco, Composto, e Offerecido ao muito alto, e muito Poderoso senhor D. João VI. Rei do Reino de Portugal, do Brazil, e dos Algarves. Por seu Reverente, e Fiel Vassallo Manoel ****. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Por Ordem de S.M, p. 3-6

Esses ilustrados não aceitavam a revolução como instrumento de mudança na esfera política, pois ela deveria ser alcançada por meio de reformas esclarecidas.

Encarregado da venda, subscrição e administração de periódicos, como *A Gazeta do Rio de Janeiro*, *Diário do Rio de Janeiro* e *A Malagueta*, aventurou-se também, depois de 1815, como negociante de papel, mercadoria rara e de valor elevado. Foi membro da Diretoria do Montepio Literário, atuando como tesoureiro na sociedade criada em Lisboa no ano de 1816, transferida e instalada no Rio de Janeiro em 1821. Durante sua permanência no Rio de Janeiro manteve amigos e desafetos. Entre os primeiros estavam Antônio Manoel de Silva Serva, negociante português, que atuava na Bahia, com quem manteve relações comerciais e de amizade; Joaquim Gonçalves Ledo, Januário da Cunha Barbosa, Luís Augusto May, João Soares Lisboa, Zeferino Vito de Meireles, e José de Carvalho Ribeiro. Como desafeto pode-se citar José da Silva Lisboa, que considerava os estabelecimentos de Silva Porto – tanto a tipografia, quanto a livraria – como o local de reunião dos sujeitos mais curiosos de novidades políticas – uma “Caverna de Cíclopes forjando raios para anti-trovejar a Jove”.³⁰⁹

A tradução da obra *Fedra*, de João Racine, foi a última de Silva Porto saída dos prelos da Impressão Régia. É a segunda edição publicada no Brasil – a primeira, datada de 1816 não foi dedicada. Como sua primeira obra, foi oferecida a José de Carvalho Ribeiro:

Senhor José de Carvalho Ribeiro

Pois que a primeira edição da minha tradução da *Fedra*, Tragédia de João Racine, foi precipitadamente impressa, ficando por essa causa com bastantes imperfeições, tentei agora reimprimi-la com as correções que lhe fiz, conservando sempre o mesmo número de versos do original; e como fosse persuadido de que esta segunda agrada mais do que a primeira, por isso julguei a propósito dedicá-la a Vm.^{ce}. A antiga amizade, e a

³⁰⁹ Cf. Cybelle de Ipanema & Marcello de Ipanema. *Silva Porto...* p. 69-75; 79-80; 81-83; 101-111; 113-131. Para a opinião de Silva Lisboa, cf. Idem. *Memorial apologético das Reclamações do Brasil*. Parte III. Rio de Janeiro: Tip. Nacional, 1822, p. 9.

probidade que lhe conheço, me instigaram à Esta oferta, e espero que Vm.^{ce} benignamente acolha, e aprove o testemunho público do quanto me preso ser

Seu Amigo fiel, e muito venerador
Manoel Joaquim da Silva Porto³¹⁰

Além das suas atividades bem sucedidas como livreiro, no ano de 1821, após os primeiros ensaios de liberdade de imprensa, Silva Porto se lançou em uma nova empresa: a de editor de livros. Em requerimento enviado ao Príncipe Regente D. Pedro, argumentando que a Impressão Régia não era mais capaz de atuar sozinha no Rio de Janeiro, requisitou licença para abrir sua casa impressora e o privilégio da isenção de recrutamento militar para seus funcionários – prática usual no universo das tipografias. Foi-lhe concedida apenas a licença, com que se lançou a providenciar instalação e funcionamento da casa, que se utilizou de algumas variantes ao se denominar: Tipografia de Silva Porto, Oficina de Silva Porto, Impressão de Silva Porto, entre outras.³¹¹ Em relação à sua atividade editorial, podem ser arrolados 114 títulos publicados por sua editora, além de 12 periódicos, embora, nem sempre todos os números tenham sido impressos na tipografia de Silva Porto. Sem dúvida, em função do início de sua atividade estar inserido num momento de inquietação política, as obras publicadas constituíam-se, em grande parte, de pequenos impressos e folhetos políticos. Eram escritos constitucionais e liberais, narrando eventos em várias partes do império do Brasil. A Tipografia manteve-se em atividade, provavelmente, até o ano de 1825, data de suas últimas publicações. No entanto, há ainda um escrito seu, em homenagem a Pedro I, publicado em 1826, pela tipografia de Plancher. A partir daí, os rastros de Silva Porto começam a desaparecer. Em 3 de março de 1828, encontra-se na Intendência Geral da

³¹⁰ Manoel Joaquim da Silva Porto. *Phedra, tragedia de João Racine. Traduzida em portuguez, e offerecida ao senhor José de Carvalho Ribeiro por seu fiel, e obrigado amigo Manoel Joaquim da Silva Porto*. Segunda edição mais correcta. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço. s.n.p.

³¹¹ Cybelle de Ipanema & Marcello de Ipanema. *Silva Porto...* Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2007, p. 85-100; 133-135.

Polícia da Corte um aviso informando que “Manuel Joaquim da Silva Porto, natural do Porto, súdito brasileiro, idade de 40 anos”, partia para a cidade da Bahia.³¹² Segundo o dicionarista Francisco Inocêncio, Silva Porto teria deixado o Brasil em 1835, regressando a Portugal.³¹³

3.6. José da Silva Lisboa

José da Silva Lisboa nasceu em 1756, na Bahia. Coursou filosofia racional e moral no Convento dos Frades Carmelitas e dedicou-se à música ainda na cidade onde nascera. Foi enviado para estudar retórica e outras disciplinas necessárias para o curso superior em Lisboa, antes de ingressar, em 1774, na Faculdade de Direito e de Filosofia na Universidade de Coimbra. No ano de 1778, tornou-se professor substituto ordinário e interino das cadeiras de grego e hebraico do Real Colégio das Artes, na mesma cidade. No ano seguinte, formou-se bacharel em direito, retornando a Lisboa para tentar o serviço da magistratura. Regressou ao Brasil, passando a lecionar filosofia e grego na Bahia, até 1797. Naquela data, obteve da Coroa a distinção de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da cidade da Bahia, cargo que ocupou até princípios de 1808. Durante esse tempo casou-se com D. Ana Benedita de Figueiredo.³¹⁴

Em Lisboa, publicou algumas obras acerca dos princípios do Direito Mercantil e da Economia Política, tendo, provavelmente, contactos com os membros da Coroa

³¹² Lúcia Maria Bastos P. Neves & Tania Maria Tavares Bessone da C. Ferreira. *Livreiros no Rio de Janeiro: intermediários culturais ... Op. cit.* Para o escrito de 1826, cf. *Relação dos publicos destejos que tiverão lugar no 1º de abril até 9 pelo feliz regresso de SS. MM. II. e A .I. voltando da Bahia à Corte Imperial do Rio de Janeiro ... feita por ordem do Conselheiro Intendente Geral da Polícia para eterna memória de tão grande dia nos fastos brasileiros*. Rio de Janeiro: Imperial Typographia de Plancher, 1826.

³¹³ Innocencio Francisco da Silva. *Diccionario ...* Lisboa, Imprensa Nacional, 1860, T. VI, p. 22-23.

³¹⁴ ARQUIVO NACIONAL. *Cayrú: excertos da obra inédita “O Espírito de Cairú”* Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1958. p. 16-18

portuguesa. Seu reencontro com o príncipe regente D. João ocorreu por ocasião de sua estada na Bahia, em janeiro de 1808. Naquele momento, foi um dos defensores da abertura dos portos do Brasil às nações amigas da Coroa portuguesa. A defesa dessa sua opinião foi, ardentemente, manifestada nas três partes da obra *Observações sobre o comércio Franco no Brasil*, publicadas em 1808 e 1809. O texto é considerado por muitos a primeira obra publicada Impressão Régia.³¹⁵ Nesse escrito, encontra-se a dedicatória para o “Augusto João VI”, uma manifestação impressa de uma relação que havia se iniciado em Portugal e se estendido ao Brasil:

Senhor

Devendo ser o voto de quaisquer fieis Vassalos, que o Nome de V.A.R. seja celebrado em todas as Nações; e sendo o meu principal empenho, que a Humanidade Consagre a V.A.R. o Título de Libertador do Comércio; Mostrando-se V.A.R. entre as Potências da Terra, como o mais Sábio dos Reis, Salomão, e o mais Opulento, o Monarca de Tiro, com quem se aliou, cuja riqueza, a magnificência as Sagradas Escrituras tão sublimemente descrevem, conservando sempre o sistema de Paz e Comércio com todas as Gentes, e abrindo os seus Portos para receber as mercadorias de todas as partes do Mundo; pagando assim todos os Povos, sem força, e injúria, grandioso tributo á Sabedoria e Justiça desses Soberanos, tão dignos de seus ilustres Tronos; consideres que seria de algum Serviço ao Estado o fazer apreciar no Publico a incomparável Mercê, que V.A.R. se Dignou Conferir a estes seus Domínios Ultramarinos, Permitindo a Franqueza do Comércio; sendo este imenso Benefício o Precursor de muitos outros, com que Se Liberaliza continuamente para o Bem Geral, e que assemelham a V.A.R. ao Grande Tito, Imperador de Roma, a quem os contemporâneos denominarão as Delicias da Humanidade, transmitindo-nos a Historia a sua insigne máxima, de que julgava perdido o dia, quando não fazia algum beneficio ao Império.

Tomei, Senhor, este trabalho, não porque a observância das Resoluções Soberanas, que tanto manifestam a Bondade, verdadeiramente Real, que distingue o Pio Caráter de V.A.R., e o conflitue o mais virtuoso Príncipe do seu século, precise de incitamentos estranhos, e menos de meus fracos esforços; mas porque é próprio do Paternal Governo de V.A.R., que tudo que emanar do Trono, seja recebido com amor, e executado sem diferença de opiniões, com a mais cordial estima, e sincera convicção de ser conforme ao genuíno e bem entendido Interesse Nacional.

Por isso suplico a V.A.R. a graça de publicar, sob o Amparo de seu Augusto Nome, as presentes Observações sobre a primeira, e magnífica Obra, com que V.A.R. foi servido honrar a minha Pátria* (que tem nome fausto, e alusivo a tão grandes sucessos) Pondo aí o sólido e profundo alicerce, ou, para melhor dizer, a Pedra Angular do Edifício da Civilização, e Novo

³¹⁵ Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. 10.

* A vastidão do Porto da Bahia, e sua situação em mar pacífico, quase no centro do Globo, o constituem um dos mais magníficos Empórios do Comércio do Mundo. [nota original da publicação]

Império, que Declarou vir criar; pois estou convencido, que a franqueza do Comércio, regulada pela Moral Retidão, e Bem Comum, é o principio vivificante da ordem social, e o mais natural, e seguro meio de prosperidade das Nações. Animei-me também a este empenho, porque V.A.R. tem protegido benignamente os meus trabalhos, que tenho dado á luz sobre os Princípios do Direito Mercantil, e Economia Política, onde já expressei os meus sentimentos patrióticos, e ardentes desejos que tenho da Gloria de V.A.R., e que aqui reproduzo, na esperança de os ver completamente realizados na rápida, e brilhante carreira, com que V.A.R. avança á imortalidade de seu Nome.

A Europa assaz deve o restabelecimento das Letras, a intrepidez da Navegação, e os arrojados das especulações mercantis, aos ínclitos Monarcas Portugueses, que lhe franquearam o campo das descobertas em Mares, Ilhas, e Continentes, que antes se ignoravam. Será de eterna gloria ao AUGUSTO JOÃO VI. Dar primeiro o exemplo de um Império, em que a Razão, e Justiça triunfem dos prejuízos, e atentados, com que até o presente se acha manietada a Industria, e o Comércio do Gênero Humano. E se eu, que mal sou um átomo do Universo, entrar para a imensidade desse Beneficio, ajuntando algum grão á seara social, não almejo a mais fortuna, que o ser útil, e poder unir a minha voz á dos bons compatriotas, sendo o eco do nosso judicioso Economista Duarte Ribeiro de Macedo, Enviado que foi em Paris no ano de 1675, que assim se explica no Discurso da transplantação dos frutos da Índia ao Brasil.

S.A.R., Que Deus Guarde, É obrigado a procurar abundancia, e felicidade dos Povos que Governa, e segurá-los para que as logrem em repousos, e sem Comércio e sem riquezas, nada disto Pode fazer. Tudo Fará se o Brasil der os meios; e Deixará felicíssimo o Reino a seus Sucessores; por cuja conta correrá usar das riquezas no exercício das Virtudes, em que unicamente consiste a Conservação dos Reinos.

Rio de Janeiro 24 de Julho de 1808

José da Silva Lisboa³¹⁶

A homenagem iniciava-se através de elogios exaltados e por meio de uma inflamada declaração de fidelidade do súdito, que desejava servir seu país com os conhecimentos, que foram adquiridos em Portugal. Discípulo das idéias de Adam Smith e de Edmund Burke, Silva Lisboa procurou disseminar, no lado de cá do Atlântico, os princípios sobre a liberdade da indústria, a abolição de monopólios e a liberdade comercial. Em uma mesma dedicatória, com palavras rebuscadas e sempre enfatizando a questão do comércio e em meio aos eloqüentes elogios, o autor abordava as questões que procurava defender, afirmando seu papel de súdito, ao mesmo tempo, que buscava a proteção do soberano. Os votos de submissão e vassalagem aliados à afinidade de idéias

³¹⁶ José da Silva Lisboa. *Observações sobre o comércio franco no Brazil*. Parte I. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1808. p. 3-6

levaram a uma relação entre monarca e autor. Este encontrava-se envolvido com a elite letrada do país, desde suas primeiras atuações como professor. A dedicatória transformava-se em um impulso à sua carreira política, estreitando as relações com as elites políticas e com o círculo social da família real. A identificação entre as idéias do intelectual e as de D. João, certamente, contribuíram para a manutenção da relação estabelecida: Silva Lisboa acreditava, realmente, no poder da monarquia e nas idéias defendidas em suas publicações.

Um olhar de época pode denunciar a existência dessa afinidade e dessa relação: as críticas do *Correio Braziliense*, jornal redigido por Hipólito José da Costa, em Londres, acerca dos livros de José da Silva Lisboa, em especial daquela publicação de 1808. Para o periódico, o trabalho do letrado apresentava propostas demasiadamente semelhantes às medidas que o Príncipe Regente procurava implementar no novo reino. Em maio de 1809, foi publicada a seguinte crítica literária:

É com prazer alem de ordinário, que tenho de anunciar ao Mundo a primeira obra impressa no Brasil, (já no Brasil se imprime!) O autor é bem conhecido na literatura Portuguesa; e tanto por ter ele a reputação já estabelecida, como pelo respeito, que a sua primeira obra me inspirou pelos seus conhecimentos jurídicos; me permitirá que expondo ao publico os seus sempre úteis raciocínios, me arrisque eu a dar a minha opinião ainda quando oposta á sua. O folheto, que faz o objeto desta análise, se intitula. – Observações sobre o Comércio Franco no Brasil, pelo Autor dos Princípios do Direito Mercantil. Rio de Janeiro 1808. Na Impressão Regia.- É o folheto dividido em duas partes a primeira contem 21 páginas, e a Segunda daí até 89 – em 8vo.

Deixando inteiramente a Dedicatória onde de ordinário, se permitem expressões mais elevadas do que a natureza das coisas talvez exigisse, não posso deixar de notar no Prólogo este principio, que nele se acha. “Porem sendo de presumir que os atos do Governo, e com especialidade em objetos de tanto momento, procedem da mais circunspeta deliberação; e a firmeza dos Conselhos Soberanos constitua uma das mais essenciais partes da Reta Administração e credito publico, não é do decoro civil, que encontre opposição ainda só de pareceres, sem a evidencia dos prejuízos, demonstrados por fatos decisivos, e não por conceitos arbitrários, e obstinado aferro a sistemas errôneos, caducos, ou impertinentes na crise atual.” O estar eu habituado a ver em Inglaterra discutir publicamente as medidas do Governo; e conhecer os bens que daí resultam á Nação, me faz receber

de muito mau grado este princípio, que aqui se insinua, de extrema submissão às opiniões do Governo.³¹⁷

O *Correio* avaliou o apoio do intelectual e as declarações de fidelidade como submissão às idéias do governo, considerando uma impropriedade a defesa de tais princípios como os descritos na publicação. Além de atacar o apoio ao monarca e às suas decisões, aproveitava para discorrer não só contra os princípios defendidos, mas também contra a forma que estes seriam implementados. Aparentemente, a administração de D. João e a assessoria que esta estava recebendo só poderiam levar Portugal e Brasil ao fracasso. Ainda assim, demonstrava que uma relação política e social havia se estabelecido e sido reafirmada com a publicação da obra em questão:

Sem dúvida os estrangeiros não nos fariam nociva concorrência, pois, de certo, não nos trariam os gêneros de que não carecemos, ou em que notoriamente tivéssemos naturais, ou adquiridas oportunidades e vantagens para a sua produção, ou manufatura; e na quantidade precisa ao consumo do país. Os negociantes, que por via de regra bem entendem os seus interesses, não fariam, e de longe, tão ineptas e ruinosas especulações.

Esta regra geral tem sem duvida exceções, que suposto o Autor as não produza aqui, os seus conhecidos talentos nos fazem supor, que não lhe esqueceriam ao tempo em que escrevia. O autor descreve o estado do comércio do Brasil nestas palavras.

Até o presente o nosso Comércio era muito mecânico, rotureiro, e apoucado. A principal arte consistia na grosseira compra e remessa dos gêneros coloniais para os dois portos do Reino, Lisboa, e Porto. Pode-se sem exageração dizer, que ignorávamos o comércio do Mundo. As nossas amizades, e correspondências mercantis, se limitavam a poucas pessoas, a quem se dava às vezes forçada, indiscreta, e ilimitada confiança. Por isso agora nos achamos em tão grandes embora embaraços, que só se podem remover com a franqueza do Comércio estrangeiro.

O Autor passando em silencio as causas e autores desses males, continua a mostrar que a concorrência de estrangeiros dará aos Brasileiros a vantagem do bom preço nas suas vendas, e nas suas compras, como efeito necessário da concorrência; e depois se explica assim.

Disse *bom preço*, e não *alto preço*; porque devemos estar persuadidos, que não é do bem entendido interesse nacional vender lesivamente caro aos estrangeiros, e comprar-lhes nimiamente barato; mas sim por *preços racionáveis*; isto é que façam conta a uns, e outros

³¹⁷ *Correio Braziliense ou Amazem Literário*. Número 12, maio de 1809. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001, V. 2, p. 474-475.

contratantes. O contrário é falso calculo dos usurários, traficantes, e superficiais economistas, como os da chamada *seita Fisiocrática* da França, que tantas rapsódias fizeram para inculcar a vantagem nacional resultante do alto preço dos produtos da terra.

O Autor conclui a primeira parte da sua obra, com uma feliz citação das instruções d'El Rei D. Manuel a Vasco da Gama recomendando-lhe o Comércio; princípios, que naqueles tempos, para os Portugueses de mais gloria que os presentes, eram sabidos e conhecidos pela nossa Nação; pois então ainda se não tinha introduzido, em Portugal, a ignorância sistemática, que ao depois arruinou tudo.³¹⁸

As críticas do *Correio Braziliense* foram refutadas, na terceira parte de *Observações sobre o comércio franco no Brasil*³¹⁹, reforçando suas argumentações. Da mesma forma, o registro das críticas foi anunciado em exemplar da *Gazeta do Rio de Janeiro*, jornal único naquele momento, publicando-se na sessão de avisos: “A interessante Obra da III Parte das *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, em que vitoriosamente se refutam todos os argumentos em contrário, foi anunciada ao Público”.³²⁰

A proteção requisitada por José da Silva Lisboa começou a se manifestar ainda, no ano de 1808, quando, logo após essa publicação, o Príncipe Regente encarregou-o, pessoalmente, da exposição pública dos princípios da economia do Rio de Janeiro. Não sem implicar-lhe que se ativesse à escrita desse assunto, por serem seus estudos indispensáveis para que os súditos pudessem melhor compreendê-lo e levar o Brasil a um patamar, em que os princípios defendidos pudessem ser implementados e bem sucedidos. José da Silva Lisboa seguiu, então, para o Rio de Janeiro, por ordem do Príncipe Regente a fim de auxiliá-lo na administração e soerguimento do império luso-brasileiro. Após algumas graves complicações de doença e, quase perecer, em abril de 1808, José da Silva Lisboa foi nomeado desembargador da recém criada, no Brasil,

³¹⁸ *Correio Braziliense ou Amazem Literário*. Número 12, maio de 1809. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Correio Braziliense, 2001, V.2, p. 476-477.

³¹⁹ José da Silva Lisboa. *Observações sobre o comércio franco no Brasil*. Parte III. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1809.

³²⁰ *Gazeta do Rio de Janeiro*, Número 65, 26 de abril de 1809.

Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens. Foi ainda responsável pelo cargo de diretor da Impressão Régia, sendo um dos três que compunha a Junta Administrativa, instituído, também, deputado da Real Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação do Estado do Brasil e desembargador da Relação da Bahia. Além de assumir cargos públicos, recebeu encomendas de obras oficiais.³²¹

Silva Lisboa ofereceu diretamente em homenagem apenas quatro obras, publicadas pela Impressão Régia. Apesar disso, a maior parte das obras cuja autoria lhe é atribuída, apresentou elogios entusiasmados a D. João ou, mais tarde, a D. Pedro, ao longo de seus textos. Era o caso de *Observações sobre a prosperidade do estado pelos liberais princípios da nova legislação do Brasil*, de 1810. Essa obra trazia galanteios, já em seu prefácio, tão elogiosos quanto uma dedicatória:

O Brasil começou grande Era, não menos para bem do Estado que do Gênero Humano, desde que foi suspenso o Sistema Colonial, e se promulgou uma Legislação Econômica de Princípios Liberais os mais próprios a felicitar os povos deste Continente. Sendo as Leis bem estabelecidas a base da Prosperidade das Nações; mas não havendo cousa mais difícil do que o firmar Novo Sistema de Administração, alterando-se a Policia, que os tempos, costumes, e prejuízos arraigarão; vem a ser árduo empenho persuadir geralmente a sua utilidade, como é de Interesse Público, para a energia da Indústria Nacional, Progresso da Riqueza, e atividade do Real Serviço. Ainda que na constituição da nossa Monarquia, que produziu tantos varões insignes, e fundadores de remoto Império N'África, Ásia e América, as Leis se sustentem só pela autoridade do Legislador; com tudo, como o Soberano exige uma obediência racional, fundada na justiça, cujas razões indica no preâmbulo das mesmas Leis; não estando porém elas sempre na esfera de todos os entendimentos, maiormente quando contrariam as preocupações do vulgo, é de comum proveito a extensa convicção de serem deliberadas a bem de todos. Tendo-me proposto, quanto couber nas tênues forças, fazer venerável e amado o Paternal Governo de S.A.R., patenteando o valor dos benefícios emanados das Reais Determinações; visto que o mesmo Augusto Senhor, o Próprio Moto, e por meros efeitos da Real Benignidade, Se Dignou, por Decreto de 23 de Fevereiro de 1808, ordenar-me a Exposição Publica dos Princípios da Ciência Econômica, Declarando serem absolutamente necessários os respectivos estudos, para os seus fiéis vassalos O poderem melhor servir, e achar-se o Brasil em circunstancias de se adotarem muitos daqueles Princípios, tendo entrado a cumprir este dever no escrito que dei à luz sobre a excelência da Imortal Carta Regia de 28 de Janeiro daquele ano, em que se abrirão os portos às Nações que estão em paz e harmonia com a Coroa; havendo coligido, por assim dizer, um corpo de doutrina de tais Princípios, autêntica e explicitamente adotados nas Leis e

³²¹ ARQUIVO NACIONAL. Cayrú: ..., p. 20-25. Ana Maria de Almeida Camargo & Rubens Borba de Moraes. *Bibliografia...*, V.1, p. XIX-XX.

Resoluções Regias posteriores, pareceu-me conveniente oferecer uma paráfrase das principais partes da Nova Legislação, com observações sobre a importância das providências que o nosso Soberano Tem dado para a salvação e felicidade do Reino e Estados Ultramarinos.

Este ensaio servirá de *Memória dos presentes tempos*, e monumento do justo Sistema Político do Império Lusitano, em contraste do despótico Regime Militar do Império Francês, para se execrar a violência das suas Máximas, e influir em todos os corações os sentimentos de honra necessários á defesa do Trono Português. Como o fundo deste trabalho é simples relação dos Atos de Sua Alteza em favor de todas as classes, confio que não desmerecerá a atenção do Publico no que contém de Obra Regia, e indulgência no que é só de minha fraseologia. Um prospecto dos melhoramentos a que há de aspirar com a estabilidade do Sistema constituído, não será havido por incôngruo expediente para confortar os espíritos contra as calamidades do século do século, e diminuir as impressões sinistras dos que enlutam as suas e alheias fantasias com errôneos conceitos, e futuros pavorosos. É do verdadeiro patriotismo seguir o exemplo do célebre Cônsul de Roma, que, ainda na maior Desgraça Nacional, protestou no Senado, que não desesperava da fortuna do Estado.

Tendo a consciência da minha inferioridade e desproporção à tarefa, fui excitado a prosseguir sem desmaio por um Grande Servidor, cuja autoridade é, a muitos títulos, respeitável, e cuja ânsia pela gloria de S.A.R. quase chega a extremos de adoração. Dele recebendo instruções e socorros literários, aventurei-me a submeter esta Sinopse ao Juízo da Nação, pois me considero nos dias de Trajano, em que até Tácito Julgou de seu dever dar testemunho da bondade do Governo.³²²

Em 1811, faleceu a esposa do letrado, D. Ana Benedita. Talvez seja explicação para a ausência de obras ao longo desse período. No ano seguinte, Silva Lisboa publicou mais uma obra contendo dedicatória, *Extratos das obras políticas e econômicas de E. Burke*, dessa vez tendo como foco Percy Clinton Sydney Smith, Lorde Visconde e Barão de Strangford, embaixador inglês em Portugal:

Ao Il.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Percy Clinton Sydney Lord Visconde e Barão de Strangford, Conselheiro do Conselho Privado de Sua Majestade Britânica, Cavaleiro da Ordem Militar do Banho, Grã-Cruz da Ordem Portuguesa da Torre e Espada, enviado Extraordinário e Ministro Plenipotenciário da dita Sua Majestade na Corte de Portugal.

O Testemunho que V.E. apresentou à República das Letras de ser Amador da Literatura Portuguesa, dignando-se dar á luz uma sua Tradução Inglesa de seletas Obras do Príncipe de nosso Poetas, Camões: excitou-me o desejo de dedicar à V.E. estes Extratos de algumas Obras do Príncipe dos Oradores Britânicos, Burke, que no fim do século passado tanto influirão na sorte de Inglaterra, e que, pelo seu objetos, tendem á beneficio de todas as Nações. Sendo além disso aquele trabalho de especial recomendação do Homem

³²² José da Silva Lisboa. *Observações sobre a prosperidade do estado pelos liberaes principios da nova legislação do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1810. Com Licença de S.A.R, p. 3-5

extraordinário deste País, o Senhor Conde de Linhares, que, em quanto vivo, cooperou energicamente com V. E. em esclarecida Diplomacia para a estabilidade e grandeza do Império Lusitano, estreitando os vínculos de Amizade e Aliança, que há séculos felizmente subsistem entre as Coroas e Nações Portuguesa e Inglesa; persuado-me ter justos motivos de esperar da Benignidade de V.E. haja por bem de aceitar este tributo da minha veneração ao seu Ilustre Caráter Literário e Político. Reconhecendo a impossibilidade de exprimir com a devida exação e elegância os elevados pensamentos, e egrégias frases, de um Autor tão abalizado pela singularidade de seus conceitos e termos, confio na candura de V.E. que será indulgente em revelar os defeitos dessa Coleção; considerando perdoável o esforço, com que um natural deste Mundo Novo deseja contribuir á instrução e ordem publica, oferecendo aos Compatriotas um nobre padrão da Literatura Britânica, mui próprio a exaltar os sentimentos da Lealdade e Honra Nacional, e expelir por toda a parte os falsos princípios da Anarquia e Tirania da França.

José da Silva Lisboa³²³

A essa dedicatória segue-se o prefácio, em que figuram homenagens a Rodrigo de Souza Coutinho, Conde de Linhares, por ocasião de seu falecimento:

Os presentes Extratos foram feitos a instâncias do Ministro e Secretário d'Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor Conde de Linhares, D. Rodrigo de Souza Coutinho, que Deus haja em glória. Ele tinha a mais entusiástica paixão por Burke, considerando-o entre os salvadores da Grã-Bretanha. Por isso havia dado ordem para a publicação deste meu trabalho, recomendando-me que o fizesse divulgar quanto antes. Como o seu inopinado falecimento impossibilitou que visse sair do prelo esse monumento do fervoroso espírito público, que tanto distinguiu o seu iluminado Ministério, e nada tinha mais a peito do que o fazer espalhar as luzes dos verdadeiros princípios políticos, e econômicos, que sustentam as Monarquias legítimas, e constituem execráveis as Revoluções e desordens civis, extremosamente desvelando-se em todos os expedientes, que pudessem concorrer à segurança, defesa, e prosperidade do Estado, para quem só viveu; apresso-me a satisfazer, no modo possível, aos seus ardentes votos, acelerando a edição em observância da sua última vontade, prestando este sinal de gratidão à saudosa memória de quem tanto me honrou com a sua amizade.³²⁴

A relação estabelecida com o soberano, o prestígio e os privilégios dela decorrentes, como a posição de um dos três diretores da Junta Administrativa da Impressão Régia e também de censor do Desembargo do Paço, beneficiaram a publicação de suas obras. Aquelas que não eram ordenadas por Sua Alteza Real,

³²³ José da Silva Lisboa. *Extractos das obras políticas e econômicas de E. Burke*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença, p. VI-VIII.

³²⁴ José da Silva Lisboa. *Extractos das obras ...*, p. IX-X.

recebiam licença para a impressão. José da Silva Lisboa envolveu-se, ainda, em projetos com o Príncipe Regente e posterior Rei, sempre colaborando com a construção de argumentações que apoiassem seus empreendimentos. No desenvolvimento de suas funções como censor, analisava o conteúdo das obras suspeitando, especialmente, de idéias que pudessem prejudicar a coroa. Repudiava os sediciosos ideais franceses, mas não era contra a publicação de romances e novelas.³²⁵ Suas obras passaram a ter um espaçamento nas publicações, sendo praticamente interrompidas, em 1812, e retomadas em 1818, após a aclamação de D. João VI.

Naquela ocasião, em 1818, foi publicada *Memória dos Benefícios Políticos do Governo de El-Rei D. João VI*. Apesar de não ter sido dedicada, constituiu-se de uma relação e avaliação de todos os movimentos políticos realizados por D. João, apreendendo-se somente os pontos positivos e transformando-os em “benefícios políticos”. Ao final, elegeu o dia da coroação como marco de uma época distinta nos anais da América, aproveitando para fazer os últimos elogios ao governo de D. João, à fidelidade da nação portuguesa e aos sucessos do governo. Visava a indicar as benfeitorias do governo estabelecido até o momento, demonstrando o progresso do Brasil sob aquela administração. No livro, encontrava-se ainda uma significativa “Satisfação ao Público” que enaltecia as qualidades do antigo regente, tornado, então, em Rei:

O Dia da Coroação de El-Rei Nosso Senhor D. João VI nesta Primeira Corte do Novo Mundo, fixa tão Grande Época nos Anais d’América, que deve ser aclamado, não só em voz transitória, mas também em alguma Memória, que indique os Principais Benefícios Políticos que Fez ao Estado até a sua Faustíssima Aclamação em 6 de Fevereiro do Corrente ano de 1818; narrando-se os prodigiosos sucessos, que enfim ocasionaram tal Mercê à Grande Terra cantada pelo Príncipe dos Poetas Lusitanos; pois, como disse o célebre Orador de Roma, “passam as coisas, e ficam as escrituras”.

Especial obrigação a este respeito incumbe ao Brasil: porque aquele Augusto Senhor, logo no princípio do ano da Declarada Regência, Conhecendo o valor do Seu Principado, e o caráter leal dos habitantes, Nomeando por Procurador da Real Fazenda do Ultramar, com grande louvor,

³²⁵ Leila Mezan Algranti. *Livros de devoção...*, p. 148-149

a um Natural desse Estado, antes insigne Professor de Direito Pátrio na Universidade de Coimbra, assim Houve por bem Manifestar o Seu Alto Juízo no Decreto de 16 de Fevereiro de 1799: “Meus Fiéis, e tão bons, Vassalos das Colônias Ultramarinas fazem o objeto da Minha Maior Consideração, pelo que Me parecem.”

Conforme ao dito do Virgílio do Tejo³²⁶, sendo as palavras amorosas dos Reis um mando que mais obriga³²⁷, bem que exceda a minha esfera engrandecer ao Estado, é do patriotismo fazer respeitar o seu Governo. E posto reconheça a minha incompetência para narrar dignamente os objetos desta Memória, contudo, vivendo das Mercês do Trono, incorreria, pela Lei do Reino em nota de ingratidão³²⁸, se não fizesse algum esforço para também, em aplauso de tão Fausto Dia³²⁹, dar um grão de incenso no Altar da Pátria. Ainda que uma concisa Memória dos fatos e diplomas desde 1792, em que realmente começou o Governo Real, como Príncipe Regente, não tenha o caráter de Historia, que deve ser a Mestra da vida, contudo, pelas notórias circunstancias, e ser menos interessante uma narrativa demasiadamente singela, bem que de si mesma digna de atenção pela matéria, faço observações históricas e econômicas, para mostrar a grandeza dos Benefícios Soberanos desde esse tempo, e afervorar os espíritos dos compatriotas, a fim de fazerem cordiais e perenes votos de ser longo e próspero o reinado de El-Rei Nosso Senhor.

Em apologia direi, que fui animado a este trabalho pelo benigno acolhimentos que o Publico em 1811 deu a uma semelhante Memória sobre a Prosperidade do Brasil, pelos Liberais Princípios da Nova Legislação. Em vários pontos me abrigo à autoridade do Primeiro Clássico da Literatura Nacional, que pelos nossos Escritores se intitula Honra de Portugal, o insigne Historiador dos Descobrimentos Portugueses, João de Barros; que, sendo um dos primeiros Donatários do Brasil, foi o que também fez a primeira expedição de Colônia, que naufragou com muita gente no Maranhão, como declara na Década I. Livro 6. Capitulo 1. Ele deu a lição no Prólogo da Década III, de sempre se falar com sumo respeito e acatamento dos Reis e Príncipes, pela Dignidade que lhes Deus deu, e não calar os seus louvores com a verdade nua e pura: e por tanto tem direito, que o seu nome também patrocine esta Memória, em que se assoalha a Honra do Brasil, á quem a Divina Providencia enfim concedeu a ventura de, também por sua vez, figurar no Teatro Político; e que por isso, sobre o geral dever de todas as partes da Monarquia, tem especial razão de aclamar a Real Coroação, vendo o Complemento do destino de Sua Vinda á esta Serena Região d’América, segundo aclamou o habitante da Índia, saudando com êxtase a vinda do nosso primeiro Descobridor do Oriente:

Não é sem causa; não, oculta e escura,
Vir do longínquo Tejo:
Deus por certo Vos traz, porque pretende
Algum Serviço seu por Vós obrado:
Por isso só Vos guia, e Vos defende
Dos inimigos, do mar, do vento urado.
Cam. Lus. VI. 30 e 31.³³⁰

³²⁶ Assim intitulou a Camões o celebre *La Harpe*, Mestre do atual Imperador da Rússia. [nota original da publicação]

³²⁷ Lus. IV. 78. [nota original da publicação]

³²⁸ Ord. Liv. IV. tit. 63.§. 10. [nota original da publicação]

³²⁹ Foi anunciado no Alvará de 17 de Março de 1817. [nota original da publicação]

³³⁰ José da Silva Lisboa. *Memoria dos Beneficios Politicos do Governo de El-Rey D. João VI., Deputado da Real Junta do Commercio Desembargador da Casa da Supplicação do Reino do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Regia, 1818. Por Ordem de Sua Magestade, p. IV - VII.

Em 6 de fevereiro de 1818, celebrou-se a coroação de D. João VI, mesmo data da nomeação de José da Silva Lisboa como desembargador da Casa da Suplicação do Reino do Brasil, sem que deixasse o exercício da Real Junta do Comércio. No ano seguinte, 1819, publicou a primeira parte de *Estudos do bem comum e economia política, ou ciência das leis naturais e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado* (a segunda parte viria à luz em 1820). A 3 de maio, o letrado recebeu o título do Conselho de sua Majestade Fidelíssima. A obra era dedicada ao senhor D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, mas o texto, como de costume, seguia elogioso a D. João VI:

Ao Ilustríssimo e Excelentíssimo Senhor D. Marcos de Noronha e Brito.
Conde dos Arcos. Do Conselho de Sua Majestade, Ministro e Secretário de
Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos &c. &c. &c.

Os notórios Melhoramentos Econômicos, com que V. Ex.^{ca} Ilustrou o Seu Governo da Bahia, minha Pátria e com especialidade a Fundação da Livraria Pública, e a exemplar solicitude da Instrução da Mocidade; excitaram-me o desejo de dedicar à V. Ex.^{ca} estes Estudos, destinados a promover a Prosperidade Nacional em alguns dos objetos que ora são de Seu Alto Ministério. Se o Britânico Escritor da recente História do Brasil aí dá à V. Ex.^{ca} seus agradecimentos, pela generosidade, com que espontaneamente lhe enviou para ela socorros literários, dizendo, que, entre os melhores dias de sua vida, contava o em que recebera essa honra, de razão é que eu também, tendo particulares motivos de gratidão, preste algum testemunho de respeito ao Espírito Político, e Caráter Benfeitor de V. Ex.^{ca}, que tem manifesto não menos o Seu Zelo do Bem-comum, que memorável afeto à sã Literatura, como uma das causas da Opulência, e Consideração dos Estados.

J.S.L.³³¹

Em 1821, em meio aos ecos do movimento constitucional do Porto no Brasil, o nome de Silva Lisboa foi indicado para integrar a Junta de Cortes, cujo objetivo era lidar com as leis constitucionais discutidas no Congresso de Lisboa e sua conseqüente aplicação no lado de cá do Atlântico. A continuidade de suas boas relações e o respeito alcançado renderam-lhe, no mesmo ano, o cargo de inspetor geral dos estabelecimentos literários, seguindo sua nomeação, como Diretor dos Estudos. Em 1 de março, saiu do

³³¹ José da Silva Lisboa. *Estudos do bem comum e economia política, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado*. Por*** do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real Junta do Comércio, Desembargador da casa da Suplicação do Reino do Brazil. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819-20. s.n.p.

prelo o primeiro exemplar de *O Conciliador do Reino-Unido*³³², periódico anônimo, mas que lhe foi atribuído, no qual defendia o príncipe herdeiro D. Pedro e advogava a manutenção da unidade entre os Reinos Unidos de Portugal, Brasil e Algarves. Outro periódico, também anônimo, *Sabatina familiar de amigos do bem comum*³³³, saiu com o objetivo de enaltecer os sucessos da monarquia luso-brasileira e a elaboração de uma Constituição pelas Cortes. Procurava também estimular a prática de liberal educação da juventude, formando cidadãos úteis ao Reino.

Em 4 de abril, foi designado Desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação. Após a retirada de D. João VI para Lisboa, publicou, sem a devida autorização régia, uma *Memória da vida e virtudes da arquiduquesa d'Áustria D. Maria Anna*³³⁴, oferecida a D. Pedro, mas sobre a qual não se tem notícia de exemplar algum³³⁵. Suas relações com o D. João VI lhe renderam bons frutos. Desse modo, por uma questão também de afinidade ideológica e política, procurou estender essas relações cordiais para com o príncipe D. Pedro. Escreveu obras anônimas ou assinadas em que buscou defender os interesses da monarquia de Bragança no Brasil, representados pelo Príncipe Regente.

Em 1822, publicou *Á memória do autor do poema épico do descobrimento da Bahia Fr. José Durão*. Obra interessante, pois além do fato de conter os usuais elogios, integrava a série de fascículos reunidos pelo autor sob o título de *Roteiro Brasílico*³³⁶, em que expunha os princípios doutrinários que julgava importante para a reorganização

³³² José da Silva Lisboa. *O Conciliador do Reino Unido*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

³³³ José da Silva Lisboa. *Sabatina familiar de amigos do Bem-commum*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1821.

³³⁴ José da Silva Lisboa. *Memória da vida e virtudes da arquiduquesa d'Áustria D. Maria Anna*. Rio de Janeiro: Imprensa Régia, 1821.

³³⁵ Tanto a obra *Cairú, Publicação do Arquivo Nacional por ocasião do Sesquicentenário da abertura dos portos (1808-1858)*, quanto a Bibliografia da Imprensa Régia, de Ana Maria de Almeida Camargo e Rubens Borba de Moraes afirmam não haver encontrado nenhum exemplar deste impresso.

³³⁶ José da Silva Lisboa. *Roteiro Brazílico ou coleção de princípios e documentos de direito político em série de números*. Parte I. Rio de Janeiro: Typografia Nacional, 1822.

do novo reino, defendendo, sem dúvida, o regime monárquico. Aquele escrito funcionava como dedicatória da obra como um todo:

Na vasta divisão, que a Luso veio,
O precioso Brasil contido fica:
País de gentes, e prodígios cheio,
Da América feliz porção mais rica:
Aqui do vasto Oceano no meio,
Por horrível tormenta proa aplica,
O Ilustre Cabral com fausto acaso.
Sobre graus dezesseis do nosso Ocaso.

Da nova Região, que atento observa,
Admira o clima doce, o campo ameno,
E entre arvoredos imensos, a fértil erva
Na viçosa extensão do áureo terreno:
Coberta a praia está de grã caterva,
De incógnita Nação, que com aceno,
Porque a língua ignorava, à paz convida,
Erguendo-lhe o troféu do Autor da vida.

Goza de tanto bem, terra bendita,
E da Cruz do Senhor teu nome seja,
E quando a luz mais tarda te visita,
Tanto mais abundante em ti se veja:
Terra de Santa Cruz tu sejas dita,
Maduro fruto da Paixão na Igreja,
Da fé renova pelo fruto nobre,
Que o dia nos mostrou que te descobre. (...)

Este Rei glorioso foi o eleito
Por providência da eternal Bondade,
A fazer do Brasil um povo aceito,
E digno de a gozar na Eternidade:
Pudera desta gente o forte peito,
Tendo n'Ásia opulenta imensidade,
Estes nossos Sertões trocar incultos
Por Nações ricas, e terrenos cultos,

E tu Monarca Justo, de Céu vindo,
Venha-te a palma sobre o Empíreo tarda,
E Pai da Pátria ao Reino presidindo,
Com zelo a antiga Fé nos nossos guarda:
Enche o grão nome, as portas reprimindo
Do monstro Averno: que nos fundos arda;
Que deixa Portugal, que na Fé medra,
E Cristo firma sobre a imóvel pedra.³³⁷

³³⁷ José da Silva Lisboa. *Á memoria do author do poema epico do descobrimento da Bahia Fr. José Durão. Descrição do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822, p. 2-8.

Sua vida transcorreu, em grande parte no Rio de Janeiro, acompanhando os acontecimentos dos governos de D. João e D. Pedro. Por conseguinte, é possível verificar que José da Silva Lisboa conservou a prática das dedicatórias, homenagens e textos laudatórios em toda sua trajetória, transferindo-os, a partir do regresso de D. João para Portugal, em abril de 1821, para o novo regente e, posterior soberano, Pedro I. Tal atitude possibilitava uma nova troca de benesses entre o súdito e a Coroa, rendendo-lhe, de um lado, prestígio e, de outro, fornecendo apoio ao governo vigente. Dedicando a D. Pedro a *Historia dos principais sucessos políticos do Império do Brasil*³³⁸, publicada em 3 volumes, respectivamente, nos anos de 1826, 1829, 1830, foi considerado um dos maiores advogados da causa do Brasil e da Casa de Bragança.

Acumulou, entre outros, os cargos de Deputado e Secretário da Mesa da Inspeção da cidade da Bahia; Desembargador da Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens; Diretor da Impressão Régia; Desembargador da Casa da Suplicação do Reino do Brasil; Desembargador dos Agravos da Casa de Suplicação. Foi agraciado com os títulos do Conselho de sua Majestade Fidelíssima e de primeiro Barão de Cairu, e de único Visconde de Cairu, por D. Pedro. Suas conquistas estender-se-iam à sua família, mesmo após sua morte, com o recebimento por sua mulher e filhas de uma pensão paga pelo Estado e o envolvimento de parentes, como seu irmão Balthasar da Silva Lisboa e seu filho Bento da Silva Lisboa, segundo Barão de Cairu.³³⁹ José da Silva Lisboa utilizou-se das dedicatórias impressas, através de homenagens que descreviam elogios mais eloqüentes, para conquistar as boas graças dos soberanos e abrir caminho para sua trajetória bem sucedida na vida política, social e intelectual do

³³⁸ José da Silva Lisboa. *Historia dos principaes successos politicos do Imperio do Brasil*. Rio de Janeiro: Typographia Imperial e Nacional, 1826, 1829, 1830.

³³⁹ ARQUIVO NACIONAL. Cayrú..., p. 30-52.

Brasil, até sua morte, em 1840. Era o exemplo típico do súdito fiel e humilde vassalo que as dedicatórias procuravam apresentar aos soberanos do Antigo Regime.

Considerações Finais

O presente trabalho debruçou-se sobre a prática da utilização de dedicatórias impressas como elemento de troca simbólica em uma sociedade de corte. Buscou-se compreender tais dedicatórias, primeiramente, em seu contexto original, para depois observá-las e analisá-las no Brasil, ao longo do governo de D. João. A Imprensa Régia publicou 1428 obras ao longo de sua primeira fase de funcionamento, entre os anos de 1808 e 1822, sendo dessas 229 dedicadas. A Tipografia de Silva Serva funcionou entre 1811 e 1819, tendo publicado 127 obras, das quais 37 foram oferecidas a alguma personalidade. O grupo de autores responsável pela publicação dessas 266 obras contabiliza mais de 130 letrados. Ao se considerar as possibilidades de acesso ao letramento, esse número torna-se expressivo. Ainda assim, observam-se possibilidades variadas para o uso das homenagens impressas. O grupo de autores que dedicava suas obras ao soberano era constituído por um seleto conjunto de letrados, bacharéis, militares, funcionários da burocracia real, que ansiavam por uma promoção em suas carreiras e trajetórias de vida, bem como o estabelecimento de relações duradouras com o governante. De certo, os letrados, pareciam disputar o título de “o mais fiel e humilde vassalo”, uma vez que este era o “encerramento-padrão” das dedicatórias a D. João, ou ainda “súdito fiel que muito admira”, ao se tratar de outra figura a ser homenageada. Essa despedida simbolizava um prenúncio de atitude que seria reiterada ao longo dos trabalhos.

Ao relacionarmos as homenagens publicadas pela Imprensa Régia com aquelas da Tipografia de Silva Serva, especialmente entre os anos de 1816 e 1817, pode-se perceber que o Conde dos Arcos, personalidade política forte, dividiu as atenções com D. João. O antigo vice-rei sempre esteve presente como objeto de louvores, o que pode

demonstrar não apenas que o Brasil gozava de uma frágil estabilidade política no tocante as comunicações entre as províncias, bem como, essas relações estavam permeadas de rivalidades das demais localidades para com o Rio de Janeiro, por ter sido este escolhido para sede da Corte desde o primeiro ano de sua estadia no Brasil - principalmente por parte da antiga capital, a Bahia. As demais províncias passaram a ver o Rio de Janeiro como a nova metrópole. No caso de 1816-1817, havia forte insegurança quanto ao futuro do país, provocado pela paz na Europa, pelas turbulências no reino (Revolta de Pernambuco e Conspiração de Gomes Freire) e pela indecisão do monarca em retornar ou aqui permanecer. O que efetivamente assegurou D. João como figura política central e absoluta - e objeto primordial das dedicatórias, foi a decisão de ser aclamado no Rio de Janeiro, em início de 1818, definindo sua opção pela América e, de certo modo, estabelecendo esta cidade como sede da capital do Império luso-brasileiro.

Os textos das dedicatórias seguiram de maneira muito próxima a expressão da prática em sua forma original. Em geral, seguiam o propósito de homenagear o soberano, procurando também chamar atenção para a requisição de seus autores, bem como para suas atitudes, na tentativa de valorização do letrado e afirmação do merecimento de graças e mercês. Buscava algum tipo de patrocínio ou concessão de privilégio. É interessante notar que, muitas vezes, assumiam outros significados, sendo as dedicatórias utilizadas não só como um impulso à trajetória do autor, mas caracterizando-se como agradecimento por algo que já havia sido recebido, procurando demonstrar gratidão pelo voto de confiança personificado na concessão de cargos ou mesmo de remunerações. Utilizavam-se do espaço da homenagem para ratificar sua posição de súdito fiel, procurando comprovar o merecimento de mais benesses: uma maneira de manter intacta e ativa uma relação já estabelecida.

Outro uso para as dedicatórias era a justificativa para a escolha do conteúdo e para a metodologia empregada na compilação do texto, explanando sobre os motivos que levaram à publicação daquela obra e de que forma tal publicação poderia ser útil às aspirações do homenageado. Essa exposição também se apegava ao valor da obra para os leitores, transformando seu texto em algo de utilidade pública. Quando tal feito não era possível, como visto em obras de pura e simples homenagem, os elogios eram garbosos em todas as páginas da edição.

A busca por patrocínio direto também podia ocorrer. Os elogios direcionavam-se em exaltação à figura do soberano, de forma nada sutil, a fim de levantar fundos para a impressão de uma obra, e que, de preferência, afiançassem toda a carreira do letrado. À utilização da homenagem como troca simbólica de proteção uniam-se alvarás e cartas régias que narravam as despesas com a publicação de tão importantes escritos, requerendo privilégios como, exclusividade dos direitos de impressão e a obrigatoriedade do pagamento por esses direitos, entre outros.

Alguns autores valiam-se do espaço aberto pela homenagem para comprovar suas habilidades intelectuais e sua importância na vida política, social e econômica do Brasil, muitas vezes, tentando demonstrar que eram figuras de capacidade indispensável. Nesse ensejo, ainda que de forma incomum, observam-se sugestões para elaboração de novas e igualmente úteis e imprescindíveis publicações. De forma modesta, oferecem suas destrezas, naturalmente inspiradas pelo soberano, para a elaboração dessas obras, aproveitando-se do espaço para sugerir uma encomenda. Constatava-se que sem a inspiração provocada pelo homenageado, o desenvolvimento do conteúdo da publicação não seria possível. Afinal, a busca pelas boas relações com Príncipe-Regente/Rei objetivava algo duradouro, repleto de obras licenciadas e, se possível, de futuros pedidos de escritos.

Quaisquer que fossem os objetivos para se oferecer uma obra ao soberano, no caso D. João, encontravam-se presentes as humildes afirmações de súditos e vassalos, prontos para utilizarem seus préstimos a fim do engrandecer e glorificar o soberano e o Brasil. Soma-se a isso a afinidade de idéias entre os autores e o monarca, levando a uma relação de homenagem e mecenato. Além disso, as homenagens extrapolavam o espaço das dedicatórias e se faziam presentes ao longo do texto dos livros e também de outros impressos capazes de manifestar apoio - como periódicos e folhetos. Mais do que apoio, os escritos revelavam concordâncias com as atitudes do soberano em questão, concedendo argumentos a este e ao regime de governo, destacando-se os benefícios concedidos. Intentavam desmistificar argumentos e manifestações políticas, que houvessem sido ditas ou escritas, e que afrontassem suas idéias ou as do monarca, arquitetando uma base sólida de amparo. Afirmavam assim o papel de súdito fiel e incondicional para conquistar o régio apoio.

É possível observar que, mesmo quando as publicações são oferecidas para personalidades de expressão política e social que não fossem o soberano D. João, por exemplo, nas obras publicadas entre os anos de 1821 e 1822, quando D. Pedro começa a se assumir como figura política central, não deixam de estar presentes ao longo do texto elogios ao Príncipe Regente e Rei. Talvez pelo fato das elites letradas apresentarem-se na órbita da Corte ou, ainda, por ser a figura central e de nada adiantar conquistar um indivíduo de destaque, mas também seu súdito, o soberano sempre recebia alguma forma de enaltecimento. Portanto, nas obras que agradeciam a D. Pedro pela Independência e pelo governo constitucional, figuravam o reconhecimento pelas atitudes de D. João. Estas, segundo as homenagens, teriam possibilitado a liberdade política, desde a transferência da corte, passando, especialmente, pela aclamação em terras brasileiras, até sua decisão de jurar a constituição.

Outra expressão da prática, que se destaca, é a abundância de orações, sermões, e odes. Esta presença possibilitou o oferecimento duplo de homenagens. Uma vez que eram feitas para serem apresentadas em louvor de um indivíduo ou acontecimento como, por exemplo, o nascimento de um príncipe, ao serem publicadas reiteravam a homenagem original, mas eram comumente dedicadas a outra figura de destaque, como um ministro ou o próprio soberano. Aproveitava-se, também, o espaço da obra, ainda que fosse a primeira vez que viesse ao conhecimento do público, para o oferecimento de “sub-dedicatórias”, que se seguiam nas primeiras páginas dos textos, após a dedicatória principal.

A maior parte daqueles que se dispunha a publicar uma obra com dedicatória já possuía algum envolvimento com as elites vigentes; não poderia ser diferente em um ambiente onde a ilustração era privilégio de alguns poucos. A dedicatória assumia, então, o papel de impulso a uma trajetória mais próxima da vida política, a uma carreira mais proveitosa e engajada com tais elites e ao estreitamento dos laços com o círculo social da família real. Para alguns letrados, suas relações com o soberano perpetuaram-se ao longo de suas vidas, ainda que alguns diálogos através dos impressos ocorresse de forma sutil. Outros não conquistaram o mesmo sucesso, porém, pode-se observar que uma parte expressiva dos autores que tiveram seus livros publicados entre 1808 e 1821-22 e até além, dedicaram ao menos uma de suas obras. E, freqüentemente, mantiveram a prática dos elogios em seus escritos subseqüentes. Essas primeiras homenagens a D. João marcaram o início da prática das dedicatórias em obras publicadas no Brasil, comprovando traços da cultura do Antigo Regime, que se transferiram para os trópicos. Ainda que de forma lenta e gradual e por seleto grupo, a prática das homenagens impressas, através das obras dedicadas, foi capaz de se enraizar de tal forma que sua permanência pode ser percebida ao longo de quase todo século XIX. As relações de

mecenato e cordialidade, foram iniciadas e cultivadas através de trocas de prestígio efetuadas com as dedicatórias impressas.

Alguns letrados alcançaram seus objetivos através de trajetórias bem sucedidas. Autores como José da Silva Lisboa e Manoel Ferreira de Araújo Guimarães mantiveram a utilização dos elogios aos soberanos, ao longo de suas carreiras literárias, constituindo exemplos expressivos dessa prática no Brasil. Observa-se que as obras oferecidas em homenagem pelos letrados analisados no capítulo 3, não ficaram restritas apenas ao círculo da Família Real, louvando várias personalidades. Nesse caso, foi objeto de análise a prática em si, sendo o alvo das dedicatórias, informação secundária, ainda que extremamente importante, uma vez que se observa que as personalidades elogiadas em geral gravitavam na órbita da Corte joanina. Somando-se a essas constatações, é importante destacar que o conteúdo das obras, bem como as idéias defendidas pelo letrado, de maneira geral, corroboravam com as homenagens impressas. Não seria possível ao monarca, publicamente, apoiar alguém com quem não possuísse afinidade política e intelectual, não obstante tivesse escrito o melhor louvor imaginável.

Conclui-se que, além de se assemelhar à prática das dedicatórias nascida no ambiente do Antigo Regime, o uso dessas homenagens conseguiu trilhar um caminho próprio em sua manifestação tropical. Tão logo se começou a imprimir no Brasil, já saíam dos prelos dedicatórias impressas. Estas dividiram-se entre obras políticas, literárias e científicas e um elevado número de orações e sermões, como não poderia deixar de ser em uma sociedade marcada pelo fervor religioso. Os letrados cujas idéias estavam em sintonia com os rumos do governo de D. João fizeram uso da prática como ferramenta de ascensão de seu *status* político, social e financeiro. Ainda que a maior parte dos autores publicou apenas uma obra ao longo de suas vidas, diversos nomes ampliaram suas possibilidades ao publicar 3, 4 e, até mesmo, 9 homenagens, mostrando

ser um recurso que, apesar de não ser acessível a todos aqueles que possuíam instrução, foi valioso para alguns desses indivíduos.

O mais importante acerca do trabalho de levantamento, recuperação e análise da prática das dedicatórias, é a constatação de que no Brasil, no início do oitocentos, ao qual parte da historiografia atribui o desconhecimento das Luzes, estavam presentes impressos, idéias e noções de sociabilidades que não puderam ser contidas. A circulação de idéias ilustradas, ainda que sob uma censura vigilante durante o período colonial, proporcionou que o primeiro contato com os textos antes proibidos, estes fossem prontamente assimilados. Com a oportunidade de imprimir obras dos mais variados gêneros, já se utilizavam modos de sociabilidades próprios do mundo dos livros e impressos: a primeira obra saída dos prelos da Imprensa Régia contava com uma dedicatória em suas páginas iniciais. Embora as idéias ilustradas fossem a princípio restritas, caminhavam para uma disseminação mais abrangente através das obras e periódicos que começavam a circular. Enfim, a observação e análise da prática das dedicatórias impressas comprovam que o Brasil pôde desenvolver relações de sociabilidade complexas e aprimoradas, através das páginas dos livros.

Fontes

1. Manuscritos

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro

Cx 169 p.3 doc 83: Pedido de Januário da Cunha Barbosa para imprimir a Oração de Ação de Graças que recitou na Real Capela em 7 de março de 1813 e Discurso em homenagem ao aniversário de V.A..R. Rio de Janeiro, 1813.

Arquivos Particulares

José da Silva Lisboa

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

14, 3, 12: Decretos de Mercês (1816-1819)

20, 4, 3: Decretos, bilhetes, cartas de mercês...

I - 32, 6, 10: Registro de decretos de mercês e nomeações (1810-1811)

II - 30, 24, 37: Decretos de Mercês concedidas nos anos 1814-1819

Coleção de Documentos Biográficos

C-0054,015: Manoel Joaquim da Silva Porto. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para importar equipamento tipográfico; isenção de recrutamento militar para funcionários da tipografia. [S.l.], 1821.

C-0219,009 n°001: Jose da Silva Lisboa. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando nomeação para desembargador da Casa da Suplicação do Brasil; solicita nomeação de conselheiro honorário do Conselho da Fazenda; solicita pensão vitalícia para seus filhos[S.l.], 1814-1819.

C-0620,015 n°002: Manoel Ferreira de Araújo Guimarães. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando Habito da Conceição. [S.l.], 1818.

C-0620,015 n°003: Manoel Ferreira de Araújo Guimarães. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando Habito de Aviz. [S.l.], 1820.

- C-0629,017 nº001: Bernardo Avelino Ferreira e Souza. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando licença para fazer profissão de fé da Ordem do Cristo na Real Capela do Monte do Carmo da Corte e readmissão a secretaria da Intendência Geral de Polícia e ser nomeado oficial de primeira das secretarias de Estado. [S.l.], 1821-1826.
- C-0629,017 nº002: Bernardo Avelino Ferreira e Souza. Minuta sobre o pedido de readmissão na Secretaria da Intendência da Polícia, concedido a Bernardo Avelino Ferreira e Souza. [S.l.], 1822.
- C-0799,042 nº002: Antônio Jose de Lima Leitão. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando descontar de seu ordenado a soma de 480 mil reis mensais, para subsistência de mulher e filho. [S.l.], 1819-1820.
- C-0822,037 nº002: Januário da Cunha Barboza. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando dispensa de residência no coro da imperial capela; solicita licença para aceitar o título de sócio da arcádia de Roma e o de membro-correspondente do Instituto Histórico de Paris; solicita lugar de bibliotecário na livraria pública; solicita reintegração dos direitos da cadeira regia de filosofia racional e moral; solicita aumento de ordenado como professor de latim, retórica e desenho; solicita pagamento de côngrua; solicita uma pensão; solicita licença para renunciar a mercê do hábito da Ordem da Rosa em seu sobrinho Manuel da Cunha Barbosa. [S.l.], 1817-1840.
- C-0822,037 nº004: Januário da Cunha Barboza. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando Hábito de Nossa Senhora da Conceição. [S.l.] [s.d.]
- C-0944,032: Manuel Joaquim da Silva Porto. Requerimento encaminhado ao Ministério do Império, solicitando um aviso régio a fim que sejam imprimidos na impressão regia, os "Elogios" que escreveram pela restauração de Pernambuco. [S.l.], 1817.
- I-28,30,028 nº002: Januário da Cunha Barboza. Carta a Manoel José Maria da Costa, agradecendo a proposta que recebeu para sócio correspondente da Academia Real de Ciências de Lisboa. [S.l.] [s.d.]

1.3. Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

- DL37,10.03: 1810,11,19 Carta régia do [príncipe regente], d. João, a d. Miguel Antônio de Melo, [governador e capitão general da Ilha dos Açores]. Local: Palácio do Rio de Janeiro. 11fls.
- DL505,19: 1808,05,29-1812,03,11 Transcrições de cartas [8] de José [Maria] da Silva Lisboa, [deputado da Junta de Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação], a Manoel Inácio da Cunha e Meneses. Local: Rio de Janeiro 15fls

2. Impressos

2.1. Livros e Folhetos

Biblioteca Nacional de Lisboa

L6585P-6589P: ARNAUD, Monsier de. *Recreações do Homem Sensível, ou Collecção de exemplos verdadeiros e atheticos, nos quais se dá um Curso de Moral Prática conforme às máximas de sã Filosofia, e da Religião, para as pessoas de todos os Estados. Traduzida do Original Francez de... por Antonio de Moraes Silva*. Lisboa: Officina de Simão Thaedeo Ferreora, 1820. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço. T. 1.

L96415V: FONSECA, Alexandre José da. *Écloga*. Olisipone: Tipografia Régia, 1790.

Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro

ANÔNIMO. *O despotismo considerado nas suas causas e effeitos*. Discurso offerecido á Nação Portuguesa. Reimpresso no Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. Com Licença.

ARAÚJO, Joze de Souza Azevedo Pizarro e. *Memorias historicas do Rio de Janeiro e das Provincias annexas á Jurisdição do Vive-Rei do Estado do Brasil*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1820. Com Licença de Sua Majestade.

BARBOZA, Januário da Cunha. *Oração de acção de graças que, celebrando-se na real capella do Rio de Janeiro, No dia 7 de Março de 1818 o Decimo Anniversario da Chegada de Sua Magestade a esta Cidade, Compoz, recitou, e offerece, com permissão d'El-Rey Nosso Senhor, a José de Carvalho Ribeiro, em signal de gratidão, e amizade, Januário da Cunha Barbosa. Presbitero Secular, Pregador de Sua Magestade, Cavalleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Philosophia Racional e Moral na Corte, e Pro-Comissario dos Terceiros Minimos*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

_____. *Oração de acção de graças, que recitou na Real Capeala, no dia 26 de Fevereiro, Solemnizando-se por Ordem de Sua Alteza Real o Primeiro Anniversario do Juramento D'El-Rey E Povo desta Corte a Constituição Lusitana, e Offerece ao Mesmo Augusto e Constitucional Regente do Brazil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822.

_____. *Oração de Acção de Graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto aniversario da Chegada de S.A.R. Com toda a Sua Real Familia a Esta Cidade. Offerecida Ao Illustrissimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Caza, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Policia da Corte e Estado do Brazil etc*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813. Com Licença de S.A.R.

_____. *Oração Funebre nas exequias da Muito Alta, Muito Poderosa, e Fidelissima Senhora D. Maria I. Rainha do Reino-Unido de Portugal, Brazil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelos officiaes do Regimento de Melicias Nº 3 do Rio de Janeiro. Recitada por Januario da Cunha Barbosa, Presbytero Secular, Pregador de S.M., Cavalleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Philosophia Racional e Moral, e Pro-Commissario dos Terceiros Minimos.* Bahia: Typographia de Antônio Manoel de Silva Serva, 1818. Com as Licenças necessárias.

_____. *Sermão de Acção de Graças pela feliz Restauração do Reino de Portugal pregado na Real Capella do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809

BARRETO, Domingos Alves Branco Muniz. *Índice militar de todas as leis, alvarás, cartas regias, decretos, resoluções, estatutos, editaes promulgados desde o anno de 1752, até o anno de 1810.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença de S.A.R.

_____, *Índice pelas materias, civil, criminal, orphanologico, e de finanças das leis, alvarás, decretos, cartas regias, avisos, regimentos, provisões regias, foraes, editaes, resoluções, sentenças, tratados de paz, e de commercio, e assentos das cazas de supplicação, e do porto.* Rio de Janeiro: Impressão Regia, 1815. Por Ordem de S.A.R.

BASTOS, Francisco Xavier de S. Rita. *Oração fúnebre.* Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1816.

BASTOS, Manoel Jose d'Oliveira. *Roteiro da Cidade de Santa Maria de Belem do Gram-Pará pelo Rio Tocantins acima até o Porto Real do Pontal na Capitania de Goiaz,&c.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Por Ordem de S.A.R.

CÂMARA, Manoel Arruda da Câmara. *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas provincias do Brazil, offerecido ao Principe Regente Nosso Senhor.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. Por Ordem de S.A.R.

CARNEIRO, João Roberto Aires Carneiro. *Submissa congratulação de Hum Cidadão da Provincia do Grão-Pará respeitosamente dirigida ao serenissimo senhor Principe Regente do reino do Brazil.* Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1822.

CARVALHO, Porfírio Hemetrio Homem de. *Primeiras Linhas do Direito Commercial deste Reino.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença.

CASTRO, José Soares de. *Elementos de osteologia prática, offerecida ao Illustrissimo Senhor Doutor José Correia Picanço, Cavalleiro, professo e Commendador da Ordem de Christo.* Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1813.

_____. *Memorias Physiologicas, e Praticas sobre o aneurisma, e a ligadura das arterias. Por J. P. Maunoir, Membro da Sociedade de Medicina de Paris, da*

Sociedade para o progresso das Artes, e da de historia natural de Genebra. Com figuras. Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1815.

CAZAL, Padre Manoel Ayres de. *Corografia brazilica, ou relação historico-geografica do reino do Brazil.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Com Licença e Privilégio Real

COSTA, Manuel Cypriano da. *O verdadeiro valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.

COUTINHO, Gastão Fausto da Câmara. *Improvisos de Bocage, na sua mui perigosa enfermidade, dedicada aos seus bons amigos.* Reimpresso no Rio de Janeiro na Impressão Regia. 1810. Com Licença.

_____. *O Juramento dos Numes. Drama. Para se representar na noite da abertura do Real Theatro de S. João em applauso ao Augusto Nome de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813. Com Licença de S.A.R.

_____. *Parabéns ao Principe Regente Nosso Senhor, e á Patria, pelos presagios felices da Restauração de Portugal. Dedicados ao Serenissimo Senhor Infante Almirante General pelo autor D. Gastão ***, 1º Tenente da Real Armada.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808

_____. *O Triunfo da America, drama para se recitar no Real Theatro do Rio de Janeiro, composto, e offerecido a S.A.R. o P.R. Nosso Senhor por D. Gastão***.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810. Com Licença de S.A.R.

FERNANDES, José Pedro. *Elogios em Applauzo da Fuastissima Victotia [sic] das armas portuguezas contra os rebeldes em Pernambuco, e do preciozo nome do muito alto, e poderoso senhor D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, compostos, e offerecidos ao mesmo augustissimo senhor.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Por Ordem de S.M.

FERREIRA, João da Costa. *Poezias de Dous Amigos.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença de S.A.R.

GARDNER, Daniel. *Syllabus ou Compendio das lições de chymica.* Rio de Janeiro: na Impressão Régia, 1810. Por Ordem de S.A.R.

GÓES, José de. *Vozes do Patriotismo, ou falla aos portuguezes feita em Janeiro de 1808, que a sua alteza real o Principe Regente Nosso Senhor O.D.C. J. de G.P. da C. O. de P.* Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1809.

GUIMARÃES, Manoel Ferreira de Araújo. *Elementos de geometria, por A. M. Le Gendre; Traduzidos do Francez, e Dedicados ao Principe Regente Nosso Senhor por Manoel ***.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1908. Por Ordem de S.A.R.

_____. *Epicedio ao Illmo e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, Senhor de Payalvo, Conselheiro de Estado, Ministro e*

*Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, Grão Cruz das Ordens de S. Bento de Avis, e da Torre e Espada, e Commendador da Ordem de Christo, &c., &c. Offerecido á Ill^{ma}. E Ex^{ma}. Senhora Condeça de Linhares, por Manoel***. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença de S.A.R.*

_____. *Ode pela restauração do porto offerecida a Sua Alteza Real por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809. Com Licença de S.A.R.*

LEITÃO, Antonio José de Lima. *As Cantatas de João Baptista Rousseau. Traduzidas em verso portuguez pelo Dr. Antônio ***. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. 1816*

_____. *Iphigenia, tragédia de João Racine. Traduzida em verso portuguez, e offerecida como uma prova da mais sincera gratidão. Ao Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Cypriano Ribeiro Freire, do conselho de S.M. O Rey Nosso Senhor, seu ministro plenipotenciário em Londres, &c. &c. &c. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816 Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.*

_____. *Monumento à elevação da colonia do Brazil a Reino, e ao Estabelecimento do Tríplice Imperio Luso. As obras de Publio Virgilio Maro, traduzidas em verso portuguez, e annotadas pelo Doutor Antonio José de Lima Leitão. Tomo II. Contendo os seis primeiros cantos da Eneida. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço, e Privilegio Real.*

_____. *Ode ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Duque de Wellington, e da Victoria, Marechal General do Exercito Portuguez, General em Chefe dos Exercitos Britannicos, &c &c Tributo devido á prudencia, e valor com que preencheu as previdentes intenções do seu governo, e guiou ao campo da honra as Tropas Portuguezas. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.*

LEITÃO, Paulino Joakim. *Á Esquadra Portuguesa, que transportou aos Estados do Brazil os Soberanos de Portugal, elogio. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença.*

LEITE, Antonio Bressane. *A união venturosa, drama com musica para se apresentar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor . Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Com Licença de S.A.R.*

LISBOA, Bento da Silva. *Compendio da obra Da Riqueza das Nações de Adam Smith. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1811. Com Licença de S.A.R.*

LISBOA, José da Silva. *Á memoria do author do poema epico do descobrimento da Bahia Fr. José Durão. Descrição do Brazil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1822*

_____. *Estudos do bem comum e economia política, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e*

prosperidade do estado. Por José da Silva Lisboa Do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real Junta do Commercio, Desembargador da Casa de Supplicação do Reino do Brazil Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença de Sua Magestade.

_____. *Extracto das obras políticas e econômicas de Edmund Burke.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812.

_____. *Observações sobre o commercio franco no Brazil. Pelo author dos princípios do direito mercantil.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808 e 1809.

M. J. *Elegia á sempre saudosa e sentidissima auzencia de Sua Alteza Real de Lisboa para os seus estados do Brazil. Offerecida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Henrique José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Marquez de Pombal, do Conselho de Estado, Gentil-Homem da Camara de Sua Majestade, Gram Cruz da Ordem de Christo, &c. &c. &c.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808

MACEDO, Ignacio Jose de. *Oração Gratulatória, e Política improvisada no Collegio da Bahia no anniversario que fez o Senado da Camara á feliz chegada de Sua Alteza Real em Janeiro de 1811.* Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1811.

MENDONÇA, D. Luis Antonio Carlos Furtado de. *Oração funebre recitada na Capella Real da Corte do Rio de Janeiro nas solemnes exequias da Senhora D. Maria I. Rainha fidelissima do Reino Unido de Portugal, do Brasil, e dos Algarves.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Por Ordem de S.M.

MIRANDA, José Antônio de. *Memoria constitucional e politica Sobre o Estado Presente de Portugal e do Brasil; dirigida a ElRei Nosso Senhor, e offerecida a Sua Alteza o Principe Real do Reino Unido de Portugal e Algarves, e Regente do Brasil.* Rio de Janeiro: Tipografia Régia, 1821. Com Licença de S.A.R.

MELLO, Manoel Jacintho de Sampaio de. *Novo Methodo de fazer o açúcar ou Reforma Geral Economica, dos Engenhos do Brazil, em utilidade particular, e publica: offerecido a Sua Majestade Fidelissima.* Bahia: Tipografia de Manuel Antônio da Silva Serva, 1816.

MORAES, Estella Joaquina de. *Elogio ao publico recitado no Real Theatro de S. João desta Corte. No dia do seu Beneficio em 20 de Junho de 1818.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

PORTO, Manoel Joaquim da Silva. *Elogio dirigido á amizade, e esplendida companhia que se ajuntou no engenho de Salvaterra, offerecido ao Senhor J. de C.R. por seu fiel, e obrigado amigo M.J. da Silva Porto.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1816. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

_____. *Elogio por occasião do fausto, e gloriozo successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco, Composto, e Offerecido ao muito alto, e muito Poderoso senhor D. João VI. Rei do Reino de Portugal, do Brazil, e dos*

Algarves. *Por seu Reverente, e Fiel Vassallo Manoel Joaquim da Silva Porto*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Por Ordem de S.M.

_____. *Phedra, tragedia de João Racine. Traduzida em portuguez, e offerecida ao senhor José de Carvalho Ribeiro por seu fiel, e obrigado amigo Manoel Joaquim da Silva Porto. Segunda edição mais correcta*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.

PORTUGAL, Marcos. *Augurio di Felicità, o Sia il trionfo d'amore, serenata per musica da eseguirsi nel real palazzo del Rio di Janeiro, per celebrare l'augustissimo spozalizio del serenissimo signore D. Pietro D'Alcantara Principe Reale, di tre Regni Uniti di Portogallo, Brasile, Algarve, Duca di Braganza, con la Serenissima Signora D. Carolina Giuseppa Leopoldina, Archiduchessa D'Austria, ora Principessa Reale &c. &c.* Rio de Janeiro, 1817, Per Ordine Reale.

RODOVALHO, Antonio de Santa Ursula. *Oração de Acção de Graças, que pelo muito feliz, e augusto nascimento da Serenissima Senhora D. Maria Thereza Muito Alta, e muito poderosa Princeza da Beira Recitou na Cathedral do Rio de Janeiro no dia 19 de Novembro de 1793, e offerece á mesma Senhora no anno de 1800*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809

RODRIGUES, Antonio Patricio Pinto. *Chalça de Napoleão, ou protecção universal. Offerecida aos apaixonados dos francezes*. Reimpressa no Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1810.

S. CARLOS, Francisco de. *A El-Rei Nosso Senhor O.D.C O Senado da Camara desta Corte a oração Sagrada, que na solemne acção de graças pelo muito feliz e augusto nascimento da serenissima senhora D. Maria da Gloria Princeza da Beira, Celebrada na Igreja de S. Francisco de Paula pelo mesmo Senado da Camara, recitou no dia 12 de maio o P. M. Fr. Francisco de S. Carlos, Religiozo Franciscano da Provincia da Conceição do Brazil, Ex-Leitor de Theologia, Ex-Definidor, Examinador Synodal da Meza da Consciencia e Ordens, e da Caza do Infantado, Revizor do Bispado, Pregador Regio, e Padre da Provincia*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença de Sua Majestade.

SAMPAIO, Duarte Mendes de. *Oração Sagrada Que em Acção de Graças pelo feliz trânsito de Sua Alteza Real, e Sua Sereníssima Família, da Europa Portuguesa para os Seus Estados do Brasil, foi recitada na Santa Igreja Catedral do Rio de Janeiro, e estando presente o mesmo Senhor*. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1808.

SAMPAIO, Fr. Francisco de. *Oração Funebre do Emminentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Lourenço Caleppi dos Condes do mesmo titulo, Arcebispo de NIZIBI, Nuncio Apostolico de Sua Santidade o Santissimo Padre Pio VII no Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Cavalleiro da Ordem de Malta, Gram-Cruz da*

Ordem da Torre e Espada, e Cardeal da Santa Igreja. Recitada em prezença do seu corpo no convento de Santo Antonio, por Fr. Francisco de S. Paio. Prégador Regio. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

_____. *Oração Funebre, que nas Exequias mandadas fazer por Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor, ao Serenissimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha, recitou na Capella Real, Fr. Francisco de S. Paio: Ex Leitor de Eloquencia; de Theologia Dogmatica; Examinador da Mesa da Consciencia, e Ordens Militares; Pregador Regio; Theologo da Nunciatura Apostolica; e Padre da Provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Por Ordem de Sua Alteza Real.*

_____. *Sermão de acção de graças, que, em memoria dos dias 24 de agosto, e 15 de setembro de 1820, o Senado, e os cidadãos do Rio de Janeiro solemnizarão no dia 15 de setembro, na Igreja de S. Francisco de Paula, recitado por Fr. Francisco de Sampaio, Religiozo Franciscano da Provincia do Rio de Janeiro e Pregador Regio. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821.*

_____. *Sermão de Acção de Graças, pela prosperidade do Brasil, prégado a 7 de março de 1822. Na Capella Real. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1822*

SENADO DA CÂMARA. *Memoria sobre a canella do Rio de Janeiro offerecida ao Principe do Brazil Nosso Senhor pelo Senado da Camara da mesma cidade no ano de 1798. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1809. Por Ordem de S.A.R.*

SEIXAS, Romualdo Antônio de. *Oração funebre, recitada pelo Conego Romualdo Antonio de Seixas Cavalleiro professo na ordem de Christo, natural do Pará nas exequias da Serenissima Infanta a Senhora Dona Maria Anna, que fez celebrar o Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor D. Manoel de Almeida, Bispo da mesma Diocese. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1814. Com Licença de S.A.R.*

_____. *Sermão em Acção de Graças, pelo feliz successo das nossas armas em Portugal: Prégado Na Igreja dos Militares da Cidade do Grão Pará, na festa que celebrou a Officialidade do Primeiro Regimento de Linha denominado da Cidade, a 21 de Julho, dia do Anjo Custódio do Reino; offerecido ao Illustrissimo senhor Conde de Aguiar, Pelo Presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Natural da mesma Capitania do Pará, e Conego Diacono da Respectiva Cathedral. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1812. Com Licença de SA.R.*

_____. *Sermão de acção de graças que no dia 13 de maio celebrou o Senado da Camara desta capital do Pará pela feliz acclamação do muito alto, e poderoso senhor D. João VI. Rey do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves Recitado, e Offerecido a Sua Magestade Fidelissima pelo Presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Professo da Ordem de Christo, e Conego da Cathedral da mesma Cidade. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.*

- _____. *Sermões e Panegyricos recitados pelo presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e Conego da Sé do Pará; com dous discursos sobre a filosofia, offerecidos ao Ex.mo e R.mo Senhor D. Manoel de Almeida de Carvalho, bispo da mesma diocese.* Bahia: Typographia de Antônio Manoel de Silva Serva, 1819
- SILVA, José Carneiro da. *Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goytacazes, com huma noticia breve de suas produções, e commercio offerecida ao muito alto, e muito poderosos Rey e Senhor Nosso D. João VI. Por hum natural do mesmo paiz.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1819. Com Licença de Sua Majestade.
- SILVA, Roberto Ferreira da. *Elementos de desenho, e pintura. E regras geraes de perspectiva. Dedicadas ao Senhor Rey D. João VI.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1817.
- SOUTO-MAIOR. José Rodrigues Malheiro Trancoso. *Oração em Acção de Graças a Deos pela suspirada aclamação e exaltação ao Throno D'ElRey Nosso Senhor o Senhor D. João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves; Em a Igreja Matriz de S. Pedro do Rio Grande do Sul: na Festividade Publica, que pelo referido Objecto fez o Sargento Mor Matheos da Cunha Telles, Feita e Recitada pelo Padre José Rodrigues Malheiro Trancoso Souto-Maior No dia 29 de Março de 1818.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.
- SOUZA, Bernardo Avelino Ferreira e. *A Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara Principe Real do Reino-Unido de Portugal, Brasil, e Algarves; e Regente do Brasil. Em demonstração do mais profundo respeito a presente colleção de versos constitucionaes Impressos a Beneficio do Monte-Pio Litterario desta Corte. O.C.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821.
- _____. *Elogio dramatico, em applauso dos faustissimos annos da Serenissima Princeza Real a Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina, Augusta Esposa do Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe Real do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Recitado no Real Theatro de S. João do Rio de Janeiro, e composto por Bernardo Avellino Ferreira e Souza.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818. Com Licença de Sua Magestade.
- _____. *A fidelidade do Brazil, elogio dramatico aos faustissimos annos de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI, Rei Constitucional do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, recitado no Theatro Nacional de S. João da Corte do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1822.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1822.
- _____. *Relação dos festejos, que a feliz acclamação do Muito Alto, Muito Poderoso, e Fidelissimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves. Na noite do Indeleivel, e Faustissimo dia 6 de fevereiro, e nas duas subsequentes, com tanta cordialidade, como respeito votarão os Habitantes do Rio de Janeiro; seguida das Poesias dedicadas ao mesmo Venerando Objecto,*

collegidas por Bernardo Avellino Ferreira e Souza, Official Supranumerario da Secretaria da Intendencia Geral da Policia, e dada ao Prelo, e gratuitamente distribuida pela mesma Intendencia, a fim de perpetuar a Memoria do Plauzivel Successo, de que mais se glorião os Fastos Portuguezes. Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1818

_____. *Versos, que pelo faustissimo acontecimento do maravilhoso dia 26 de fevereiro. Recitou no Real Theatro de S. João desta Corte, e imprime a Beneficio dos Expostos da Real Caza da Santa Mizericordia Bernardo Avellino Ferreira e Souza.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1821. Com Licença.

_____. *Rimas de Bernardo Avellino Ferreira e Souza, offerecidas aos seus amigos.* Rio de Janeiro: Impressão Régia, 1813. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

2.2. Periódicos

Coimbra: *Jornal de Coimbra*. 1817.

Londres: *Correio Braziliense ou Amazem Literário*. Número 12, maio de 1809. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Brasília: *Correio Braziliense*, 2001, V.2.

Rio de Janeiro: *Gazeta do Rio de Janeiro*. 1808-1821.

Rio de Janeiro: *O Patriota*. 1813-1814.

2.3. Diversos

AQUINO, Tomás de. *Delicioso jardim da Rhetorica, tripartido em elegantes estancias e adornado de toda a casta de Flores da Eloquência ao qual se ajuntão os Opusculos de modo de compor, e amplificar as sentenças e da airoza collocação e estrutura das partes da oração.* Lisboa: Officina de Manoel Coelho Amado, 1750.

MAQUIAVEL, Nicolau. *O Príncipe*. São Paulo: Abril S.A. Cultural e Industrial / Athena Editora, 1973. P. 9-10.

Referência Bibliográficas

1. Obras de Referência:

BLAKE, Augusto Victorino Alves do Sacramento. *Diccionario Bibliographico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1883-1902. 7v. (Ed. fac-similar, Conselho Federal de Cultura, 1970)

CAMARGO, Ana Maria de Almeida & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Impressão Régia do Rio de Janeiro*. São Paulo: Edusp/Kosmos, 1993. 2 v.

CASTRO, Renato Berbet de. *A primeira Imprensa da Bahia e suas publicações. Tipografia de Manuel Antonio da Silva Serva, 1811-1819*. Bahia: Secretaria da Educação e da Cultura, 1968.

_____. *A Tipografia Imperial e Nacional, da Bahia*. São Paulo: Ática, 1984.

GAMA, Miguel do Sacramento Lopes. *Lições de eloquencia nacional*. Rio de Janeiro: Typ. Imparcial de F. de Paula Brito, 1846.

IMPRENSA NACIONAL. *Imprensa Nacional: actividade de uma casa impressora. Vol. I (1768-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional - Casa da Moeda, 1975.

SILVA, Antonio de Moraes. *Diccionario da Lingua Portuguesa*. Lisboa: Typografia Lacerdina, 1813.

SILVA, Innocencio Francisco da. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa, Imprensa Nacional, 1860.

VELHO SOBRINHO, J.F. *Dicionário bio-bibliografico brasileiro*. Rio de Janeiro: Pongetti, 1937. 2v.

2. Livros, artigos e teses:

ABREU, Capistrano de. *Capítulos de História Colonial (1500 - 1800)*. Belo Horizonte, Itatiaia; São Paulo, Publifolha, 2000.

ABREU, Márcia e SCHAPOCHNIK (Orgs.) *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas*. Campinas, SP: Mercado das Letras, Associação de Leitura do Brasil (ALB); São Paulo: Fapesp, 2005. (Coleção Histórias da Leitura).

ABREU, Márcia (org.). *Leitura, história e história da leitura*. 2ª reimpressão. Campinas/São Paulo: Mercado de Letras/ALB/FAPESP, 2002.

- ALENCASTRO, Luiz Felipe de (org.). *Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997 (*História da vida privada no Brasil*, 2).
- ALGRANTI, Leila Mezan. *Livros de devoção, atos de censura. Ensaio de História do Livro e da Leitura na América Portuguesa (1750-1821)*. São Paulo: Hucitec / Fapesp, 2004.
- ARQUIVO NACIONAL. *Perfil de Cayrú. Publicações*. Rio de Janeiro, 42, 1858.
- ARQUIVO NACIONAL. *Cayrú: excertos da obra inédita "O Espírito de Cairú"* Rio de Janeiro: Artes Gráficas, 1958.
- AZEVEDO, Francisca Nogueira de. *Carlota Joaquina na Corte do Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- BARATIN, Marc & JACOB, Christian. *O Poder das Bibliotecas. A memória dos livros no Ocidente*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2000
- BARMAN, Roderick. *Brazil: the Forging of a Nation (1798-1852)*. Stanford: Stanford University Press, 1988.
- BERNSTEIN, S & MILZA, P. *Axes et méthodes de l'histoire politique*. Paris: PUF, 1998.
- BICALHO, Maria Fernanda. "Conquista, Mercês e Poder Local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". In: *Almanack Braziliense* (Online), nº. 02, p. 21-34, 2005.
- _____ & FERLINI, Vera Lúcia Amaral (org.). *Modos de governar: idéias e práticas políticas no império português. Séculos XVI-XIX*. São Paulo: Alameda Casa Editorial, 2005.
- BOURDIEU, Pierre. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- _____. *O Poder Simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.
- BOURDON, Léon (ed.). *Lettres familières et fragments du journal intime de Fernand Denis à Bahia*. Brasília. Coimbra, 9:191, 1958.
- BURKE, Peter (org.). *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. *A Fabricação do Rei: a construção da imagem pública de Luis XIV*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.
- _____. *Uma história social do conhecimento: de Gutenberg a Diderot*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003
- _____. *Variedades da História Cultural*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

- CALMON, Pedro. *O Rei do Brasil: Vida de D. João VI*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1935.
- CANFORA, Luciano. *Livro e Liberdade*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra & Ateliê Editorial, 2003.
- CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (org.). *Minorias silenciadas: História da censura no Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado/ Fapesp, 2002.
- CARVALHO, José Murilo de. *A Construção da Ordem e Teatro de Sombras*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.
- _____. “História intelectual no Brasil: a retórica como chave de leitura”. In: *Topoi*, nº1, Rio de Janeiro: Editora 7 Letras, 2000.
- CHARTIER, Roger. *A história cultural entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, 1988.
- _____. *A beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Ed. Universidade UFRGS, 2002.
- _____. *A ordem dos livros: leitores, autores e bibliotecas*. Brasília UNB, 1994.
- _____. *Leitura e leitores na França do Antigo Regime*. São Paulo: Editora UNESP, 2004
- _____. “O Homem de Letras”. In: Michel Vovelle (dir.) *O Homem do Iluminismo*. Lisboa, Presença, 1997.
- _____. *Inscrever e Apagar: Cultura escrita e Literatura, Séculos XI a XVIII*. São Paulo: Editora UNESP, 2007.
- _____. (dir). *Práticas da Leitura*. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.
- _____ & ROCHE, Daniel. “O livro: uma mudança de perspectiva.” In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (Dir.). *História: novos objetos*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995.
- DARNTON, Robert. *Boemia literária e revolução*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- _____. *O iluminismo como negócio*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- _____. “O poder das bibliotecas”. In: *Suplemento Mais. Folha de São Paulo*. São Paulo, 14 abril 2001.
- _____ & ROCHE, Daniel (orgs.). *Revolução impressa. A Imprensa na França, 1775-1800*. São Paulo: EDUSP, 1996.

- DIAS, M. Odila da Silva. "Aspectos da ilustração no Brasil." *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, 1968.
- DIDEROT, Denis. *Carta sobre o comércio do livro*. Rio de Janeiro, Casa da Palavra, 2002.
- DOYLE, William. *O Antigo Regime*. São Paulo: Editora Ática, 1991.
- DUMAS, Alexandre. *Grande Dicionário de Culinária*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- DUPONT, Paul. *Histoire de l'imprimerie*. v II. Paris, Paul Dupont, 1854
- DUPRONT, Alphonse. *L. A. Muratori et la société européenne des pré-lumières*. Firenze: Leo S. Olschki, 1976
- EDMUNDO, Luiz. *A corte de D. João no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Conquista, 1957.
- EISENSTEIN, Elizabeth L. *The Printing Revolution in Early Modern Europe*. Cambridge: University Press, 1983
- ELIAS, Norbert. *A sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.
- _____. *O Processo Civilizador: uma história dos costumes*. 2 v. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henri-Jean. *O aparecimento do livro*. São Paulo: Ed. da UNESP/Hucitec, 1992.
- FERNANDES, Isabel Alexandra. *Reis e Rainhas de Portugal*. Lisboa: Texto Editores, 1999.
- FERREIRA, Tania Maria Bessone da Cruz. "Direito de propriedade ou propriedade literária: os debates sobre autoria no Brasil imperial (1862-1889)". In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>
- _____. & Neves, Lúcia Maria Bastos Pereira das. "Os livreiros franceses no Rio de Janeiro: 1808-1823". In: Tania M. Tavares Bessone da C. Ferreira (org.). *História hoje: balanço e perspectivas*. Rio de Janeiro: ANPUH/Taurus-Timbre, 1990. p. 190-202.
- FRAGOSO, J. L. R. & FLORENTINO, Manolo. *O arcaísmo como projeto: mercado Atlântico, sociedade agrária e elite mercantil no Rio de Janeiro (c. 1790-c.1840)*. Rio de Janeiro: Diadorim, 1993.
- FRAGOSO, João, et al. *O Antigo regime nos trópicos: a dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII)*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.

- FURET, François. “Antigo Regime.” In: François Furet & Mona Ozouf. *Dicionário crítico da Revolução Francesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1989.
- _____. (dir). *Livre et Société dans la France du XVIIIe siècle*. Paris/La Haye: Mouton, 1970. 2 v.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- GODBOUT, Jacques T. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1999.
- GOMES, Angela de Castro (org.). *Escrita de Si, Escrita da História*. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.
- GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independencias. Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. México, Mapfre/Fondo de Cultura Económica, 1992.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural na esfera pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.
- HALLEWELL, Laurence. *O livro no Brasil (Sua história)*. São Paulo: T.A.Queiroz/EDUSP, 1985.
- HESPANHA, Antonio Manuel. “Depois do Leviathan”. In: *Almanack Braziliense* (Online), nº. 05, p. 55-66, 2007.
- HOBBSAWM, Eric. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- HUNT, Lynn. *A nova história cultural*. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- IPANEMA, Cybelle de & IPANEMA, Marcello de. *Silva Porto: livreiro na Corte de D. João, editor na Independência*. Rio de Janeiro: Editora Capivara, 2007.
- KURY, Lorelai (org.) *Iluminismo e Império no Brasil: O Patriota (1813-1814)*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.
- LIMA, Oliveira. *D. João VI no Brasil*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- _____. *O movimento da Independência, 1821-1822*. Rio de Janeiro: Topbooks, 1997.
- LISBOA, João Luís. *Ciência e Política: ler nos finais do Antigo Regime*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1991.
- MALERBA, Jurandir. *A Corte no Exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

- MANGUEL, Alberto. *A biblioteca à noite*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MARTINS, Wilson. *A palavra escrita. História do livro, da imprensa e da biblioteca*. 2ª ed., São Paulo: Ática, 1996.
- MAUSS, Marcel. *Sociologia e Antropologia*. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.
- MAYER, Arno. *A força da tradição. A persistência do Antigo Regime (1848-1914)*. São Paulo, Companhia das Letras, 1987.
- MORAES, Rubens Borba de. *O bibliófilo aprendiz*. 3ª ed., Brasília/Rio de Janeiro, Briquet de Lemos/ Livros/Casa da Palavra, 1998.
- _____. *Livros e bibliotecas no Brasil colonial*. Rio de Janeiro/São Paulo: Livros Técnicos e Científicos/Sec. da Cultura, Ciência e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1979.
- MOREL, Marco. *As transformações dos espaços públicos: imprensa, atores políticos e sociabilidades na cidade imperial (1820-1840)*. São Paulo: Hucitec, 2005.
- NEVES, Lúcia Maria Bastos P. “Comércio de livros e censura de idéias: a actividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795- 1822)”. *Ler História*. Lisboa, 1992-1993.
- _____. Comércio de livros e censura de idéias: a atividade dos livreiros franceses no Brasil e a vigilância da Mesa do Desembargo do Paço (1795-1822). *Ler História*. Lisboa: 23: 61-78, 1993.
- _____. *Corcundas e Constitucionais: a cultura política da Independência (1820-1822)*. Rio de Janeiro: Revan / FAPERJ, 2003.
- _____. “Do privilégio à propriedade literária: a questão da autoria no Brasil Imperial (1808-1861)”. In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004.
<http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>
- _____. “Leitura e Leitores no Brasil: o Esboço de uma esfera pública do poder (1820-1822)”. *Acervo. Revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro. 8 (1-2): 123-138, 1995-1996.
- _____ & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- _____. “Imprensa – Impressão Régia – Panfletos”. In: R. Vainfas (dir.). *Dicionário do Brasil Imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

- NORA, Pierre. “Entre Memória e História: a problemática dos lugares”, In: Projeto História. São Paulo: PUC, n. 10, pp. 07-28, dezembro de 1993.
- NORTON, Luís. *A Corte de Portugal no Brasil*. 2ª ed. São Paulo/Brasília, Ed. Nacional/INL, 1979.
- OLIVERO, Isabelle. *L’Invention de la Collection. De la diffusion de la littérature et des savoirs à la formation du citoyen au XIX siècle*. Paris : Editions de L’IMEC, 1999.
- PEREIRA, Angelo. *Os filhos de El Rei D. João VI*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1946.
- _____. *A Retirada da Família Real para o Brasil*. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1953.
- RÉMOND, René (org.). *Por uma história política*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; Editora FGV, 1996.
- RIBEIRO, Maria Manuela Tavares. “Livros e leituras no século XIX.” *Revista de História das idéias*. Coimbra, 20: 187-228, 1999
- RIOUX, Jean-Pierre & SIRINELLI, Jean-François. *Para uma história cultural*. Lisboa: Estampa, 1998.
- RIZZINI, Carlos. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil: 1500-1822*. Rio de Janeiro/ São Paulo: Kosmos, 1945.
- ROCHE, Daniel. *O povo de Paris: Ensaio sobre a cultura popular no século XVIII*. São Paulo: Edusp, 2004
- RODIL, Louis. *Antonin Carême de Paris, 1783-1833*. Marseille: Jeanne Laffitte, 1980.
- ROUVEYRE, Edouard. *Dos livros*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2000.
- SATUÉ, Enric. *Aldo Manuzio - Editor, Tipógrafo, Livreiro*. São Paulo: Atêlie Editorial, 2005.
- SCHERER, F. M. *Quarter Notes and Banks Notes: The Economics of Music Composition in the Eighteenth and the Nineteenth Centuries*. Princeton and Oxford: Princeton University Press, 2004.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz (com Paulo Cesar de Azevedo e Angela Marques da Costa). *A longa viagem da Biblioteca dos Reis. Do terremoto de Lisboa à Independência do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A Gazeta do Rio de Janeiro (1808-1822): cultura e sociedade*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2007.

- _____. “A corte no Brasil e a distribuição de mercês honoríficas”. In: *Ler História*. n.54. Lisboa: 2008.
- _____. *Cultura no Brasil colônia*. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.
- _____. *Cultura e Sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821*. São Paulo: Nacional; Brasília: INL, 1977.
- _____. *A Cultura Luso-Brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Estampa, 1999.
- _____. (coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa: Verbo, 1994.
- _____. “Livro e sociedade no Rio de Janeiro: 1808-1821.” *Revista de História*. São Paulo, 94: 441-457, 1973.
- _____. *Ser nobre na colônia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2005.
- _____. *Vida privada e Quotidiano no Brasil. Na época de D. Maria I e D. João VI*. Lisboa: Editorial Estampa, 2004.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SOUZA, Laura de Mello (org.). *Cotidiano e vida privada na América portuguesa. (col. História da vida privada no Brasil. Vol. 1)*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
- _____. *O sol e a sombra: política e administração na América portuguesa do século XVIII*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- SOUZA, Simone Cristina Mendonça de. “Adaptações e livros baratos para a Corte: Folhetos editados na Impressão Régia do Rio de Janeiro entre 1808 e 1822”. In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>
- _____. “A prosa de ficção na Impressão Régia do Rio de Janeiro”. In: *Anais XI Encontro Regional da Abralic*, 2007. <http://www.abralic.org.br>
- TOCQUEVILLE, Alexis de. *O Antigo Regime e a Revolução*. [1856]. Brasília, Ed. da Universidade de Brasília, 1979.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum. Estudos sobre a cultura popular tradicional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- VAINFAS, Ronaldo (dir.). *Dicionário do Brasil imperial (1822-1889)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2002.

VIANNA, Hélio. *Contribuição à história da Imprensa brasileira: 1812-1869*. Rio de Janeiro: Imp. Nacional, 1945.

VILLALTA, Luiz Carlos. 1789-1808 – O império luso-brasileiro e os Brasis. São Paulo, Companhia das Letras, 2000.

_____. « Bibliothèques privées et pratiques de lecture au Brésil colonial. » In: K. M. de Queirós Mattoso et al. (org.). *Naissance du Brésil moderne (1500-1808)*. Paris, Presses de l'Université de Paris-Sorbonne, 1998.

_____. *Reformismo ilustrado, censura e práticas de leitura: usos do livro na América Portuguesa*. São Paulo, Tese de doutorado apresentada à Universidade de São Paulo, 1999.

VILLALTA, Luiz Carlos. “Robinson Crusoe e a circulação de livros entre Brasil e Portugal (1768-1821)”. In: *Anais eletrônicos do I Seminário Brasileiro sobre Livro e História Editorial*. Rio de Janeiro, 2004. <http://www.livroehistoriaeditorial.pro.br>

Anexos

ANEXO A

Lista de autores que dedicaram suas obras

Adriano Ernesto de Castilho Barreto
André Jacob
Antonio Bressane Leite
Antonio D'Annunção Avellino
Antonio da Rocha Franco
Antonio de Santa Ursula Rodovalho
Antonio D'Oliva de Sousa Sequeira
Antonio Gonçalves Gomide
Antonio José de Lima Leitão
Antonio Joze de Paiva Guedes d'Andrade
Antonio José Leal
Antonio José Osorio de Pina Leitão
Antonio José Vaz
Antonio Marques de Sam-Paio
Antonio Patricio Pinto Rodrigues
Antonio Salieri
Antonio Soares de Azevedo
Antonio Thomaz de Negreiros
Antonio Vicente Dellanave
Antonio Vieira da Soledade
Bento da Silva Lisboa
Bento da Trindade
Bernardino Antonio Gomes
Bernardo Avelino Ferreira e Souza
Bernardo Gorjão Henriques
Custodio de Faria
Daniel Gardner
Diogo de Mello e Menezes
Diogo Duarte e Silva
Domingos Alves Branco Muniz Barreto
Domingos Borges de Barros
Domingos Caldas Barbosa
Domingos Ribeiro dos Guimaraens Peixoto
Duarte Mendes de S. Payo
Eduardo José de Moira
Empregados da Real Impressão
Estella Joaquina de Moraes
Francisco da Mãe dos Homens Carvalho
Francisco de Assis
Francisco Gomes dos Santos e Almeida
Francisco de Paula Santa Gertrudes Magna
Francisco de S. Carlos
Francisco de Santa Teresa de Jesus Sampaio
Francisco Soares Maris
Francisco Ferreira de Azevedo

Francisco. Joaquim Rodrigues
Francisco Xavier de S. Rita Bastos
Gastão Fausto da Camara Coutinho
Gonçalo Ignacio de Loiola Albuquerque e Mello
Ignacio José Correia Drummond
Ignacio José de Macedo
Innocencio Rocha Galvão
Januário da Cunha Barbosa
João Anastacio de Sousa Pereira da Silva Portilho
João Antonio Rodrigues de Carvalho
João Baptista da Purificação
João da Costa Ferreira
João Gualberto Ferreira
João da Silva Feijó
João de S. Ignacio
João de Souza Pacheco Leitão
João Pereira Batista Vieira Soares
João Pereira da Silva
João Roberto Aires Carneiro
Joaquim Antonio Fernandes de Saldanha
Joaquim da Nobrega Cão D'Aboim
Joaquim da Rocha Mazarem
Joaquim de S. José Padre da Provincia de N. S. da Arrabida
Joaquim de Sancta Clara
Joaquim Ignacio de Lima
Joaquim Ignacio Moreira Dias
Joaquim José Lisboa
Joaquim José Pedro Lopes
Joaquim Le Breton
Joaquim Navarro de Andrade
Joaquim Rafael do Valle
José Accursio das Neves
José Anselmo Correia Henriques
José Antonio de Miranda
José Basilio da Gama
José Bernardes de Castro
José Carneiro da Silva
José Constantino Gomes de Castro
José Corrêa Picanço
José da Silva Lisboa
José Daniel Rodrigues da Costa
José Eloy Ottoni
José Eugenio de Aragão e Lima
José Francisco Cardoso de Moraes
José de Goes
José Joaquim Lopes de Lima
José Manoel da Camara
José Maria Bomtempo
Jose Maria Dantas Pereira
José Pedro Fernandes

José Pedro de Souza e Azevedo
José Procópio de Castro
José Rodrigues Malheiro Trancoso Souto-Maior
José Silvestre Rebello
José Soares de Castro
José Victorino dos Santos e Souza
Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araujo
Jozé Vieira Couto
Ignacio José Correia Drummond
Irmãos 3^{os} da archiconfraternidade da Santissima Trindade da Bahia
Leonor Thomasia de Sousa e Silva
Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça
Luis Gonçalves dos Santos
Luiz Antônio da Silva e Sousa
Luiz de S. Anna Gomes
Luiz Prates de Almeida e Albuquerque
Manoel Affonso dos Santos Thourinho
Manoel Antonio da Silva
Manoel Antonio Leitam Bandeira
Manoel Arruda da Camara
Manoel Ayres do Cazal
Manoel de Almeida de Carvalho
Manoel Ferreira de Araújo Guimarães
Manoel Jacintho de Sampaio de Mello
Manoel Joaquim da Silva Porto
Manoel José Estrella
Manoel Jose d'Oliveira Bastos
Manoel Maria de Barbosa du Bocage
Manoel Rodrigues Jardim
Manuel Cypriano da Costa
Marcos Portugal
Miguel de Souza Mello e Alvim
Nicolao Francisco de Castro e Menezes
Nuno Alvares Pereira Pato Moniz
Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva
P.J.G. Cabanis
Paulo José de Mello Azevedo e Brito
Pascoal Bernardino Lopes de Matos
Paulino Joakim Leitão
D. Pedro
Profirio Hemetrio Homem de Carvalho
Raimundo Antonio Martins
Roberto Ferreira da Silva
Romualdo Antonio de Seixas
Romualdo de Souza Coelho
Theodoro José Guilherme de Sá

ANEXO B

Listagem de obras oferecidas em homenagem

Impressão Régia

1808

A Sua Alteza Real o Augusto Principe Regente Nosso Senhor vindo fazer com a sua real presença a maior felicidade e gloria dos seus fieis vassallos do Brazil.

Congratulação A Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor pelo feliz annuncio da restauração de Portugal, por João Antonio Rodrigues de Carvalho.

Elegia á sempre saudosa e sentidissima auzencia de Sua Alteza Real de Lisboa para os seus estados do Brazil. Offerecida ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Henrique José de Carvalho e Mello, Conde de Oeiras, Marquez de Pombal, do Conselho de Estado, Gentil-Homem da Camara de Sua Magestade, Gram Cruz da Ordem de Christo, &c. &c. &c. Por J.M.

Observações sobre o commercio franco no Brazil. Partes I e II. Pelo author dos princípios do direito mercantil.

Ode ao Principe Regente Nosso Senhor pela gloriosa Restauração de Portugal.

Ode á restauração da cidade do Porto, por Antonio Soares de Azevedo.

Oração Sagrada Que em Acção de Graças pelo feliz tranzito de Sua Alteza Real, e Sua Serenissima Familia, da Europa Portugueza para os Seus Estados do Brazil, foi recitada na Santa Igreja Cathedral do Rio de Janeiro, e estando presente o mesmo Senhor. Por Duarte Mendes de S. Payo, Pregador Regio, e Conego Magistral da Sé da mesma Cidade, Reitor do Seminario da N. Senhora da Lapa do Desterro, em o dia 15 de Março de 1808.

Parabéns ao Principe Regente Nosso Senhor, e á Patria, pelos presagios felices da Restauração de Portugal. Dedicados ao Serenissimo Senhor Infante Almirante General pelo autor D. Gastão Fausto da Camara Coutinho, 1º Tenente da Real Armada.

O verdadeiro valor militar funda-se no verdadeiro amor da religião.

1809

Á fidelissima lusitania livre já da tyrannia dos perfidos francezes Ode pindarica por José de Goes. Presbytero da Congregação do Oratorio de Pernambuco. Por Ordem de S.A.R.

Á Restauração de Portugal.

Congratulação, que ao principe, e á patria dedica Bernardo Avelino Ferreira e Souza.

O despertador dos soberanos, e dos povos, offerecido á humanidade por José Accursio das Neves. Impresso em Lisboa, e Reimpresso no Rio de Janeiro.

Elementos de geometria, por A. M. Le Gendre; Traduzidos do Francez, e Dedicados ao Principe Regente Nosso Senhor por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães Capitão do Real Corpo de Engenheiros, Lente de Mathematica na Academia Real dos Guardas-Marinhas. Por Ordem de S.A.R.

Manifesto da razão contra as usurpações francezas. Offerecido á nação portugueza, aos soberanos, e aos povos. Por José Accursio das Neves. Com licença de S.A.R.

Memoria sobre a canella do Rio de Janeiro offerecida ao Principe do Brazil Nosso Senhor pelo Senado da Camara da mesma cidade no anno de 1798. Por Ordem da S.A.R.

Memoria sobre as salitreiras naturaes de Monte Rorigo; maneira de as auxiliar por meio das artificiaes; refinaria do nitrato de potassa, ou salitre: escrita no anno de 1803. Por Jozé Vieira Couto.

Observações sobre o commercio franco no Brazil. Parte III. Pelo author dos princípios do direito mercantil

Ode oferecida a sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor por mum madeirence. [sic] No dia primeiro de dezembro de 1807.

Ode pela restauração do porto offerecida a Sua Alteza Real por Manoel Ferreira de Araújo Guimarães. Com Licença de S.A.R.

Oração de Acção de Graças, que pelo muito feliz, e augusto nascimento da Serenissima Senhora D. Maria Thereza Muito Alta, e muito poderosa Princeza da Beira Recitou na Cathedral do Rio de Janeiro no dia 19 de Novembro de 1793, e offerece á mesma Senhora no anno de 1809 Fr. Antonio de Santa Ursula Rodovalho Pregador Regio.

Oração de Acção de Graças, recitada no dia 7 de março de 1809 na Capella Real, dia anniversario da feliz chegada de Sua Alteza Real a esta cidade, pelo P. M. Fr. Francisco de S. Carlos, Natural do Rio de Janeiro, e Pregador Regio. Com licença de S.A.R.

Oração, que no dia 22 de janeiro do anno de 1809 recitou Eduardo José de Moira, Vigario Collado da Freguezia de S. Salvador dos Campos dos Goitacazes, Na solemne Acção de Graças pela feliz Restauração do Reino de Portugal, presentes O Senado, Clero, Nobreza, e Povo, Offerecida ao Illustrissimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, Fidalgo da Casa Real, Cavalleiro da Ordem de N.S.J.C., do Conselho de S.A., Dezembargador do Paço, Deputado da Real Meza de Consciencia e Ordens, Intendente geral da Policia da Corte, e Estado do Brazil, etc.

Sermão de Acção de Graças pela feliz Restauração do Reino de Portugal pregado na Real Capella do Rio de Janeiro na manhã de 19 de dezembro de 1808. Por Januario da Cunha Barbosa Presbytero Secular, Pregador Regio, e natural do Rio de Janeiro.

Sermão de Acção de Graças pela feliz Restauração do Reino de Portugal pregado em 21 de dezembro de 1808 na Real Capella do Rio de Janeiro no triduo que fez celebrar Sua

Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Por Fr. Joaquim de S. José Padre da Provincia de N. S. da Arrabida, Pregador Regio. Por Ordem de S.A.R.

Sermão de Acção de Graças, rendidas ao Ceo na feliz chegada de Sua Alteza Real Nosso Senhor para os Estados do Brazil, Prégado na Igreja do Sacramento do Recife de Pernambuco em 1808. Offerecido ao Serenissimo Senhor D. João Principe Regente por Fr. Bento da Trindade. Religioso Agostinho Descalço; Jubilado, Doutor, e Lente actual de Theologia do Seminario Episcopal de Olinda, Qualificador do Santo Officio; Examinador das tres Ordens Militares, e Sinodal do Bispado de Pernambuco; Missionario Apostolico, e Prégador da Real Capella da Bemposta. Vende-se na Loja de Livros de João Roberto, na Rua da Quitanda nº 33.

Sermão de Acção de Graças, rendidas ao ceo na feliz chegada de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, na Igreja da Expectação do Parto de N. Senhora, e nella pregado a 18 de Março de 1808. Por João Pereira da Silva, Pregador Regio, e Conego da Capella Real, e Cathedral do Rio de Janeiro, e natural da mesma cidade. Com licença de S.A.R.

Testemunho da saudade pela lamentavel morte do illustrissimo e excellentissimo senhor João Saldanha da Gama Mello Torres Guedes de Brito, Conde da Ponte, do Conselho de S.A.R., Commendador na Ordem de Christo, Senhor da Villa de Assequins, Governador e Capitão General da Capitania da Baia, &c. &c. &c.

Ulissea Libertada

Verdadeira Vida de Bonaparte, até a feliz restauração de Portugal, offerecida ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor M**** do L**** Por L.S.O. Portuguez. Reimpressa no Rio de Janeiro na Impressão Regia. 1809. Com Licença de S.A.R.

Vozes do Patriotismo, ou falla aos portuguezes feita em Janeiro de 1808, que a sua alteza real o Principe Regente Nosso Senhor O.D.C. J. de G.P. da C. O. de P.

1810

A Deos omnipotente, optimo maximo, em acção de graças, pelos faustissimos annos de sua alteza real o Principe Regente Nosso Senhor, em o plauzivel dia 13 de maio de 1810, do seu Augusto Natalicio, Cantico. Com Licença de S.A.R.

A Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, em o faustissimo dia 7 de março de 1810, anniversario da sua plauzivel, e feliz entrada neste porto do Rio de Janeiro. As offerendas pastoris. Idyllio por Antonio Jose Vaz. Por Ordem de S.A.R.

A Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor Pio Augusto Feliz Pai da Patria em perpetuo testemunho de gratidão. Offerece D. José Manoel da Camara. Com Licença de Sua Alteza Real.

Á tomada de Cayenna pelas tropas do Pará ajudadas pelas dos Brigues Voador, e Real João combinadas com as da fragata ingleza A Confiança Ode offerecida ao Principe

Regente Nosso Senhor. Por seu author José Eugenio de Aragão e Lima. Professor Regio de Filosofia do Pará. Por Ordem de S.A.R.

Chalça de Napoleão, ou protecção universal. Offerecida aos apaixonados dos francezes. Por A.P. Reimpressa no Rio de Janeiro, na Impressão Régia, 1810.

Com a protecção de sua alteza real o Principe Regente de Portugal. Syllabus ou Compendio das lições de chymica pelo Doutor Daniel Gardner, Formado em Medicina, Membro das Sociedades Filosofia, e Mathematica de Londres. Por Ordem de S.A.R.

Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas provincias do Brazil, offerecido ao Principe Regente Nosso Senhor, por Manoel Arruda da Camara Doutor em Medicina. Por Ordem de S.A.R.

Elogio ao feliz Anniversario de S.M. Britannica, para se recitar no Theatro desta Corte, no dia 4 de Junho de 1810.

A Gloria do Oceano Drama que se representou no theatro nacional da Rua dos Condes, em obsequio ao fausto dia natalicio de S.M. Britanica ElRei Jorge III. Composto por N.A.P.P.M consagrado e offerecido á nação britanica pela sociedade do mesmo theatro. Impresso em Lisboa, e Reimpresso no Rio de Janeiro. Com licença de S.A.R.

Improvisos de Bocage, na sua mui perigosa enfermidade, dedicada aos seus bons amigos. Reimpresso no Rio de Janeiro na Impressão Regia. 1810. Com Licença. Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, por 320.

Oração funebre do illustrissimo senhor José Joaquim de Souza Lobato, fidalgo cavalleiro da casa real, commendador da ordem de Christo, da ordem da Torre e Espada, e guarda-roupa do principe regente nosso senhor, repetida no Convento de S. Antonio do Rio de Janeiro por fr. Francisco de Sampaio, religioso franciscano, e pregador regio.

A protecção dos inglezes: versos de Joaquim José Lisboa; Alferes do Regimento Regular de Villa Rica, Capitania de Minas Geraes, por Mercê de S.A.R. o Principe Regente N. Senhor, offerecidos ao Novo Corpo Militar Conimbrense. Impressa em Lisboa. Reimpressa no Rio de Janeiro.

A queda do despotismo: drama dedicado a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor por N.A.P.P.M. Impressa em Lisboa, e Reimpressa no Rio de Janeiro. Com Licença. Vende-se na Loja de Paulo Martin por 480 reis, onde se acha Ulissea Libertada por 480 reis: A Gloria do Oceano, Drama, por 240 reis.

Tratado de inflamação, feridas, e ulceras extrahido da nosographia chirurgica de Anthelmo Richerand, Doutor, Cirurgião, Cirurgião em Chefe adjunto do Hospital de S. Luiz, Cirurgião Mór da Guarda de Paris. Offerecido ao Principe Regente Nosso Senhor por Joaquim da Rocha Mazarem; Cavalleiro na Ordem de Christo, Lente da Regia Cadeira de Medicina Operatoria, Primeiro Cirurgião do Numero da Armada Real, e Cirurgião da Primeira e Segunda Enfermarias do Hospital Real dos Exercitos, e Armadas. Por Ordem de S.A.R.

O Triunfo da America, drama para se recitar no Real Theatro do Rio de Janeiro, composto, e offerecido a S.A.R. o P.R. Nosso Senhor por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho. Com Licença de S.A.R.

1811

A Serenissima Princeza da Beira Nossa Senhora, por occasião do seu faustissimo consorcio com o Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon, Almirante General. Por Jozé Eloy Ottoni. Com Licença de S.A.R.

A suas altezas reaes o serenissimo Principe Regente, e a Princeza do Brazil, por occasião do nascimento de seu augusto neto.

Ao estabelecimento da Real Academia Militar na cidade do Rio de Janeiro, ode pindarica; dedicada a sua alteza real o principe regente nosso senhor, no fausto dia de seu augusto nome. Por Joam de Souza Pacheco Leitam; Sargento Mór do Real Corpo de Engenheiros, e Lenta da mesma Academia. Com Licença de S.A.R.

Ao serenissimo, piisimo, felicissimo, principe regente de Portugal, d. João ornament. prim., esperança, e estabilidade do Brasil, e protector eximio das lettras, Canto heroico sobre as façanh. dos portuguezes na expedição de Tripoli, em testemunho de vassalagem, profundo acatamento, e gratidão, mui respeitosa, e humildemente D.O.C. Por José Francisco Cardoso... traduzido por Manoel Maria de Barbosa du Bocage.

Cantigas em louvor do Santissimo Coração de Jesus offerecidas á Serenissima senhora D. Maria Anna Infanta de Portugal. Por Joze de Goes P. da C. de O. de P. Com Licença de S.A.R.

Compendio das graças, e indulgencias que concedeo o ss. p. Benedicto XIV. ratificadas pelos ss. p. Pio VII. aos irmãos Terceiros da archiconfraternidade da Santissima Trindade, e Redempção de captivos, erecta novamente na cidade da Bahia, em lugar da Irmandade da Santissima Trindade e N.S. do Rozario, extincta, e abolida. Dado novamente á luz, e offerecido a sua alteza real o principe regente nosso senhor pelos irmãos Terceiro da Bahia.

Compendio da obra Da Riqueza das Nações de Adam Smith traduzida do original inglez por Bento da Silva Lisboa, Official da Secretaria de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra. Com Licença de S.A.R.

O consorcio das flores, por Manoel Maria Barbosa du Bocage. Traducção de Lacroix. RJ Na Impressão Regia. MDCCCXI Com licença de S.A.R. Vende-se na loja de Paulo Martim Filho.

Elogio do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Sebastião Joze de Carvalho e Mello Marquez de Pombal, Conde de Oeyras, Conselheiro d'Estado; Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino, e do Despacho universal; Secretario d'Estado da Real Caza de Bragança; Inspector Geral, e Prezidente do Real Erario; Lugar-Tenente de S. Magestade, e Reformador da Universidade de Coimbra; Alcaide Mór da Universidade de Lamego; Senhor Donatario das Villas de Oeyras, Pombal, Carvalho e Cereoza; dos

Reguengos e Direitos Reaes de Oeyras e d'a pár de Oeyras; Commendador das Commendas de S. Miguel das tres Minas, e Santa Marinha da Matta de Lobos da Ordem de Christo &c. &c. &c. Por Ordem de Sua Alteza Real.

Embora seja menos grato á singular modestia do Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde dos Arcos, Governador e Capitão General da Bahia, haver quem pertenda enumerar succintamente algumas das mais brilhantes acções,... Com licença de S.A.R.

Ericia, ou A Vestal. Tragedia traduzida por Manoel Maria de Barbosa du Bocage. Para se representar no Beneficio de Joaquina Lapinha, primeira Actriz do Theatro do Rio de Janeiro. Vende-se na loja de Paulo Martim filho a 800 reis. Com Licença de S.A.R.

O Heroismo de Campo-Maior, ou elogio feito aos seus bravos defensores, e ao seu honrado e valeroso Governador.

Historia de dois amantes, ou o templo de Jatab. Traduzida, e accommodada por J.P.S.A. Com Licença de S.A.R.

Lyra, á Serenissima Princeza do Brazil, nossa senhora, visitando juntamente com SS.AA.RR. Suas Filhas, os Meninos Expostos na Real Casa da Misericordia do Rio de Janeiro, no dia 6 de Julho de 1811. Por José Eloi Ottoni.

Manifesto juridico, e politico a favor da Conducta do Principe Regente N.S., e dos Direitos da Caza de Bragança, contra as usurpações Francezas desde a Epoca da injusta invasão de Portugal, offerecido a S.A.R. O Principe Regente N.S. pelo Juiz do Crime do Bairro de Andaluz, Joaquim Rafael do Valle. Com Licença Suprior [sic].

Memoria economica sobre a raça do gado lanigero da Capitania do Ceará Com os meios de organizar seus rebanhos por principios ruraes, aperfeiçoar a especie actual das suas ovelhas, e conduzir-se no tratamento dellas, e das suas lãs em utilidade rural do Commercio do Brazil, e prosperidade da mesma capitania, Escripta, e Offerecida ao Principe Regente Nosso Senhor pelo Tenente Coronel João da Silva Feijó, Natural da mesma Capitania, e Socio Correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa. Por Ordem de S.A.R.

Methodo novo de curar segura e promptamente o antraz ou carbunculo, e a pustula maligna, offerecido aos seus compatriotas por Luiz de S. Anna Gomes. Por Ordem de S.A.R.

Ode pindarica aos faustissimos recentes successos de Portugal, offerecida ao Principe Regente Nosso Senhor por Miguel de Souza Mello e Alvim, Primeiro Tenente da Real Armada. Com Licença de S.A.R.

L'oro non compra amore dramma giocoso per musica da rappresentarsi nel Regio Teatro del Rio de Janeiro per celebrare il felicissimo giorno natalizio di Sua Maestà Fidelissima Dona Maria I Regina di Portogallo e degli Algarvi, etc., etc., li 17 decembre 1811. Per Ordine di Sua Altezza Reale.

Portugal vingado, poema dedicado ao muito reverendo Padre Mestre Frei Joze Marianno da Conceição Velozo botanico pensionado por Sua Alteza Real, e padre da provincia. Com Licença de S.A.R.

Roteiro da Cidade de Santa Maria de Belem do Gram-Pará pelo Rio Tocantins acima até o Porto Real do Pontal na Capitania de Goiaz, &c. Por Manoel Jose d'Oliveira Bastos. Por Ordem de S.A.R.

Sermão de Acção de Graças pelos reaes despozorios da Serenissima Senhora Princeza Dona Maria com o Serenissimo Senhor Infante, Dom Pedro Carlos pregado na Igreja de São Salvador dos Campos, nas festas reaes dirigidas ali ao mesmo objecto, por Fr. Bento da Trindade, Eremita Descalçado de Santo Agostinho; Pregador Regio; Mestre Jubilado; e Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra; Qualificador do Santo Officio; Examinador das Tres Ordens militares, e Synodal das Dioceses da Bahia, e Pernambuco; Missionario Apostolico; Reitor do Siminario de Olinda, e Vice-Director dos Estudos do mesmo. Por Ordem de S.A.R.

A união venturosa, drama com musica para se apresentar no Real Theatro do Rio de Janeiro no faustissimo dia dos annos de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor Offerecido por Antonio Bressane Leite. Com Licença de S.A.R.

O Uruguay, poema de José Basilio da Gama, na Arcadia de Roma termindo sipilo. Nova edição. RJ. Na Imp. Regia, 1811. Com Licença de S.A.R.

A verdade triunfante, elogio drammatico, e allegorico para se representar no Real Theatro da Corte do RJ, no grande, e plausivel dia natalicio da Rainha Nossa Senhora, composto e offerecido a S.A.R. o P.R. por Antonio Bressane Leite. Na Impressão Regia 1811. Com Ordem de S.A.R.

1812

Á Esquadra Portuguesa, que transportou aos Estados do Brazil os Soberanos de Portugal, elogio, offerecido a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor por Paulino Joakim Leitão, Segundo Tenente da Armada Real, que servio na mesma Esquadra no Posto de Voluntario. Com Licença.

Apollo, e Muzas. Canto peninsular, offerecido ás tres nações felizmente combinadas. Ingleza, Hespanhola, e Portuguesa. Por D. Jose Manoel da Camara, Freire Commendador da Ordem de S. Tiago da Espada. Por Ordem de S.A.R.

Artaserse dramma serio per musica da rappresentarsi nel Teatro della Corte del Rio de Janeiro na occasione di solemnizare il felicissimo giorno natalizio dell' Augusta Maestà Fidelissima Donna Maria I Regina di Portogallo, Algarve, etc. li 17 decembre 1812. Por Ordem Superior.

Do grão de certeza da Medicina, por P.J.G. Cabanis, Membro do Senado Conservador, do Instituto Nacional, da Escola e Sociedade Phylosophica de Philadelphia, &c. Traduzido, e Offerecido ao Ill^{mo}. S^r. Jose Correa Picanço, do Conselho do Principe Regente N.S., Fidalgo da Sua Real Casa, Commendador das Ordens de Christo, e Torre e Espada, Medico, e Primeiro Cirurgião das Sua Real Camara, Cirurgião Mor do Reino,

Estados, e Dominios Ultramarinos, Lente Jubilado pela Universidade de Coimbra, e Socio da Academia das Sciencias de Lisboa, &c. Por Francisco Julio Xavier, Cirurgião no Rio de Janeiro. Com Licença de S.A.R.

Encomio poetico ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. Marcos de Noronha, Conde D'Arcos, sendo eleito Governador, e Capitão General da Bahia. Por Fr. Francisco de Paula Santa Gertrudes Magna, Monge Benedictino: e dado á luz por hum seu amigo. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Ensaio sobre os perigos das sepulturas dentro das cidades, e nos seus contornos. Por Ordem de S.A.R.

Epicedio ao Illmo e Exmo. Senhor D. Rodrigo de Sousa Coutinho, Conde de Linhares, Senhor de Payalvo, Conselheiro de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios Estrangeiros e da Guerra, Grão Cruz das Ordens de S. Bento de Avis, e da Torre e Espada, e Commendador da Ordem de Christo, &c., &c. Offerecido á Ill^{ma}. E Ex^{ma}. Senhora Condeça de Linhares, por Manoel Ferreira de Araujo Guimarães. Com Licença de S.A.R.

Epicedio á sentida morte do Serenissimo Senhor Infante D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança. Por Antonio José Vaz. Com Licença.

Extracto das instrucções militares de De Vernier. Ordenado para servir de guia ao official de Campanha. Offerecido ao illustrissimo e excellentissimo senhor Guilherme Carr Beresford, marechal comandante em chefe do exercito portuguez, por hum capitão de cavallaria.

Extracto das obras políticas e econômicas de Edmund Burke. Por José da Silva Lisboa. Com Licença.

Indagações physiologicas sobre a vida, e a morte, por Xavier Bichat, Medico do Hospital geral de Paris, Professor de Anatomia, de Physiologia, e de Medicina, Membro de muitas Sociedades sabias. Primeira parte. Traduzidas por Joaquim da Rocha Mazarem, Cavalleiro da Ordem de Christo, Lente de Medicina Operatória, Primeiro Cirurgião do Numero da Armada Real, e Cirurgião em Chefe do Hospital Real do Exercito e Armada. Com Licença de S.A.R.

Indice militar de todas as leis, alvarás, cartas regias, decretos, resoluções [sic], estatutos, e editaes promulgados desde o anno de 1752, até o anno de 1810 Com as curiosas declarações da maior parte das Ordens, Cartas Regas, e Provisões, expedidas, particularmente para o Brasil, desde o anno de 1616 em diante. Ordenado por Domingos Alvares Branco Muniz Barreto, Coronel de Infantaria addido ao Estado Maior do Exército, ás Immediatas Ordens de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor. Com Licença de S.A.R.

Na deploravel morte do serenissimo senhor infante D. Pedro Carlos de Burbon e Bragança, Almirante General, Junto á Real Pessoa do Principe Regente Nosso Senhor. Epicedio. Por Paulino Joakim Leitão. Com Licença.

Oração de Acção de Graças pela feliz chegada de Sua Alteza Real, e Sua Augusta Familia a esta corte do Brazil, recitada na Real Capella do Rio de Janeiro, na manhã de

7 de Março de 1812, e dedicada a Sua Alteza o Serenissimo Principe da Beira Nosso Senhor. Por Antonio Marques de Sam-Paio, Presbytero Secular, natural de Porto Alegre. Com Licença de S.A.R.

Oração Funebre, que nas Exequias mandadas fazer por Sua Alteza Real, o Principe Regente Nosso Senhor, ao Serenissimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha, recitou na Capella Real, Fr. Francisco de S. Paio: Ex Leitor de Eloquencia; de Theologia Dogmatica; Examinador da Mesa da Consciencia, e Ordens Militares; Pregador Regio; Theologo da Nunciatura Apostolica; e Padre da Provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro. Por Ordem de Sua Alteza Real.

Oração Funebre, que nas Exequias do Serenissimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Almirante General da marinha portuguesa junto á Real Pessoa, recitou na Igreja de S. Rita desta Corte no dia 8 de julho do anno de 1812 Antonio Vieira da Soledade, Presbitero Secular, Professor da Sagrada Escripura no Seminario Episcopal, Examinador Synodal, e Pregador Regio. Com Licença. Vende-se na Loja de Paulo Martin filho, Rua da Quitanda N. 34, por 480. rs.

Oração Funebre, que nas Solemnnes Exequias celebradas em Memoria do Serenissimo Senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha, e Almirante General da marinha portuguesa recitou na Parochial do Ouro Preto de Villa Rica, no dia 8 de julho do anno de 1812, prezentes o Ex.^{mo} Conde de Palma, Governador, e Capitão General daquela capitania; Camara, nobreza, e clero, o Padre Antonio da Rocha Franco, actual Vigario da Vara da dita Villa. Por Ordem de S.A.R.

O patriotismo academico consagrado ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. João de Almeida de Mello e Castro, Quinto Conde das Galvêas, do Conselho de Estado, Grão Cruz na Ordem da Torre Espada, Couteiro Mor da Real Tapada da Villa Viçosa, e de todas as mais Coutadas da Serenissima Caza de Bragança, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Dominios Ultramarinos; Graduado em Leis, Collegial que foi do Real Collegio de S. Paulo na Universidade de Coimbra, e bem assim Enviado, e Ministro Plenipotenciario em Holanda, e nas Cortes de Roma, e de Londres. Por Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva, Bacharel Formado em Leis, Oppositor aos Lugares de Letras, e natural da Villa da Paranaíba Capitania do Piahy. Por Ordem de S.A.R.

O pranto americano, que a S.A.R. o Principe Regente, em honra das carissimas, e nunca bem pranteadas cinzas do serenissimo senhor infante d. Pedro Carlos de Bourbon, Almirante General junto á Real Pessoa, consagra Ovidio Saraiva de Carvalho e Silva, Juiz de Fóra eleito para a cidade de Marianna.

Sermão em Acção de Graças, pelo feliz successo das nossas armas em Portugal: Prégado Na Igreja dos Militares da Cidade do Grão Pará, na festa que celebrou a Officialidade do Primeiro Regimento de Linha denominado da Cidade, a 21 de Julho, dia do Anjo Custódio do Reino; offerecido ao Illustrissimo senhor Conde de Aguiar, Pelo Presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Natural da mesma Capitania do Pará, e Conego Diacono da Respectiva Cathedral. Com Licença de S.A.R.

Sermão pregado na abertura da visita e chrisma do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. José Caetano de Souza Coutinho do Conselho de S.A.R. o Principe Regente Nosso Senhor,

Seu Capellão Mor, e Bispo do Rio de Janeiro; na Igreja de S. Salvador dos Campos, por Fr. Bento da Trindade Eremita Descalço de S. Agostinho; Pregador Regio; Mestre Jubilado; e Doutor em Theologia pela Universidade de Coimbra; Qualificador do Santo Officio; Examinador das Tres Ordens militares, e Synodal das Dioceses da Bahia, e Pernambuco. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Tratado elementar de applicação de Algebra á Geometria por Lacroix. Traduzido do francez, accrescentado, e offerecido ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor D. João d'Almeida de Mello de Castro, Conde das Galveas Conselheiro, Ministro, e Secretario d'Estado dos Negocios da Marinha e Dominios Ultramarinos; encarregado interinamente da Repartição dos Negocios Estrangeiros e da Guerra; Gran-Cruz das Ordens de S. Bento d'Aviz, e da Torre e Espada, Commendador da de Christo &c. &c. Por José Victorino dos Santos e Souza, Capitão graduado do Real Corpo d'Engenheiros, Lente da Real Academia Militar. Por Ordem de S.A.R.

1813

Elogio historico do senhor D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, Infante de Hespanha, e Portugal: Almirante General da Marinha Portugueza: composto e offerecido á muito Augusta Princeza a Senhora D. Maria Thereza viuva do mesmo senhor por Jose Maria Dantas Pereira. Com Licença de S.A.R.

Elogio historico do serenissimo senhor infante D. Pedro Carlos de Burbon e Bragança, Almirante General da Armada Real Portugueza. Composto, e dedicado ao Principe Nosso Senhor o Senhor Dom João, Principe Regente de Portugal e das Conquistas, por Joaquim da Nobrega Cão D'Aboim, Prelado Patriarchal, e Decano da Capela Real do Rio de Janeiro. Por Ordem de S.A.R.

O Juramento dos Numes. Drama. Para se representar na noite da abertura do Real Theatro de S. João em applauso ao Augusto Nome de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor, por D. Gastão Fausto da Camara Coutinho. Com Licença de S.A.R.

O merecimento das mulheres. Poema de Mr. Le Gouvé, do instituto de França. Traduzido do francez em portuguez por B.*** Com Licença de S.A.R.

Oração de Acção de Graças recitada na Capella Real do Rio de Janeiro celebrando-se o quinto aniversario da Chegada de S.A.R. Com toda a Sua Real Familia a Esta Cidade. Offerecida Ao Illustrissimo Senhor Paulo Fernandes Vianna, do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Fidalgo Cavalleiro da Sua Real Caza, Commendador da Ordem de Christo, Desembargador do Paço, e Intendente Geral da Policia da Corte e Estado do Brazil etc. Por Januario da Cunha Barboza Presbitero Secular, Prégador da Real Capella, Professor Regio Substituto da Cadeira de Philosophia Racional e Moral desta Corte, e Pro-Comissario da Ordem III de S. Francisco de Paula. Com Licença de S.A.R.

Oração funebre, que nas Exequias da Serenissima Senhora Dona Maria Anna Francisca Jozefa Antonia Gertrudes Rita Joanna, Infanta de Portugal, Mandadas Fazer por Sua Alteza Real O Principe Regente N. S. Recitou na Real Capella desta Corte em o Dia 14

de Junho de 1813. Fr. Francisco da Mãe dos Homens, Religiosos Agostinho Reformado, de Portugal. Por Ordem de S.A.R.

Relação dos factos praticados pela Comissão dos Comerciantes de Vinhos, em Londres, Correspondentes da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, no Porto: Em consequencia da Petição apresentada á Camara dos Communs em 12 de Julho de 1812, por certas pessoas, que se intitulão *Membros da extincta feitoria*. Offerecida aos Senhores Neiva, e Sá, Agentes da Companhia em Londres. Com hum Appendix, que contém Documentos, Explicações, e Illustrações. Audi alteram partem. Trasladada do original inglez por J.J.P.L. Nova Edição. Por ordem superior.

Rimas de Bernardo Avellino Ferreira e Souza, offerecidas aos seus amigos. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

A Voz da Verdade, e Gratidão, ou elogio gratulatorio ao immortal Heroe da nossa idade o Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Sir Artur Wellesley, Duque de Ciudad Rodrigo, Lord Marquez de Wellington, pelo Doutor Fr. Joaquim Rodrigues, Eremita de Santo Agostinho, socio correspondente da Real Academia das Sciencias de Lisboa.

1814

Axur re di Ormus Drama serio-comico per musica da rappresentarsi nel Real Teatro di S. Giovanni, nel felicissimo giorno natalizio di sua maesta fedelissima L'Augusta Donna Maria I. Regina de Portogallo, degli Algarvi &c. &c. Li 17 Dec. 1814. Por Ordem de S.A.R.

Compendios de Materia Medica feitos por Ordem de Sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo. Na Regia Officina Typographica.

Discurso fundamental sobre a população. Economia Politica Moderna por M. Herrenschwand. Traduzido em vulgar por Luiz Prates de Almeida e Albuquerque. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Dissertações sobre a fortificação permanente sobre a fortificação de campanha, e sobre o alcance das bombas, Por M. Hennert Professor de Mathematicas, traduzidas, correctas, e emendadas por Joaquim Ignacio de Lima, Official de Artilheria. Por Ordem de S.A.R.

Ephemerides nauticas, ou diario astronomico para o anno de 1815. Calculado para o meridiano do Rio de Janeiro, por Ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Por Joaquim Ignacio Moreira Dias, Coronel de Infanteria, addido ao Estado-Maior do Exercito com Exercicio ás Ordens do Paço. Por ordem de Sua Alteza Real.

Impugnação analytica ao exame feito pelos clinicos Antonio Pedro de Souza, e Manoel Quintão da Silva, em huma rapariga que julgarão santa, na Capella da Senhora da Piedade da Serra, Proxima a Villa Nova da Rainha do Caethé, Comarca do Sabará, Offerecida ao Illustrissimo Senhor Doutor Manoel Vieira da Silva Primeiro Medico da Camara de Sua Alteza Real, Physico Mór do Reino, Estados, e Dominios Ultramarinos,

Commendador das Ordens de Christo, e da Torre e Espada, Provedor Mór da Saude &c. &c. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Oração funebre, que por ocasião das exequias celebradas em memoria da Ill.^{ma}, e Ex.^{ma} Senhora Condessa D'Obidos, D. Elena Maria Josefa Xavier de Lima, presentes o Ill.^{mo}, e Ex.^{mo} Senhor Conde de Palma, seu filho, Do Conselho de S.A.R., e do da Sua Real Fazenda, Governador, e Capitão General da Capitania de Minas Geraes, Nomeado Vice Rey, e Capitão General de Mar, e Terra dos Estados da India, Camara, Clero, Nobreza, e Povo, em Villa Rica no dia 10 de Março de 1814. Recitou o Padre Manoel Rodrigues Jardim, Natural da Villa Boa de Goyaz. Com Licença de S.A.R.

Oração funebre, recitada pelo Conego Romualdo Antonio de Seixas Cavalleiro professo na ordem de Christo, natural do Pará nas exequias da Serenissima Infanta a Senhora Dona Maria Anna, que fez celebrar o Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor D. Manoel de Almeida, Bispo da mesma Diocese. Offerecida ao mesmo Ex.^{mo} e R.^{mo} Senhor. Com Licença de S.A.R.

Oração que na Real Capella desta Corte celebrando-se as Acções de Graças pelas noticias do Armisticio Geral, no dia 19 de Junho de 1814 recitou Fr. Francisco da Mãe dos Homens, Ex-Leitor de Filozofia, e Theologia, Religiozo Agostinho Reformado de Portugal. Por Ordem de S.A.R.

1815

Compendios de Medicina pratica feitos por Ordem de Sua Alteza Real e organizados por José Maria Bomtempo, medico da Sua Real Camara. Na Regia Officina Typographica.

Discurso sobre o voto de castidade, que profissão os freires conventuaes da Ordem Militar de S. Tiago da Espada: offerecido, e dedicado a Sua Alteza Real o Principe Regente D. João Nosso Senhor. Pio. Augusto. Feliz. Por D. José Manoel da Camara, Freire Commendador da mesma ordem, Doutor em Os Sagrados Canones, pela Universidade Reformada de Coimbra, e do Conselho de Sua Alteza Real. Por Ordem de S.A.R.

Elogio, que ao sempre-fausto anniversario de sua Magestade Fidelissima a Rainha D. Maria I. Nossa senhora O.D.C. o seu mais humilde Vassallo Bernardo Avellino Ferreira e Souza. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Indice pela materias, civil, criminal, orphanologico, e de finanças das leis, alvarás, decretos, cartas regias, avisos, regimentos, provisões regias, foraes, editaes, resoluções, sentenças, tratados de paz, e de commercio, e assentos das cazas de supplicação, e do porto. Offerecido a Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Com dous appendices: (...). Obra muito interessante, não só para os que exercitão os officios de julgar, e advogar, mas para os sollicitadores de causas. Por Domingos Alves Branco Moniz Barreto. Por Ordem de S.A.R.

Monumento à elevação da colonia do Brazil a Reino, e ao Estabelecimento do Tríplice Imperio Luso. As obras de Publio Virgilio Maro, traduzidas em verso portuguez, e

anotadas pelo Doutor Antonio José de Lima Leitão. Tomo II. Contendo os seis primeiros cantos da Eneida. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço, e Privilegio Real.

Ode Pindarica ao exercito portuguez, pela gloriosa restauração de 1808, e memoravel campanha ate 1814. Por Paulino Joakim Leitão. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Sermão de Acção de Graças pela Reintegração de Antiga Dynastia dos Bourbons no Throno de França; e suas prosperas consequencias: Pregado na Villa de Parati em 3 de Julho de 1814. Por Manoel Antonio da Silva. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Templo da Imortalidade. Elogio para se recitar, e cantar no Real Theatro de S. João no faustissimo dia 17 de Dezembro de 1815, em que S.M. Fidelissima completa o octagesimo primeiro ano de sua feliz idade. Por Paulino Joakim Leitão. Com Licença.

1816

As Cantatas de João Baptista Rousseau. Traduzidas em verso portuguez pelo D^r. Antonio José de Lima Leitão, Médico da Escola de Paris, e Physico Mor da Capitania da Moçambique. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Elogio dirigido á amizade, e esplendida companhia que se ajuntou no engenho de Salvaterra, offerecido ao Senhor J. de C.R. por seu fiel, e obrigado amigo M.J. da Silva Porto. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Instructio moralis ad ordinandos, id est tratctatus de actibus humanis, et eorum regulis; de decalogo; et legibus; de peccatis; de sacramentis in genere; et ordine: de irregularitatibus; et censuris: ex auctoribus classicis collectus; et juventuti brasiliensi primum dictatus; quippe primus typis excussus in civitate fluminensi a Fr. Custodio de Faria, Ordin. Erem. S. Augustini, Combrisensi B. Theol. Nunc autem hac Secunda in lucem prodit, atque. Regio Permissu.

Iphigenia, tragédia de João Racine. Traduzida em verso portuguez, e offerecida como uma prova da mais sincera gratidão. Ao Ill^{mo}. e Ex^{mo}. Senhor Cypriano Ribeiro Freire, do conselho de S.M. O Rey Nosso Senhor, seu ministro plenipotenciário em Londres, &c. &c. &c. Pelo dr. Antonio José de Lima Leitão Com Licença da Meza do Desembargo do Paço. Vende-se na loja de Manoel Joaquim da Silva Porto, na rua da quitanda à esquina da de S. Pedro, por 800 rs.

Ode ao Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor Duque de Wellington, e da Victoria, Marechal General do Exercito Portuguez, General em Chefe dos Exercitos Britannicos, &c &c Tributo devido á prudencia, e valor com que preencheu as previdentes intenções do seu governo, e guiou ao campo da honra as Tropas Portuguezas. Oferecido pelo Doutor Antonio Jose de Lima Leitão, Médico da Escola de Paris. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Oração de Acção de Graças que no dia 7 de Março de 1816 anniversario da chegada de ElRey N. S. ao Rio de Janeiro recitou na Capella Real Francisco Ferreira de Azevedo. Bispo Eleito de Meliapor, Pregador Regio. Por Ordem de S.M.

Oração funebre recitada na Capella Real da Corte do Rio de Janeiro nas solemnes exequias da Senhora D. Maria I. Rainha fidelissima do Reino Unido de Portugal, do Brasil, e dos Algarves. Por D. Luis Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Deão da Sé Primaz de Braga. Por Ordem de S.M.

Oração funebre recitada na Igreja da Cruz da Corte do Rio de Janeiro, nas Exequias da Senhora D. Maria I. Rainha Fidelissima do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves. Por Fr. Francisco de S. Carlos. Religioso da provincia da Immaculada Conceição do Rio de Janeiro, Examinador Synodal da Meza da Consciencia e Ordens, Revisor do Bispado, Pregador Regio, Definidor actual, e Padre da Provincia. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Poezias de Dous Amigos. Com Licença de S.A.R.

Poezias ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor José Francisco de Paula Cavalcanti de Albuquerque, Professo na Ordem de Christo, Coronel da Tropa de Linha, Governador e Capitão General, nomeado para as Ilhas de Cabo Verde, &c., &c., &c. Dadas á luz por Luiz Prates de Almeida e Albuquerque. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Por Occazião da muito sentida morte de Sua Magestade a Rainha Fidelissima Nossa Senhora D. Maria I., As lagrimas da Cidade de S. Paulo personalizada em Paulicéia, offerecidas a El-Rei N.S. por Antonio José Vaz. Com licença.

Primeiras Linhas do Direito Commercial deste Reino. Pelo Bacharel Profirio Hemetrio Homem de Carvalho. Com Licença. Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, na Rua da Quitanda N° 34 por 2:000, aonde se acha Primeiras Linhas sobre o Processo Orphanologico por 2:000

A religião de Jesus Christo sustentada em theses publicas offerecidas a El-Rei fidelissimo Nosso Senhor D. João VI. Em testemunho de Gratidão por D. Antonio D'Annuniação Avellino. Com Licença.

Sermão em memoria do faustissimo dia, em que Sua Alteza Real Dezembarcou nesta Cidade da Bahia, recitado no Antigo Collegio dos Jesuitas na festa que celebrou o Illustre Senado em 23 de Janeiro de 1815. E no dia da innauguração da Pyramide, erecta no Passeio Publico. Por Fr. Francisco de Paula de S. Gertrudes Magna. Monge Benedictino. Com Licença da Meza do Desembargador do Paço.

1817

Á Acclamação de Sua Magestade fidelissima o Senhor D. João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves. Ode. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço. Vende-se na loja de Paulo Martim, filho, rua da Quitanda N. 34.

Augurio di Felicità, o Sia il trionfo d'amore, serenata per musica da eseguirsi nel real palazzo del Rio di Janeiro, per celebrare l'augustissimo spozalizio del serenissimo signore D. Pietro D'Alcantara Principe Reale, di tre Regni Uniti di Portogallo, Brasile, Algarve, Duca di Braganza, con la Serenissima Signora D. Carolina Giuseppa Leopoldina, Archiduchessa D'Austria, ora Principessa Reale &c. &c. Per Ordine Reale.

Breve discurso gratulatorio, Ou Arenga para lêr-se em Camara da Villa de Santo Antonio de Alcantara, Comarca da Cidade de S. Luis do Maranhão do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves no dia da Acclamação do Senhor D. João VI. Aos 6 de Abril de 1817, achando-se presente o Clero, Nobreza, e Povo; Feito por J.C.G. de C. Natural da mesma Villa, a rogo do Juiz Rodrigues de Souza. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Collecção de Principios Geraes para o estabelecimento, conservação, e augmento de hum imperio, ou elogio á nação portugueza, offerecido a Sua Alteza Real o Senhor D. Pedro de Alcantara Principe Real. Por João Anastacio de Sousa Pereira da Silva Portilho, Major d'Infanteria. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Comprimeto, que fizeram a Sua Magestade Em nome do Ex.^{mo} e R.^{mo} Bispo do Pará seus Deputados os Reverendos Romualdo de Souza Coelho, Arcipreste da Cathedral, e Raimundo Antonio Martins, primeiro Mestre de Ceremonias da mesma, na Audiencia de 22 de Maio de 1817.

Corografia brazilica, ou relação historico-geografica do reino do Brazil composta e dedicada a Sua Magestade fidelissima por hum presbitero secular do Gram Priorado do Crato. Tomo I. Com Licença e Privilégio Real.

Elementos de desenho, e pintura. E regras geraes de perspectiva. Dedicadas ao Senhor Rey D. João VI. Por Roberto Ferreira da Silva. Official do Real Corpo dos Engenheiros. Com Licença de Sua Magestade.

Elogio em applauso do Ex.^{mo} e Rev.^{mo} Senhor D. Matheos de Abreo Pereira Bispo Diocesano de S. Paulo, e do Conselho de S.M. Fidelissima, por occasião do incasavel zelo nos seus sermões, e jubilo com que rendeo a graças ao Deos dos Exercitos, do muito alto, e muito poderoso senhor D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves, composto, e offerecido por Joaquim Antonio Fernandes de Saldanha, Vigario Collado da Villa de S. João d'Atibaja, Professor de Theologia Dogmatica, e Moral, e Examinador Synodal do Bispado. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Elogio por occasião do fausto, e gloriozo successo das armas portuguezas contra os insurgentes de Pernambuco, Composto, e Offerecido ao muito alto, e muito Poderoso senhor D. João VI. Rei do Reino de Portugal, do Brazil, e dos Algarves. Por seu Reverente, e Fiel Vassallo Manoel Joaquim da Silva Porto. Por Ordem de S.M.

Elogios em Applauzo da Fuastissima Victotia [sic] das armas portuguezas contra os rebeldes em Pernambuco, e do preciozo nome do muito alto, e poderoso senhor D. João VI Rei do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, compostos, e offerecidos ao mesmo augustissimo senhor. Por seu fiel, e obediente vassallo José Pedro Fernandes. Por Ordem de S.M.

Epinicio que na feliz elevação do Senhor D. João VI ao throno Portuguez offerece ao mesmo senhor***

Instrucções sobre os conhecimentos necessarios a hum official militar, sobre a applicação dos mesmos para organizar na campanha hum exercito. Extrahida do francez e offerecida Ao Ill.^{mo} e Ex.^{mo} Senhor Conde dos Arcos, Do Conselho de S.M. Fidelissima N.S., Grão Cruz da Ordem de S. Bento de Avis, Gentil-Homem da Camara do Serenissimo Principe Real, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos; e Secretario d'Estado dos Negocios Ultramarinos. Com licença da Meza do Desembargo do Paço. Vende-se na Loja de Paulo Martin, filho, rua da Quitanda N. 34, por 960.

Novo epitome de Grammatica latina moderna, ou verdadeiro methodo de ensinar latim a hum principiante, que ao Muito Alto, e Poderoso Rei D. João Sexto Nosso Senhor, para uso do Serenissimo Principe Real, C.D.O. Fr. Diogo de Mello e Menezes, Monge de S. Jeronymo em o Real Mosteiro de Belem, e Professor Regio da Lingua Latina. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Novo e infallivel methodo de dubstituir o leme de qualquer navio no alto mar. Dedicado a Sua Magestade EL-Rey D. João VI Nosso Senhor. Por André Jacob. Por Ordem superior.

Oração Funebre do Emminentissimo, e Reverendissimo Senhor D. Lourenço Caleppi dos Condes do mesmo titulo, Arcebispo de NIZIBI, Nuncio Apostolico de Sua Santidade o Santissimo Padre Pio VII no Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Cavalleiro da Ordem de Malta, Gram-Cruz da Ordem da Torre e Espada, e Cardeal da Santa Igreja. Recitada em prezença do seu corpo no convento de Santo Antonio, por Fr. Francisco de S. Paio. Prégador Regio. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Oração Funebre da Fidelissima Rainha do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e dos Algarves. A senhora D. Maria I. Nas Solemnes Exequias, que celebrou o Excelentissimo e Reverendissimo Bispo do Gram Pará D. Manoel de Almeida de Carvalho. Recitada pelo seu Provizor, e Vigario Geral, Romualdo de Souza Coelho, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Arcipreste da mesma Cathedral. Com Livença da Meza do Desembargo do Paço.

Oração funebre do Illustrissimo, e Excellentissimo Senhor D. Fernando José de Portugal, Marquez d'Aguiar. Gentil Homem da Camara de ElRei Nosso Senhor, Ministro e Secretario d'Estado dos Negocios do Reino-Unido de Portugal, do Brazil, e dos Algarves, Presidente do Real Erario, Grão-Cruz das Ordens d'Avis, da Torre e Espada, e d'Isabel Catholica da Hespanha. Recitada na Igreja da Misericordia, por Fr. Francisco de S. Paio, Religioso Franciscano, e Pregador Regio. Com licença de Sua Magestade.

Oração funebre que nas solemnes exequias, com que na Cathedral de Marianna sufragou a virtuosa alma da Rainha Fidelissima D. Maria Primeira de louvada memoria o Excellentissimo, e Reverendissimo senhor D. Fr. Sypriano de S. José Bispo daquelle bispado, recitou presentes o Illustrissimo, e Reverendissimo Cabido, Senado da Camara, e Clero o Padre Antonio da Rocha Franco Actual Vigario da Vara de Villa Rica no dia 7 de maio de 1816. Com licença de Sua Magestade.

Ratificação do Juramento de Fidelidade, e Vassalagem offerecida ao Fidelissimo Senhor D. João VI. Rey do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves no dia da sua faustissima acclamação. Em nome do Excellentissimo, e Reverendissimo Bispo do Pará D. Manoel de Almeida de Carvalho. Por seus Deputados Romualdo de Sousa Coelho, Arcipreste da respectiva Cathedral, e Raymundo Antonio Martins, primeiro Mestre de Ceremonias da mesma. Com Licença.

1818

Discurso pela fausta acclamação d'elrei nosso senhor, que no plausivel dia 13 de Maio recitou em a matriz do Recife, etc. Fr. João Baptista da Purificação.

Elogio dramatico, em applauso dos faustissimos annos da Serenissima Princeza Real a Senhora D. Carolina Josefa Leopoldina, Augusta Esposa do Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe Real do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Recitado no Real Theatro de S. João do Rio de Janeiro, e composto por Bernardo Avellino Ferreira e Souza. Com Licença de Sua Magestade.

Elogio que ao muito alto, e poderoso senhor D. João VI, rey do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves; por ocasião de sua faustissima, e tão desejada acclamação. O.d.c. Diogo Duarte Silva, thesoureiro geral, e deputado da Junta de sua Real Fazenda da provioncia de Santa Catharina. Santa Catharina, 21 de fevereiro de 1818. Offerecido a el-rey nosso senhor por Antonio Mendes de Carvalho.

Elogio ao publico recitado no Real Theatro de S. João desta Corte, por Estella Joaquina de Moraes. NO dia do seu Beneficio em 20 de Junho de 1818. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Ephemerides nauticas, ou diario astronomico para o anno de 1819. Calculado para o meridiano do Rio de Janeiro, por Ordem de Sua Alteza Real o Principe Regente Nosso Senhor. Por Joaquim Ignacio Moreira Dias, Cavalleiro da Torre e Espada, Brigadeiro dos Reaes Exercitos, com exercicio ás Ordens do Paço. Por ordem de Sua Magestade.

Hymno Real á Acclamação de Sua Magestade o Senhor Dom João VI. Com Licença.

Monumento à elevação da colonia do Brazil a Reino, e ao Estabelecimento do Tríplice Imperio Luso. As obras de Publio Virgilio Maro, traduzidas em verso portuguez, e annotadas pelo Doutor Antonio José de Lima Leitão, Cavaleiro da Ordem de Christo, Doutor em Medicina pela Escola de Paris, e Physico Mór da Capitania de Moçambique. Tomo I. Contendo as Bucólicas, e as Georgicas. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Oração de acção de graças que, celebrando-se na real capella do Rio de Janeiro, No dia 7 de Março de 1818 o Decimo Anniversario da Chegada de Sua Magestade a esta Cidade, Compoz, recitou, e offerece, com permissão d'El-Rey Nosso Senhor, a José de Carvalho Ribeiro, em signal de gratidão, e amizade, Januário da Cunha Barbosa. Presbitero Secular, Pregador de Sua Magestade, Cavalleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Philosophia Racional e Moral na Corte, e Pro-Comissario dos Terceiros Minimos. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Oração em Acção de Graças a Deos pela suspirada aclamação e exaltação ao Throno D'ElRey Nosso Senhor o Senhor D. João VI. Rei do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves; Em a Igreja Matriz de S. Pedro do Rio Grande do Sul: na Festividade Publica, que pelo referido Objecto fez o Sargento Mor Matheos da Cunha Telles, Feita e Recitada pelo Padre José Rodrigues Malheiro Trancoso Souto-Maior No dia 29 de Março de 1818. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Oração de Acção de Graças que pelos muito felizes motivos da faustissima aclamação, e exaltação do Brazil pelo Augusto Soberano do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves o Senhor D. João VI., recitou na Cathedral da Cidade de S. Paulo no dia 8 de Abril de 1817. 2º do Triduo o Vigario Joaquim Antonio Fernandes de Saldanha, Lente de Theologia Dogmatica, e Moral, e Examinador Synodal do Bispado. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Oração, que no anniversario da sagração do EX.^{mo} e R.^{mo} senhor D. Matheos de Abreu Pereira, Bispo Diocesano de S. Paulo, do Conselho de Sua Magestade Fidelissima Recitou na Cathedral da mesma cidade em dia da Festa da Exaltação da Santa Cruz aos 14 de Setembro de 1817. O Padre Joaquim Antonio Fernnades de Saldanha, Vigario Collado da Villa de S. João Baptista d'Atibaia, e Professor de Theologia-Dogmatica, e Moral, E Examinador Synodal do Bispado. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Oração de Acção de Graças recitada no Dia 12 de outubro de 1816 na Igreja da Matriz da Villa da Fortaleza, Capital da Capitania do Ceará, pela feliz união dos tres reinos de Portugal, Brazil, e Algarves; na solemnidade, que fez celebrar o batalhão de linha da mesma capital, offerecida ao Illustrissimo senhor Manoel Ignacio de Sampaio, Governador da mesma capitania, pelo Padre Gonçalo Ignacio de Loiola Albuquerque e Mello. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Oração Gratulatória recitada na solemne acção de graças que El-Rey N.S. fez celebrar na Capella Real do Rio de Janeiro. Pelos desposorios do Serenissimo Principe Real o Senhor D. Pedro de Alcantara Francisco Antonio João Carlos Xavier de Paula Miguel Rafel Joaquim Jozé Gonzaga Pascoal Cipriano Serafino. Com a Serenissima Princeza a Senhora D. Maria Leopoldina Carolina Jozefa Francisca Fernanda Beatriz. Por D. Luiz Antonio Carlos Furtado de Mendonça. Por Ordem de Sua Magestade.

Oratio in Exequis Augustissimae, ac Fidelissimae Uniti Regni ex Portugallia, et Brasilia, Algarbiisque Reginae, Marie Primae, Habita III. Nonas Decembris 1816.

Principios Geraes para o estabelecimento, conservação e augmento de hum Imperio, offerecidos a S.A.R. o Senhor D. Pedro de Alcantara, Principe Real.

Relação dos festejos, que a feliz aclamação do Muito Alto, Muito Poderoso, e Fidelissimo Senhor D. João VI, Rei do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves. Na noite do Indeleivel, e Faustissimo dia 6 de fevereiro, e nas duas subseqüentes, com tanta cordialidade, como respeito votarão os Habitantes do Rio de Janeiro; seguida das Poesias dedicadas ao mesmo Venerando Objecto, collegidas por Bernardo Avellino Ferreira e Souza, Official Supranumerario da Secretaria da Intendencia Geral da Policia, e dada ao Prelo, e gratuitamente distribuida pela mesma Intendencia, a fim de perpetuar a Memoria do Plauzivel Successo, de que mais se glorião os Fastos Portuguezes.

Sermão de acção de graças que no dia 13 de maio celebrou o Senado da Camara desta capital do Pará pela feliz acclamação do muito alto, e poderoso senhor D. João VI. Rey do Reino Unido de Portugal, do Brazil, e Algarves Recitado, e Offerecido a Sua Magestade Fidelissima pelo Presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Professo da Ordem de Christo, e Conego da Cathedral da mesma Cidade. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

1819

A El-Rei Nosso Senhor O.D.C O Senado da Camara desta Corte a oração Sagrada, que na solemne acção de graças pelo muito feliz e augusto nascimento da serenissima senhora D. Maria da Gloria Princeza da Beira, Celebrada na Igreja de S. Francisco de Paula pelo mesmo Senado da Camara, recitou no dia 12 de maio o P. M. Fr. Francisco de S. Carlos, Religiozo Franciscano da Provincia da Conceição do Brazil, Ex-Leitor de Theologia, Ex-Definidor, Examinador Synodal da Meza da Consciencia e Ordens, e da Caza do Infantado, Revizor do Bispado, Pregador Regio, e Padre da Provincia. Com Licença de Sua Magestade.

A Discordia ajustada, elogio dramatico para manifestação do real busto do senhor d. João VI. Nosso legitimo e natural senhor, nas festas que por motivo da sua exaltação se fazem em villa boa de Goyaz, em outubro de 1818, governando esta Capitania o illustrissimo e excellentissimo Fernando Delgado Freire de Castilho, por Luiz Antônio da Silva e Sousa, Presbytero Secular, rezidente na mesma Villa. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Estudos do bem comum e economia política, ou sciencia das leis naturaes e civis de animar e dirigir a geral indústria, e promover a riqueza nacional, e prosperidade do estado. Por José da Silva Lisboa Do Conselho de Sua Magestade, Deputado da Real Junta do Commercio, Desembargador da Casa de Supplicação do Reino do Brazil Com Licença de Sua Magestade

Instructio moralis ad ordinandos, id est tratctatus de actibus humanis, et eorum regulis; de decalogo; et legibus: de peccatis: de sacramentis in genere; et ordine: de irregularitatibus; et censuris: ex auctoribus classicis collectus; et juventuti brasiliensi primum dictatus; quippe primus typis excussus in civitate fluminensi a Fr. Custodio de Faria, Ordin. Erem. S. Augustini, Combrisensi B. Theol. Nunc autem hac Secunda in lucem prodit, atque. Regio Permissu.

Memoria topographica e historica sobre os Campos dos Goytacazes, com huma noticia breve de suas produções, e commercio offerecida ao muito alto, e muito poderosos Rey e Senhor Nosso D. João VI. Por hum natural do mesmo paiz. Com Licença de Sua Magestade.

Monumento à elevação da colonia do Brazil a Reino, e ao Estabelecimento do Tríplice Imperio Luso. As obras de Publio Virgilio Maro, traduzidas em verso portuguez, e annotadas pelo Doutor Antonio José de Lima Leitão. Tomo II. Contendo os seis primeiros cantos da Eneida. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço, e Privilegio Real.

Ode pindarica offerecida á Magestade D'El-Rey N.S. D. João VI, na ocasião do faustissimo parto da princeza real, pelo desembargador Antonio José Osorio de Pina Leitão. Author do Poema Heroico da Alfonsiada. Com Licença de S.M.

Parabens a Sua Magestade e aos Principes Reaes do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, NN. SS. No feliz parto da Princeza Real, N. S. em parafrase do salmo 44. O. D. C. José Bernardes de Castro. Com Licença.

Votos a Deos feitos por sua Magestade, sendo offerecida no templo a Princeza da Beira, á semelhança dos do Rei David por seu filho Salomão no Salmo 71. Parafrazeado em Verso Portuguez por José Bernardes de Catsro. Com Licença.

1820

Aos serenissimos principes reaes do Reino Unido de Portugal, e do Brazil, e Algarves, os senhores D. Pedro de Alcantara e D. Carolina Josefa Leopoldina offerece, Em signal de gratidão, amor, respeito, e reconhecimento estes Prolegomenos, dictados pela obediencia, que servirão ás observações, que for dando das moléstias Cirurgicas do Paiz, em cada trimestre. Domingos Ribeiro dos Guimaraens Peixoto, Cirurgião da Camara de El-Rei Nosso Senhor. Por Ordem de Sua Magestade.

O comercio oriental. Descrição mercantil de todos os portos, que jazem desde o cabo da Boa Esperança athe o Japão; dos pezos, medidas, e moedas, que nelle se uzão; igualmente das mercadorias que melhor se vendem, e dos generos que d'elles se exportão, da natureza d'estes, e do modo de os escolher; extrahida em parte, e em parte ampliada da obra que sobre este assumpto escreveu Milburn; offerecida a El-Rey Nosso Senhor por José Silvestre Rebello. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

O dever do homem, segundo os seus differentes estados, offerecido ao Illustrissimo Senhor Joze de Oliveira Pinto Botelho e Mosqueira, do Conselho de Sua Magestade, Fidalgo Cavalleiro da sua Real Caza, Commendador das Ordens de Nosso Senhor Jesus Christo, de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa, e da Torre e Espada, Desembargador do Paço, Deputado da Mesa da Consciencia e Ordens, Procurador da Real Coroa e Fazenda, Chanceller da Caza da Supplicação do Brasil, que serve de Regedor das Justiças. Por Fr. Francisco de Assis, Religioso Reformado da Provincia da Conceição do Brasil. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Memorias historicas do Rio de Janeiro e das Provincias annexas á Jurisdição do Vive-Rei do Estado do Brasil, dedicadas a El-Rei Nosso Senhor D. João VI. Por Joze de Souza Azevedo Pizarro e Araujo, Natural do Rio de Janeiro, Bacharel Formado em Canones, do Conselho de Sua Magestade, Monsenhor Arcipreste da Capella Real, Procurador Geral das Tres Ordens Militares &c. Tomo I. Com Licença de Sua Magestade.

Noticia historica da vida e das obras de José Haydn, Doutor em Musica, membro associado do Instituto da França e de muitas academias. Lida na sessão publica de 6 de outubro de 1810 por Joaquim Le Breton, Secretario Perpetuo da Classe das Bellas Artes, Membro da de Historia e Literatura antiga, e da Legião de Honra. Traduzida em portuguez por hum amator, e dedicada ao senhor Segismundo Neukomm, Cavalleiro da

Legião de Honra, Membro da Sociedade Real de Musica da Suecia, da Sociedade Imperial Philharmonica de S. Petersburgo, da Academia Real das Sciencias de Paris, &c. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Novena do SS. Sacramento, que, para se fazer na nova, e parochial Igreja do mesmo Senhor sacramentado compoz hum seu devoto sacerdote. Offerecida á Irmandade do SS. Sacramento da mencionada Igreja Parochial. Com Licença da Meza do Desembargo do Paço.

Sonetos do Doutor Manoel Antonio Leitam Bandeira dirigidos ao seu amigo o reverendo senhor José Constantino Gomes de Castro, Conego da Cathedral de S. Luiz do Maranhão. Com Licença da Mesa do Desembargo do Paço.

1821

A Sua Alteza Real o Serenissimo Senhor D. Pedro de Alcantara Principe Real do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves; e Regente do Brasil. Em demonstração do mais profundo respeito a presente colleção de versos constitucionaes Impressos a Beneficio do Monte-Pio Litterario desta Corte. O.C. Seu mui agradecido, e reverente subdito. Bernardo Avellino Ferreira e Souza.

O despotismo considerado nas suas causas e effeitos. Discurso offerecido á Nação Portuguesa, por ***. Com Licença

Elogio para se recitar no Theatro de S. João no faustissimo dia natalicio de Sua Alteza Real o Principe Regente do Brazil, composto, dedicado, e offerecido ao mesmo augusto principe por J.P.F.

Historia do descobrimento, e conquista do Imperio Mexicano: por Antonio Vicente Dellanave. Tomo I. Com Licença.

Hymno constitucional feito aos 31 de Março de 1821, e offerecido á nação portugueza pelo principe real, seu author.

Hymno por occasião da nimia alegria que tiverão os religiosos do convento de Santo Antonio desta Corte, no empossamento do R.^{mo} P.M. O sñr. Fr. Francisco de S. Carlos, no seu merecido lugar de vizitador geral, e prezidente do futuro capitulo. Feito por Fr. João de S. Ignacio, e offerecido ao sñr, Manoel Antonio Barreiros, Amigo do mesmo autor. Com Licença.

Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveo na sua carta em resposta ao compadre de Belem, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a offerece, e dedica aos seus patricios. Com licença.

Memoria constitucional e politica Sobre o Estado Presente de Portugal e do Brasil; dirigida a ElRei Nosso Senhor, e offerecida a Sua Alteza o Principe Real do Reino Unido de Portugal e Algarves, e Regente do Brasil, por José Antonio de Miranda, Fidalgo Cavalleiro da Caza de Sua Magestade, e Ouvidor eleito do Rio Grande do Sul. Com Licença de S.A.R.

Oração de acção de graças, que na solemnidade do anniversario do dia 24 de agosto, mandada fazer na real capella desta corte por Sua Alteza Real o Principe Regente do Brazil, recitou, e offerece ao mesmo senhor, Francisco da Mãe dos Homens Carvalho, Conego Magistral da Real Capella, Pregador Regio, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Deputado da Junta da Bulla da Cruzada.

Orasão [sic] Academica que no dia d'a abertura de sua Aula na Cidade Mariâna em prezença d'as principaes pessoas d'ela recitou o M.R.P.M.D. Pascoal Bernardino Lópes de Máto, Lente de Gramatica Latina &c. Na Impressão Nacional d'o Rio de Janeiro de 1821.

Phedra, tragedia de João Racine. Traduzida em portuguez, e offerecida ao senhor José de Carvalho Ribeiro por seu fiel, e obrigado amigo Manoel Joaquim da Silva Porto. Segunda edição mais correcta. Com licença da Mesa do Desembargo do Paço.

Poesias em applauso dos heroicos feitos do memoravel dia 26 de fevereiro de 1821. Com Licença.

Projecto para o estabelecimento politico do Reino-unido de Portugal, Brasil, e Algarves; offerecido aos Illustres Legisladores, em cortes geraes e extraordinarias, por Antonio D'Oliveira de Sousa Sequeira, Tenente do 6º Regimento d'Infantaria, Estudante do 4º Anno Mathematico na Universidade de Coimbra. Com Licença da Commissão de Cnesura. E Reimpresso no Rio de Janeiro. Com Licença.

A pura voz da verdade respeitosa dirigida, e consagrada á muito benigna e paternal attenção de sua Magestade fidelissima o senhor D. João VI. Epistola por Nicolao Francisco de Castro e Menezes, D'Arcadia Portuense. Com Licença. Vende-se na loja da Gazeta, rua da Quitanda No 33, por 240 réis; aonde se acha do mesmo Author Balão, Poema aos Habitantes da Lua, por 960.

Sermão de acção de graças, que, em memoria dos dias 24 de agosto, e 15 de setembro de 1820, o Senado, e os cidadãos do Rio de Janeiro solemnizarão no dia 15 de setembro, na Igreja de S. Francisco de Paula, recitado por Fr. Francisco de Sampaio, Religiozo Franciscano da Provincia do Rio de Janeiro e Pregador Regio.

Soneto offerecido a S.A.R. o Principe Regente, por Diogo Duarte e Silva.

Soneto offerecido a S.A.R. O Principe Regente, pelos empregados da Real Impressão.

Soneto recitado no Real Theatro de S. João por Bernardo Avellino Ferreira e Souza no dia 5 de junho de 1821.

Sonetos. Em applauzo ao feliz successo da completa regeneração da nação portugueza, executado na Praça do Rocio da Corte e Cidade do Rio de Janeiro no memorável 26 de fevereiro de 1821. Compostos por Ignacio José Correa Drummond. Procurador da Camara da Cidade do Funchal da Ilha da Madeira. Com Licença.

Sonetos recitados no Real Theatro de S. João na noite do dia 5 de junho de 1821, e offerecido a Sua Alteza Real o Principe Regente do Brasil, por seu author Ignacio José Correia Drummond. Com Licença.

A verdade exposta a sua magestade fidelissima o senhor [sic] D. João VI. Epistola. Poe José Daniel Rodrigues da Costa. Reimpresso no Rio de Janeiro. Com Licença. Vende-se na Loja da Gazeta, rua da Quitanda N. 33, por 240 réis; aonde se acha do mesmo author o Balão, Poema aos Habitantes da Lua, por 960.

Versos, que pelo faustissimo acontecimento do maravilhoso dia 26 de fevereiro. Recitou no Real Theatro de S. João desta Corte, e imprime a Beneficio dos Expostos da Real Caza da Santa Mizericordia Bernardo Avellino Ferreira e Souza. Com Licença.

Versos, que por occasião do faustissimo acontecimento do dia 15 de setembro de 1820 fez, e repetio no Real Theatro de S. Carlos, entre os mais, o fiel amanta do bem da sua nação, e do seu rei, Bernardo Gorjão Henriques, Fidalgo Cavalleiro da Casa de Sua Magestade e Ex-Juiz de Fora de Abrantes. Com Licença. Vende-se por 240 réis.

Versos que na occasião de celebrar o corpo do Commercio da Ilha de Santa Catharina o haver-se alli jurado a Constituição, recitou seu author Diogo Duarte e Silva. Dados ao publico por hum amigo da Constituição, e do author.

1822

Á memoria do author do poema epico do descobrimento da Bahia Fr. José Durão. Descrição do Brazil.

A Sua Alteza Real o Principe Regente, e Deffensor Perpetuo do Reino do Brasil. Ode.

A Sua Alteza Real o Principe Regente do Reino do Brasil, por occasião de annuir aos votos da provincia do Rio de Janeiro, de S. Paulo, Rio Grande, Minas Geraes; e do embarque da divisão auxiliadora. Ode.

O Brasil e o Genio de Lizia. Elogio dramatico composto por José Joaquim Lopes de Lima. Segundo Tenente da Armada Nacional.

O Brazil visto em sonho, e no antigo trajo, agradecendo a S.A.R. o Principe Regente, o haver-se declarado seu Defensor Perpetuo. Ode

Congratulação Offerecida á Heroica Guarda Civica da Capital do Rio de Janeiro.

Discurso sobre a liberdade offerecido á Nação Portugueza.

Elogio a S.M. o Snr. D. João VI. Rei Constitucional do Reino Unido de Portugal, Brasil, e Algarves.

A fidelidade do Brazil, elogio dramatico aos faustissimos annos de Sua Magestade Fidelissima o Senhor D. João VI, Rei Constitucional do Reino Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, recitado no Theatro Nacional de S. João da Corte do Rio de Janeiro em 13 de maio de 1822. E offerecido aos briosos cidadãos fluminenses por seu author Bernardo Avellino Ferreira e Souza.

Instituições canonicopatrias, divididas em seis livros escritas para o uso do clero pernambucano. Por Francisco Soares Maris Bacharel formado em leis pela Universidade de Coimbra. Na Typographia Nacional

Justa retribuição dada ao compadre de Lisboa em desagravo dos Brasileiros offendidos por varias asserções, que escreveo na sua carta em resposta ao compadre de Belem, pelo filho do compadre do Rio de Janeiro, que a offerece, e dedica aos seus patricios. Segunda edição correcta, e augmentada.

O Monarcha Perfeito ou Instrucções para hum jovem Principe; em que se mostram os verdadeiros meios de felicitar as Nações, e os Reis, obra dedicada á todos os Reis, em defeza da Soberania Nacional, impresso em 1822.

Ode aos triunfos da Patria, e a Organização Social.

Oração de acção de graças, que recitou na Real Capeala, no dia 26 de Fevereiro, Solemnizando-se por Ordem de Sua Alteza Real o Primeiro Anniversario do Juramento D'El-Rey E Povo desta Corte a Constituição Lusitana, e Offerece ao Mesmo Augusto e Constitucional Regente do Brazil O seu Author Januario da Cunha Barboza, Professor Publico de Philosophia.

Oração funebre pelos mortos, que forão assassinados na cidade da Bahia. Recitada na Augusta Prezença da Sua Alteza Real o Principe Regente Constitucional Defensor Perpetuo do Reino do Brasil e da Serenissima Senhora Princesa Real na Igreja de S. Francisco de Paula por Fr. Francisco de S. Paio Pregador Regio.

Plano em que se dão as idéias geraes de educação e se mostra o estado em que ella se acha no Brasil. Dedicada aos meus muito amados, e caros concidadãos, e patriotas. Por hum brasileiro amigo verdadeiro da sua Patria,

Rhetorices breve compendium in usum juventutis brasiliensis ex quinctiliano, et notis variorum de promptum offert Fr. Custodius de Faria Ordinis Erem. S. Augustini Theol. B. Conimbricensis. Na Imprensa Nacional

Sermão de Acção de Graças, pela prosperidade do Brasil, prégado a 7 de março de 1822. Na Capella Real. Por Fr. Francisco de S. Paio, Prégador Regio.

Sermão, que na cerimonia da Sagração, e Coroação de S.M.I., pregou o Padre Mestre Fr. Francisco de S. Paio.

Soneto dirigido a s.a.r. no dia do baptisado de sua filha a senhora infanta d. Januaria.

Submissa congratulação de Hum Cidadão da Provincia do Grão-Pará respeitosamente dirigida ao serenissimo senhor Principe Regente do reino do Brazil.
Vivas, que se derão no dia da aclamação do nosso Imperador o senhor d. Pedro primeiro.

Tipografia de Antônio Manoel de Silva Serva

1811

A Glória de Portugal

Ode feita aos annos de S.A.R.

Ode ao Illustrissimo, e Excellentissimo Francisco da Silveira Pinto da Fonceca, Conde de Amarante, Marechal de Campo, e Governador da Província de Traz-os-Montes. Por***. Com as licenças necessarias.

Oração Gratulatoria ao Príncipe Regente Nosso Senhor. Recitada a 13 de maio na sala principal do Palácio na presença do Illustrissimo, e Excellentissimo Conde dos Arcos, Do Conselho de S.A.R., Grão Cruz da Ordem de Aviz, Gentil Homem da Camara do Serenissimo Principe da Beira, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Governador, e Capitão General desta Capitania. Por Ignacio José de Macedo, Presbytero Secular.

Oração Gratulatória, e Política improvisada no Collegio da Bahia no anniversario que fez o Senado da Camara á feliz chegada de Sua Alteza Real em Janeiro de 1811. Por Ignacio Jose de Macedo, Presbytero Secular.

1812

Elementos de osteologia prática, offerecida ao Illustrissimo Senhor Doutor José Correia Picanço, Cavalleiro, professo e Commendador da Ordem de Christo. Cavalleiro da Ordem da Torre e Espada, Fidalgo da Real Casa, do Conselho do Principe Regente Nosso Senhor, Seu Medico, e Primeiro Cirurgião da Real Camara, Lente Jubilado pela Universidade de Coimbra, Cirurgião Mór do Reino, e Conquistas, &c. Por José Soares de Castro, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, Cirurgião Mór do Real Hospital Militar, Lente da Cadeira Regia de Anatomia, e Operações Cirurgicas, e Delegado do Cirurgião Mór dos Reaes Exercitos na Cidade, e Capitania da Bahia. Com as licenças necessarias.

Elogio para se recitar na abertura do Real Theatro de S. João no Faustissimo dia 13 de Maio, natalicio do Principe Regente Nosso Senhor, offerecido ao Exm Sr. Conde dos Arcos.

Hymno recitado no novo theatro de S. João.

Odes Saphicas a S.A.R., por José Anselmo Correa

Oração gratulatoria recitada no Collegio da Bahia na festa que fez o senado da Camara em 23 de Janeiro de 1812 pelo anniversario da venturosa chegada de S.A. a esta cidade: por Ignacio José de Macedo.

1813

Escola Nova, Christã, e Política. Na qual se ensinão os primeiros rudimentos, que, deve saber o Menino Christão, e se lhe dão regras geraes para com facilidade, e em pouco tempo aprender a ler, escrever, e contar. Escrita para uso de seus Filhos. Por D. Leonor Thomasia de Sousa e Silva. E offerecida aos meninos da escola.

Parafrase dos Proverbios de Salomão em verso portuguez, dedicada ao Principe da Beira. Por José Eloi Ottoni.

Viola de Lerenó: collecção das suas cantigas offerecidas aos seus amigos. Volume 1.

1814

Elogio á Serenissima Princeza da Beira, recitado no Theatro de S. João no dia 12 de Outubro de 1814. Por José Eloy Ottoni.

1815

Memorias Physiologicas, e Praticas sobre o aneurisma, e a ligadura das arterias. Por J. P. Maunoir, Membro da Sociedade de Medicina de Paris, da Sociedade para o progresso das Artes, e da de historia natural de Genebra. Com figuras. Traduzidas, e offerecidas ao Ill.mo e Ex.mo Senhor D. Marcos de Noronha e Brito, Conde dos Arcos, do Conselho de S.A.R., Grão-Cruz da Ordem de Aviz, Gentil Homem da Camara do Serenissimo Principe da Beira, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Governador e Capitão General desta Capitania. Por José Soares de Castro, Cavalleiro Professo da Ordem de Christo, Lente de Anatomia e de Medicina Operatoria, Cirurgião Mor do Hospital Real Militar, e Delegado do Cirurgião Mor dos Reaes Exercitos nesta Cidade e Capitania.

Parafrase dos proverbios de Salomão em verso portuguez, dedicada ao Serenissimo Principe da Beira Nosso Senhor, por José Eloi Ottoni.

Sermão em memoria do faustissimo dia em que Sua Alteza Real entrou a Barra da Bahia. Recitado no antigo collegio dos jesuitas, na festa pontifical que fez o Ex.mo e R.mo Senhor Arcebispo Eleito. Em 22 de Janeiro de 1815. Vespera da inauguração do Monumento Lapidar erecto no Passeio Publico. Offerecido em signal de reverencia ao mesmo Ex.mo e R.mo Senhor por Ignacio José de Macedo.

1816

Manual da Religião Christã e legislação criminal portugueza, ou codigo da mocidade. Dividido em dez lições segundo o decalogo, e as classes dos crimes. Por onde os Pais de familias, e as de mais pessoas encarregadas da educação dos meninos, devem ensinillos, para que aprendão com proveito desde os seus ternos annos o que deve saber essencialmente o Christão, e o Cidadão Portuguez para ser verdadeiramente feliz: Que a Nação offerece o bacharel J.P.B.V.S.

Memoria sobre os conhecimentos necessarios a hum official militar. E sobre a applicação dos mesmos para organizar na campanha hum exercito. Extrahida do francez e offerecida ao Ill.mo e Ex.mo Conde dos Arcos, Do Conselho de S. M. Fidelissima N. S., Grão-Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, Gentil-Homem da Camara do Serenissimo Principe do Brazil, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia &C. &C. &C. Por Theodoro José Guilherme de Sá, Capitão Graduado, e Ajudante da Legião da mesma Cidade.

Novo Methodo de fazer o açúcar ou Reforma Geral Economica, dos Engenhos do Brazil, em utilidade particular, e publica: offerecido a Sua Magestade Fidelissima por Manoel Jacintho de Sampaio de Mello. Bacharel em Leis, Graduado em Artes, Ex-Professor Regio de Philosophia da Cidade de Lamego, Senhor de Engenho da Villa da Cachoeira da Bahia.

Observações Fysiologicas sobre a vida e a morte, obtidas pela indagação dos fenomenos da economia animal. Obra de Mr. Xavier Bichat, Medico do Hospital de Pariz, Proffessor de Anatomia, Fysiologia, e Medicina, Membro de muitas sociedades Sabias, &c., &c. Terceira edição, que Do idioma francez verteo em vulgar, com notas conformes á theoria Browniana Manoel José Estrella, Cavalleiro professo na Ordem de Christo, Lente de Fysiologia no Real Collegio Medico-Cirurgico, e Delegado do Conselheiro Cirurgião Mor do Reino em toda a Capitania da Bahia.

Oração composta, e recitada em latim no dia 3 de fevereiro de 1816, na annual abertura da aula reg. de que he professor o P. Fr. Thomaz de Aquino, por Joaquim Francisco Alves Branco Muniz Barreto, alumno da aula; traduzida em portuguez e offerecida em signal de reverencia, gratidão, e respeito á Illustrissima Senhora D. Maria Francisca da Conceição e Aragão, por Manoel Affonso dos Santos Thourinho, alumno da mesma aula, e condiscipulo do author.

Oração Funebre recitada na Matriz de S. Estevão de Jacuipe, em o dia 8 de agosto no funeral de S. Magestade a Senhora D. Maria I, de saudosa memoria, determinada pelo Ex.mo e R.mo Senhor D. Fr. Francisco de S. Damazo de Abreu Vieira, Arcebispo desta Metropole da Bahia, Primaz do Novo Reino do Brazil, Pregador de Sua Magestade, e do Seu Concelho: Offerecida ao mesmo Senhor pelo seu Subdito Francisco Gomes dos Santos e Almeida.

Oração funebre recitada nas exequias, que a Real Junta da Fazenda fez á Augustissima Rainha, a Senhora D. Maria I, na Cathedral da Bahia. Em 31 de agosto de 1816, por Ignacio Jose de Macedo. Pregador Regio de Sua Magestade Fidelissima, Cavalleiro da Ordem de Christo, e Professor Regio de Philosophia.

Oração fúnebre, recitada por Fr. Francisco Xavier de S. Rita Bastos, nas exequias, que celebrou, e officiou pontificalmente na Igreja primacial do collegio desta cidade, o Excellentissimo e Reverendissimo Senhor Dom Fr. Francisco de S. Damaso de Abreu Vieira, Arcebispo da Bahia, Primaz do Reino do Brazil. Pregador de S. Magestade Fidelissima, que Deos Guarde, e do Seu Real Conselho, &c. &c. &c. No dia 8 de junho de 1816. Na morte da Nossa Fidelissima Rainha de Portugal e Senhora Dona Maria Primeira: e offerecida ao mesmo Excellentissimo, e Reverendissimo Senhor.

Oração gratulatoria pela exaltação do Brazil em Reino, recitada na Cathedral da Bahia em 24 de fevereiro de 1816 na festa, que fez o Senado da Camara, por Ignacio José de Macedo.

1817

De Cura Boum in Brasilia Latino Carmine deducta auctore Josepho Rodrigues de Mello Lusitano Portuensi

Ellogio ao Commercio, recitado na Praça do Commercio da Bahia Em 6 de Setembro de 1817, Dia em que nella se inaugurou o Retrato do Illustrissimo e Excellentissimo Conde dos Arcos. Precedido da Invocação, que deu principio à varios Elogios Poéticos, que alli de recitirão. Por I.J.M.

Relação do festim, que ao Ill.mo Ex.mo Senhor D. Marcos de Noronha e Brito, VIII Conde dos Arcos, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Grão-Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, Gentil Homem da Camara de Sua Alteza Serenissima o Principe Real, Do Conselho de Estado, Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramarinos. &c. &c. &c. Derão os Subscriptores da Praça do Commercio, aos 6 de Setembro de 1817, por ocasião de collocaram nella o Retrato do mesmo Excellentissimo Conde, seu Fundador, e mormente em consideração de seus illustres Feitos nos proximos passados mezes de Março e Abril.

Tratado das operações de banco, ou Directorio de Banqueiros, extrahido dos melhores authores, e dedicado ao Ill.mo e Ex.mp Senhor Conde dos Arcos, Do Conselho de Estado, Gentil Homem da Camara do S.A.R., o Principe Real do Reino-Unido de Portugal, Brazil, e Algarves, Grão-Cruz da Ordem de S. Bento de Aviz, Marechal de Campo dos Reaes Exercitos, Governador e Capitão General da Capitania da Bahia, e nomeado Ministro e Secretario de Estado dos Negocios da Marinha, e Ultramarinos de Sua Magestade Fidelissima &c. &c. &c. Por Antonio Thomaz de Negreiros.

1818

Alfonsiada. Poema Heroico da Fundação da monarquia portugueza pelo Senhor Rey D. Alfonso Henriques offerecido á magestade fidelissima Del-Rey Nosso Senhor D. João VI. Por Antonio José Osorio de Pina Leitão. Cavalleiro da Ordem de Christo, Dezembargador da Relação da Bahia.

Elogio, recitado pella figura allegorica do genio do Reino Unido no Real Theatro de S. João da Barra, aos 12 de Abril de 1818 em que se celebrou a feliz e gloriosa acclamação D'El-Rei Nosso Senhor, D.O.C. ao Illustrissimo e Excellentissimo Senhor Conde de Palma, do Conselho de S. Magestade e de Sua Real Fazenda, Grão Cruz da Ordem de Christo, Governador e Capitão General desta Provincia &c. &c. &c. Por Paulo José de Mello Azevedo e Brito.

Joanni, Portugalliae, Brasiliae, et Algarbiorum Rei Fidelissimo, Patriae Patri Humanissimo, Piissimo, Felicissimo, Foedissima Paranambucensium Rebellione mirandum in modum quàm citissime subacta, Sun Auspiciis et Indefatigabili Cura

Illustrissimi atque excellentissimi arcuum comitis, Epinicius in Religiosissimae Fidei, omnimodae Devotionis, gratique animi Testimonium perquàm submisit D.O.C. Josephus Franciscus Cardoso de Moraes, Soteropoli Bahiensi Emeritus Latinitatis Professor, ibidemque natus.

Ode Pyndarica offerecida á Magestade D'El-Rey Nosso Senhor D. João VI. No dia faustissimo da Sua Gloriosa Acclamação, por Antonio José Osorio de Pina Leitão, Cavalleiro da Ordem de Christo, Desembargador da Relação da Bahia.

Oração Funebre nas exequias da Muito Alta, Muito Poderosa, e Fidelissima Senhora D. Maria I. Rainha do Reino-Unido de Portugal, Brazil e Algarves, celebradas na Igreja da Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, pelos officiaes do Regimento de Melicias N^o 3 do Rio de Janeiro. Recitada por Januario da Cunha Barbosa, Presbytero Secular, Pregador de S.M., Cavalleiro da Ordem de Christo, Professor Regio de Philosophia Racional e Moral, e Pro-Commissario dos Terceiros Minimos.

Oração Gratulatoria recitada na Cathedral da Bahia, na festa que celebrou o Senado da Camara, pela feliz acclamação de Sua Magestade Fidelissima, o Senhor Dom João VI. Em 12 de Abril de 1818. Por Ignacio José de Macedo, Proffesso na Ordem de Christo, Pregador de Sua Magestade, e Lente de Filosofia.

1819

Sermões e Panegyricos recitados pelo presbytero Romualdo Antonio de Seixas, Cavalleiro Professo na Ordem de Christo, e Conego da Sé do Pará; com dous discursos sobre a filosofia, offerecidos ao Ex.mo e R.mo Senhor D. Manoel de Almeida de Carvalho, bispo da mesma diocese.

ANEXO C

Frontispício da obra *Observações sobre o comércio franco no Brasil*.



Para muitos autores, a obra *Observações sobre o comércio franco no Brasil*, de José da Silva Lisboa, foi a primeira publicação a sair dos prelos da Impressão Régia, como ressaltado no capítulo 3. Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (com os devidos créditos), localização: 84, 1, 3.

ANEXO D

Iconografia presente nas primeiras páginas da obra *A Assunção*



A imagem acima precede a folha de rosto da obra *A Assunção*, poema composto em honra da Santa Virgem. Escrita por Fr. Francisco de S. Carlos em 1819, a gravura ilustra o que Roger Chartier aponta como uma das primeiras formas de oferecimento, uma dedicatória iconográfica, como afirmado no capítulo 1. Exemplar da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (com os devidos créditos), localização: [73, 1, 32](#).